GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE

SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

(1950-1986)

ACERVUS

O ano de 2019 foi simbólico para esta pesquisa. Siegfried Heuser estaria completando seu centenário e também 50 anos do fatídico 17 de outubro de 1969, quando o então presidente do MDB do Rio Grande do Sul teve seus direitos políticos cassados. Ativo politicamente de 1950 até 1969 e de 1979 até 1986, Heuser foi uma das importantes lideranças trabalhistas que compuseram o quadro político do Rio Grande do Sul.

Um extenso trabalho de análise de fontes foi feito nessa obra. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-1967), Anais da Câmara Federal (1983-1986), notícias ligadas a Siegfried Heuser nos jornais Gazeta do Sul (1950-1986), Diário de Notícias (1954-1969) e Correio do Povo (1965-1986), além de outras publicações que constituem a ampla variedade de fontes utilizadas na produção desta pesquisa.

O livro proporciona ao leitor, a análise da trajetória política de Siegfried Heuser além do pensar sobre as articulações intrapartidárias nas agremiações em que o mesmo esteve inserido, e as lutas simbólicas envolvendo o trabalhismo.

GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE
SIEGFRIED EMANUEL HEUSER
(1950-1986)

ACERVUS

PASSO FUNDO
2020

© 2020 Acervus
Todos os direitos reservados

Editoração
Alex Antônio Vanin

Capa
Francys Eduardo Kunsler Guimarães

Projeto Gráfico
Acervus

Créditos da capa
Foto de Siegfried Emanuel Heuser.
Acervo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo - 99074-360
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
E-mail: acervuseditora@gmail.com
Site: acervuseditora.com.br

Conselho Editorial
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)
João Joel Carini (UFSM)
Roberto George Uebel (ESPM)

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e de seus organizadores

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G963t Guimarães, Gustavo Henrique Kunsler
A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986) [recurso eletrônico] / Gustavo Henrique Kunsler Guimarães. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
3 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-11-5

1. Heuser, Siegfried Emanuel, 1919-1986 - Atividades políticas. 2. Rio Grande do Sul - Política e governo, 1950-1986. 3. Deputados estaduais - Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **5**

PREFÁCIO **7**

INTRODUÇÃO **11**

CAPÍTULO 1. O INGRESSO NA POLÍTICA E O PLEITO DE 1950 **29**

1.1. DO MEIO ACADÊMICO PARA O PTB 33

1.2. A CAMPANHA PARA DEPUTADO ESTADUAL DE 1950 49

CAPÍTULO 2. A ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA (1951-1959) **61**

2.1. O ECONOMISTA NA ASSEMBLEIA (1951-1955) 62

2.2. A CAMPANHA PARA A REELEIÇÃO 75

2.3. REELEIÇÃO E PROJEÇÃO ESTADUAL: A ATUAÇÃO NA LEGISLATURA (1955-1959) 81

2.4. CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DE 1958 91

CAPÍTULO 3. A DANÇA DAS CADEIRAS: DO LEGISLATIVO AO EXECUTIVO E PARA O LEGISLATIVO NOVAMENTE (1959-1963) **107**

3.1. ATUAÇÃO NA SECRETÁRIA DA FAZENDA (1959-1960) 109

3.2. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1959 EM SANTA CRUZ DO SUL E A LIDERANÇA DE HEUSER 120

3.3. A ATUAÇÃO NA SECRETARIA DE ECONOMIA (1960-1961) 124

3.4. O RETORNO E A ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA (1961-1963) 131

3.5. AS ELEIÇÕES DE 1962 139

CAPÍTULO 4. HEUSER, DO PTB AO MDB (1963-1969) 147

4.1. A REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO RIO GRANDE DO SUL APÓS O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 148

4.2. A ATUAÇÃO DE HEUSER NA LEGISLATURA (1963-1967) 162

4.3. HEUSER, DO PTB AO MDB 178

4.4. AS ELEIÇÕES DE 1966 E A CASSAÇÃO 189

CAPÍTULO 5. O RETORNO DE HEUSER E A SUA ATUAÇÃO POLÍTICA NO RETORNO DO PLURIPARTIDARISMO (1979-1986) 219

5.1. A VOLTA PARA O MDB E A ESCOLHA PELO PMDB 221

5.2. AS ELEIÇÕES DE 1982 229

5.3. OS ANOS NA CÂMARA FEDERAL 240

5.4. AS HOMENAGENS EM 1986 253

CONSIDERAÇÕES FINAIS 263

REFERÊNCIAS 271

AGRADECIMENTOS

A trajetória percorrida até a finalização da dissertação apresentada aqui em formato de livro foi intensa e com a participação de diversas instituições e pessoas que tornaram esse momento possível. Agradeço inicialmente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, por toda a receptividade e atenção fornecida no decorrer do curso. Aos professores e funcionários, pelo excelente suporte disponibilizado e pelas discussões proporcionadas ao longo das disciplinas e eventos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, o que possibilitou a produção dessa pesquisa.

Ao professor orientador Alessandro Batistella que, sempre paciente, fomentou discussões para meu crescimento acadêmico, me incentivando e auxiliando em diversos momentos no decorrer do curso.

Aos centros de documentação visitados, em especial ao Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC-UNISC), Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) e Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, pela atenção e receptividade no atendimento.

Aos professores das instituições que passei, bem como aos colegas e amigos que fiz no período desta pesquisa e que proporcionaram pertinentes reflexões. Em especial aos grandes

amigos que a História proporcionou, Bruno e Marília, obrigado pelo apoio, pela amizade, por acreditarem em mim e por todo o suporte. Não é possível dimensionar em palavras a importância de vocês neste momento, saibam que foram essenciais durante todo esse processo.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente minha família. Aos meus pais Alessandra e Danilo pelo incentivo e apoio incondicional, aos meus irmãos por proporcionarem leveza a trajetória, à minha querida tia Andreza por me auxiliar desde o início desta pesquisa e me apoiar desde criança, e aos meus avós por instigarem minha curiosidade histórica com relatos cativantes.

PREFÁCIO

Alessandro Batistella[1]

O ótimo trabalho do jovem historiador Gustavo Henrique Kunsler Guimarães faz uma importante análise da trajetória do esquecido político sul-rio-grandense Siegfried Emanuel Heuser. Nascido em Santa Cruz do Sul em 1919, o economista Siegfried Heuser ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 1950, 1954, 1958 e 1962. Além da sua atuação por quatro legislaturas na Assembleia Legislativa, Heuser também foi secretário da Fazenda (1959-1960) e da Economia (1960-1961) durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963).

Na década de 1960, Heuser se consolidou como uma das principais lideranças trabalhistas no Rio Grande do Sul, sendo eleito como terceiro vice-presidente do PTB sul-rio-grandense em 1962. Após o golpe civil-militar de 1964 e a implantação da ditadura militar, o PTB perdeu algumas das suas principais lideranças, cassadas pelo AI-1. Nesta conturbada conjuntura, Heuser assumiu a presidência do PTB do Rio Grande do Sul, em 1964.

Em outubro de 1965, a ditadura militar decretou o AI-2, extinguindo os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência no país desde 1945. Como a ditadura pretendia implan-

[1] Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

tar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem adotar o modelo de partido único, associado às ditaduras monopartidárias. Desse modo, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário bipartidário, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e "bem comportado" partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que mercou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – foi determinante para que os grupos anti-trabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC) nas eleições de 1962 – ingressassem na ARENA, enquanto o MDB foi organizado predominantemente pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)[2].

Presidente estadual do extinto PTB, o deputado estadual Siegfried Heuser foi eleito primeiro presidente do diretório do MDB do Rio Grande do Sul em 1966. Nesse mesmo ano, Heuser concorreu ao Senado como único candidato do partido oposicionista, enfrentando os arenistas Guido Mondim (ex-PRP, que concorria à reeleição), Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC). Embora tenha sido o candidato mais votado (obtendo 638.140 votos), Heuser foi derrotado pelo sistema de

[2] A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre o Partido Republicano (PR) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Rio Grande do Sul.

sublegenda[3], uma vez que os três candidatos arenistas somados totalizaram 672.480 votos, o que garantiu a reeleição de Guido Mondim (CÁNEPA, 2005, p. 386).

Após deixar a Assembleia Legislativa ao fim do seu mandato, em 1967, Heuser dedicou-se à direção do MDB sul-rio-grandense, sendo reeleito presidente do diretório estadual em setembro de 1969. No entanto, Heuser foi cassado pelo AI-5, em 17 de outubro de 1969. Em protesto, os membros da Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul renunciam aos seus cargos. Desse modo, no dia 15 de novembro, o MDB sul-rio-grandense realizou uma convenção extraordinária, na qual o deputado estadual Pedro Jorge Simon foi eleito presidente estadual do MDB. Cunhado de Heuser, Simon consolidou-se como uma das principais lideranças emedebistas do Rio Grande do Sul, inclusive presidindo o diretório estadual do partido oposicionista até a sua extinção, em 1979.

Com a Lei de Anistia de agosto de 1979, Heuser retorna às atividades políticas, reingressando ao MDB. Após a reforma político-partidária de 1979 e o retorno do pluripartidarismo, Heuser optou em ingressar no PMDB – presidido por Pedro Simon –, sendo eleito primeiro vice-presidente da Comissão Executiva estadual. Em 1982, Heuser foi eleito deputado federal pelo PMDB, atuando na Câmara dos Deputados até o seu falecimento, em março de 1986.

Analisando fontes históricas variadas e utilizando-se de um rigor metodológico, o livro do historiador Gustavo Guimarães

[3] Criado por meio do Ato Complementar 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1965, o sistema das sublegendas constituiu um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições majoritárias (senado e prefeituras do interior). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

resulta de uma ampla pesquisa acerca da trajetória política de Siegfried Heuser. Assim, a sua análise contempla, entre outras coisas, o ingresso de Heuser no PTB, a sua atuação e posicionamentos na Assembleia Legislativa durante quatro legislaturas, a sua participação no governo de Leonel Brizola, a sua relação com importantes lideranças trabalhistas – como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart, Fernando Ferrari, Leonel Brizola, entre outros –, a sua atuação como presidente do diretório do MDB sul-rio-grandense, o seu retorno às atividades político-partidárias em 1979 e as suas ações como deputado federal na década de 1980.

Em suma, parabenizo o autor pela ampla e expressiva pesquisa e pelo esforço analítico, que resultaram neste excelente livro, que contribui para a historiografia e para as pesquisas em história política no Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Analisando os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, cada vez mais pesquisas que referem-se à organização dos partidos políticos têm sua importância salientada. Quando essa pesquisa foi iniciada, havia ocorrido a alteração da sigla partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB para MDB, ação que sinaliza a busca da agremiação em identificar-se com o capital simbólico[4] do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se apresentava como o partido de oposição consentida ao regime ditatorial. Parte desse capital simbólico, pertencente ao MDB, sobretudo no Rio Grande do Sul, fora construído por lideranças de diversos partidos políticos, que vigoraram até a instauração do AI-2[5], que terminou com o pluripartidarismo, sendo os políticos não cassados realocados dentro das legendas da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do MDB. Em sua criação, o Movimento Democrático Brasileiro teve como primeiro presidente de sua executiva, no Rio Grande do Sul, o político oriundo dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Siegfried Emanuel Heuser. É aceitável afirmar que analisar a conjuntura que levou Siegfried Heuser a ser o primeiro presidente do partido é significativo, isso para entender a

[4] Utiliza-se, nesta situação, o conceito de capital simbólico proposto por Pierre Bourdieu em suas pesquisas, sobretudo a abordagem explorada no livro **Poder Simbólico** (2005).

[5] Ato Institucional de 27 de outubro de 1965 que, entre outras ações, extinguiu os partidos políticos, criando um partido de situação (ARENA) e um de oposição (MDB). É preciso salientar que o MDB constituiu-se como partido de oposição ao regime, contudo de orientação mais moderada.

configuração interna da agremiação, bem como como sua atuação.

Assim, esse trabalho tem como proposta analisar a trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser, contextualizando as ações e situações atravessadas pelo mesmo ao longo de sua atuação política. Pesquisar Heuser não se configura apenas como um estudo de memória, relacionado a uma liderança não tão presente no imaginário político sul-brasileiro. Esta pesquisa possibilita ampliar e contribuir para as pesquisas dentro da área de História Política, sobretudo os estudos vinculados à atuação legislativa e organização dos partidos políticos no Rio Grande do Sul.

O político Siegfried Emanuel Heuser, natural de Santa Cruz do Sul, nasceu em 22 de outubro de 1919. Luterano, cresceu na região da Várzea do município, atualmente divisa de Santa Cruz do Sul com a cidade de Vera Cruz. Após concluir seus estudos no Colégio Sinodal do município, atual Colégio Mauá, foi estudar em Porto Alegre.[6] Graduou-se em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, no ano de 1943, em Ciências Econômicas e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir desse espaço acadêmico, participou da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul e do Conselho de Economistas Profissionais.[7] Na esfera pessoal casou-se com Hermengarda Bueno, com quem teve 5 filhos: Daniel, Adalberto, Jorge, Renato e Carla. Após enviuvar, casou-se novamente com Alice Simon, irmã de Pedro Jorge Simon. Em 2019, ano de conclusão desta pesquisa, Siegfried Heuser estaria completando seu centenário e 50 anos do fatídico 17 de outubro de 1969, quando teve seus direitos políticos cassados.

[6] As informações aqui utilizadas constam na edição da GAZETA DO SUL, 1°/04/1986, p. 4.

[7] Esta informação foi obtida a partir do Histórico da FEE. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-fee/. Acesso em: 12 jun. 2018.

No que se refere ao recorte cronológico desse estudo, o período privilegiado diz respeito ao espaço temporal em que o mesmo esteve ligado à política. Assim, o período compreendido vai de 1950 a 1986, ano de seu falecimento. Entende-se a dificuldade em abordar um espaço de tempo tão longo. Contudo, a análise da trajetória política de Heuser permite analisar questões pertinentes de sua atuação política, como cisões partidárias, o processo que levou o político à presidência da executiva do PTB estadual antes do AI-2, além de levantar problematizações pertinentes à configuração dos partidos políticos no Rio Grande do Sul e à escolha partidária de Siegfried Heuser, no período de abertura política.

O ingresso no meio político de Siegfried se deu a partir dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No ano de 1950, Heuser elegeu-se pela primeira vez deputado estadual, reelegendo-se ainda no ano de 1954 e em 1958, quando obteve uma votação expressiva, como terceiro deputado mais votado naquele pleito. Visto que sua área de formação profissional era a economia, o político petebista ingressou no governo do estado em 1959, como Secretário da Fazenda na gestão do então governador Leonel Brizola. Foi neste período que, como secretário fez uso da emissão das Letras do Tesouro, como meio para lidar com a crise econômica que o estado passava. Ainda, cabe pontuar que teve participação nos procedimentos que levaram à criação da Caixa Econômica Estadual e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), atuando como Secretário da Economia da mesma gestão.

No ano de 1962 foi eleito pela quarta vez para a Assembleia Legislativa do Estado, mas seu destaque no cenário político cresceu a partir do Ato Institucional n°2 (1965) e consequentemente o sistema bipartidário. Siegfried Heuser foi um dos principais organizadores do processo que levou à criação do Movimento

Democrático Brasileiro (MDB). À frente do MDB, foi o primeiro presidente do partido no estado do Rio Grande do Sul. Em 1966 foi lançado como candidato ao Senado pelo MDB contra três candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ocasião na qual acabou perdendo o pleito pelo sistema de sublegenda[8] que vigorava no período. Nas eleições para o Senado em 1966, o candidato mais votado da legenda com o maior número de votos era eleito. Apesar de Siegfried Heuser ter obtido o maior número de votos válidos, a legenda que representava, o MDB, não superou o número de votos válidos da legenda ARENA, que teve três candidatos para a vaga, obtendo o maior número de votos válidos, somados os votos dos três candidatos. Enquanto Siegfried Heuser como candidato único do MDB obteve 638.140 votos, Guido Mondin obteve 322.901 votos, Sinval Guazzeli 206.917 votos e Mário Mondino 142.662 votos, alcançando a legenda da ARENA 672.480 votos. Dentro deste sistema o candidato eleito foi Guido Mondin, que recebeu o maior número de votos entre os candidatos da ARENA. Após as eleições, o político ficou sem cargo legislativo, atuando de forma mais efetiva dentro do MDB. Em outubro de 1969, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5, podendo retornar às atividades políticas somente após a Anistia Política no ano de 1979. Já no ano de 1982 o político elegeu-se mais uma vez, na ocasião como deputado federal pelo PMDB, formado após o fim do MDB.

Ao abranger um período tão longo, faz-se necessário uma organização adequada para potencializar o tempo e otimizar o desenvolvimento da pesquisa. Deste modo, o presente estudo

[8] O sistema das sublegendas – criado por meio do Ato Complementar 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1965 – constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 (GRINBERG, 2009, p. 64). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

organizou o processo de angariação, transcrição e interpretação das fontes. Nesta investigação, foram contemplados os anais do Memorial da Assembleia Legislativa, compreendendo o período em que o mesmo atuou como deputado estadual. Soma-se a estas fontes os anais da Câmara Federal, para a análise de sua atuação enquanto deputado federal na década de 1980. Embora os registros oficiais tenham grande validade sob a ótica de legitimar os atos do político, os mesmos devem dialogar com fontes pessoais e públicas, no intento de ampliar e melhor entender a correlação das ações de Heuser, podendo assim problematizar os motivos que o levaram a ter determinado tipo de posicionamento em determinadas situações.

No trato das fontes utilizadas nesta pesquisa, estas foram categorizadas por indicadores, a partir do espaço em que foram angariadas. Estes indicadores auxiliaram nos passos operativos que se seguiram para a análise de conteúdo. Acerca da análise de conteúdo é necessário entender a organização e apreciação da mesma. Dentre as fontes utilizadas nesta pesquisa encontram-se jornais do período, anais da Assembleia (1951- 1967), Anais da Câmara dos Deputados (1983-1986) e acervos públicos. Nesse sentido, é pertinente entender a contribuição destas variadas fontes para a pesquisa. Em alguns casos, fornecem apenas informações pontuais, que corroboram com outros estudos que atravessam o período pesquisado, atuando no sentido de confirmar informações ou colocá-las em xeque. A análise de conteúdo, assim, está concentrada principalmente nas fontes de imprensa e nos anais da Assembleia e da Câmara, visto que, para que se entenda a conjuntura e o posicionamento do agente político aqui estudado, é pertinente entender de que forma o mesmo se pronunciou em determinada situação e o motivo de ter se colocado de tal maneira. Acerca das fontes legislativas, Carlos Bacellar destaca que “o mais interessante, nesse sentido, é consultar as

atas das sessões, em que se podem acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos, com os vereadores, deputados e senadores defendendo seus pontos de vista." (2008, p. 34). Logo, esta é uma análise importante, no sentido de compreender se as pautas levadas aos legislativo pelo político dialogam com seus pronunciamentos e plataformas político eleitorais.

Dentro do enquadramento metodológico da análise de conteúdo, se salienta a importância da organização das fontes utilizadas em pesquisa. Nesse viés, Bardin (2011) lança um arcabouço de opções metodológicas para a organização das fontes em passos operativos, dividindo-as em macro indicadores, que são aprofundados a partir de elementos apontados como passos operativos, como proximidade e pertinência das fontes para a pesquisa. No trato com fontes de imprensa, ainda é necessário salientar que o que foi publicado reflete a visão do jornal acerca do acontecimento, sendo necessário que haja uma problematização da fonte. Faz-se mister analisar qual notícia foi publicada, em que parte do jornal ela foi publicada, qual o posicionamento do jornal acerca do fato e qual a pertinência do acontecimento para a pesquisa. É necessário analisar o jornal como um ator político, que têm interesses na escolha e disseminação da informação, visto que "O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1990, p. 545).

No que se refere às fontes da atuação partidária, como deputado estadual e federal, a documentação foi organizada por ano, e transcrita, buscando criar elos entre a atuação política e a vida do político, entendendo que tais esferas mantém uma relação de interdependência.

Assim, a análise da trajetória de Heuser exige ampliar a visão sobre as fontes utilizadas em pesquisa, atentando para o di-

álogo de sua atuação política e a reverberação da mesma dentro da sociedade, sobretudo nas áreas de concentração de sua base eleitoral, como é o caso do município de Santa Cruz do Sul. Nesta pesquisa foram analisadas e organizadas por meio de passos operativos diversas fontes. Dentre elas, cabe destacar a presença do principal jornal de Santa Cruz do Sul, a *Gazeta de Santa Cruz*, que atualmente é publicado como *Gazeta do Sul*. Além do jornal santa-cruzense, à medida que a atuação política de Siegfried Heuser foi crescendo, também foram incorporados a pesquisa periódicos de maior abrangência, como é o caso do jornal *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo*. Os jornais foram analisados dentro dos anos correspondentes à atuação política de Siegfried Heuser, tendo as notícias organizadas por ano de publicação do jornal e subdivididas em pontos menores, dentro de cada ano, como notícias vinculadas a Heuser, e notícias do partido político em que Siegfried estava atuando. Conforme salienta Tania Regina de Luca "historicizar a fonte requer tem em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê." (2011, p. 132).

É mister salientar alguns pontos percebidos, no que se refere às fontes oriundas da imprensa. Com relação ao jornal *Gazeta de Santa Cruz*, editado posteriormente como *Gazeta do Sul*, é perceptível que o periódico se demonstrou aberto a veicular notícias de agremiações de cunho político. Contudo, pontua-se que algumas orientações tinham maior evidência em relação a outras. No uso de imprensa como fonte de pesquisa, De Luca denota que:

> O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido

> publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (2011, p. 140.)

Salienta-se, conforme Maria Helena Capelato que "na construção dos fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado." (1988, p.22). A opção por utilizar o periódico como fonte deve-se principalmente a dois pontos: Primeiro, entende-se que, para analisar o contexto em que Heuser foi candidato, é necessário entender onde este procurou focar suas atenções, na intenção de pleitear o maior número de votos. Assim, é plausível compreender que analisar o jornal, e principalmente as publicações presentes no mesmo que dialogaram com a figura de Siegfried Heuser, é um importante elemento para entender a maneira pela qual construiu-se a imagem do economista para as eleições de 1950.

No que dialoga com Heuser, foi notado que o jornal *Gazeta de Santa Cruz* privilegiava indiretamente os políticos de outros partidos, sobretudo Partido Social Democrático (PSD) e Partido Libertador (PL), além de textos de filiados a União Democrática Nacional (UDN). No decorrer da década de 1950 até o golpe de 1964, as páginas do jornal contemplaram os acontecimentos políticos, desde organização de diretórios, eleições e a pedidos de políticos e partidos, mas alguns partidos e políticos tinham suas publicações expostas em espaços mais nobres do jornal, enquanto as publicações do PTB, partido em que Heuser foi filiado até o AI-2, foram publicadas em geral nas últimas páginas das edições, padrão que foi mais recorrente no período em que Willy Carlos Froehlich, (político que foi prefeito de Santa Cruz do Sul e deputado federal pelo PSD) fora editor do jornal.

De maneira secundária, se destaca que boa parte dos materiais de fundos pessoais de Heuser foram perdidos ou extraviados, não sendo possível aprofundar em alguns momentos os dados com contribuições pessoais do mesmo. Nesse sentido, utiliza-se o jornal como fonte para entender o contexto do período compreendido ao pleito de 1950.

> Há muitas maneiras de se estudar a história das ideias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes das ideias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. (CAPELATO, 1988, p. 34).

Assim, ao analisar periódicos "devemos ter em mente que os jornais, e igualmente os jornalistas, não são imparciais, apesar desta roupagem de imparcialidade e verdade que nos passam cotidianamente." (KARAWEJCZYK, 2010, p. 143). Logo, "partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados". (ZICMAN, 1985, p. 90). Sob esta perspectiva, como salientado por Cláudio Pereira Elmir ""precisamos assim ter o máximo cuidado de não transformar os textos-objeto de nossa análise em instrumentos de nosso pretextos" (1995, p. 25). Ainda sobre a utilização dos jornais como fonte, salienta-se que as citações presentes nesta pesquisa foram transcritas utilizando o português atual, no intuito de manter padronizado e ortograficamente mais coeso.

Assim, entendido o processo que norteou os passos operativos para a organização das fontes, atenta-se a respeito da importância de compreender esta pesquisa como uma trajetória política de Siegfried E. Heuser. Isso não significa pensar que serão ignorados outros pontos da vida do político nessa construção. É plausível pensar que todos os espaços ocupados por Heuser têm validade e contribuição para entender suas ações políticas. Contudo, o foco desta pesquisa é analisar seu espaço de atuação política, entendendo que as ações de Heuser são compostas por diversas influências, de acordo com o contexto em que os acontecimentos ocorriam.

O próprio conceito de trajetória aqui empregado merece uma breve análise, a fim de distanciá-lo da noção de biografia e compreender de que forma o mesmo é utilizado na análise de Heuser. Conforme pontua Claudia Born:

> A trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. (2001, 241).

Sob tal perspectiva, "o indivíduo deve ser analisado por meio de sua trajetória, a qual deve ser vista de acordo com a movimentação dos indivíduos pelos campos político, religioso, econômico, intelectual, literário" (DA SILVA ROIZ, 2012, p. 143). Tais apontamentos contribuem para entender que a constituição do indivíduo e suas ações são multifacetadas, não sendo possível definir lógicas binárias as decisões e ações tomadas em determinadas situações. Na busca por compreender melhor esta pesquisa como trajetória, são utilizadas as noções bourdiesianas

de *Campo Político*, *Capital Simbólico* e *Trajetória*. Atenta-se para a escolha de Bourdieu no amparo teórico, entendendo a importância de seus conceitos para o estudo de trajetórias contemporâneas. Para isso, utiliza-se a noção de trajetória identificada por Bourdieu como uma "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (1996 p. 292.). O uso desta noção contribui para perceber os acontecimentos abordados dentro do contexto de um espaço social, analisando as ações de Siegfried Heuser. Ao pensar acerca da trajetória de um agente:

> É necessário que tenhamos em mente que, ao contrário do senso comum, não há uma sequência cronológica e lógica dos eventos na vida de uma pessoa. Para o sociólogo francês, aceitar como verdadeira a premissa de uma existência enquanto um "deslocamento linear" seria concordar implicitamente a filosofia da história enquanto sucessão dos acontecimentos históricos, uma história *événementielle*. (PREDEBON, 2017, p. 201.)

Neste sentido, ressalta-se a relevância de analisar os estudos de trajetória como posicionamentos decorrentes de escolhas, motivações e conjunturas que direta ou indiretamente tiveram efeito no indivíduo. Assim, é necessário que haja uma reflexão acerca das ações, escolhas e efeitos sobre as motivações e ações do agente, a fim de compreender a construção da trajetória de Heuser.

Sob esta perspectiva, emprega-se o conceito de *Habitus*, também de Bourdieu, no sentido de investigar o comportamento do político dentro do campo, verificando de que forma ocorreu o acúmulo de capitais que proporcionaram seu crescimento dentro do mesmo. Sob esta lógica, salienta-se que um político não se constitui apenas do capital político que acumula. Para en-

tender essa construção é necessário entender o campo de produção simbólica. Bourdieu enfatiza que "o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção" (2005, p. 12). No decorrer de sua trajetória, há o contato com diversos tipos de capitais, seja o capital social, econômico, cultural ou ainda simbólico. A existência e utilização destes capitais concomitante ao *habitus* do político contribui para a definição do espaço social ocupado pelo mesmo dentro da sociedade. Assim, considera-se que o espaço, compreendido como campo, é organizado a partir de posições de poder que podem ser reavaliadas, visto que o campo é um espaço de constantes lutas simbólicas. Posto isso, a pesquisa em diversos momentos apresenta problematizações acerca da aplicação dos conceitos trazidos à luz por Bourdieu, somando-se a noção de campo político, no sentido de compreender a conjuntura dos eventos explorados neste estudo.

Sob a perspectiva de Bourdieu, entende-se o campo político como uma noção que "permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político" (2011, p. 194). Para o sociólogo, o campo político é um espaço à parte, relativamente autônomo, mas que nunca se autonomiza totalmente, visto que, apesar de possuir suas próprias regras de funcionamento, inserção e manutenção, deve sempre prestar contas aos indivíduos que proporcionam sua existência, os eleitores. Esta noção de campo contribui para o aprofundamento das problematizações acerca da atuação política, entendendo que os posicionamentos sobre questões pontuais são mais complexos do que aparentam. Tal conceito permite pensar que para "compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social. Mas é preciso não

esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz" (BOURDIEU, 2011, p. 199). Salienta-se que apesar da utilização do conceito para análise da trajetória de Heuser, se compreende que o conceito empregado por Bourdieu é organizado a partir da sociedade francesa, tendo o Brasil suas particularidades. Acerca disso, Céli Regina Pinto, destaca que:

> É evidente que em sociedades mais estratificadas e com sistemas políticos mais estáveis como a francesa a identificação dos campos, de seus limites, de seu funcionamento é mais clara que em sociedades menos organizadas como a do Brasil. Ao mesmo tempo não se pode assumir a quantidade de formalismo como prova ou não da existência de campos e interesses irredutíveis. Talvez o reconhecimento e análise da promiscuidade dos campos em sociedades como a brasileira permita romper quando da análise de sociedades desenvolvidas, com uma pretensa pureza na conceituação de Bourdieu. (1996, p. 222).

Tendo consciência do caso brasileiro, se destaca que contextualizar as ações políticas tomadas por Heuser, implica investigar a relação com suas bases eleitorais, sobretudo Santa Cruz do Sul, além de investigar seu posicionamento dentro das agremiações partidárias que foi filiado, PTB, MDB e PMDB. Somado as observações, é importante atentar para as relações que Siegfried Heuser manteve com outros políticos e personalidades públicas no decorrer de sua trajetória política. Pensar nas relações desenvolvidas dentro e fora da esfera política contribui para ampliar conjunturas, possibilitando uma análise mais completa e que entenda a complexidade da proposta deste estudo.

Assim, aplicação do campo político produzida por Bourdieu tem como intuito referenciar conceitualmente e auxiliar na compreensão da trajetória de Heuser, além de dialogar com outros

conceitos importantes de Bourdieu, explorados nesta pesquisa, como as noções de poder simbólico. Concomitante com a aplicação da noção de campo produzida por Bourdieu, é igualmente explorado o conceito de Trajetória, contribuindo para identificar e problematizar situações empreendidas ao longo do texto.

Utilizando-se dos pressupostos mencionados, que configuram esta pesquisa como um estudo de trajetória, faz-se necessário a organização e divisão dos capítulos que dão corpo ao livro. Assim, procurou-se estruturá-los com base em alinhamentos que nortearam as ações políticas de Siegfried Emanuel Heuser, levando em considerações os diferentes espaços atravessados pelo mesmo.

Neste sentido, o capítulo 1 intitulado, "O Ingresso na Política e o Pleito de 1950", tem por objetivo analisar o ingresso de Siegfried Heuser na política. Sendo assim, este capítulo volta-se para responder questões que nortearam a escolha acerca do ingresso no meio político e a legenda escolhida. As principais questões abordadas neste capítulo são os motivos para o ingresso no meio político. O que levou Heuser a ingressar na Política? Porque escolheu o PTB, visto que o partido não tinha boa recepção em sua base eleitoral (Santa Cruz do Sul)? Como foi construída a imagem do político para o primeiro pleito em 1950? Contextualizar estes pontos permite analisar de que forma foi construída a imagem de Heuser no início da política. Ainda neste capítulo, esta imagem será problematizada, juntamente com a formação do PTB em Santa Cruz do Sul, questão de considerável pertinência para que se entenda a conjuntura que se apresentava no período.

O capítulo 2, "A Atuação na Assembleia (1951-1959)", pretende analisar a atuação e construção de Heuser como político a partir das duas primeiras legislaturas em que o deputado foi eleito (1950 e 1954). Para isso, é feito uso da documentação

presente nos Anais de Sessões Plenárias da Assembleia, material disponível no Memorial da Assembleia em Porto Alegre, além de Atas e Relatórios de Comissões e outras documentações que se relacionem com Siegfried Heuser. Para dialogar a atuação política com sua reverberação no público, são utilizados diversos jornais do período, com ênfase no periódico santa-cruzense *Gazeta de Santa Cruz*, atualmente *Gazeta do Sul*, e o jornal *Diário de Notícias*, a partir do ano de 1954, buscando articular o crescimento do capital político de Siegfried Heuser, visto que o nome do deputado passou a ser mais presente nas publicações dos veículos jornalísticos da capital do estado. Cabe pontuar que esta análise leva em consideração o jornal como ator político (BARDIN, 2011), que veiculou informações de Heuser para sua principal base eleitoral. Outro ponto abordado no segundo capítulo é o crescente aumento de votos que o deputado recebeu ao longo das eleições.

No terceiro capítulo, "A Dança das Cadeiras: Do Legislativo ao Executivo e para o Legislativo novamente (1959-1963)", se procura problematizar a atuação de Siegfried Heuser como Secretário da Fazenda do Governo de Leonel Brizola, eleito em 1958. Inicialmente neste capítulo, problematiza-se as condições que levaram Heuser a ocupar o cargo. Para isso, é realizada uma breve análise do governo de Leonel Brizola e procurando relacionar de que maneira Siegfried Heuser inseriu-se nesta conjuntura. Problematiza-se, também, o crescimento interno do político dentro dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro. O capítulo aborda a ligação de Heuser com a gestão estadual, enfatizando sua participação, na emissão das letras do tesouro do estado, as brizoletas, a criação da Caixa Econômica Estadual e do BRDE, entre outras ações que marcaram o governo de Brizola. Ainda, se destaca o retorno de Heuser para a sua cadeira na Assembleia Legislativa no ano de 1961.

O quarto capítulo, “Heuser, do PTB ao MDB (1963-1969)”, tem como foco contextualizar o cenário político a partir de seu quarto pleito para deputado estadual (1962), sobretudo no período de transição imposto a partir do AI-2. Cabe então analisar o crescimento do capital político do deputado, que o alçou após uma década nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, a condição de liderança petebista. Dentro do contexto pré-golpe, aborda-se neste capítulo, os debates internos dentro dos quadros do PTB, onde Heuser foi o último presidente estadual antes do golpe civil-militar de 1964. Também contempla-se a estruturação do MDB, sobretudo em nível estadual, onde Siegfried Heuser foi o primeiro presidente do partido. Nesse sentido, o capítulo apresenta os primeiros anos do Movimento Democrático Brasileiro como agremiação partidária, bem como as ações compreendidas por Heuser no período, contextualizando os antigos laços com o PTB e seus líderes e a organização do MDB, as disputas internas entre correntes emedebistas. No capítulo também é abordada a definição das candidaturas para as eleições de 1966 e a campanha eleitoral de Siegfried Heuser para o Senado. Além disso, é contemplado o período após as eleições, abordando até a cassação de seus diretos políticos em outubro de 1969.

O quinto capítulo, “O retorno de Heuser e a sua Atuação Política no retorno do Pluripartidarismo (1979-1986)” destaca dois pontos como principais eixos de discussão. São eles, a volta ao cenário político pela legenda do PMDB e sua atuação como deputado federal. Trata-se, neste capítulo, as questões que levaram Siegfried Heuser a retornar à política em 1979 no MDB e posteriormente a escolha pelos quadros do PMDB, visto que o mesmo poderia ter ingressado no PTB de Ivete Vargas, já que foi por intermédio de Getúlio Vargas que entrou na política. Acrescenta-se a opção de escolha do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, de quem foi secretário da Fazenda em

1959, contudo optou pelo PMDB, que tinha como maior expoente Pedro Simon, que o sucedeu na liderança do MDB e também foi cunhado de Heuser no período. Além de problematizar a questão partidária, o capítulo abordará as eleições de 1982 e a atuação do político na Câmara federal entre os anos de 1983 e 1986, visto que o mesmo faleceu antes de completar seu mandato.

Assim, o livro está organizado no intuito de cobrir todo o espaço de tempo compreendido como de atuação política de Siegfried Emanuel Heuser. Embora o objetivo principal esteja relacionado à área política, a pesquisa visa ampliar a análise sobre Heuser, no sentido de compreender melhor a conjuntura social que marcou sua trajetória. Reitera-se, ainda, a importância desta pesquisa para a contribuição aos estudos ligados à política no Rio Grande do Sul e a atuação legislativa no estado, além dos estudos direcionados a organização dos partidos políticos no Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 1

O INGRESSO NA POLÍTICA E O PLEITO DE 1950

A partir da segunda metade da década de 1940, houve uma reestruturação na ordem política nacional, marcando o início do período conhecido como experiência democrática. No espaço que vai de 1945 a 1964, três grandes partidos marcaram o cenário político nacional, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN).[9] Em tal organização, "é importante salientar que o personalismo político oriundo da figura de Vargas foi fundamental na configuração da nova ordem democrática" (D'ARAUJO; GOMES, 1989, p. 8). Em nível nacional, pode-se dizer que o elemento getulista foi um dos pontos levados em consideração na escolha ao filiar-se à determinada agremiação partidária. Conforme corrobora Skidmore, "ainda que abandonasse a cena o personagem central da recente história do Brasil, a sombra da sua personalidade dominaria a política brasileira, durante os anos vindouros" (SKIDMORE, 1976, p. 79). Logo, ao analisar a

[9] A organização destes partidos políticos no Rio Grande do Sul possui peculiaridades próprias do estado. Apesar de em nível nacional a UDN ser um partido de grande expressão, no Rio Grande do Sul o partido não terá grandes resultados eleitorais. Em nível estadual, o PL caracterizou-se como terceira força, devido às clivagens regionais que marcaram a formação partidária no estado. Diferentemente do centro do país, no Rio Grande do Sul, sobretudo a partir das eleições de 1947, os partidos PTB e PSD serão concorrentes, contrariando a lógica em nível nacional. Enquanto o PTB foi formado pela migração de partidários do PSD, muitos a pedido de Getúlio Vargas, (como é o caso de Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha) outros se inseriram no partido após a fusão da USB, que proporcionou o ingresso de Alberto Pasqualini no partido. Já o PSD, sofreu uma "udenização precoce" aliando-se ao longo do período pluripartidário a partidos de cunho liberal-conservador.

conjuntura da segunda metade da década de 1940 é mister para compreender a força de Getúlio Vargas, entendendo que, mesmo afastado do Catete, seu prestígio entre as massas e o meio político não fora afetado.

O Rio Grande do Sul apresenta características mais específicas acerca da formação partidária, que reverberaram ao longo de todo o período pluripartidário. Conforme aborda Noll e Trindade, "o Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos organizam-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão político – eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45." (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 77-78). No que tange à formação dos partidos no estado, o Partido Social Democrático, não demonstra grande diferenças de sua formação em âmbito nacional. A agremiação foi organizada, sobretudo, a partir da máquina burocrática do estadonovista. No Rio Grande do Sul, nomes como Ernesto Dornelles, Cylon Rosa e Protásio Vargas estiveram presentes na formação do partido. A comitiva formada em junho de 1945 concentrava em sua maioria os apoiadores de Getúlio Vargas.

O Partido Libertador, com maior representação no Rio Grande do Sul, formado a partir de clivagens regionais, teve inicialmente Raul Pilla como principal líder do partido. A agremiação caracterizou-se, juntamente com o Partido de Representação Popular (PRP) e posteriormente o Partido Democrata Cristão (PDC), como uma força de maior penetração no interior do estado e áreas de colonização germânica e italiana. Acerca do Partido de Representação Popular, percebe-se que o partido de Plínio Salgado - líder integralista - não encontrou grandes resistências para sua implementação no estado. A agremiação teve maior recepção no interior do estado, nas zonas de colonização. Salienta-se, ainda, que devido às agremiações que representaram segmentos mais conservadores da sociedade e populações

do interior, a União Democrática Nacional não teve tanto espaço no estado, apesar de ter em suas fileiras nomes como Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, o partido nunca chegou a mais que 9% nos resultados eleitorais.

Por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro, agremiação a qual Heuser foi filiado, configurou-se em nível estadual, recebendo formações de diversas correntes, o partido se constituiu conforme aborda Bodea (1992), a partir das correntes, sindicalista, doutrinário-pasqualinista e pragmático-getulista. Salienta-se que, apesar dos estudos de Bodea lançarem as bases dos trabalhos focados no PTB e trabalhismo no Rio Grande do Sul, as três vertentes observadas pelo político servem apenas como orientação, não contemplando necessariamente todos os filiados à agremiação. Também se coloca que, apesar dos estudos de Bodea lançarem importantes apontamentos acerca da configuração do partido, sua constituição não pode ser vista de maneira engessada, nestas três correntes. No caso de Heuser, por exemplo, o político ingressará dentro de um contexto diferente, a partir do recrutamento de profissionais liberais e que não se encaixam necessariamente dentro das correntes propostas por Bodea.

Salienta-se ainda que o Partido Comunista Brasileiro esteve ativo até a cassação da legenda em 1947, tendo sua atuação política organizada a partir do líder Luís Carlos Prestes. Na ilegalidade, os comunistas se abrigaram na legenda do Partido Republicano (PR) a partir de 1950 (CÁNEPA, 2005). Ainda, cabe observar que o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) tiveram pequenas expressões em resultados eleitorais no estado. Ainda que de maneira breve, é necessário compreender o padrão eleitoral constituído no Rio Grande do Sul ao longo do período 1945-1964.

> A curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regio-

> nais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleada em torno de um PSD "udenizado" que entra em conflito com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN e PRP), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que inclui PSD, PL, UDN, PDC e PSP. O PSB não consta porque seu único deputado estadual incorpora-se ao PL. (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 82-83).

Assim, cabe destacar esta particularidade do Rio Grande do Sul, que marcou o período de 1945-1964. No estado, houve uma alternância de poder entre o PTB e o PSD, que aglutinava, nas coligações para os pleitos, forças anti-trabalhistas. Em suma, "agrupando-se as coalizões partidárias formadas no período que vai de 1950 a 1960, encontram-se aí pelo menos dois blocos distintos: o do PTB e seus aliados, e o do PSD e dos conservadores." (BAQUERO; PRÁ, 2007, p.80).

Em 1947, na primeira eleição direta para o governo do estado, o candidato Walter Jobim do PSD foi o vencedor, desbancando os candidatos Alberto Pasqualini, do PTB, e Décio Martins Costa, do Partido Libertador (PL). Nas eleições seguintes, em 1950, Ernesto Dornelles do PTB foi eleito, derrotando o candidato da coligação PSD-UDN-PRP, Cylon Rosa. No pleito de 1954, Ildo Meneghetti, representante da Frente Democrática, foi eleito, derrotando o candidato petebista Alberto Pasqualini. No ano de 1958, Leonel de Moura Brizola, concorrendo pela coligação PTB-PRP, foi eleito governador, e Peracchi Barcelos, da Frente Democrática (PSD-UDN-PL), foi derrotado. Em 1962, o padrão foi mantido com a vitória de Ildo Meneghetti da Ação Demo-

crática Popular (PSD, UDN, PL, PDC, PRP), contra o candidato petebista Egídio Michaelsen. Cabe salientar que neste pleito Fernando Ferrari concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), oriundo de cisão ferrarista dentro do PTB.

No que refere-se a Siegfried Emanuel Heuser, para entender o contexto que levou o economista a concorrer no pleito de 1950, torna-se um trabalho mais aprofundado. Devem ser levados em consideração diversos pontos, tais como, região de origem, base eleitoral, atuação acadêmica e profissional, redes de contato com agentes políticos, e entre outros fatores que estiveram presentes nos espaços onde Heuser passou e foram preponderantes para a formação do mesmo, contribuindo em suas escolhas e motivações que direcionaram o mesmo para a atuação política.

Assim, este capítulo tem por objetivo analisar a conjuntura em que Siegfried E. Heuser estava organizado e quais elementos serviram como motivadores para o ingresso do então economista e funcionário da Bromberg S.A na política. O capítulo ainda oferece uma análise acerca da campanha eleitoral feita no ano de 1950, para o pleito do mesmo ano, visando uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

1.1. DO MEIO ACADÊMICO PARA O PTB

Pode-se afirmar que o nome de Siegfried Heuser é lembrado até os dias de hoje de maneira recorrente, lembrança presente por sua atuação como economista, destacada na homenagem recebida em 1987, a partir da qual a FEE passou a denominar-se Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. No intento de compreender a trajetória política de Heuser é im-

prescindível ter conhecimento dos elementos que contribuíram para sua atuação como político.

Nascido em 22 de outubro de 1919, no município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Siegfried era filho de Emanuel Christiano Heuser e Ida Stumm, que possuíam um tambo de leite e vendiam o artigo na cidade. Heuser cresceu na região da várzea em Santa Cruz, auxiliando seus pais na entrega do produto (GAZETA DO SUL, 1°/04/1986, p.4). Em 1929 começou a frequentar o Colégio Sinodal, atual Colégio Mauá, em Santa Cruz do Sul, onde em 1934 concluiu o curso de Guarda-Livros. (GAZETA DO SUL, 1°/04/1986, p.4). Após a conclusão dos estudos em Santa Cruz do Sul rumou para Porto Alegre, onde graduou-se em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)[10] e no ano de 1943 bacharel em Administração e Finanças. A turma de seu ano fora composta por Alvaro Teixeira de Alencastro, Decio Peres Braga, Darcy Nicola Bastos, Fernando Bicca Quintana, Germano Carlos Schmidt, João de Deus Guimarães de Barros, Joaquim Francisco Dias Campos, José Truda Palazzo, Mario Carraro Gonçalves, Mario Horn, Ney Lopes Camino, Nilson Sandoval Asp, Oswaldo Paixão e Wolmer Pereira Estrella (CORAZZA, 2009). No decorrer de sua atuação no espaço acadêmico, Heuser foi um dos fundadores e chegou a presidir a Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, além de ter integrado o Conselho Regional de Economistas Profissionais por sete anos[11]. Toda formação técnica o habilitou para o desempenho das atividades econômicas que posteriormente seriam uma de suas principais marcas como político. Para Bourdieu esse conhecimento profissional específico é um dos pontos a serem observados na construção do *habitus* do político.

[10] FEE. Histórico da FEE. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-fee/. Acesso em: 12 jun. 2018.
[11] FEE. Histórico da FEE. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-fee/. Acesso em: 12 jun. 2018.

Segundo o sociólogo:

> o *habitus* político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais. (2005, p. 169-170).

Assim, para entender a conjuntura do ingresso no meio político, se faz necessário problematizar a contribuição dos economistas para o campo. Em considerável parte dos casos, os economistas que ingressaram e participaram de espaços políticos, eram oriundos das elites sociais. Sob esta perspectiva, pondera-se a respeito das condições que proporcionaram seu acesso ao meio político, visto que a situação deste difere da maior parte dos casos. Cabe pontuar que a família de imigrantes ligados a Heuser teve em Santa Cruz do Sul considerável importância como grandes comerciantes da cidade. Contudo, a ramificação dos Heuser da qual Siegfried Heuser era oriundo representava a parte mais simples em termos financeiros[12].

No que tange aos economistas, os casos mais memoráveis do PTB que ingressaram no meio político foram Fernando Ferrari e Siegfried Heuser. Contudo, por diversas vezes os economistas participaram de governos sem ingressarem pela veia eletiva e, em diversas situações influenciaram governos sem necessa-

[12] Para maiores informações acerca da família de comerciantes HEUSER, sugere-se a leitura de NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos empresários**: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). 2012.

riamente atuarem como políticos, trabalhando nos bastidores como suporte a gestão pública. Desse modo, para compreender o capital simbólico de Siegfried Heuser, que proporcionou sua eleição em 1950, é mister entender que sua área de atuação como economista contribuiu para construção deste capital. Como coloca Bourdieu, a formação profissional transforma-se em um instrumento que contribui e é utilizado na construção do capital simbólico.

> O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens eu não é possível adquirir diretamente com a moeda). (2005, p. 148-149).

Pode-se entender que Heuser se graduou no período de estruturação dos cursos superiores de Economia no Brasil, organização esta que ocorreu no decorrer da década de 1940. De acordo com Loureiro, "antes disso, o ensino da economia restringia-se a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de direito e engenharia, e ainda a uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante" (1997, p.33). Embora esse processo de organização no ensino superior estivesse ainda em desenvolvimento, se pontua que os economistas, sobretudo a partir dos governos de Vargas, foram frequentes nos governos, na maior parte dos casos em órgãos governamentais e instituições de pesquisas aplicadas.

De tal modo, é aceitável pensar que as informações técnicas, advindas do meio econômico, fossem utilizadas como discurso político em diferentes momentos de nossa história. Contudo, Loureiro assinala que "a informação técnica que se transformou em recurso político foi o conhecimento econômico; e que este conhecimento, em suas dimensões tanto teóricas, quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas" (1997, p. 24). Neste sentido, esta análise requer muito cuidado, para que não haja equívocos de interpretação.

Explorada a importância da profissão de economista como um dos elementos que contribuíram para sua inserção na política, cabe delinear o acesso no meio político, onde torna-se perceptível a relação com sua formação acadêmica. Vale salientar que Heuser não era oriundo de uma família de políticos, conforme o próprio afirmou em sua primeira fala na Assembleia Legislativa em 1951, "não tenho passado de projeção política, nem o tiveram meus ascendentes." (GAZETA DE SANTA CRUZ, 09/03/1951, p.3). Também é necessário levar em consideração, que durante sua formação acadêmica, Heuser teve contato com professores que mais tarde contribuiriam para seu ingresso no meio político. Além disso, também teve contato com ideias políticas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940. Conforme aponta Igor Grill (2017), Siegfried Heuser era considerado um seguidor da linha pasqualinista. Porém, salienta-se que não há menções de participação de Heuser na USB.

Possivelmente, uma das questões chaves para a trajetória de Siegfried seja compreender quais motivos o levaram a escolher as figuras do Partido Trabalhista Brasileiro. A maior parte dos estudos[13] que se debruçaram em analisar a formação dos partidos políticos e suas bases eleitorais, denota que o PTB foi um

[13] Cabe destacar os estudos de Bodea (1992), D'Araújo (1996), Skidmore (1976).

partido formado à sombra de Vargas, visando a abraçar as massas operárias do Brasil, concentrando-se nas áreas urbanas, situação que não é o caso da base eleitoral de Heuser, o município de Santa Cruz do Sul, formado por imigrantes germânicos.

No sentido de entender as opções partidárias que Heuser possuía, propõe-se uma breve reflexão sobre a formação do PTB no Rio Grande do Sul. A partir da Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945, que previa eleições diretas no Brasil, houve a reorganização dos partidos na premissa de que as agremiações deveriam ter um caráter nacional. Dentre os partidos organizados, destacam-se o PSD e PTB, categoricamente favoráveis a Vargas e UDN, declaradamente anti-getulista.

A União Democrática Nacional, como já assinalado, foi organizada em nível nacional como o partido de oposição à figura de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, segundo esse padrão, a legenda concentrará, dentro de seu quadro partidário, políticos que entraram em atrito com Vargas, como Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Embora possuísse caciques da política do Rio Grande do Sul dentro do partido, a seção rio-grandense da UDN não chegou a conseguir nenhum resultado expressivo sozinha. Na maior parte dos pleitos esteve coligada com outros partidos como PSD e PL. Organizado a partir do PRR, o partido sofreu uma cisão em seu primeiros momentos, quando Borges de Medeiros assumiu a chefia do partido e, segundo pontua Cánepa "reafirma o apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, o que determinará a cisão do PRR e o ingresso de sua facção "getulista" no PSD." (CÁNEPA, 2005, p.106).

Acerca do PSD, conforme corrobora Ângela Flach e Claudira do S. C. Cardoso:

> O PSD organizou-se ainda no primeiro semestre de 1945, seguindo os passos do PSD nacional, em que o beneplácito da interventoria e da máquina

> governamental local foram fundamentais para a organização e sustentação do partido. As principais lideranças no período de sua estruturação foram Protásio Vargas, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa. Já na primeira convenção do partido, em julho de 45, originou-se a ala trabalhista, fruto da disputa entre lideranças elitistas e populistas, a qual deu origem ao PTB. (2007, p. 62).

Assim, o PSD demonstrou, em certa medida, uma organização no que se refere a estruturação do partido no Rio Grande do Sul. Conforme salienta Lisandre Oliveira, a fim de aprovar o programa do partido, foi necessário a expansão do mesmo pelo interior do estado.

> intensificou-se a organização de núcleos pessedista pelo estado, sendo o diretório municipal de Porto Alegre o responsável por percorrer os municípios e articular as forças locais. José Diogo Brochado da Rocha e o secretário estadual de Obras Públicas, Walter Jobim eram responsáveis por negociar com os diretórios libertadores e republicanos "no sentido de sua extinção", orientando-os para ingressarem no PSD. O chefe de gabinete de Cylon Rosa, advogado e jornalista Damasso Rocha, foi o responsável pela organização dos comitês em toda a zona colonial, além de atuar como redator chefe do jornal do PSD gaúcho *Correio da Noite*. (OLIVEIRA, 2008, p. 41).

Como se percebe, já no ano de 1945, o PSD estruturou o partido tanto na região metropolitana quanto no interior do estado. Isso foi viável, visto que a organização do partido tinha relação com as interventorias estaduais e municipais, já que o mesmo foi estruturado a partir da máquina burocrática do Estado Novo.

Percebe-se que a organização do PSD inicialmente foi eficiente, observando as eleições de Eurico Gaspar Dutra e Walter Jobim. Contudo, no Rio Grande do Sul, diferentemente do restante do país, PSD e PTB serão opositores. Diversos estudos versam acerca da formação e estruturação desta oposição, que contou com alguns elementos já pontuados e com outros mais específicos.

Conforme já colocado, o Partido Trabalhista Brasileiro recebeu diversas vertentes em sua formação, inclusive, como salientado anteriormente, políticos oriundos de cisão interna da ala trabalhista do PSD. Apesar de formado, o partido demorou mais do que as outras agremiações para estruturar-se em solo rio-grandense.

Cabe pontuar que, em outubro de 1945, antes das eleições marcadas para dezembro, o presidente Vargas foi deposto de seu cargo, vindo a retirar-se em sua fazenda em São Borja. Conforme aponta Skidmore "a maneira pela qual Vargas havia partido era importantíssima. Como Góes de Monteiro lembraria mais tarde à UDN, o ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército." (SKIDMORE, 1976, p. 78). Essa questão será um dos elementos de perceptível importância para o crescimento do partido no estado, visto que a forma que ocorreu o afastamento de Vargas alterou sua relação com o PSD nacional. O crescente descontentamento da maior figura política nacional do período com o governo Dutra levou, quase um ano após as eleições em dezembro de 1946, a romper com o governo, concentrando-se na organização do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul que, em certa medida, encontrava-se de maneira pouco estruturada. Conforme Ângela Flach e Claudira do S. C. Cardoso apontam, os resultados do pleito de 1945 mostraram a necessidade de empreender uma maior organização do Partido Trabalhista Brasileiro, visto que:

> Os resultados eleitorais de 1945, no tocante à representação, podem ser entendidos, conforme Gláucio Soares, como reflexo do nível de organização que um partido possui, constituindo-se num indicador de estruturação partidária. Seguindo essa lógica, pode-se observar que nas eleições de 1945 o PSD, a UDN e o PCB alcançaram um nível de organização significativo, à medida que concorreram ás eleições em todos os estados; já o PTB concorreu em 14 unidades da federação. Tais resultados demonstram a pouca organização do partido, ao menos nos municípios do Rio Grande do Sul, o que provavelmente tenha levado suas lideranças a investir na consolidação e ampliação do PTB no estado, buscando transformá-lo no maior partido regional. (2007, p. 64).

De fato, o município de Santa Cruz do Sul, cidade natural de Siegfried e sua principal base eleitoral, não contou com um diretório formado para auxiliar o partido na campanha eleitoral de 1945. A formação do diretório municipal ocorreu somente em 22 de novembro de 1946, elegendo como seu primeiro presidente Arno W. Schmidt[14]. Essa primeira formação do diretório petebista em Santa Cruz do Sul contou com a representação de diversos segmentos dos trabalhadores santa-cruzenses, tais como metalúrgicos, empregados de escritório, trabalhadores em fumo, em frigorífico, em construção, em madeira, em transporte, em borracha, entre outros segmentos.[15] No que tange ao

[14] Arno W. Schmidt foi um advogado que atuou em Santa Cruz do Sul e tendo seu escritório na rua 28 de setembro, n° 366. O mesmo era representante do Consorcio Pan-Americano de Advocacia e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi o primeiro presidente do Diretório Municipal do Partido e segundo revelam as fontes um dos grandes organizadores do PTB no município.

[15] Acerca da formação do diretório do PTB em Santa Cruz do Sul ver em GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul**: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias.

diretório santa-cruzense, percebe-se que o mesmo manteve-se sob a liderança de Arno W. Schmidt até este deixar a presidência em 1957. Já nesse período importantes nomes do cenário local faziam-se presentes dentro da agremiação, como Arthur Walter Kaempf, dono do Sanatório Vida Nova, Emiliano José Limberger, Ottomar João Muench, Orlando Oscar Baumhardt, Benno Waldemar Assmann, entre outros. Em 1957, no sentido de posicionar o diretório local a favor da candidatura de Loureiro da Silva como governador do estado, para as eleições de 1958, Siegfried Heuser tornou-se o presidente do diretório santa-cruzense, apesar de atuar em Porto Alegre. Pontua-se ainda, que o PTB nas eleições municipais só elegeu um prefeito no período 1945-1964, quando Arthur Walter Kaempf foi eleito no pleito de 1955, denotando a dificuldade dos trabalhistas em ter a receptividade daquele eleitorado.

Considerando os estudos relativos à formação do PTB no Rio Grande do Sul, Miguel Bodea aponta três vertentes como formadoras do PTB no Rio Grande do Sul; a corrente sindicalista, doutrinário-pasqualinista e a pragmática getulista. No que diz respeito às mesmas, pode-se dizer que a primeira vertente estava ligada, como o nome sugere, às principais lideranças sindicais do estado, nos diversos segmentos do operariado. Formada a partir da ala sindicalista do PSD, esta vertente teve seus adeptos ligados ao movimento queremista no Rio Grande do Sul. Foi este grupo que, em 14 de setembro de 1945, assinou a ata de fundação do PTB no Rio Grande do Sul.

A segunda vertente doutrinário-pasqualinista cresceu em torno das ideias do político Alberto Pasqualini. Pasqualini neste período já havia sido vereador pelo Partido Libertador em Porto Alegre e secretário, entre 1943 e 1944, na interventoria de

Monografia (Graduação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível em: http://hdl.handle.net/11624/1345.

Ernesto Dornelles na pasta do Interior e Justiça. Contudo, por estar em desacordo com as práticas do regime estadonovista, o mesmo havia se desligado da função, opondo-se ao regime. Seu nome e alcunha de doutrinador cresceu a partir do discurso *Um Mundo baseado na Cooperação* feito na formatura da turma de economistas da UFRGS, em 1944. Mas foram suas "*Sugestões para um programa de Governo*" publicadas em março de 1945, no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, que fizeram seu nome conhecido em todo o estado. A partir de então, cresceu em torno do político um grupo de simpatizantes e adeptos às suas ideias. Conforme Bodea:

> Em junho de 1945, formou-se, sob a presidência de um padeiro progressista, João Monteiro dos Santos, o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado, em sessão pública, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no dia 21 de setembro de 1945. (BODEA, 1992, p. 23).

Após o lançamento do Manifesto de criação da União Social Brasileira, ocorreu o diálogo entre o PTB e a USB, firmando um termo de compromisso político entre as agremiações, aproximando as mesmas e facilitando posteriormente a incorporação da USB ao Partido Trabalhista Brasileiro. Por fim, a terceira via pragmático-getulista formou-se a partir de políticos oriundos dos quadros do Partido Social Democrático. Cabe salientar que, dentro desta vertente era possível encontrar nomes como Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Em certa medida, pode-se analisar esta terceira vertente como a mais próxima da cartilha política de Getúlio Vargas, contudo, os políticos que migraram do PSD para o PTB fizeram a troca devido às cisões internas dentro do Partido Social Democrático.

Pontua-se que as vertentes salientadas por Bodea possuem um caráter de formação, visto que o partido teve, ao longo de sua existência, diversas influências, ascensão, declínio e cisão de diferentes lideranças internas. Logo, observa-se, por exemplo, que partidários que foram organizadores da agremiação em seus anos iniciais como, José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva, paulatinamente perderam espaço dentro do partido para jovens políticos que emergiam como João Goulart e Leonel Brizola. Assim, é perceptível que a confluência de diversas vertentes formadoras também foi um dos pontos que acentuou as divergências e cisões internas no partido. Acerca da leitura de Bodea sobre a formação da agremiação no estado é necessário contextualizar, conforme análise feita por João Batista Carvalho da Cruz que:

> Tal classificação, a nosso ver, é parcial e válida apenas para os anos iniciais do partido no estado. Isso porque ela indica tão somente as origens de atuação (social, política e profissional) dos grupos que formaram o PTB gaúcho. Quer dizer, ela não traduz as diferenças ideológicas e as proposições programáticas de cada corrente. Essa discussão, diga-se de passagem, não é aprofundada pelo autor, que ao longo da obra mostrar-se-á mais preocupado com o que chama de "divisão de tarefas" entre os dois grandes líderes do trabalhismo gaúcho: Vargas e Pasqualini.
>
> Dessa maneira, julgamos que a classificação feita por Lucilia Delgado (2001), enfocando genericamente o trabalhismo brasileiro, é válida também para o caso gaúcho. Delgado é mais precisa quando propõe a existência de três tendência ideológicas, políticas e de facções no seio do PTB, quais sejam, os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. (2010, p.54-55).

Em termos práticos, seria difícil enquadrar Siegfried Heuser em uma das três vertentes propostas por Bodea (1992), dada as diversas influências e contatos que o mesmo recebeu de diferentes correntes no processo de inserção nos quadros do PTB. Dessa forma, prefere-se analisar seu ingresso sobre outra ótica, dentro de uma conjuntura de organização do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul, onde a filiação de Heuser aos quadros da agremiação convertia-se em uma força estratégica, visando aumentar a penetração do partido em uma zona de colonização germânica, onde, como já percebido em diversos estudos dedicados a eleições e recepção dos partidos, o PTB demonstrava dificuldade em penetrar, diminuindo assim a disparidade entre o PTB e as forças liberais-conservadoras na região.

Considerando a conjuntura mais favorável ao PSD no município de Santa Cruz do Sul, seria plausível imaginar que Heuser escolhesse as fileiras do PSD, partido do prefeito Willy Carlos Froehlich que ficou à frente do cargo de 11 de junho de 1945 até 14 de setembro de 1947, quando foi substituído por Bruno Agnes. Froehlich no pleito de 1950 foi eleito deputado federal. Ainda que não escolhesse as fileiras do PSD, Heuser poderia optar por partidos com maior penetração em zonas de colonização. Segundo corrobora Hélgio Trindade:

> A distribuição geográfica de votos dos partidos de terceira força permite definir a natureza circunscrita da penetração partidária do PRP e PDC: os pontos de maior concentração localizam-se na parte norte do estado, em regiões associadas á imigração italiana e alemã, e com altos índices de prática religiosa comparando-se com as regiões mais descristianizadas do sul. (TRINDADE, 1978, p. 169).

Soma-se ainda a possibilidade de escolher os quadros do Partido Libertador, agremiação que elegeu em várias oportuni-

dades, inclusive na primeira vez em que Heuser fora eleito deputado estadual, em 1950, o libertador Norberto Schmidt, como deputado estadual e federal[16].

Expostas estas observações, compete delinear quais os motivos nortearam a escolha do Siegfried Emanuel Heuser pelo PTB. Tal opção tem ligação direta com sua formação acadêmica. Foi durante seu período de estudo na UFRGS, que o mesmo teve contato com Armando Temperani Pereira[17], que fora seu professor de economia política. Armando Temperani Pereira era amigo de Getúlio Vargas e manteve relações com o político de forma mais corriqueira no período que sucedeu o fim do Estado Novo. Aliás, diversas personalidades visitavam Getúlio após ter sido deposto, conforme observado por Skidmore, "a sua estância, em São Borja, tornou-se a Meca dos aspirantes aos cargos públicos, o que vinha mostrar, a toda evidência, que a personalidade central do período não era o presidente recém-eleito, mas o recém-deposto." (SKIDMORE, 1976, p. 102). A ligação de Temperani com Getúlio Vargas serviu como base para Siegfried Heuser ingressar nos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro[18], somada a boa recepção que Heuser teve das ideias de Alberto Pasqualini.

Analisa-se sobre este contexto a contribuição da organização partidária do PTB no pleito de 1950. Após a reunião do Diretório Nacional do PTB, ocorrida em 8 de julho de 1950, foi eleita

[16] Norberto Harald Schmidt foi um político santa-cruzense que atuou na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. Elegeu-se em 1950 e 1954 para deputado estadual pelo PL, sendo segundo suplente para deputado federal nas eleições de 1958. Após o bipartidarismo filiou-se a ARENA, onde foi eleito deputado federal. Conforme depoimento prestado ao jornal Gazeta do Sul, no período de falecimento de Siegfried E. Heuser, afirmou que os dois eram amigos de infância, desde os 7 anos de idade.

[17] Além da atuação como professor da Faculdade de Economia da UFRGS, foi filiado ao PTB e amigo pessoal de Getúlio Vargas. Elegeu-se vereador em Porto Alegre no pleito de 1950 e deputado estadual nas eleições de 1954. Foi suplente a deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1958, chegando a ocupar uma cadeira na Câmara em 1959.

[18] Esta informação foi confirmada de maneira informal via troca de e-mails com filhos de Siegfried Heuser.

uma nova executiva, que contou com os nomes de João Goulart, Leonel Brizola e Egydio Michaelsen. Segundo Bodea:

> Esta nova executiva imprimiria uma atuação dinâmica e ágil ao partido, nos três meses que o separavam das eleições, ativando, entre outros órgãos partidários, o famoso Diretório Alberto Pasqualini do qual faziam parte professores e profissionais liberais, entre eles o professor universitário Temperani Pereira, que se filiara naquele mesmo ano. (1992, p. 65).

Dentro desta lógica, compreende-se o nome de Armando Temperani Pereira como um capitaneador de personagens oriundos do meio acadêmico para as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro. Este posicionamento corrobora com o ponto suscitado por Bodea, no qual a executiva nacional do PTB, visando reativar o Diretório Alberto Pasqualini para uma missão doutrinaria, cogitava o nome de Armando Temperani para liderar este processo.

Como fica constatado, a relação de Siegfried Heuser com seu professor foi reafirmada em sua primeira fala na Assembleia Legislativa, onde o mesmo cita um trecho do livro do professor "Armando Temperani Pereira, catedrático de economia política, que se intitula Introdução à economia política, tendo sido editado também pela Globo, em 1946." (CORAZZA, 2009, p. 29). Conforme discursou Heuser:

> Peço vênia aos meus nobres pares, para citar um conceito que considero lapidar, e em torno do qual pretendo estabelecer o ponto essencial das minhas atividades parlamentares. O conceito é do meu prezado mestre, Prof. Temperani Pereira, e está contido em sua obra de Economia Política.
> O mundo tem se debatido, atônito e impotente,

> em graves crises de ordens várias - moral, jurídica, social, política, etc. Mas é curial e absolutamente certo que, na origem, no cerne, essas crises todas se encontram na tessitura das relações econômicas das sociedades. A grande e alevantada aspiração das nações modernas é acabar com as crises e as guerras. É forçoso que se reconheça que só a Economia Política pode fornecer aos homens bem intencionados a chave que resolverá os ternos problemas e enigmas, que têm infelicitado a humanidade. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 09/03/1951, p. 3).

A decisão de citar Temperani, em sua primeira fala como deputado estadual, denota o respeito e admiração que Heuser nutria por seu professor e amigo. Se pode afirmar que o papel de Temperani dentro do partido e a influência do mesmo foi preponderante na escolha de Siegfried Emanuel pela legenda do PTB. Ainda em sua primeira fala na Assembleia, Heuser afirmou que escolheu "as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro por me parecer a sua doutrina a que mais objetivamente nos poderia conduzir à solução do eterno problema social, dentro de normas rigorosamente cristãs" (GAZETA DE SANTA CRUZ, 09/03/1951, p. 3). Com estas apresentações, constata-se que o ingresso de Heuser no PTB se deu de maneira singular, não estando necessariamente enquadrado nas três vertentes apontadas como formadoras do PTB por Bodea.

Ao analisar sob a ótica de Bodea, pode-se afirmar que a entrada de Siegfried Heuser no PTB cumpre um dos pontos levantados pelo autor para a configuração do Partido Trabalhista Brasileiro como maior partido do Estado. Assim como outros casos, seu ingresso no partido contribui para "consolidar os ganchos eleitorais de 1947 ao nível de estrutura partidária, tanto na capital, quanto no interior do estado". (BODEA, 1992, p. 59).

Sob este viés, a campanha de Siegfried E. Heuser, visando

uma cadeira na Assembleia Legislativa no pleito de 1950, utilizou elementos específicos para angariar votos dentro do eleitorado santa-cruzense. Antes de ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro[19], Siegfried Heuser trabalhava em Porto Alegre na empresa Bromberg S.A, onde, apesar de não ter sido possível identificar o que exatamente executava, tem-se a informação de que era um cargo de alta importância[20]. Sabe-se que esta posição de confiança, em uma importante empresa estabelecida da capital do estado, foi material abordado na construção de sua figura política como um candidato no qual os eleitores poderiam depositar seu voto.

1.2. A CAMPANHA PARA DEPUTADO ESTADUAL DE 1950

As eleições de 1950 podem e devem ser analisadas a partir da figura de Vargas. Após seu rompimento com o governo Dutra[21] e o processo de estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul no final da década de 1940, era de se esperar que essa estruturação rendesse frutos no pleito de 1950. Foi dentro desta conjuntura que Siegfried Heuser chegou ao pleito de 1950, como candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

---

[19] Segundo informações obtidas a partir de conversa informal com Emiliano Limberger, Siegfried Heuser filiou-se ao PTB pelo diretório de Porto Alegre. Contudo, o político fez parte de diversas executivas do PTB no município de Santa Cruz do Sul, chegando em 1957 a ser presidente do diretório municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, sendo reeleito presidente do PTB local em 1962.

20 Informação obtida no jornal *Gazeta de Santa Cruz*, na edição de 15 de ago. 1950, p.1.

[21] Conforme Bodea (1992), diversas lideranças e segmentos do PTB foram contrários ao apoio de Vargas a Eurico Gaspar Dutra, nas eleições de 1945. No final de dezembro de 1946, ocorreu a ruptura de Getúlio Vargas e o PSD do Rio Grande do Sul. Em nível nacional, como destaca Maria Celina D'Araujo (1996), orientado por Getúlio Vargas o Partido Trabalhista Brasileiro rompeu com o governo em julho de 1947.

Assim, a análise da campanha de Siegfried Heuser deve ser entendida dentro de um espaço maior, onde o principal objetivo era colocar o PTB como o grande vencedor das eleições de 1950 e, dentro desse contexto, candidatos como Siegfried para a Assembleia Legislativa do Estado.

Atenta-se que os votos obtidos por Siegfried Heuser em Santa Cruz representaram uma importante parcela de mais de 70% dos votos recebidos pelo candidato. No que diz respeito a sua atuação no município de Santa Cruz do Sul, pode-se dizer que sua campanha teve início em 15 de agosto de 1950, quando o candidato visitou a cidade ainda como alto funcionário da empresa Bromberg S. Anônima. Embora sua visita tenha se dado como candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro, as publicações impressas anunciando-o como candidato começaram a circular nas edições do jornal *Gazeta de Santa Cruz* apenas no mês de setembro. Destaca-se que, em setembro, um espaço comprado pelo PTB anunciava os aspirantes petebistas como "candidatos do povo", dando ênfase aos nomes de Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari e para deputado estadual Siegfried Heuser, um filho de Santa Cruz do Sul[22]. A publicação denota a importância de vincular o nome dos candidatos aos grandes caciques do PTB. O prestígio dos candidatos, sobretudo de Getúlio Vargas, contribui no crescimento do capital simbólico do candidato, ao estar associado às figuras reconhecidas do partido. Soma-se a este elemento o apelo de pertencimento da publicação. Ao passo que Heuser é associado como um filho de Santa Cruz do Sul, por ser natural do município, o mesmo enquadra-se dentro de uma série de elementos culturais que são familiares aos santa-cruzenses, sobretudo as tradições e costumes ligados aos imigrantes germânicos. De acordo com Bourdieu:

[22] GAZETA DE SANTA CRUZ, edições de 02 de set. de 1950 e 26 de set. de 1950.

> a procura dos critérios "objetivos" de identidade "regional" ou "étnica" não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (2005, p. 112).

Dessa forma, em diversas oportunidades percebe-se a busca em associar o candidato aos santa-cruzenses e, por conseguinte, à cultura germânica incutida na região. Ainda nesta publicação é interessante pontuar a dobradinha Siegfried Heuser para deputado estadual e Fernando Ferrari para deputado federal[23]. Ambos oriundos do meio econômico (Heuser bacharelou-se em 1943 na UFRGS e Ferrari em 1944 na PUC-RS), conforme corrobora a dissertação de Maura Bombardelli, os políticos mantiveram uma relação próxima, fazendo campanha em "dupla" em mais de uma eleição (BOMBARDELLI, 2016). Essa parceria se estenderá ainda pelas eleições de 1954 e 1958, sendo desfeita somente com a cisão de Fernando Ferrari com o PTB, a partir da qual o político fundou o MTR, enquanto Heuser manteve-se nas

[23] No que se refere às principais lideranças do PTB na década de 1950, pode-se afirmar que Fernando Ferrari foi a que Heuser teve maior proximidade. Ainda que o político tivesse em diversas oportunidades feito campanha e participado de eventos, convenções e atuado na Assembleia com os líderes partidários, o político esteve mais próximo de Ferrari, chegando a fazer campanha para a candidatura de Loureiro da Silva para candidato a governador do estado em 1958, onde Loureiro era apoiado por Ferrari como uma via alternativa a candidatura de Brizola, que tinha o apoio o João Goulart. Acerca de Brizola e Goulart, Heuser terá uma relação mais próxima com estes, a partir de sua atuação como Secretário da Fazenda no Governo Leonel Brizola, e após o golpe de 1964, quando depois da cassação de João Goulart e João Caruso e o falecimento de Ruy Ramos, Siegfried assumiu a presidência do PTB, estando em contato com os partidários.

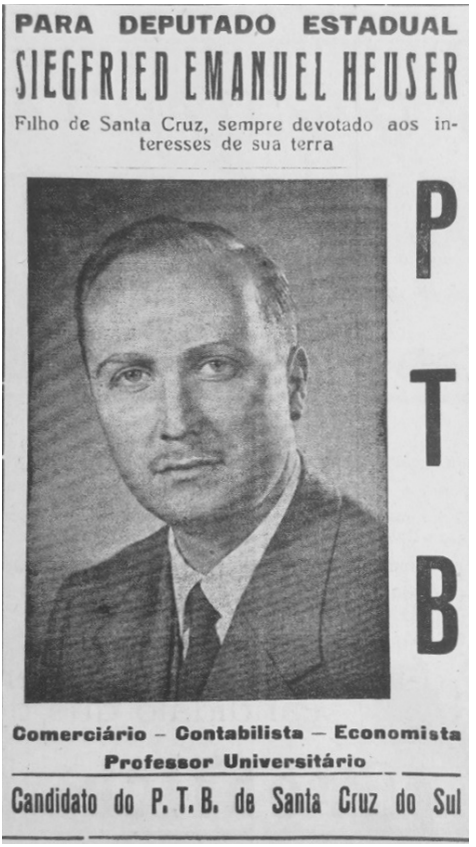


Figura 1. *Anúncio Candidatura de Siegfried Heuser.*

Fonte: *Gazeta de Santa Cruz*

fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro.

No que consta acerca da vinculação da imagem de Siegfried Heuser para o pleito, é sabido que a partir de setembro de 1950, o anúncio do candidato começou a ser publicado nas edições da *Gazeta de Santa Cruz*, conforme vemos na Figura 1, ao lado.

As informações ligadas ao candidato proporcionam problematizar vários elementos explorados na campanha para a construção de sua imagem política. No anúncio, se percebe que ele é apresentado como "filho de Santa Cruz, sempre devotado aos interesses de sua terra". Cabe analisar que na constituição do perfil político de Heuser, o mesmo buscava deixar evidente que, em sua atuação como deputado, levaria à Assembleia, pautas que dialogassem com as necessidades dos santa-cruzenses, sobretudo as questões relacionados a produção de fumo. De acordo com Bourdieu:

> As tomadas de posição políticas num dado tempo (por exemplo, os resultados eleitorais) são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objetivadas

> (programas, plataformas de partidos, declarações, etc.) que está ligada a toda a história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria, à história das relações entre oferta e procura. (2005, p. 156).

Sob esta perspectiva, deve-se compreender que as declarações de Heuser estiveram, neste primeiro pleito, ligadas especialmente às necessidades dos pequenos produtores, em especial aos produtores de fumo, grupo que recebeu especial destaque em sua primeira legislatura na Assembleia.

Em 15 de setembro de 1950 ocorreu em Santa Cruz do Sul, na praça da Bandeira, um dos pontos centrais da cidade, localizada junto à prefeitura Municipal, o comício do PTB para a apresentação do candidato a governador do estado Ernesto Dornelles. Esta manifestação contou com vários aspirantes a cargos eletivos, como Germano Dockhorn, Victor Issler, Ruy Ramos, Guilherme Mariante e Siegfried Emanuel Heuser, que discursou aos presentes na oportunidade. Salienta-se que o comício foi divulgado via rádio pela ZYE-8. Desse modo, acerca da efetividade dos comícios em Santa Cruz do Sul, Schmidt coloca que era prática comum em campanhas eleitorais os comícios na cidade, tanto na área urbana quanto na rural, "principalmente nas últimas semanas antes da realização dos pleitos. Frequentemente eram acompanhados de jantares ou distribuição gratuita de bebidas aos presentes por parte dos candidatos" (SCHMIDT, 2003, p. 39). Contudo, apesar da importância eleitoral da manifestação, o evento não foi o mais importante ligado ao PTB no município.

Em 22 de setembro de 1950, o comício contou com a presença de Getúlio Vargas, que foi recepcionado no município com uma caravana de mais de 200 veículos automotores, contingente considerável para o período em questão. A Base de Dados Eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul disponibilizou um

raro registro da passagem do candidato pela cidade, onde Vargas visitou a Catedral da cidade (Figura 2).

Figura 2. *Visita de Getúlio Vargas a Santa Cruz do Sul em 1950.*

Fonte: *Base de Dados Eleitoral (UNISC).*

Na ocasião, diversos nomes petebistas acompanharam Vargas à Santa Cruz do Sul, tais como Ernesto Dornelles, José Diogo Brochado da Rocha, Egídio Michaelsen, Fernando Ferrari, Batista Luzardo, Victor Issler, Ruy Ramos, além do candidato e Siegfried Emanuel Heuser, que discursou para o público que se aglomerara para ouvir os líderes petebistas. Como já abordado, o discurso de Vargas buscou aproximar o eleitorado santa-cruzense de sua imagem. Em sua fala, no comício de Santa Cruz do Sul, "Vargas se exime da responsabilidade pelos excessos cometidos no chamado "Programa de Brasilianização"[24] durante a interventoria do general Cordeiro de Farias e lembra a sua substituição por Ernesto Dornelles, o atual candidato traba-

[24] O Programa de Brasilianização, foi uma política adotada no período do Estado novo que tinha como principal objetivo a nacionalização e difusão de uma identidade brasileira. No caso dos redutos de colonização germânica, houve um aumento nas ações repressivas a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Para maiores informações acerca do contexto de Santa Cruz do Sul, sugere-se a leitura de Olgário Vogt (2001).

lhista" (BODEA, 1992, p. 76). Ponderar a fala de Getúlio Vargas, torna-se plausível no sentido de entender que o mesmo organizou seu discurso visando aproximar-se do eleitorado, identificado com partidos mais conservadores como PSD e PL. Assim, o discurso apresenta-se dentro uma luta no seio do campo político, dominado na região de Santa Cruz do Sul, sobretudo por estes partido de cunho liberal-conservador. Acerca do campo político, Bourdieu pontua que:

> O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (2005, p. 164).

Segundo o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, o comício reuniu cerca de 6 mil pessoas e foi irradiado pela emissora de rádio local. Acerca deste comício, Bodea traz importantes elementos para análise:

> O discurso de Santa Cruz e mesmo os pronunciamentos de Pasqualini em Santa Maria e Caxias tornam clara a estratégia das lideranças trabalhistas em atrair o apoio do colonato rural, evitando que se formasse uma "frente única" dos interesses agrários contra o PTB. A partir daí, a ideia de uma aliança entre um PTB urbano, com forte base de sustentação operária, e setores da pequena propriedade agrícola esboça-se com crescente nitidez nas lideranças do trabalhismo gaúcho, particularmente, na atuação dos dois jovens deputados estaduais oriundos da ala moça: Leonel Brizola e Fernando Ferrari. (BODEA, 1992, p. 77).

Assim, entende-se que a presença de Heuser nos comícios, para além de propaganda partidária, insere-se em uma conjuntura de disputa do espaço político. Para o PTB, ter um candidato natural da região de colonização germânica não gerou somente divergência de voto entre o eleitorado, mas colaborou para o fortalecimento do Partido trabalhista, além do fortalecimento da própria figura de Vargas, principal político da agremiação.

No tocante aos resultados das eleições de 3 de outubro de 1950, os números da votação são valiosos para a interpretação do comportamento eleitoral a nível nacional, estadual e município (Santa Cruz do Sul). De fato, conforme já está demonstrado a partir dos estudos de Hélgio Trindade, no Rio Grande do Sul houve uma:

> tendência à polarização das preferências eleitorais num sistema bipartidário de fato. Esta dicotomização não se observa apenas nas eleições majoritárias gerais, mas, inclusive, ao nível das lutas político-partidárias locais onde predomina a disputa entre o populismo (PTB) e os partidos de conservadores liberais (PSD, PL ou UDN). Além disto, a análise das coligações partidárias locais (eleições para prefeito) confirmam este padrão com a grande incidência de coligações nucleadas em torno do PTB ou dos partidos anti-PTB. (1978, p.155).

Os resultados mostram que, a nível majoritário, Getúlio Vargas elegeu-se com 48% dos votos. Aliás, a eleição de 1950 pode ser entendida como uma grande vitória para o Partido Trabalhista Brasileiro, que elegeu Vargas como presidente, Ernesto Dornelles como governador do Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini para senador, além de obter 10 cadeiras na Câmara dos Deputados e 21 cadeiras na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. As vitórias, assim como a maioria nas bancadas, podem ser entendidas como um satisfatório resultado petebista.

No que se refere ao pleito em Santa Cruz do Sul, os números foram bem mais equilibrados. Percebe-se que em todos os níveis houve os candidatos pessedistas sobrepuseram-se aos petebistas. Aliás, a única exceção, a preferência eleitoral dos santa-cruzenses que compareceram às urnas fica a cargo de Siegfried Emanuel Heuser. Apesar do PTB não ter obtido o maior número de votos por legenda nos votos para a Assembleia Legislativa, Heuser foi o deputado mais votado no município de Santa Cruz do Sul. Dos 4.267 votos recebidos, 3.067 vieram de urnas santa-cruzenses. Acerca desta expressiva votação no município, Heuser manifestou-se no jornal *Gazeta de Santa Cruz*, em 10 de outubro de 1950.

> É com a mesma satisfação que novamente me dirijo ao povo da minha Santa Cruz, agora por intermédio das colunas da "Gazeta", para expressar-lhe os meus agradecimentos pelo apoio que me foi dado no pleito eleitoral de 3 deste mês, apoio esse que vem evidenciar, mais uma vez, a generosidade que lhe é peculiar para com os seus filhos que tudo fazem par a honrar a terra que os viu nascer.
> Ainda o meu agradecimento especial aos bons companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro desta cidade, na pessoa do seu Presidente, Dr. Arno W. Schmidt, companheiro leal e valoroso, que, coesos, deram vigorosa demonstração de ardor cívico nessa caminhada política em torno dos ideais do nosso glorioso Partido, que tem como bandeira o grande brasileiro Doutor Getúlio Vargas. Santa Cruz do Sul, outubro de 1950. Siegfried Emanuel Heuser. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 10/10/1950, p. 1.).

Sobre os outros resultados, percebe-se que o PTB conseguiu um número expressivo de votos, considerando todas as questões que conotam a dificuldade do partido em adentrar nas zonais mais rurais, sobretudo de imigração germânica. Contu-

do, em nenhuma das disputas de cargo o partido obteve o maior número de votos. Em Santa Cruz do Sul, para a presidência, o candidato do PSD, Cristiano Machado, computou 4.806 votos, enquanto Getúlio Vargas obteve 4.075 votos, seguido do brigadeiro Eduardo Gomes da UDN com 3.322 votos. Na votação para vice-presidente, novamente o candidato pessedista obteve maior número, com 4844 votos para Altino Arantes, 3.067 para Odilon Braga e 768 votos para Café Filho. No que se refere aos votos para governador do estado, Cylon Rosa obteve 5.228, seguido por Ernesto Dornelles com 3.778 e, por fim, Edgar Schneider com 3.082. Para senador, o mais votado foi Plínio Salgado com 5.678 votos, seguido de Alberto Pasqualini, que obteve 3.999, além de Décio Martins Costa, com 2.154 votos.

Na legenda federal, o comportamento eleitoral santa-cruzense também manteve favorável ao PSD. A legenda obteve 4751 votos, enquanto a legenda do PTB recebeu 3.492. Essa questão pode ser analisada a partir dos candidatos concorrentes na eleição. Dos 4.751 votos para deputado federal da legenda do PSD, 4390 foram para o político santa-cruzense Willy C. Froehlich. Ao passo que o PTB não dispunha de candidatos para deputado federal naturais do município ou da região com um capital político considerável. O candidato mais votado do partido foi a "dobradinha" de Siegfried Heuser, Fernando Ferrari que recebeu 2146 votos. Nas legendas estaduais, o PSD recebeu ao total 3.645 votos, tendo o candidato Ernesto Wunderlich como mais votado com 1.602. O Partido Trabalhista Brasileiro recebeu 3484 votos na legenda, sobretudo capitaneados pela votação de Heuser no município. Cabe pontuar, também, a votação do Partido Libertador em Santa Cruz do Sul. A legenda do partido recebeu 2.521 votos, sendo que destes 2.416 foram para Norberto H. Schmidt, que fora eleito deputado estadual neste pleito[25]. Segue abaixo

[25] Todas as informações correspondentes aos resultados das eleições de 1950, no

uma tabela com os cinco deputados estaduais mais votados em Santa Cruz do Sul.

TABELA 1. RESULTADOS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL 1950: SANTA CRUZ DO SUL

Resultado Eleições 1950 – Santa Cruz do Sul			
Candidato	Partido	N° de votos	Porcentagem de votos no município (%)
Siegfried Emanuel Heuser	PTB	3.067	25,56%
Norberto Harald Schmidt	PL	2.416	20,13%
Ernesto Wunderlich	PSD	1.602	13,35%
Albino Lenz	PSD	1.158	9,65%
Hugo G. Mueller	PRP	868	7,23%

Fonte: *Base de Dados Eleitoral (UNISC).*

Conforme se observa na tabela, Heuser foi neste pleito o capitaneador de votos petebistas no município. Coloca-se, então, que o município de Santa Cruz do Sul demonstrou-se na contra mão dos resultados gerais da eleição. Enquanto a nível federal e estadual, o pleito de 1950 é reconhecidamente compreendido como uma das mais significativas vitórias petebistas do período democrático, os resultados de esfera municipal mostram que o eleitorado santa-cruzense não contribuiu para a hegemonia petebista no pleito. Analisa-se, então, que o resultado obtido por Siegfried Heuser, considerado como o único positivo aos trabalhistas em Santa Cruz do Sul, esteve ligado, sobretudo a sua posição como natural da cidade, somando-se ao capital político do economista, que já era reconhecido como funcionário da Bromberg S. Anônima. Acerca do capital pessoal Bourdieu pontua que:

> O capital pessoal de "notoriedade" e de "popularidade" – firmado no fato de *ser conhecido e re-*

município de santa Cruz do Sul, foram retiradas do jornal *Gazeta de Santa Cruz*, especificamente da edição de 13 de outubro de 1950.

> *conhecido* na sua pessoa (de ter um "nome", uma "reputação", etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma "boa reputação" – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso de advogados, um domínio profissional da eloquência. (2005, p. 191).

Um fator que contribui para a compreensão da confiança dos eleitores santa-cruzenses em Heuser, fora o fato do mesmo ter sido bem votado na maior parte das seções eleitorais do município, recebendo votos em todas elas. Essa regularidade, que garantiu a Siegfried Emanuel Heuser cerca de um quarto da votação total para deputado estadual, merece ser ponderada, visto que, ao menos em questões numéricas, os dígitos de votos recebidos confirmaram ao longo das eleições Heuser como maior deputado santa-cruzense em nível estadual. Atuando como deputado estadual, Siegfried Heuser esteve, em certa medida, inclinado a agir politicamente em favor das demandas da sua principal base eleitoral, Santa Cruz do Sul.

CAPÍTULO 2

A ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA (1951-1959)

Este capítulo tem por objetivo analisar a atuação de Siegfried Heuser como deputado estadual no Rio Grande do Sul, problematizando o período em que exerceu a atividade na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme já pontuado na introdução, Heuser foi eleito deputado estadual nos pleitos de 1950, 1954, 1958 e 1962. Nesse sentido, os apontamentos deste capítulo direcionam-se ao período que abrange as legislaturas de 1951-1955 e 1955-1959, visto que, apesar de eleito em 1958, Siegfried Heuser atuou como Secretário da Fazenda do governo de Leonel Moura Brizola. Ainda, cabe salientar que sua atuação no pleito de 1962 será explorada com maior ênfase em outro capítulo, no qual aprofundará os estudos sobre os últimos anos de atuação legislativa, a presidência do PTB estadual e a formação do MDB.

Assim, neste capítulo será problematizada a atuação legislativa de Heuser, sem deixar de levar em consideração sua atuação fora da Assembleia Legislativa como, por exemplo, nos períodos de campanha eleitoral. No que diz respeito aos pronunciamentos, o conceito de pronunciamento utilizado nesta análise dialoga com o levantado por Durval de Albuquerque Júnior, considerando pronunciamento como:

> o ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosófi-

> cas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas, etc. Trata-se do ato de exprimir-se verbalmente; de proferir ou articular um discurso; de ler em voz alta e clara uma peça de oratória; de manifestar o que pensa ou sente; de emitir sua opinião, podendo ser feito também por meio da divulgação de uma peça escrita, dirigida a ou veiculada pelos diferentes meios de comunicação social. (2009, p. 225).

Neste sentido, se compreende que a atuação legislativa de Heuser foi um dos elementos mais pertinentes para a construção de sua imagem política. Conforme será abordado nas próximas páginas, a atuação na Assembleia, juntamente com as relações internas dentro do partido foram preponderantes para o entendimento de sua trajetória política.

2.1. O ECONOMISTA NA ASSEMBLEIA (1951-1955)

Entende-se as eleições de 1950 como um dos momentos mais importantes para a sedimentação da força política do PTB. No pleito, em nível federal, Getúlio Vargas foi eleito como presidente e Alberto Pasqualini como senador e o partido teve sua bancada na Câmara Federal ampliada. No Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, oriundo do Partido Social Democrático Autônomo (PSDA) e candidato a governador do estado pela coligação PTB-PSDA-PSP foi eleito e na Assembleia Legislativa, os trabalhistas obtiveram a maior bancada. Das 55 cadeiras, 21 foram para o PTB, 17 para o PSD, 6 para o PL, 4 para o PRP, mesmo número da UDN que também obteve 4 cadeiras, além de PSP com duas cadeiras e PSB com uma cadeira. Segundo Bodea (1992) a vitória no pleito significou uma nova fase do trabalhismo gaúcho. Conforme abordado por Cánepa (2005), na esfera estadual faz-se pertinente destacar duas considerações:

> Em relação ao Governo Dornelles, acredito que duas considerações poderiam ser feitas à guisa de conclusão: a) a primeiras delas, é que colocou-se totalmente alinhado ao Governo Vargas, de início ao fim do mandato, procurando sempre que possível enfatizar a importância do Governo Vargas para o país e a importância do apoio dado pelo Governo da União ao Estado; b) a segunda consideração a fazer, diz respeito às relações Executivo e Legislativo. Neste caso, do mesmo modo que Jobim, ainda que também não contasse com maioria no Legislativo, Dornelles não teve problemas em ver aprovadas suas propostas. (CÁNEPA, 2005, p. 170).

Dentro desta conjuntura, no início de 1951, tomaram posse na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul os deputados eleitos no pleito de 1950. Entre as 21 cadeiras ocupadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro, figurava o Siegfried Heuser.

O primeiro pronunciamento de Siegfried Heuser ocorreu na 13° sessão, em 23 de fevereiro de 1951. Sua fala na Assembleia denotou importantes elementos que devem ser levados em consideração na construção da imagem e na atuação política do mesmo. Heuser, após apresentar-se, iniciou sua fala afirmando "não tenho passado de projeção política, nem o tiveram os meus ascendentes" (ANAIS ALRS, 23/02/1951, p. 457). Conforme denotado no primeiro capítulo, este elemento é de considerável importância para compreender o ingresso do economista na política. Salienta-se também nesta fala, como já apontado no primeiro capítulo, a ênfase de Heuser no conceito expresso por Armando Temperani Pereira, principal articulador do Diretório Alberto Pasqualini em Porto Alegre. Ao finalizar sua fala, o deputado ainda fez referência aos cidadãos de sua terra natal, Santa Cruz do Sul, referindo-se como "aquele povo bom, trabalhador e de ascendrado amor a pátria, como o é de toda a terra gaúcha"

(ANAIS ALRS, 23/02/1951, p. 457). Cabe pontuar que a fala de Siegfried Heuser teve espaço no jornal santa-cruzense Gazeta de *Santa Cruz*, sendo noticiada em 09 de março de 1951.

Elemento que corrobora com a importância dada por Heuser aos santa-cruzenses é o apoio prestado a Norberto Schmidt, deputado estadual pelo Partido Libertador, também natural do município de Santa Cruz do Sul. Percebe-se que quando o assunto tinha ligação com o município e cidades abrangentes, os deputados apoiavam-se colocando em segundo plano a relação partidária. Tais posicionamentos reverberavam no jornal *Gazeta de Santa Cruz*, o qual ao menos nesta legislatura tinha um posicionamento receptivo ao petebista.

A fim de ilustrar essa ênfase dada pelo jornal, destaca-se que na edição de 10 de abril de 1951, a página 4 foi completamente preenchida pela publicação "Na Assembleia Legislativa do Estado a Paralisação do Esgoto" (GAZETA DE SANTA CRUZ, 10/04/1951, p.4), no qual estava transcrito o pronunciamento de Norberto Schmidt acerca da paralisação do serviço de saneamento no município de Santa Cruz do Sul. Na fala, o deputado libertador fez a leitura de um editorial da *Gazeta de Santa Cruz*, que colocava que a paralisação devia-se a questões políticas. Na ocasião, em um aparte, Heuser pontuou que as paralisações não tinham natureza política, contrapondo-se ao editorial, mas evidenciou a validade e o apoio a fala de Norberto Schmidt, entendendo que esta não era uma crítica ao governo do estado, mas uma exigência das necessidades do município.

Outro ponto levantado que corrobora com este posicionamento, em junho de 1951, refere-se à isenção de imposto dos pequenos produtores, também proposta por Norberto Schmidt, que tinha por objetivo aprovar uma alteração na lei, isentando não só o pequeno produtor de pagar o imposto de venda e con-

signações, como também o arrendatário até 25 hectares.[26] Novamente, destaca-se que a pauta dialogava com interesses do pequeno produtor, logo, a discussão na Assembleia teve espaço na *Gazeta de Santa Cruz*, em matéria sob o título "A Isenção do Pequeno Produtor novamente na Assembleia Legislativa" (GAZETA DE SANTA CRUZ, 19/06/1951).

A proximidade com Santa Cruz do Sul era um ponto muito pertinente dentro da atuação de Heuser, tanto que, em 24 de abril de 1954, o jornal *Gazeta de Santa Cruz* destacou em sua edição o discurso proferido por Siegfried em um jantar oferecido pelas classes conservadoras e povo de Santa Cruz do Sul (GAZETA DE SANTA CRUZ, 24/04/1954, p. 1), em 19 de abril de 1954.

> Hoje, a Associação do Comércio de santa Cruz do Sul presta sua homenagem aos seus representantes no Parlamento e Assembleia Legislativa. Mas eu quero dizer-vos que aqui estou não para receber homenagens, e sim para render minhas homenagens ao povo de minha terra, fora de partidos, porque eleito ou não, sempre estarei acima de partidos e com o povo de Santa Cruz do Sul! (GAZETA DE SANTA CRUZ, 24/04/1954, p. 2).

Analisando a primeira legislatura de Siegfried Heuser de maneira mais sistemática, são perceptíveis alguns elementos e pronunciamentos pertinentes. Além das notícias publicadas na *Gazeta de Santa Cruz*, cabe pontuar que diversas outras publicações tiveram espaço no periódico, sempre que consideradas significativas para a cidade e região. Em 3 de julho, foi publi-

[26] Salienta-se que nos diálogos ocorridos na Assembleia Legislativa, Heuser pontuou que os produtores não se importavam de pagar o imposto, contudo, os agricultores queriam ver a aplicação do dinheiro arrecadado com os impostos revertido em melhorias na qualidade de vida dos mesmos.

cado na capa do jornal, uma reportagem feita com Orlando O. Baumhardt, um dos líderes do PTB local, falando acerca da atuação dos trabalhistas na Câmara Federal e Assembleia Legislativa. No que diz respeito a Heuser, o entrevistado pontuou elementos que foram levantados pelo deputado na Assembleia. Dentre as ações destacadas, citou-se a construção de uma ponte sobre o Rio Pardo, na estrada Santa Cruz do Sul - Candelária. Além desta obra, salientou-se outra obra na estrada Sinimbu - Quatro Léguas. Na mesma notícia ainda foi colocada a questão do Patronato Agrícola de Candelária, uma obra de assistência social para menores. Acerca da questão do Patronato, em publicação feita em 7 de dezembro de 1951, sob o título de "150 mil cruzeiros para o Patronato Agrícola de Candelária", a *Gazeta de Santa Cruz* transcreveu parte dos pronunciamentos da 192° sessão de 20 de novembro de 1951, onde após apartes de Mem de Sá (PL), Peracchi Barcelos (PSD) e Adail Moraes (PSD), foi aprovada a emenda que garantiu o valor para o patronato.

Em 17 de julho de 1951 e estendendo-se ainda pelas edições de 24 e 27 de julho, 03 de agosto, findando apenas em 10 de agosto, a *Gazeta de Santa Cruz*, publicou sob o título "Vibrante trabalho do Deputado Siegfried E. Heuser na Assembleia" as considerações de Siegfried Heuser que faziam, inicialmente, referência a 91° sessão, onde Heuser teceu comentários acerca de um discurso feito pelo udenista Victor Graeff, a partir do qual foi pronunciado por Heuser um estudo de economia política sobre o custo de vida. Apresentando um estudo com base em dados coletados, o deputado procurou tirar o crédito da fala do líder udenista e focar nos números acerca do aumento do custo de vida. No discurso Heuser colocou que:

> A estatística que se referiu, nessa ocasião, o ilustrado parlamentar, o nobre deputado Victor Graeff, refere-se ao aumento do preço de certos gêne-

> ros alimentícios, do ano de 1938 ao ano de 1950. Constatou, que esse aumento era de uma média de 341%.
> Isso, a tradução do fenômeno econômico. Mas, da sua relação com o homem, relação da qual falou, nada disse na mesma medida, ou seja com estatísticas. Bastou que dissesse que nessa relação o fracasso foi total, com aquela ênfase e elegância que lhe são tão peculiares. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 17/07/1951, p. 4).

Ainda, procurando validar seu discurso e tirar o crédito da fala de Graeff, Siegfried Heuser colocou que "como economista, somente afirmo uma coisa, quando tenha presente números: é que eles não comportam apreciações subjetivas. Não admito, também, que alguém, por subjetivismo, faça afirmativas que não possa confirmar." (GAZETA DE SANTA CRUZ, 24/07/1951 p. 4).

Percebe-se que houve por parte de Heuser, uma preocupação no que se refere ao plano de ação para o ano de 1952. Em diversas sessões, o deputado salientava que o governo anterior havia usado muitos recursos financeiros e que a Comissão de Finanças e Orçamento, da qual fazia parte, devia estruturar uma previsão de execução orçamentária para 1952. Esta questão apareceu diluída nos pronunciamentos do político ao longo de algumas sessões plenárias, tendo mais ênfase na 168° sessão, de 12 de outubro de 1951.

A fim de apontar pronunciamentos corriqueiros dentro de suas exposições, que tinham o objetivo descaracterizar o debate político na fala de Heuser e interpretá-lo como uma discussão econômica, salienta-se a sessão de 13 de novembro de 1951, onde discutiu-se o projeto de lei 53-51[27], acerca do qual

[27] O projeto de lei 53-51 tinha por objetivo isentar um imóvel do pagamento do imposto de transmissão de propriedade na aquisição de pequena propriedade urbana ou rural. A definição de "pequeno" entre municípios por mecanismos previstos

Heuser pontuava a necessidade de analisar de que maneira os gastos com a aprovação do projeto refletiriam no orçamento do estado. Divergindo dos deputados Adail Morais (PSD) e Flores Soares (UDN), sobre o crescimento da dívida das finanças públicas do estado, Heuser expôs valores que segundo o deputado Adail Morais não seriam exatos, ao que Heuser enfatizou, "Então V. Excia. esquece as regras da matemática. Tenha a bondade de ler primeiro o balanço geral do Estado para ver como tenho razão. Venham por favor, com números. Render-me-ei à evidência quando convencido disso, mas com números e não com simples contestação." (ANAIS ALRS, sessão 188° 13/11/1951, p. 190). O interesse em salientar a resposta de Heuser não é a questão orçamentária, mas sim exemplificar uma prática frequente do deputado na Assembleia, transformar o debate político em uma questão econômica.

Novamente atuando em favor de Santa Cruz do Sul, salienta-se que já no findar de 1951, na 215° sessão de 19 de dezembro, Heuser levou à Assembleia o pedido de elevar a Comarca de Santa Cruz do Sul de 2°para 3° entrância. Para isso, o deputado levou à plenária um Memorial, redigido por diversas autoridades da cidade, incluindo os poderes públicos, presidentes dos diretórios locais e profissionais liberais. O caso reverberou nas páginas do jornal local sob o título "Empenha-se o deputado Siegfried E. Heuser pela elevação de entrância da comarca de S. Cruz do Sul", na edição de 05 de fevereiro de 1952.

Na sessão de 4 de março de 1952, Heuser em um dos poucos pronunciamentos diretamente relacionados à questão partidária, discorreu sobre o governo federal, pontuando que diversos jornais pelo país levantavam a questão do aumento para

no projeto. Ainda que não seja possível dimensionar em números a arrecadação do imposto para os cofres do estado naquele período, se pode dizer que a isenção não contribuiria para aliviar o déficit orçamentário.

o funcionalismo público. No pronunciamento, Heuser observa que a gestão federal aumentou a arrecadação e melhorou a situação financeira comparado "ao descalabro que reinava nas finanças federais, principalmente no último semestre do Governo do Gen. Dutra" (ANAIS ALRS, sessão 10° 04/03/1952, p. 36). Outra questão relevante, referente ao público que Heuser representava no legislativo, diz respeito a seu pronunciamento na 4° sessão de 25 de abril de 1952. Na ocasião Siegfried Heuser salienta a importância da profissão para a vida pública e privada e a pertinência da regulamentação da mesma.

> Com a regulamentação da profissão de contabilista, pelo decreto 20158, de 30 de junho de 1931, quando se dava aos contabilistas um campo de ação legalmente delimitado, despertando maior interesse para o estudo da ciência contábil, novos rumos se abriram aos profissionais que se dedicavam ao estudo dessa ciência. E de lá até aqui tem sido um corolário de vitórias sucessivas, culminando em 1945, quando o ensino da ciência contábil passou à esfera do Ensino Superior, mediante a criação do Curso de Ciência Contábeis e Atuariais. (ANAIS ALRS, 4°sessão 25/04/1952, p.130).

Antes de concluir seu pronunciamento na sessão, Heuser levou à Casa uma Resolução do Conselho Regional de Contabilidade, que discorria sobre o aproveitamento de técnicos contabilistas nas Prefeituras do interior do estado. É pertinente compreender os motivos de Heuser fazer menção à área contábil em seu pronunciamento. Sendo da área e estando próximo a diversos grupos, compondo no decorrer de sua atuação política Conselhos de Economia, o político sempre que possível destacou a questão econômico-contábil. Ao analisar sua primeira legislatura dentro de uma perspectiva mais ampla, se percebe que essa postura era benéfica para o deputado no sentido de legitimar a

importância da análise econômica dentro da Assembleia, bem como para a própria construção do capital político de Siegfried Heuser. Ainda, denotando a importância da atividade econômica, em pronunciamento na 52° sessão, ocorrida em julho de 1952, o discurso de Heuser novamente aborda a importância econômica, protestando contra a não inclusão de um economista no Conselho Administrativo da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP).

Nota-se que, a partir de 1952, tornam-se mais corriqueiros pareceres verbais de Siegfried Heuser em nome da Comissão de Finanças e Orçamento. Ainda, em 1952, chama a atenção que o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, publicou na edição de 19 de dezembro de 1952, em uma pequena notícia na capa do periódico, que o deputado Siegfried Heuser encontrava-se retirado no Sanatório Vida Nova, em Santa Cruz do Sul, dirigido pelo petebista Walter Kaempf. Conforme apontado:

> Encontra-se há alguns dias recolhido ao leito da enfermidade no Sanatório Vida Nova o deputado estadual dr. Siegfried E. Heuser, que vem se ressentindo ainda da recente pneumonia que o retivera por mais dias acamado em Porto Alegre.
> Em fins da semana última, passado o período de convalescença, voltaram a manifestar-se sintomas que determinaram a hospitalização daqueles representantes conterrâneo no estabelecimento dirigido pelo dr. Walter Kaempf.
> Segundo informações obtidas ontem à noite, o paciente já experimentou sensíveis melhoras, devendo receber alta nos próximos dias. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 19/12/1952, p. 1).

Levando em consideração a presença de Heuser na Assembleia, se coloca que o período de internação foi muito curto, visto que o mesmo esteve presente nas sessões de 12 de dezembro e 22 de dezembro de 1952.

Em 1953, na 26° sessão de 23 de fevereiro de 1953, Siegfried Heuser teceu considerações acerca do 6° Congresso Brasileiro de Contabilidade. No pronunciamento, além de salientar a importância do congresso para a profissão e benefícios a sociedade, o deputado expôs a organização do evento, pontuando que o Congresso esteve organizado a partir de 5 seções: Doutrina e Técnica, Ensino, Legislação, Exercício Profissional e Assuntos Diversos. Por motivos já explorados, é pertinente apontar os pronunciamentos de Heuser relacionados a sua formação profissional.

Destaca-se que em 1953, das diversas falas feitas pelo político na Assembleia Legislativa, a maior parte esteve ligada ao encaminhamento de leis para votação e pareceres verbais em nome da Comissão de Finanças e Orçamento. Nesse sentido, sua atuação teve um caráter mais técnico, não entrando tanto em questões partidárias de maneira direta, apesar destas estarem presentes diluídas nas falas do deputado. Cabe denotar que na edição de 21 de agosto de 1953, o jornal *Gazeta de Santa Cruz* publicou uma notícia discorrendo sobre a possibilidade de Siegfried Heuser assumir a Secretária da Educação, conforme informado na reportagem:

> Fortes Rumores indicam o nome do parlamentar santa-cruzense para sucessor do dr. Júlio Marino de Carvalho.
> Em círculos geralmente bem informados em torno do que passa nos bastidores da política estadual, soubemos que está por dias a permanência na Secretaria da Educação do dr. Júlio Marino de Carvalho que se vem preparando para assumir importante função diplomática no México.
> Aliás, o titular da pasta da Educação há mais tempo já esteve por diversas vezes a ponto de ser substituído, o que agora parece iminente.
> Para seu substituto também já foram indicados diversos nomes, mas agora começa a ser ventilada com insistência a possibilidade de ser entregue ao

> deputado dr. Siegfried E. Heuser este posto de confiança do governo do General Ernesto Dorneles.
> Até este momento, tudo não passa de rumores, mas que, segundo as fontes que nos valemos para esta informação, poderão sem surpresa alguma vir a confirma-se dentro dos próximos dias, possivelmente na terça feira da semana vindoura.
> Soubemos ainda que, sondado a respeito já por diversas vezes, o deputado Siegfried E. Heuser teria recusado a sua nomeação, preferindo continuar servindo os interesses coletivos na Assembleia Legislativa do Estado. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 21/08/1953, p. 1).

Apesar da informação levantada pela *Gazeta de Santa Cruz* pautar o nome do deputado como uma das opções viáveis, isso não ocorreu. Heuser continuou atuando na Assembleia até o fim da legislatura. Ainda no mês de agosto, o deputado atuou na Assembleia em prol do pequeno produtor, buscando viabilizar uma logística mais eficiente acerca da devolução ao pequeno produtor das instâncias recolhidas aos cofres do estado.

Ainda em 1953, na 146° sessão, de 17 de novembro de 1953, levou à Assembleia um pedido da comunidade do Arroio Grande, bairro santa-cruzense, para a construção de uma escola a fim de ministrar o ensino primário no bairro. Percebe-se que, neste ano, questões ligadas à terra natal do político, estiveram com considerável ênfase ao longo de seus pronunciamentos na Assembleia. Já no mês de dezembro, o deputado apresentou um projeto que tinha por objetivo obter um crédito especial "como contribuição do Estado para obras e pavilhões destinados à primeira Festa Nacional do Fumo e exposições agroindustriais em Santa Cruz do Sul" (ANAIS ALRS, 161°sessão, 03/12/1953, p.74). Pontua-se a relevância deste projeto visto que, até os dias atuais, a festa é uma das principais atividades comerciais do município[28].

[28] A Festa Nacional do Fumo ocorre atualmente com o nome de Oktoberfest Santa

Pode-se dizer que o último ano de atuação de sua primeira legislatura, 1954, o deputado foi bastante ativo na Assembleia, ainda que fosse um ano eleitoral. Sua atuação pautou-se em pareceres falando em nome da Comissão de Finanças e Orçamento, discussões no encaminhamento e votação de leis, destaca-se nesta questão os auxílios para festas e exposições de caráter semelhante ao pleiteado por Heuser no caso da Festa Nacional do Fumo. Além dos elementos levantados, ainda foram pertinentes questões voltadas à área rural, como por exemplo, a vacinação dos suínos no estado.

Se salienta que na 160° sessão, em 15 de dezembro de 1954, Siegfried Heuser deixou a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento na Assembleia. Ao analisar os pronunciamentos do candidato nesta legislatura, se nota que considerável volume de manifestações de Heuser estavam vinculados à Comissão, percebendo assim a importância de sua presença na mesma, tanto para intervir de acordo com os interesses do governo Ernesto Dornelles, quanto para sua construção e atuação política.

> Assomei à minha tribuna, Senhor Presidente, por mais uma razão, qual seja a de que devo, hoje mesmo, deixar a Presidência da Comissão de Finanças e Orçamento. Não vai nessa minha atitude nenhuma outra intenção senão a de seguir uma tradição estabelecida na Casa, a tradição de que a Presidência daquele órgão técnico deve caber, sempre que possível, a um membro da bancada situacionista.
> Poder-se-ia dizer que ainda não atingimos ao final dos nossos trabalhos, ao final dos trabalhos desta Assembleia. Mas, penso eu que a matéria será apreciada em janeiro diz exclusivamente com compromissos a serem cumpridos precisamente pelo Governo que se instalará a 31 de janeiro próximo. Assim, entendo que o órgão financeiro da Assembleia deva já a janeiro ser presidido por um

Cruz do Sul, um evento anual que movimenta consideravelmente a economia do município, possuindo espaço próprio construído ainda no período de FENAF.

> senhor deputado pertencente a uma das bancadas desta Casa que constituem a chamada Frente Democrática. Não vai, portanto, nesta minha atitude, nenhuma intenção se não está, porquanto continuarei como até aqui a ocupar, enquanto merecer a confiança do meu partido, uma cadeira na Comissão de Finanças e o meu esforço será sempre o mesmo devotado tanto quanto me facultam as minhas possibilidades, aos interesses da coletividade. (ANAIS ALRS, 160° sessão, 15/12/1954, p. 419).

Ao analisar os pronunciamentos de Siegfried Heuser em sua primeira legislatura, percebe-se que o candidato buscou construir sua imagem política com o eleitorado, levando à Assembleia pautas que beneficiavam o pequeno produtor, direta ou indiretamente. Além disso, é válido pontuar que no decorrer de suas falas, em diversos sessões e pronunciamentos, Heuser enfatizava sua condição de economista que atuava politicamente. Por fazer parte da Comissão de Finanças e Orçamento, se nota que considerável parte de sua atuação política esteve ligada a pareceres de caráter técnico-econômico.

Dessa forma, denota-se elementos pertinentes nas falas do deputado na Assembleia, que foram utilizados nesta legislatura e ocorreram nas outras oportunidades em que o político atuou. Além da defesa do pequeno produtor, destacada nesta legislatura com propostas de leis que visaram diminuir ou isentar alguns impostos pagos pelos pequenos produtores, se nota na fala de Heuser, com considerável frequência, a técnica de despolitizar os debates na Assembleia. Em situações onde a oposição denotava o caráter político de determinado projeto ou proposta de lei, o deputado buscava deixar o elemento político em segundo plano e focava sua fala na questão econômica presente no mesmo. Como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e profissional formado na área de contabilidade, Heuser articulava suas falas buscando salientar o caráter técnico-econômico.

2.2. A CAMPANHA PARA A REELEIÇÃO

As eleições de 1954, como já apontado por diversos autores, tiveram variados elementos envolvidos em uma conjuntura própria do período. Em nível nacional, o PTB passava por momentos de instabilidade. Pressionado pela oposição, o partido teve no final de agosto uma considerável perda com o suicídio de seu principal líder, Getúlio Vargas. Se por um lado é imprescindível entender o efeito da morte de Vargas nas eleições de 1954, por outro é necessário refletir acerca das consequências do ocorrido. Até então, o partido era organizado em nível nacional com uma forte centralização na figura de Vargas, que articulava-o no sentido de diminuir a autonomia de facções internas dentro do partido[29]. Conforme corrobora Maura Bombardelli:

> Apesar das tentativas de controle centralista do partido, os primeiros anos do governo Vargas foram marcados por clivagens e pela desorganização da direção nacional do PTB, que resultaria na escolha de João Goulart como presidente da agremiação em 1952 e Ministro do trabalho em 1951. A partir daí, Jango comandaria o partido por longo período, e se projetaria como sucessor de Vargas. (2017, p. 91).

Para compreender a conjuntura do pleito de 1954, se lança uma breve reflexão acerca das consequências do suicídio de Getúlio Vargas. Sua morte foi sentida no país inteiro, sendo o Rio Grande do Sul diretamente atingido pelo incidente. A morte de Vargas teve como consequência direta a paralisação da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul. Conforme sugere Marcos Jovino Asturian:

[29] Para ver mais sobre, sugere-se a obra de Maria Celina D'Araújo (1996) **Sindicatos, carisma e poder**: O PTB de 1945-1965.

> O impacto da morte do presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, foi violento no Rio Grande do Sul. As sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, vários prédios destruídos ou seriamente danificados. As instalações do jornal Diário de Notícias foram destruídas e o jornal deixou de circular naquele momento. Houve um feito imediato da morte do presidente sobre o processo político rio-grandense: a paralisação da campanha eleitoral.
> Após a retomada dessa, ocorreu um processo de radicalização da campanha eleitoral petebista. Políticos influentes do trabalhismo estadual, como o candidato ao senado João Goulart, trouxeram para o primeiro plano as bandeiras nacionalistas e antiimperialistas. Entre os líderes trabalhistas ocorreu o que Bodea denomina de "radicalismo" e "emocionalidade", cujo efeito tornou-se negativo. Naquela conjuntura, o partido passou a ter uma oposição mais aberta da Liga Eleitoral Católica (LEC). (2011, p. 121).

No pleito de 1954, percebe-se com maior ênfase a emergência de novos líderes dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, como Fernando Ferrari, João Goulart e Leonel Brizola. Enquanto a Frente Democrática lançou como candidato ao governo do estado o então prefeito de Porto Alegre Ildo Meneghetti, o PTB teve como candidato Alberto Pasqualini. Cabe pontuar que a escolha interna do partido gerou o afastamento de José Diogo Brochado da Rocha, o qual concorreu ao governo do estado pela legenda do PSP, onde teve apoio dos dissidentes do PTB e do PR. Nesta eleição, o PRP também teve um candidato próprio para o cargo de governador. O indicado pelo diretório estadual foi Wolfram Metzler. Ainda que o contexto apresentasse quatro candidatos concorrendo ao pleito, quase 90% dos votos estiveram concentrados nos candidatos do PSD e PTB.

No que tange à campanha de Heuser para reeleição em 1954, esta foi construída em diferentes frentes. Antes mesmo

de iniciar a campanha, uma comitiva percorreu o vale do Rio Pardo, no final de março de 1954, passando pelos municípios de Rio Pardo, Santa Cruz, Candelária e Sobradinho. Dentre os políticos que compunham a comitiva estavam o governador do estado Ernesto Dornelles, Leonel Brizola, no período Secretário de Obras Públicas, José Mariano de Freitas Beck, Secretário da Educação, Daniel Ribeiro, diretor geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), e o deputado Siegfried Heuser. A Comitiva tinha como objetivo inaugurar uma Ponte Seca em Santa Cruz do Sul e visitar escolas e obras de saneamento na cidade. Em Candelária a comitiva assistiu o lançamento da pedra fundamental da Hidráulica, visitando após obras do DAER e estabelecimentos de ensino. Em Sobradinho a comitiva prestigiou "diversas solenidades públicas". (GAZETA DE SANTA CRUZ, 20/03/1954, p. 1). O jornal *Diário de Notícias*, de grande circulação em Porto Alegre, em matéria intitulada "Chapas do PTB para Câmara e Assembleia" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/06/1954, p.2), assinalou em 19 de junho de 1954, o nome de Heuser entre os candidatos para deputado estadual pela sigla trabalhista. O mesmo jornal, na edição de 24 de julho de 1954, informou dentro da coluna Campanha Eleitoral que "O deputado Siegfried Heuser, que veio do Rio junto com o candidato Pasqualini, seguiu ontem para Santa Cruz a fim de fazer sua campanha eleitoral" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/07/1954, p.2).

A presença da comitiva trabalhista também teve espaço no jornal *Diário de Notícias*, dentro da coluna "Campanha Eleitoral", sob o título de "O Senador Pasqualini seguirá Sábado para a cidade de Santa Cruz", publicado em 12 de agosto de 1954. O candidato petebista a governador do estado visitou a cidade para fazer campanha, sua presença no município também foi pauta na *Gazeta de Santa Cruz*, em publicação dentro da coluna "Notas Políticas", presente na capa da edição de 17 de agosto de 1954,

com o título "O Candidato do PTB sr. Alberto Pasqualini". Segundo a publicação, diversos políticos de expressão do partido estiveram presentes. Cita-se Arno W. Schmidt, presidente do diretório municipal, além de Siegfried Heuser, o candidato Alberto Pasqualini, João Goulart, Victor Issler, Fernando Ferrari, Leonel Brizola e Ruy Ramos.

A presença destes políticos de expressão do partido sugere a importância do PTB em obter uma melhor votação com o eleitorado santa-cruzense. Nas publicações presentes na *Gazeta de Santa Cruz*, os anúncios petebistas vinculavam o nome de Siegfried Heuser para deputado estadual, Victor Issler ou Fernando Ferrari para deputado federal, João Goulart e Rui Ramos para senador e Alberto Pasqualini para governador. Ressalta-se que os anúncios petebistas colocavam Victor Issler como candidato do diretório de Santa Cruz do Sul para a Câmara Federal. Esta é uma questão pertinente, visto que Siegfried Heuser fazia dobradinha com Fernando Ferrari. Contudo, aponta-se que apenas no pleito de 1954 houve a divulgação de outro nome para deputado federal além de Fernando Ferrari. Nas eleições de 1950 e 1958 o deputado federal sugerido pelo diretório santa-cruzense do PTB foi Ferrari.

Parte disso deve-se à proximidade que os dois deputados tinham, ambos economistas, os políticos tinham pautas que, em certa medida, dialogavam. No pleito de 1954, até mesmo antes, se percebe que os políticos visitaram diversos municípios juntos. Em 1954, visitaram além de São Pedro do Sul, cidade natal de Ferrari e Santa Cruz do Sul, de Heuser, diversos outros municípios. Segundo publicação do jornal *A Razão* de Santa Maria, Heuser acompanhou Ferrari em visita à cidade de São Sepé, ainda em março de 1954 (A RAZÃO, 19/03/1954, s/p.). A visita também foi noticiada em 20 de março de 1954 no jornal local *A Palavra*. No que diz respeito diretamente ao período da cam-

panha eleitoral, se salienta que Siegfried Heuser estava presente na instalação do Comitê Popular Pró-Reeleição do Deputado Fernando Ferrari. (BOMBARDELLI, 2016). Por isso, percebe-se que houve uma articulação entre os candidatos, ambos com formação econômica, reconhecida a proximidade da plataforma política dos dois.

Sobre a construção da imagem de Siegfried Heuser para as eleições de 1954, utilizando o jornal *Gazeta de Santa cruz*, notam-se mudanças em relação ao anúncio para as eleições de 1950.

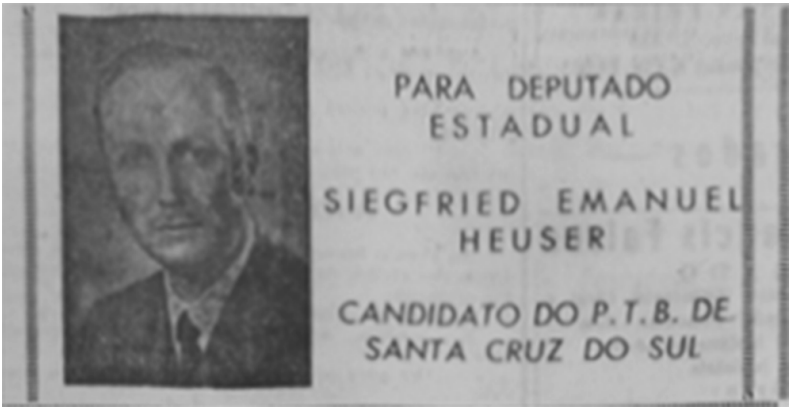


Figura 3. *Anúncio Siegfried Heuser para a eleição de 1954.*

Fonte: *Gazeta de Santa Cruz*

Percebe-se, pelo anúncio do político vinculado ao jornal, que já na eleição de 1954 o candidato era reconhecido politicamente pelo eleitorado, não sendo necessários os adjetivos vinculados no seu anúncio para o pleito de 1950, com expressões que buscavam o aproximar do eleitorado.

No que se refere aos resultados eleitorais das eleições de 1954, o candidato eleito para governador do estado do Rio Grande do Sul foi Ildo Meneghetti, representando a coligação PSD-UDN-PL. Para a Câmara Federal, constata-se que Leonel de Moura Brizola foi o candidato mais votado no Rio Grande do Sul,

recebendo 103.003 votos, (AS ELEIÇÕES, p.280), ao passo que o segundo colocado pela legenda petebista, Fernando Ferrari, recebeu 39.744 votos. Também, percebe-se pelos resultados das eleições a força eleitoral de Brizola, fator que contribuiria para vencer a disputa intrapartidária em 1957, para disputar o cargo de governador do estado Rio Grande do Sul.

No que tange a votação em nível estadual, das 55 cadeiras à serem preenchidas, 23 ficaram com o Partido Trabalhista Brasileiro, 15 com o PSD, 7 com o PL, 4 com o PRP, 3 com a UDN, 2 com o PSP e 1 com o PSB, que havia reelegido Candido Norberto dos Santos.[30] Acerca das votações no partido, cabe salientar que Daniel Barnewitz Ribeiro foi o candidato mais votado pelo PTB, com 16545 votos. Siegfried Heuser foi o quinto candidato mais votado pela legenda trabalhista, com 8406 votos. A sua frente além de Daniel B. Ribeiro, estiveram Wilson Vargas, Domingos Francisco Spolidoro e Walter Giordano Alves.

A fim de compreender a importância do eleitorado santa-cruzense para a eleição de Heuser e salientar sua relevância como capitaneador de votos petebistas no município, consta abaixo uma tabela com os candidatos mais votados para o cargo de deputado estadual no município.

TABELA 2. RESULTADOS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL 1954: SANTA CRUZ DO SUL

Resultado Eleições 1954 – Santa Cruz do Sul			
Candidato	Partido	N° de votos	Porcentagem de votos no município (%)
Siegfried Emanuel Heuser	PTB	4.107	23,83%
Norberto Harald Schmidt	PL	3.590	20,83%
Ralph Harry Bartholomay	PSD	2.381	13,82%
Eraldo Staub	PRP	1.601	9,29%
José Carlos Pereira	PTB	256	1,49%

Fonte: *Base de Dados Eleitoral (UNISC).*

[30] Informações obtidas em CÁNEPA, 2005, p. 203.

Com base nos resultados eleitorais é possível lançar alguns apontamentos acerca do pleito de 1954. Em nível municipal, percebe-se a força política de Heuser em relação aos outros concorrentes para a Assembleia Legislativa no município. Sua votação em Santa Cruz do Sul representou pouco menos da metade do total de votos válidos que o político recebeu. A votação expressiva deve ser entendida por dois pontos. O primeiro deve-se ao capital político do candidato, construído, sobretudo, com sua atuação dentro da Assembleia Legislativa, levando pautas que beneficiavam diretamente a população santa-cruzense ou o pequeno produtor. O segundo elemento diz respeito à posição partidária. Percebe-se dentre os cinco candidatos mais votados em Santa Cruz do Sul, três enquadravam-se, utilizando a expressão de Hélgio Trindade, no bloco liberal-conservador. Dentro desta perspectiva, entende-se que Heuser pode ter recebido alguns votos, por divergir do alinhamento político dos outros candidatos.

2.3. REELEIÇÃO E PROJEÇÃO ESTADUAL: A ATUAÇÃO NA LEGISLATURA (1955-1959)

A legislatura iniciada em 1955 representou um momento diferente na trajetória política de Heuser. A partir das eleições de 1954, o capital político do deputado, já sedimentado pela primeira legislatura, se expandiu abrangendo outras áreas além da base eleitoral santa-cruzense. O ápice desse crescimento de capital ocorreu nas eleições de 1958, quando alcançou a terceira maior votação para a Assembleia Legislativa. Aqui será explorada sua atuação na Assembleia, reverberação em periódicos da capital e de Santa Cruz do Sul, buscando delinear a projeção em nível estadual do candidato neste período.

Nota-se que sua atuação legislativa no início de 1955 esteve pautada em buscar auxílios para os novos municípios que surgiam no Rio Grande do Sul. A partir desta legislatura, percebe-se com maior frequência pronunciamentos em defesa das gestões petebistas e críticas, sobretudo a gestão financeira do governo do PSD, em nível estadual e federal. Percebe-se, também, que Heuser manteve sua postura acerca das questões pertinentes do eleitorado santa-cruzense, como seu discurso em março de 1955, na 36° sessão, onde teceu apontamentos acerca da cultura do fumo. No pronunciamento, Heuser destacou uma das principais cobranças dos produtores e indústrias que trabalham com o produto. Conforme fala:

> Entre aqueles que praticam o cultivo ou a industrialização do fumo existem queixas de todo procedentes e que nos levam mediante um exame profundo da sua procedência, a dar a essas mesmas queixas nossa plena conformidade, eis que o único culpado desta situação é o fisco federal, que taxa de maneira violenta o cigarro, destino que tem cerca de 80% da produção de fumo em nossa Estado. (ANAIS ALRS, 28/03/1955, p. 510).

Em uma das questões mais pertinentes levantadas no plenário, Siegfried Heuser, na 75° sessão de 26 de maio de 1955, apontou que um correligionário santa-cruzense estava sofrendo perseguição política. O político levou ao conhecimento da Assembleia uma carta recebida do diretório local do PTB, a fim de protestar contra a destituição de professor Emiliano José Limberger, da direção do Ginásio Estadual Santa Cruz. A fala feita na Assembleia foi noticiada dentro da coluna "Diário da Assembleia", no jornal *Diário de Notícias*, na edição de 27 de maio de 1955. Na sessão da Assembleia, Heuser pontuou sua visão sobre o ocorrido:

> Compreendo que o sr. Secretário queira deixar à esta do Ginásio Santa Cruz um elemento de sua confiança. Mas, que pelo menos deixasse ficar o atual diretor, cuja obra agora está chegando à sua completa objetivação, até o dia da inauguração! Esse gesto do sr. Secretário nos repugnou e nos traz aqui para mostrar a nossa repulsa. Pode ter sido um ato legal, mas foi profunda e cruelmente desumano. E aqui o nosso protesto. (ANAIS ALRS, 26/05/1955, p. 402).

Na 81° sessão, de 03 de junho de 1955, o assunto novamente foi retomado. Na ocasião, Heuser procurou contestar o discurso proferido pelo deputado Norberto Schmidt em sessão anterior, acerca dos motivos do não funcionamento do Ginásio Estadual Noturno na cidade de Santa Cruz do Sul. O debate e apartes que seguiram entre os santa-cruzenses, buscaram pontuar o responsável pelo não funcionamento do ginásio. Nesse sentido, Schmidt colocou o posicionamento obtido junto ao secretário de educação, enquanto Heuser procurou informar que a questão que envolvia o não funcionamento não era uma responsabilidade do então diretor do ginásio, mas do secretário de educação. Novamente, a questão pautada no legislativo teve espaço no *Diário de Notícias*, dentro da coluna "Diário da Assembleia", na edição de 4 de junho de 1955:

> O sr. Siegfried Heuser, voltou a criticar a Secretária de Educação, responsabilizando-a como única responsável pelo não funcionamento, este ano, do ginásio estadual noturno de Santa Cruz. Para provar sua argumentação, o representante trabalhista asseverou que os ginásios de Novo Hamburgo e Bento Gonçalves, nas mesmas condições, foram regularizados e já estão funcionando. No decorrer do seu trabalho o representante trabalhista teve oportunidade de focalizar o interessante trabalho desenvolvido pelo professor Emiliano Limberger para que a aspiração das classes menos favoreci-

> das de Santa Cruz se tornasse realidade. Basta dizer, acrescentou o orador que esse cidadão gastou as economias em dinheiro, poucas mas preciosas para ele em comprar material escolar para que no dia da inspeção escolar o ginásio estivesse aparelhado. E fez isso porque o prefeito da cidade do fumo se negou a auxiliar o ginásio, sob o argumento de que na mesma época negara auxílio a um clube de tênis. Ao fim do seu trabalho o sr. Siegfried Heuser afirmou que a Secretária da Educação estava comprometida pelo seu descaso e pela omissão, prejudicando grandemente não só os operários e os comerciantes que trabalham durante o dia para estudar à noite, como o próprio ensino secundário, que se vê privado de um estabelecimento escolar secundário por culpa exclusiva da inépcia dos administradores estaduais e municipais de Santa Cruz. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/06/1955, p. 2).

Faz-se pertinente salientar este caso, visto que Emiliano Limberger[31] neste período foi um importante articulador e apoiador de Heuser na esfera local. A questão do não funcionamento do ginásio noturno gratuito ainda reverberou no pronunciamento de Heuser na sessão de 24 de junho de 1955, ressaltando o caráter político que envolvia o ginásio. Se pontua que no ano de 1955, nas eleições municipais em Santa Cruz do Sul, os trabalhistas tiveram a segunda bancada na câmara de vereadores, tendo entre seus representantes Emiliano J. Limberger.

Destaca-se, ainda, um ponto pertinente em 1955 na eleição municipal em Santa Cruz do Sul. No período 1954-1964, o pleito de 1955 foi o único em que o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu um representante como prefeito do município. Nas eleições em questão, o candidato eleito foi o petebista Arthur Walter Ka-

[31] Emiliano José Limberger, foi eleito vereador nas eleições de 1955 no município de Santa Cruz do Sul, recebendo 497 votos. Como político, esteve presente em diversas Executivas do diretório petebista em Santa Cruz do Sul. No ano de 1966, concorreu a deputado estadual pela legenda do MDB, alcançando 2067 votos em Santa Cruz do Sul e 5018 votos ao total.

empf[32]. O pleito teve três concorrentes, pelo PSD concorreu o engenheiro Ernesto Kurt Lux e pelo Partido Libertador Edmundo Hoppe. Na eleição, Kaempf venceu com 5505 votos, seguido de Ernesto Kurt Lux com 4165 e, por fim, Edmundo Hoppe que contabilizou 2755 votos[33]. Apesar do PTB não obter o maior número de representantes na Câmara de Vereadores nesta eleição, (fato ocorreu somente no pleito de 1959) a eleição pode ser apontada como a única vitória expressiva do Partido Trabalhista Brasileiro na cidade. Nas outras eleições, que compreendem o período de 1945-1964, todos os prefeitos eleitos estiveram ligados a coligações com o PSD, elemento que mostra a força do partido no município.

Ainda no ano de 1955, analisando a atuação de Heuser na Assembleia, nota-se que o deputado retomou a atenção para os municípios recém-criados no estado. Uma de suas falas foi reverberada nas páginas do *Diário de Notícias*, dentro da coluna "Diário de Assembleia" em 30 de julho de 1955.

> O deputado Siegfried Heuser ocupou a sua tribuna, ontem, abordando a situação dos novos municípios criados, em virtude da lei 2.116, face ao disposto no art. 18, da Constituição do Estado, que estabelece, em qualquer exercício financeiro, a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe 30% do excesso arrecadado. A seguir, indaga o orador, qual seria o procedimento do Estado neste sentido, já que os novos municípios não teriam uma arrecadação do exercício anterior. Conclui por sugerir que, para o

[32] Arthur Walter Kaempf foi uma das principais lideranças petebistas no período 1945-1964. Dono do Sanatório Vida Nova, o político era uma pessoa reconhecida socialmente no município.

[33] Os dados eleitorais foram obtidos pela Base de Dados Eleitorais da Unisc. Disponível em https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/. Acesso em: 22 jun. 2018.

> exercício de 54, pelos contribuintes, cuja contribuição facilmente pode ser apurada pelas exatorias e facilmente verificadas também, quais as rendas locais. O município que apurar um quantum maior que os 500 mil cruzeiros de empréstimo, receberão esta diferença, e os outros terão a diferença a título de contribuição. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/07/1955, p. 2).

Percebe-se que a intervenção do deputado se refere novamente a uma questão econômica, neste caso relacionado à arrecadação dos novos municípios. No que diz respeito às relações políticas, se salienta que, na última sessão de agosto, Heuser levou ao plenário pautas referentes a cidade de São Pedro do Sul, cidade natural de Fernando Ferrari, denotando o alinhamento dos políticos em esfera federal e estadual.

Se coloca que a principal alteração acerca dos pronunciamentos do candidato no primeiro ano de Assembleia, após a reeleição, são as críticas à gestão estadual. Parte destas críticas devem ser entendidas pela lógica governo x oposição. Na primeira legislatura do político, em nível estadual e federal houve gestão petebista. Após a alteração do quadro, percebe-se a mudança de posicionamento do deputado na análise dos pronunciamentos, sendo a partir de 1955 mais incisivo nas críticas à gestão da Frente Democrática.

Acerca da atuação de Heuser na Assembleia, o ano de 1956 apresenta um quadro bem atípico. A partir dos resultados de pesquisa disponíveis no site do Memorial da Assembleia Legislativa, que disponibiliza as sessões plenárias de maneira on-line, só existem registros dos meses de maio e junho. Registra-se também que quase não houveram menções ao deputado tanto no jornal da capital *Diário de Notícias*, quanto no santa-cruzense *Gazeta de Santa Cruz*.

Nos meses analisados, se percebe que seus pronunciamentos estiveram alinhados à críticas relacionadas a gestão financeira do estado por parte do governo. Em uma das críticas, na sessão 14° sessão, em 14 de maio de 1956, o deputado salienta a dificuldade de uma região urbana da cidade de Santa Cruz do Sul ter acesso a água potável. Em 1956 Heuser se manifestou na Assembleia em diversas oportunidades como relator de projetos que passavam pela Comissão de Finanças e Orçamento, da qual continuou fazendo parte em sua segunda legislatura, desta vez não como presidente, mas ocupando uma cadeira. Ainda em 1956, na 38° sessão, em 18 de junho, o político retomou um assunto recorrente na Assembleia acerca da isenção de pagamento do imposto de venda e consignações, questão na qual Heuser se manifestou por ser o relator do projeto na Comissão de Finanças e Orçamento. Neste ano de atuação legislativa, o deputado foi ativo com maior ênfase dentro da Comissão de Finanças e Orçamento, como relator de projetos.

Dentro da análise de 1957, destaca-se, na sessão de 14 de junho, onde Siegfried Heuser se manifestou parabenizando o deputado Temperani Pereira pelo recebimento do título de economista, pelo Conselho Regional de Economistas Profissionais. Na sessão, após salientar a importância do título, da profissão de economista e da estima que nutria por Temperani Pereira, Heuser foi apartado por Cândido Norberto que parabenizou Temperani desta forma:

> Nesta hora sou obrigado também a intervir e o farei desta maneira: quando penso que um partido reúne três economistas da significação de Temperani Pereira, Fernando Ferrari e Siegfried Heuser, tenho inveja desse Partido e ao mesmo tempo pena porque me recordo que infelizmente, não é essa gente que lidera a sua orientação política em todo o País. (ANAIS ALRS, 38° sessão, 14/06/1957, p.4).

É pertinente o aparte do deputado Cândido Norberto, no sentido de que seu pronunciamento aponta uma ala do petebista. Ainda que Temperani não esteja tão próximo de Ferrari quanto Heuser, aponta-se que os três foram profissionais liberais que ingressaram no partido.

Com relação ao governo, Heuser posicionou-se contrário em diversas situações, criticando, por exemplo, 158° sessão, em 9 de dezembro de 1957, o governo do estado pelo abandono ao município de Sobradinho, ao mesmo tempo em que salientou as obras executadas na cidade no período da gestão de Ernesto Dornelles. Antes de findar 1957, na 164° sessão, em 17 de dezembro, o deputado teceu observações sobre o governo do estado, usando os valores analisados na Comissão de Finanças e Orçamento como base para as críticas. Discorrendo acerca do andamento das obras previstas e da necessidade da captação de recursos para execução das mesmas, Heuser procurou em sua fala descreditar o plano do governo da Frente Democrática.

A acentuação destas críticas ao governo deve ser problematizada também, com a proximidade do pleito de 1958. Na medida em que o período eleitoral se aproximava, percebe-se o aumento direto ou indireto de pronunciamentos que visavam desqualificar o governo situacionista. Nota-se também que, em 1958, Heuser teve maior participação na Assembleia a partir do mês de junho. Situa-se que, em abril de 1958, Siegfried Heuser passou a atuar na Assembleia como 1° Vice-Presidente. Acerca disso, foi publicado na *Gazeta do Sul*, uma pequena notícia, informando Heuser como 1° Vice-presidente da Assembleia Legislativa, pontuando que na ausência do presidente o deputado presidiria as sessões.

> Segunda feira última, pela manhã, no reinício das atividades ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado, foi eleito a nova mesa para o último período da presente legislatura.

> O Legislativo Estadual, que tem como seu presidente o deputado ademarista Adalmiro Moura, escolheu para 1° vice presidente o deputado conterrâneo, dr. Siegfried E. Heuser.
> Assim, o representante santacruzense, como substituto eventual do titular, por certo dirigirá muitas vezes os trabalhos da Assembleia no decorrer deste ano. (GAZETA DO SUL, 23/04/1958, p. 6).

Na 31° sessão, em 4 de junho de 1958, Siegfried Heuser pronunciou-se acerca do desempenho da Comissão Pluripartidária, no Rio de Janeiro, visto que a mesma havia visitado a capital nacional para dialogar com o Presidente da República e com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, sobre as questões envolvendo a encampação, pelo Estado, dos serviços da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense. Sabe-se que esta questão será um dos pontos abordados dentro do governo de Leonel Brizola iniciado em 1959, no qual Heuser atuou como Secretário da Fazenda. Na sessão seguinte, em 6 de junho de 1958, novamente Heuser fez pronunciamento visando desqualificar a gestão da Frente Democrática. Em sua fala, o deputado pontuou "o descaso e a dolorosa omissão que se verifica por parte do Governo do Estado no que respeita ao trato do problema escolar, em municípios de nossa influência política e, particularmente no Município de Sobradinho" (ANAIS ALRS, 07/06/1958, p.6). Falando acerca da precariedade de um banco escolar em Sobradinho, o próprio deputado colocou, em seu pronunciamento, que sua fala tinha mais o caráter de informar aos pares da situação no município, do que efetivamente buscar providências.

No mês de agosto, na 82° sessão, novamente foi pauta na fala de Heuser a questão envolvendo a encampação dos serviços de eletricidade. Segundo confirmado em pronunciamento, o deputado foi até o Rio de Janeiro para reunião, com a presença do

presidente Juscelino Kubitscheck, o vice-presidente João Goulart e o deputado federal Fernando Ferrari, além do vereador Antonio Achutti e o engenheiro Noé de Freitas. Na fala, abordando a questão especificamente relacionada às cidades de Porto Alegre e Canoas, o deputado colocou que o processo de encampação encontrava-se em fase final, atendidas as exigências que tramitaram que Assembleia nos primeiros meses do ano. Acerca da eletrificação do interior do estado, o candidato deu a entender que o percurso era um pouco mais longo, sendo necessário maiores mercados de consumo de energia. Finalizando o pronunciamento, Heuser mostrou um histórico, informando a ordem das ações iniciadas em abril de 1957 até agosto de 1958, relacionadas ao processo de encampação elétrica.

Passada as eleições de 3 de outubro de 1958, a primeira pauta levantada pelo deputado no legislativo foi a elaboração do plano orçamentário para o ano seguinte. Na 124° sessão, em 22 de outubro de 1958, o tema que ainda foi levantado pelo deputado, na 125° e 131° sessão, teve como ênfase pontuar o déficit financeiro do estado, procurando apontar que a acentuação da dívida do estado esteve vinculada aos governos pessedistas. Ainda antes de findar 1958, na 158° sessão, em 27 de novembro, Heuser faz seu último pronunciamento com relação direta ao processo de encampação elétrica. Falando acerca de projeto de lei aprovado pela Câmara Federal, do Plano de Estabilização monetária, relativo ao imposto de renda, o deputado colocou-se contra o artigo 59 do projeto, visto que, segundo pronunciado pelo mesmo, "o artigo 59 se ajusta perfeitamente as situações das companhias estrangeiras que através deste país, se enquistaram nos serviços de eletricidade." (ANAIS ALRS, 158° sessão, 27/11/1958, p.547-548.). A fala do deputado teve espaço no jornal *Diário de Notícias*, dentro da coluna "Diário de Assembleia", sob o título "Reforma do Imposto de Renda".

2.4. CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DE 1958

Para este pleito, diferentemente dos anteriores, a escolha e articulação dos candidatos começou bem mais cedo. Conforme Cánepa "do lado da frente Democrática, então no governo do estado, Peracchi Barcellos, líder do PSD na Assembleia Legislativa e um dos principais articuladores da Frente, é o candidato natural à sucessão de Meneghetti". (2005, p. 223).

Do lado petebista, as eleições de 1958 marcam um período de considerável importância na trajetória dos principais políticos do PTB, contribuindo para legitimar lideranças do partido e aumentar cisões. Para analisar o contexto que levou a escolha do candidato a governador e as articulações para as eleições de 1958, se pontua questões internas que envolviam o PTB. A disputa interna acerca da liderança partidária concentrava, sobretudo, pelas forças organizadas em torno de Brizola-Jango e Loureiro-Ferrari. Conforme aborda D'Araújo, os conflitos internos do Partido Trabalhista Brasileiro acentuaram as divergências entre as alas do partido.

> No Rio Grande do Sul, Brizola opôs-se à candidatura de Loureiro da Silva, apoiada por Fernando Ferrari, e buscou até mesmo o apoio dos integralistas para sua eleição ao governo do estado. Ferrari, na ocasião, renunciou à liderança do PTB na Câmara e converteu-se no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo do partido (Goulart e Brizola), exigindo definições programáticas. Essa pregação ideológica era, de fato, uma estratégia para a corrente anti-Jango e, se não teve êxito dentro do partido, foi vitoriosa junto à imprensa e ao eleitorado. (1996, p. 118).

Pontua-se que os principais candidatos internos do PTB chegavam para a escolha do candidato a governador do Rio Grande do Sul em momentos muito diferentes. Leonel de Moura

Brizola havia sido eleito deputado estadual no pleito de 1947. Casou, em 1950, com Neuza Goulart, irmã de João Goulart, tendo Getúlio Vargas como padrinho de casamento e no mesmo ano foi reeleito deputado estadual pelo PTB. No ano seguinte, 1951, disputou o pleito para prefeito de Porto Alegre, onde na ocasião perdeu para o candidato pessedista Ildo Meneghetti. Em 1952 assumiu a secretária de Obras do estado. Nas eleições de 1954, Leonel Brizola foi eleito deputado federal com a maior votação do estado do Rio Grande do Sul. Em 1955, foi eleito prefeito de Porto Alegre, assumindo o cargo em 1956 e desligando-se do mesmo para disputar as eleições de 1958 para governador do estado[34].

O outro postulante à candidatura, José Loureiro da Silva começou sua atuação política ainda no período de 1930, como interventor na cidade de Gravataí na região metropolitana, também foi deputado estadual na Constituinte pelo Partido Republicano Liberal. Durante o regime estadonovista foi interventor na cidade de Porto Alegre. Após o fim do Estado Novo e a organização dos partidos políticos, esteve inicialmente vinculado ao PSD, migrando para o PTB em 1946, sendo um dos principais organizadores do partido no interior do estado. Chegou a ser lançado nos meses finais de 1946 como candidato para governador do estado no pleito de 1947, de maneira informal, conforme divulgado em notícia no jornal *Gazeta de Santa Cruz*. (GAZETA DE SANTA CRUZ, 27/09/1946, p.1). Em 1954, foi um dos postulantes à candidatura para governador, eleição em que o representante petebista foi Alberto Pasqualini. Estando mais próximo a Fernando Ferrari, Loureiro da Silva colocava-se na Convenção Estadual que definiria o candidato para governador do estado no pleito de 1958 como representante da vertente que não reconhecia-se dentro da proposta difundida por Brizola e João Goulart.

[34] Informações obtidas a partir do verbete biográfico do político no DHBB.

> A convenção estadual foi instalada em 24 de outubro e ocorreu dentro do previsto pela imprensa. Diferentemente da convenção de 1954, a eleição deu-se por votação secreta, e os convencionais decidiram, por 177 a 38, a favor de Brizola. Uma demonstração do controle político sobre os diretórios gaúchos. (BOMBARDELLI, 2017, p.108).

A convenção estadual do partido é emblemática no sentido de mostrar em números a força do grupo liderado por João Goulart e Leonel Brizola, em relação ao grupo de Fernando Ferrari e de Loureiro da Silva. Pontua-se que a escolha do candidato petebista para o governo do estado não se constituía como uma decisão binária. Em termos ideológicos, os grupos tinham divergências acerca da maneira mais adequada de atuação do partido, por meio do trabalhismo. Conforme salienta Lucília de Almeida Neves, enquanto o grupo de João Goulart e Brizola estavam mais próximos do que a autora convenciona como *pragmáticos reformistas*, com "proposições que podem ser consideradas com integrantes de um trabalhismo social-democrata" (NEVES, 2001, p. 195-196), o grupo vinculado a Fernando Ferrari e Loureiro da Silva, enquadrado dentro da perspectiva da autora como *doutrinários*, sobretudo Fernando Ferrari,

> reuniu em seus quadros intelectuais e profissionais liberais, de formação universitária, que objetivavam construir um projeto trabalhista embasado nas seguintes proposições centrais: nacionalismo, proximidade à social-democracia, contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos. (NEVES, 2001, p. 187).

Segundo Neves, este grupo "criticava o excesso de personalismo da agremiação e os constantes acordos "eleitoreiros"

que os getulistas pragmáticos sempre articulavam." (2001, p. 192). Ao colocar as candidaturas em perspectiva, nota-se que Leonel Brizola nesta eleição buscou articular uma coligação com o PRP, embora em termos ideológicos existissem consideráveis diferenças entre as agremiações. Se salienta ainda que Leonel Brizola era cunhado de João Goulart, estando próximo ao grupo que carregava com maior ênfase o personalismo de Vargas, não deixando de considerar a construção personalista em torno de Jango e do próprio candidato Brizola. No que tange à aproximação do PTB com o PRP para as eleições de 1958, Noll e Trindade, corroboram salientando que:

> Essa aliança, espúria em termos ideológicos, impediu que o PRP fosse atraído pelo anti-PTB (aliás, como o será mais tarde) e permitiu a penetração do PTB nas regiões de colonização italiana e alemã. Brizola consegue ultrapassar a maioria absoluta (55,2%) numa disputa limitada a dois candidatos, sendo que seu adversário, Peracchi Barcelos, dispondo do apoio da Frente Democrática (PDS, PL, UDN e PSB), obterá ainda o elevado percentual de 41, 2% dos votos. Observa-se que a confrontação PTB/anti-PTB atingiu, então, seu ápice, alcançando ambos os candidatos 96,4% dos votos. (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 91).

No que diz respeito à figura de Heuser, conforme será colocado, buscando compreender o posicionamento do mesmo como principal representante do diretório de Santa Cruz do Sul e como deputado estadual, representante do PTB na Assembleia Legislativa, as problematizações que seguem têm o objetivo de delinear o posicionamento de Heuser. Isso, a partir das proximidades do deputado com outros políticos do partido, aproximando-o de um grupo dentro do partido.

Ainda que as eleições só ocorressem em 1958, pode-se dizer que a preparação para o período eleitoral começou bem an-

tes para o político. Favorável à candidatura de Loureiro da Silva para governador do estado, Siegfried Heuser buscou organizar articulações em nível estadual e local. Segundo notícia publicada em 09 de janeiro de 1957, o grupo favorável à candidatura de Loureiro já articulava ações para lançar o político à candidatura de governador.

> Na noite de segunda-feira última esteve reunido o Comitê Pró Candidatura do sr. Loureiro da Silva ao governo do Estado. A essa reunião estiveram presentes os deputados Siegfried Heuser, Temperani Pereira o vereador Manoel Corrêa Soares e muitos outros elementos de projeção do trabalhismo estadual. Na ocasião, foram estabelecidas normas para a campanha em prol da candidatura Loureiro, bem como apreciadas inúmeras manifestações de solidariedade recebidas pelo movimento tanto pelo interior como da capital do estado. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09/01/1957, p.3).

Em 10 de fevereiro de 1957, o *Diário de Notícias* tornou a fazer menção à campanha de Loureiro da Silva pelo interior do estado. Em uma pequena notícia sobre a PTB e a sucessão estadual, intitulada "Loureiro da Silva em nova viagem ao interior", a publicação informava o apoio do diretório de Três de Maio ao possível candidato e contou com a presença de importantes lideranças do partido.

> Reuniu-se na noite de sexta-feira última o Comitê Pró Candidatura Loureiro da Silva, com a presença dos deputados federais Fernando Ferrari e Unírio Machado, deputados estaduais Siegfried Heuser, Mariano Beck, Jairo Brum, vereador Manoel Corrêa Soares e sr. Henrique de Souza Gomes, presidente do diretório do PTB em Três de Maio.
> Nessa reunião, entre outros assuntos resolvidos, foi traçado o roteiro da nova etapa de visitas do sr. Loureiro da Silva ao interior do Estado. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/02/1957, p. 12).

Nota-se que neste período de definição da chapa para Governador do estado, Heuser acompanhou Loureiro da Silva em diversas viagens pelo Rio Grande do Sul, como Sapiranga (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09/10/1957, p. 3), entre outras cidades pelo interior do estado.

Conforme noticiado na edição de 17 de outubro de 1957, na Gazeta do Sul, sob o título "Siegfried Heuser foi eleito Presidente do PTB de Santa Cruz do Sul", a notícia informa que o diretório local do PTB reuniu-se e definiu a Comissão Executiva Municipal do partido.

> Em uma concorrida convenção, realizada domingo de manhã no recinto da Câmara de Vereadores, foi escolhido o novo diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul.
> Em vista da renúncia em caráter irrevogável, do dr. Arno W. Schmidt, foi escolhido para presidente o dep. Siegfried E. Heuser.
> Ficou assim constituída a Comissão Executiva Municipal: Presidente de Honra: Getúlio D. Vargas; Vice-presidentes de honra: Arno W. Schmidt, Fernando Ferrari e Arthur Walter Kaempf. Presidente: Siegfried E. Heuser; 1° vice-presidente: Benno Waldemar Assmann; 2° vice-presidente: Ottmar Muench; 3° vice-presidente: Ernesto Unfer; 4° vice-presidente: Darcy Mueller Neto; Secretário Geral: Emiliano J. Limberger; 1° Secretário: Bruno Pritsch; 2° Secretário: Euclides P. Soares; Tesoureiro Geral: Fiedrich Pechmann; 1° Tesoureiro: Adail Gonzaga Fernandes e 2° Tesoureiro: Júlio de Oliveira Viana.
> Conselho Fiscal: Orlando Baumhardt, Frederico Bartholomay e Rubem Kaempf. (GAZETA DO SUL, 17/10/1957, p.7).

Ainda, na mesma notícia, o periódico complementa:

> Era geral a expectativa nos meios políticos a respeito da decisão que o Diretório Municipal de San-

> ta Cruz tomaria em relação à candidatura trabalhista para as próximas eleições para Governador do Estado, pois são conhecidas as tendências dos srs. Siegfried Heuser e Fernando Ferrari que estão se empenhando pela candidatura Loureiro da Silva.
> A convenção no entanto resolveu não se pronunciar nem a favor de Brizola nem a favor de Loureiro.
> Serão escolhidos dois delegados, que representarão o PTB de Sant Cruz na Convenção Regional do partido, dia 24, em Porto Alegre. Ali, em escrutínio secreto, os representantes dos municípios escolherão o candidato a governador. (GAZETA DO SUL, 17/10/1957, p.7).

Aponta-se, pela publicação, que as articulações para a escolha do candidato para governador no pleito de 1958 começaram a ser pensadas com considerável antecedência. Heuser estava mais direcionado para a candidatura de Loureiro da Silva, assim como o deputado federal Fernando Ferrari. Ainda em dezembro de 1957, foi lançado o Comitê Pró-Ferrari. Na notícia publicada no jornal A Hora, é salientado o posicionamento favorável a Loureiro da Silva por parte de Ferrari e Heuser, assim como a proximidade entre o deputado federal e o estadual.

> O comitê pró-Fernando Ferrari será o QG eleitos dos deputados que durante a campanha pré-convenção trabalhista lutaram em favor da candidatura de Loureiro da Silva à Governador do Rio Grande. Aliás, o Deputado Siegfried Heuser fará campanha junto com o ex-líder da bancada trabalhista na Câmara Federal, pois além da identidade de pontos de vista (renovação dos processos políticos), ambos são amigos de muitos anos. (A HORA, 17/12/1957, s/p.).

Pontua-se que, embora tenha ocorrido um forte empenho por parte de Siegfried Heuser, devido a sua proximidade com

Fernando Ferrari e percepção acerca do candidato mais adequado para o governo do estado nas eleições de 1958, a vitória de Leonel Brizola na Convenção Estadual do partido foi incontestável em relação a Loureiro da Silva. A partir da definição, percebe-se a aproximação de Heuser em caravanas pelo interior, com os já definidos candidatos trabalhistas.

As publicações relativas à campanha eleitoral para o pleito de 1958 foram noticiadas a partir da 28 de maio de 1958, no jornal Gazeta do Sul, dentro da coluna "Notas Políticas". Na referida edição, constou a notícia "Visitaram o município os candidatos da Coligação PTB-PRP-PSP" (GAZETA DO SUL, 28/05/1958, p.6). Nela, destaca-se que os candidatos Leonel Brizola, e Guido Mondin visitaram durante dois dias diversas localidades do interior santa-cruzense, sendo acompanhados por Victor L. Issler e o deputado Siegfried Heuser. Na ocasião, os candidatos Leonel Brizola, Guido Mondin e Siegfried Heuser saudaram a população, em recepção feita pela presidente da Ala Feminina do PTB, Eva Batista Job.

Em notícia publicada dia 10 de setembro de 1958, na coluna "Notas Políticas", com a coligação PTB-PRP-PSP já formalmente constituída, os candidatos novamente fizeram campanha em Santa Cruz do Sul, com a presença de Leonel Brizola, Guido Mondin, Victor L. Issler, Fernando Ferrari e Siegfried Heuser, onde diversos representantes se pronunciaram.

> Com grande expectativa, ocupou a seguir o microfone o líder do PTB na Câmara Federal, deputado Fernando Ferrari, que teve as suas palavras interrompidas pela entrada dos candidatos, mas prosseguiu dando ampla explicação sobre o seu projeto de estender a legislação social aos trabalhadores rurais.
> Falaram depois, sucessivamente, o sr. Geraldo Lindgreen, candidato a suplente de senador na chapa trabalhista, e o deputado Siegfried E. Heuser, pre-

> sidente do PTB local e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. (GAZETA DO SUL, 10/09/1958, p.6).

Pouco mais de uma semana depois, Siegfried Heuser e Fernando Ferrari já estavam de volta a Porto Alegre para inaugurar o Comitê pró Reeleição Ferrari – Heuser.

> Sábado próximo, às 20 horas na sede do Comitê Central Fernando Ferrari, Edifício Bier e Ulmann, à rua Uruguai, 35, será inaugurado, com a presença de inúmeros trabalhistas, o Comitê Feminino pró reeleição dos deputados Fernando Ferrari e Siegfried Heuser. Ao ato inaugural, comparecerão, ainda, as Sras. Elsa Ferrari e Hemengarda Heuser, esposas dos candidatos e presidentes de honra do referido Comitê. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/09/1958, p .5).

Pontua-se que para as eleições de 1958, não há nenhum anúncio de Siegfried Heuser no jornal *Gazeta do Sul*. Para os pleitos de 1950 e 1954, quando o periódico ainda era editado como *Gazeta de santa Cruz*, haviam anúncios para divulgar sua candidatura. Em 1950, o anúncio possuía forte apelo ao eleitorado santa-cruzense, com dizeres como "filho de Santa Cruz, sempre devotado aos interesses de sua terra", além de informações profissionais como comerciário, contabilista, economista e professor universitário. Já no ano de 1954, o anúncio era mais simplório, com a foto do deputado e apenas com informações essenciais como "para deputado estadual, Siegfried Emanuel Heuser, Candidato do PTB de Santa Cruz do Sul". Em 1958, entende-se que o capital político de Heuser como representante do eleitorado santa-cruzense em 1958 já estava consolidado, assim a apresentação individual do candidato na cidade pode ter sido feita por outros meios. Contudo, deve-se salientar que esta questão pode ser um reflexo de outra organização de campanha

do deputado. Heuser poderia ter focado suas atenções em outras áreas do estado, ou ainda considerado que intervenções por meio do discurso, como no caso de comícios, fossem suficiente para o pleito.

Às vésperas do pleito, chama a atenção um editorial da *Gazeta do Sul*, publicado em 1° de outubro de 1958, "Longe dos Olhos, Longe do Coração" onde o jornal salienta a importância de votar em candidatos da região, conforme percebe-se no trecho abaixo:

> Entretanto, queremos conclamar o eleitorado não apenas desta comuna, mas também das comunas vizinhas, para que dê a sua preferência aos filhos da terra ou da região, ou seja, aqueles que representam os legítimos anseios de sua coletividade. Este apelo é sincero, sem visar pessoas de tal ou qual agremiação partidária. Nossa região tem autossuficiência política e não precisa apelar para ilustres visitantes que aparecem somente de 4 em 4 anos, para deliciar nossos ouvidos com doces e embaladoras cantigas eleitorais. Por eficientes e brilhantes que sejam, não podemos recriminá-los se ao depois nos abandonam e desviam os frutos de sua ação parlamentar para redutos aos quais se encontram afetivamente mais ligados.
> Devemos saber despir-nos por alguns instantes das nossas crenças político-partidárias e procurar conduzir aos postos eletivos os nossos conterrâneos indicados ao nosso sufrágio pelas suas respectivas agremiações partidárias. O filho da terra ou da região pensa no seu torrão permanentemente e por ele tersa armas apaixonadamente, enquanto o paraquedista político só se lembra dos votos que precisa na hora da eleição e, depois, "longe dos olhos, longe do coração". (GAZETA DO SUL, 1°/10/1958, p.7).

Acerca do editorial, é necessário entender o posicionamento do jornal como ator político, analisando por dois vieses. O

primeiro refere-se ao pedido de votação em candidatos naturais de Santa Cruz do Sul. Devido ao crescimento da cidade, tendo o fumo como principal produto, diversos políticos foram ao município e região ao longo da campanha eleitoral. Nesse sentido, o editorial buscava fortalecer o voto em políticos da região, a fim de defender questões mais pertinentes para realidade do público leitor do periódico.

Já o segundo ponto, leva em consideração os diretores do jornal no período, Francisco J. Frantz e Willy Carlos Froehlich. Francisco José Frantz foi o principal articulador do jornal, responsável por angariar recursos para que a *Gazeta de Santa Cruz* expandisse sua produção e se tornasse a *Gazeta do Sul*. Aponta-se, então, a participação de Willy Carlos Froehlich, que esteve ligado ao jornal já no período de *Gazeta do Sul*. Froehlich foi uma das principais lideranças do PSD local, foi prefeito em Santa Cruz do Sul e eleito deputado federal nas eleições de 1950, assumindo após deixar o cargo de prefeito. No pleito de 1954, ficou como primeiro suplente para deputado federal pela legenda do PSD, estando diversas vezes presente na Câmara ao longo da legislatura. Nas eleições de 1958 foi novamente eleito primeiro suplente pela legenda do PSD, ocupando a cadeira de abril a maio de 1959 e de fevereiro de 1961 a janeiro de 1963[35].

Assim, é necessário analisar a influência de Froehlich dentro do periódico, entendendo que o posicionamento deste poderia direta ou indiretamente estar alinhado a interesses e posicionamentos políticos. Sob essa perspectiva, se problematiza que apesar do periódico abordar a relevância de votar em candidatos conterrâneos, o posicionamento não significa necessariamente que os candidatos trabalhistas, que constituíam oposição no município, fossem contemplados pelo editorial. Evidentemente,

[35] Informações obtidas a partir do verbete biográfico de Willy Carlos Froehlich disponível no DHBB.

cabe salientar que o editorial mencionou que o pedido não tinha como objetivo favorecer nenhuma agremiação partidária, mas considerando a ligação de um de seus editores com o PSD local, é pertinente que seja feita a observação.

Nas eleições de 1958, Leonel de Moura Brizola, candidato petebista, foi eleito com 670.003 votos, enquanto o candidato da coligação PSD-PL-UDN Walter Peracchi Barcellos obteve 500.944 votos. Para o senado, o candidato pela coligação PTB--PRP, Guido Mondin, foi eleito com 617.385 votos, superando o candidato da coligação PSD-PL-UDN Carlos de Brito Velho.

Em 1958, das 24 cadeiras para a Câmara Federal, 14 foram para o PTB, 7 para o PSD, 2 para o PL e o PRP conseguiu uma. Percebe-se que, assim como na eleição de 1954, quando Leonel Brizola capitaneou cerca de 12% dos votos totais válidos, houve uma concentração de votos também na faixa de 12% com o candidato Fernando Ferrari. Neste pleito, Ferrari obteve 147.996 votos, sendo que o segundo petebista mais votado, Wilson Vargas da Silveira, recebeu 62.462 votos. Percebe-se então a força eleitoral de Ferrari no pleito.

Em nível estadual, das 55 cadeiras a serem preenchidas, os trabalhistas aumentaram uma cadeira em relação ao último pleito, alcançando 24 ao total. O segundo partido que mais obteve representação na Assembleia foi o PSD com 13 cadeiras, seguido do Partido Libertador com 7, UDN com 3, PRP com 3, PSP com duas, PDC com duas e PR com 1. Novamente o candidato mais votado foi o petebista Daniel Barnewitz Ribeiro, com 20.045 votos, seguido de Sereno Chaise com 16.614 votos e de Siegfried Heuser com 15.462 votos. No que diz respeito a votação em Santa Cruz do Sul, os candidatos mais votados para deputado estadual seguiram a ordem da tabela:

TABELA 3. RESULTADOS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL 1958: SANTA CRUZ DO SUL

Resultado Eleições 1958 – Santa Cruz do Sul			
Candidato	Partido	N° de votos	Porcentagem de votos no município (%)
Siegfried Emanuel Heuser	PTB	6430	25,06%
Euclydes Nicolau Kliemann	PSD	5980	23,30%
Rudy Adolpho Kaercher	PL	2135	8,32%
Fernando Affonso Gay da Fonseca	PDC	455	1,77%
Armindo Heinen	PRP	414	1,61%

Fonte: *Base de Dados Eleitoral (UNISC).*

Conforme denotado na tabela acima, as eleições de 1958, no município de Santa Cruz do Sul, denotam uma polarização semelhante a apontada pelos estudos acerca de penetração dos partidos políticos em áreas de região alemã no Rio Grande do Sul. Os números refletem, também, o isolamento do PTB em relação aos partidos de frente democrática. A votação de Heuser no município deve ser entendida sob esta perspectiva por dois pontos: primeiramente, sua votação carrega um caráter personalista, que leva em consideração os pleitos de 1950 e 1954 e sua consequente atuação na Assembleia Legislativa. Assim, em 1958 a construção da imagem política do deputado já está consolidada, sendo os votos recebidos reflexo desta construção. Em segundo, cabe salientar que, ainda que não seja possível dimensionar o nível da questão, o voto em Heuser podia significar oposição a coligação PSD-PL--UDN. Sendo a principal força trabalhista da região, o eleitorado se voltaria para o político numa ideia de se sentir representado.

Cerca de um mês após o pleito, na edição de 6 de novembro de 1958, o jornal *Gazeta do Sul*, aproveita um espaço relativo a uma notícia sobre Leonel Brizola e informa que Siegfried Heuser seria o mais provável secretário da Fazenda no governo Brizola.

Nas edições de 19, 21 e 22 de novembro de 1958, o jornal publicou notícias referentes a viagem de Leonel Brizola, a fim de prestigiar uma exposição relativa ao centenário de Sinimbu. Na ocasião, o jornal pontua que o então eleito governador estava acompanhado pelo deputado Siegfried Heuser. Apesar da especulação feita pelo periódico ainda em novembro de 1958, o mesmo só veio a informar a escolha de Heuser para Secretário da Fazenda na edição de 29 de janeiro de 1959, em matéria intitulada "Siegfried E. Heuser será mesmo o Secretário da Fazenda". Conforme noticiado:

> Os trabalhistas locais receberam informações seguras, confirmando os prognósticos que de longa data já vinham sendo divulgados pela imprensa a respeito da escolha do parlamentar santa-cruzense para a pasta das Finanças do novo governo estadual eleito em 3 de outubro último.
> A posse do deputado Siegfried E. Heuser na Secretária da Fazenda correrá, segundo se espera, no próprio dia da posse do governador eleito, isto é, no dia 31, sábado vindouro. A caravana local, que irá à posse do sr. Leonel Brizola, provavelmente também se fará presente ao ato de posse do novo secretário de Estado, um dos deputados que mais contabilizou nos últimos 8 anos na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado e assim se credenciou para o difícil posto da administração gaúcha. (GAZETA DO SUL, 29/01/1959, p. 6).

Assim, apesar da expressiva votação conquistada nas eleições de 1958[36], Siegfried Heuser não seguiu sua atuação na Assembleia, visto que assumiu a Secretária da Fazenda na composição inicial do secretariado do governo Leonel Brizola. Atuando

[36] Os 15.462 votos obtidos em 1958 configuraram-se como a maior votação recebida por Siegfried Heuser nos quatro pleitos em que concorreu para deputado estadual no Rio Grande do Sul (1950, 1954,1958 e 1962).

no executivo, esteve inserido diretamente no governo de Brizola. Conforme abordado no próximo capítulo, Heuser terá participação ativa em diversos momentos, sendo articulador dos projetos da gestão, como a emissão das Letras do tesouro e a Caixa Econômica Estadual.

CAPÍTULO 3

A DANÇA DAS CADEIRAS:

DO LEGISLATIVO AO EXECUTIVO E PARA O LEGISLATIVO NOVAMENTE (1959-1963)

O governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul já foi abordado de diferentes maneiras, por variados autores, em diversas pesquisas[37]. Dentro deste capítulo, será abordada a participação de Siegfried Heuser no governo. No período que compreende a legislatura, Heuser atuou no executivo, inicialmente como Secretário da Fazenda (1959-1960) e posteriormente como Secretário da Economia (1960-1961). Ainda na legislatura, o político deixou o executivo e voltou a assumir sua cadeira na Assembleia Legislativa (1961-1963). Sendo assim, o capítulo procura problematizar a atuação do político no período que estava à frente das pastas, analisando também a conjuntura do período e do governo de Leonel Brizola, apontando possibilidades acerca da saída de Heuser do executivo e sua volta para o legislativo. Ainda, será abordada sua articulação como líder petebista em Santa Cruz do Sul, procurando compreender alguns posicionamentos e decisões tomadas pelo político neste momento de sua trajetória política.

No que tange ao governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, sua gestão pode ser analisada por diversas perspectivas, a fim de compreender a representatividade da gestão, tanto para o Rio Grande do Sul, quanto para a construção e desenvolvimento do capital político de Leonel Brizola onde, por exemplo, pesqui-

[37] Além de estudos sobre a política no Rio Grande do Sul como CÁNEPA (2005), destacam-se pesquisas em programas de Pós-Graduação como as dissertações de BEMFICA (2007) e MIRANDA (2006), além da tese de SILVA (2015), entre outros.

sas salientam a importância do Movimento da Legalidade para que o político se projetasse como um dos líderes nacionais do PTB. Dentro da gestão, se apontam áreas que já foram objetos de pesquisa como a questão agrária, a encampação elétrica e a área educacional marcada sobre tudo pela expansão do ensino primário.

Acerca da questão agrária, o programa original petebista não dava conta de nenhuma ação efetiva voltada para diretamente para a mesma. Segundo Marluza Harres, "a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema passível de tratamento político no decorrer dos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola." (2014, p. 48). Desse modo, se pontua que o período em que a questão agrária ganha maior força no governo de Brizola, Heuser está saindo do Executivo, voltando à Assembleia Legislativa para assumir a cadeira para qual havia sido eleito no pleito de 1958. Assim, apesar de ser uma questão que sem dúvidas merecer reflexões dada a pertinência da mesma, o capítulo não a contempla de maneira incisiva, visto que não dialoga com maior proximidade da trajetória política de Siegfried Heuser.

No que diz respeito à encampação elétrica, conforme aponta Samir Miranda, "a desapropriação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), subsidiária da multinacional *Bond and Share* (empresa da *American & Foreign Power* - Amforp), constituiu o ápice de um longo processo de intervenção estatal nesta área". (2006, p. 101). Nessa perspectiva, o capítulo lança breves reflexões acerca do processo que envolveu a encampação, visto que os acontecimentos ocorrem concomitante ao período de atuação de Siegfried Heuser na Secretária da Fazenda.

Sobre a expansão do ensino primário, faz-se necessário salientar que esta foi uma das principais bandeiras da gestão pete-

bista, haja visto o lema *Nenhuma Criança sem escola no Rio Grande do Sul*. A construção de escolas e a expansão do ensino eram pautas do governo, elaboradas a partir do *Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário*, que tinha como principais objetivos a escolarização de jovens dos 7 a 14 anos e a erradicação do analfabetismo (QUADROS, 2003). Para a execução do plano, foram organizados Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP) e a Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE). Enquanto o SEDEP tinha como função gerenciar o programa desenvolvido, o CEPE constituía-se como uma Comissão de cooperação entre a Secretária de Educação e a Secretária de Obras Públicas. Vale ressaltar que a construção de escolares no Rio Grande do Sul estava presente dentro do II Plano de Obras do Obras do estado. Acerca das escolas construídas, Claudemir Quadros salienta que:

> As escolas construídas no Rio Grande do Sul por intermédio do Sedep e da Cepe tinham algumas características próprias: eram construídas em madeira e, no geral, tinham uma ou duas salas de aula. Foram elas que se popularizaram como as *brizoletas* ou como as *escolinhas do Brizola*. (2003, p. 57).

Dentro desta perspectiva, o capítulo apresenta a contribuição de Heuser para a execução das propostas do governo de Leonel Brizola, atentando para suas atuações dentro das secretárias que geriu no governo, bem como sua atuação na Assembleia Legislativa, após deixar o executivo.

3.1. ATUAÇÃO NA SECRETÁRIA DA FAZENDA (1959-1960)

A gestão petebista, que assumiu o governo em 1959, tinha como desafio trabalhar e desenvolver o estado, ainda que o Rio

Grande do Sul atravessasse uma crise financeira. Desse modo, conforme salienta Cánepa (2005), tendo como uma das bandeiras da campanha o ataque a falta de planejamento do governo anterior para a gestão do estado, se procurou estruturar um programa de governo que alcançasse os objetivos fundamentais que norteariam a gestão. Assim, o programa de governo "Educação e Desenvolvimento" fora pensado para dinamizar e desenvolver o estado, ainda que não houvesse por parte da máquina administrativa condições para atender todas as demandas recebidas inicialmente.

Inserindo Siegfried Heuser dentro do contexto, o político fez parte do secretariado da gestão Brizola[38], inicialmente como Secretário dos Negócios da Fazenda. Destaca-se a repercussão da posse do governador Leonel Brizola no estado, além dos periódicos da capital, a notícia também esteve presente no jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*. No que se relaciona a Heuser, a primeira notícia analisada acerca da atuação do político à frente da Secretária da Fazenda, data de 31 de janeiro de 1959, dia da posse do governador, divulgada pelo *Diário de Notícias*. Em notícia intitulada "Tudo para Superar o Déficit de 2,5 bilhões", o jornal destaca que uma das primeiras medidas de Heuser, como Secretário, seria alterar a maneira que configurava-se o imposto sobre vendas e consignações, que gerava uma das maiores receitas obtidas pelo estado. Segundo apurado na notícia, o Secretário pontuou que:

[38] Inicialmente os secretários foram: Secretário da Fazenda: Siegfried E. Heuser; Secretário do Interior e Justiça: João Caruso; Secretário de Segurança Pública: Theobaldo Neumann; Secretário dos Transportes e Armazéns: Daniel Ribeiro; Secretário de Obras Públicas: Mário Maestri; Secretário da Agricultura: Alberto Hoffmann; Secretário da Educação e Cultura: Mariano Beck; Secretário do Trabalho e Habitação: Clay Hardemann de Araújo; Secretário de Energia e Comunicações: Wilson Vargas da Silveira; Secretário da Administração: Peri Pinto Diniz; Secretário da Economia: Osmar Grafulha; Secretário da Saúde: Lamaison Porto. Informações obtidas em Cánepa (2005).

> Sempre fui contra o atual sistema de selagem, pouco prático. É imperfeito e de difícil contabilização. Como deputado, logo após a minha investidura, em 1951, meu primeiro projeto visou a modificação do sistema de recolhimento desse imposto. Todavia, meu projeto jamais chegou a ser considerado. Agora, será uma das minhas primeiras medidas. Brevemente, as atuais estampilhas serão inutilizadas e o imposto sobre vendas e consignações será recolhido por verba. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1959, p. 16).

Formalmente empossado em 3 de fevereiro de 1959, o posicionamento do político, sob esta perspectiva, era diminuir o déficit do estado e otimizar a máquina burocrática. Dentre as palavras emitidas em seu breve discurso de posse, reverberadas nas páginas da edição de 4 de fevereiro do jornal *Diário de Notícias*, destaca-se que Heuser afirmou que "é uma Secretaria mais técnica do que política. Avaliamos perfeitamente a imensa responsabilidade que pesa sobre nossos ombros, a partir deste momento." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/02/1959, p.16). Novamente em fala, agora atuando no executivo, Heuser procurou abordar sua atuação voltada a questão técnica e não política. Ainda sobre a posse, cabe salientar que, na edição de 14 de fevereiro de 1959, foi publicado no jornal *Gazeta do Sul*, em uma página suplementar vendida juntamente com o jornal, uma notícia discorrendo sobre o acontecimento em alemão. Se percebe na análise das fontes, que durante o período que esteve à frente da Secretaria da Fazenda, em variados momentos, a imprensa divulgava reportagens discorrendo acerca de boatos que Siegfried Heuser renunciaria ao cargo. A primeira notícia relacionada à questão está presente na capa do jornal *Diário de Notícias*, edição de 18 de março de 1959, sob o título "Heuser não renunciará". Nota-se que boatos acerca da saída de Heuser da Secretária da Fazenda foram frequentes até sua saída em 1960.

Cabe analisar que uma das principais questões a serem equacionadas pela Secretaria da Fazenda, no início do governo Leonel Brizola, era viabilizar uma maneira do estado crescer, ainda que não houvesse receita para isso. Esta pode ser considerada uma das mais, se não a maior contribuição de Siegfried Heuser como secretário da fazenda. Pensando em uma maneira de movimentar a economia rio-grandense, o secretário encontrou uma solução para a questão, que ficou conhecida como emissão de Letras do Tesouro, popularmente conhecida como "brizoletas"[39]. As brizoletas constituíam-se como emissões das letras do tesouro do estado do Rio Grande do Sul, emitidas a partir da autorização da Secretária da Fazenda.

Conforme as fontes utilizadas nesta pesquisa, já em abril de 1959, Siegfried Heuser posicionou-se acerca da possibilidade da emissão das letras. Em reportagem presente na capa da edição de 11 de abril de 1959, no *Diário de Notícias*, o periódico publicou a notícia "Estado quer emitir para superar crise financeira". Na notícia, Heuser apontava a possibilidade de emissão de títulos de dívida pública para diminuir a crise financeira que o estado passava.

Em entrevista concedida por Emiliano Limberger, as historiadoras Carla Brandalise e Maura Bombardelli, há uma passagem bem ilustrativa acerca do contexto em que surgiu a emissão das letras do tesouro do estado. Conforme Emiliano Limberger:

> Voltando ao Heuser, que chegou a ser secretário da Fazenda do Brizola e que bolou a brizoleta. O Meneghetti, no primeiro governo, deixou raspados os cofres e ficou devendo. O Brizola herdou um abacaxi de marca maior. Nunca me esqueço, perguntaram-lhe: *Mas como governador, e agora?* Diz

[39] No texto utiliza-se o termo Brizoletas para fazer referências a emissão das Letras do Tesouro. Salienta-se esta questão para que não haja confusão com as escolas construídas no governo Brizola.

> ele, respondendo aos jornalistas: *O dinheiro, antes de estar no bolso, no caixa, tem que estar na cabeça!* E tinha razão. Tem que achar um jeito. E o Heuser bolou a brizoleta, a solução. [...]
> Certo dia, cheguei aqui de manhã, e o Heuser me disse: *Olha, vou ao palácio* – e me mostrou – *levar uma solução para o nosso problema financeiro*. Era a brizoleta. Claro que o Brizola aceitou, e foi o que salvou o seu governo, senão iria fazer o que sem recurso e sem a simpatia do governo federal? É a história que se repete até hoje.[40]

A primeira versão das brizoletas foi documentada a partir da Lei nº 3.785, de 30 de julho de 1959, assinada pelo governador Leonel Brizola, o Secretário do Interior e Justiça João Caruso e Siegfried Emanuel Heuser, então Secretário da Fazenda. Sua aplicação pode ser considerada uma medida eficiente para o alcance das pautas levantadas no decorrer da campanha do governo petebista, visto que para os planos a expansão do ensino primário e o II Plano de Obras do estado eram necessárias grandes quantias, sendo a emissão das letras do tesouro uma possibilidade para a execução destas questões.

> LEI Nº 3785 DE 30 DE JULHO DE 1959
> Autoriza a emissão de letras do Tesouro
>
> LEONEL BRIZOLA, Governador do Estado do Rio Grande do Sul,
> Faço saber, em cumprimento ao disposto nos artigos 87, inciso II e 88, inciso I da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:
> Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a emitir letras do Tesouro, contra suprimento de numerário, com limite de circulação até 5% da receita orçada em cada exercício.

[40] Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e a Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Art. 2º - Os títulos referidos no artigo anterior serão ao portador, com prazos de resgate fixados mediante decreto do Poder Executivo, com os valores nominais de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros); Cr$ 100,00 (cem cruzeiros); Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros); Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros); Cr$ 1 000,00 (mil cruzeiros); Cr$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros); Cr$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros); Cr$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros); e Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros).
Art. 3º - O tipo mínimo de colocação das letras do Tesouro será 94 quando o prazo de resgate for de um ano, obedecendo-se a mesma proporção quando houver variação de prazos.
Art. 4º - As letras do Tesouro de que trata esta lei, não apresentadas para resgate, servirão, pelo seu valor nominal, para pagamento de impostos, taxas e quaisquer dívidas fiscais para com o Estado.
Art. 5º - Os títulos a que se refere a presente lei serão resgatadas nos exercícios de 1959 a 1963.
Art. 6º - O resgate da letras do Tesouro será efetuado pelo Tesouro do Estado, pelo Banco do Rio Grande do Sul S/A. em qualquer de suas agências, e por outros estabelecimentos bancários credenciados pela Fazenda, com os quais fica o Poder Executivo autorizado a firmar os contratos que se fizerem necessários.
Art. 7º - As letras do Tesouro serão assinadas pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, pelo Diretor Geral do Tesouro do Estado e pelo Tesoureiro Geral do Tesouro.
Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 30 de julho de 1959[41]

A publicação da lei teve imediata repercussão na mídia, como pode ser percebido já em 31 de julho de 1959, no *Diário de*

[41] A lei na íntegra foi obtida através das Finanças do Estado Gestão do Secretário da Fazenda Dr. Siegfried Emanuel Heuser 1959-1960Disponível em: http://memoria.org.br/pub/meb000000512/relatfaz1959vol10rgsul/relatfaz1959vol10rgsul.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

Notícias, sob o título "Emissão de 615 milhões em Letras do Tesouro". Na notícia, era informado que o governo Leonel Brizola havia assinado o decreto que autorizava a emissão de Letras do Tesouro e abertura de crédito especial. Segundo a reportagem, emissões de 50 cruzeiros a 100.000 teriam circulação imediata e garantida, com prazo de resgate entre 15 e 360 dias, além de várias firmas terem demonstrado interesse em aceitar as emissões como dinheiro.

Neste sentido, as Letras se configuravam como títulos com resgate de curto a médio prazo, consistindo em uma valorização destes títulos de dívida pública, que fizeram parte de uma mudança na política financeira do estado na gestão petebista. Faz-se necessário pontuar que este método foi o escolhido pelo governo para lidar com a crise financeira que o estado atravessava naquele momento, a fim de concluir os planos elaborados para a gestão, não estando necessariamente focado em terminar ou amortizar a dívida do estado.[42]

Pontua-se que, em setembro de 1959, o governo estudou lançar "Letras de Câmbio Rurais", conforme consta na edição de 24 de setembro do *Diário de Notícias*. A reportagem que abordava uma Conferência de Heuser na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, colocou que:

> o deputado Heuser aventou a possibilidade de serem lançadas Letras de Câmbio Rurais. Perguntado sobre o assunto disse nos que esse assunto está sendo objeto de estudos, e da dependência do êxito das Letras do Tesouro. Se estas tiverem sucesso - o que já está assegurado - será confeccionado um plano para a emissão de letras de câmbio, que se

[42] Para entender melhor a conjuntura econômica e política que envolvia a emissão das letras do tesouro do estado, sugere-se a leitura de BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: Desconstruindo Mitos. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul., Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2007.

> destinarão a atender a pequena agricultura. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/09/1959, p.1).

Nota-se que a emissão das letras do tesouro como política financeira do estado estava, inicialmente, tendo uma boa recepção, visto que a Secretária da Fazenda chegou a estudar uma ramificação deste método que se aplicasse ao pequeno produtor. É válido pontuar que, mesmo não estando no legislativo, as pautas relacionadas ao pequeno produtor continuavam pertinentes para Siegfried Heuser.

No ano de 1959, diversas questões pertinentes ao governo passaram por Heuser, o qual teve pela incidência de notícias em que foi relacionado, um crescimento de seu capital político, devido a função ocupada no governo de Leonel Brizola. A partir do mês de maio percebe-se maior ênfase de pronunciamentos de Heuser vinculados a jornais, tratando de diferentes pontos. Questões como o processo de encampação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), por exemplo, são levadas ao político para que o mesmo informe o posicionamento da Secretária da Fazenda em relação a tais processos.

O processo de encampação, aliás, gerou polêmicas entre o governo estadual e o federal. Segundo Cánepa (2005), Leonel Brizola já tecia críticas acerca da atuação e do modelo desenvolvimento econômico adotado pelo governo Juscelino Kubitschek, que colocava o Rio Grande do Sul em situação periférica em relação aos estados do sudeste do país. A encampação da subsidiária da *Bond and Share* foi mais uma questão que corroborou com o desalinhamento entre os governos. Neste processo, dada a necessidade de produzir energia elétrica para o projeto de industrialização do governo estadual:

> O Executivo Estadual, já no primeiro semestre de 1959, promove a *encampação* da empresa subsidi-

> ária da Bond and Share, responsável pelo abastecimento de energia para Porto Alegre e Canoas, adotando mais tarde o mesmo procedimento com relação aos serviços da The Rio Grande Light and Power Limited, responsável pelo atendimento da região de Pelotas. (CÁNEPA, 2005, p. 275-276).

É válido ressaltar que, apesar da atenção dada à encampação da subsidiária da *Bond and Share*, a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), conforme Miranda (2006), já tinha uma política de encampação relativa a pequenas empresas privadas e municipais. Conforme o autor, "o ato de encampação praticado pelo governo Brizola, em maio de 1959, oficializa esta crescente participação estatal no setor, com o poder público detendo os instrumentos necessários à prestação destes serviços em Porto Alegre e Canoas." (2006, p. 101).

Outra questão que teve relevância, ainda no primeiro semestre de 1959, foi a criação da Caixa Econômica estadual. Conforme denota-se a partir dos estudos de Darcy Garcia acerca da Criação da Caixa Econômica Estadual,

> Nos últimos anais da década de 50, no Rio Grande do Sul, já era manifestada a preocupação com a criação de um estabelecimento de crédito voltado para a captação de pequenos depósitos. Esse foi, por exemplo, o teor de parte da exposição que o Secretário da Fazenda, Siegfried Heuser, fez por ocasião da Assembleia Geral dos Acionistas do Banrisul, no início de abril de 1959. (1990, p. 90).

Nessa perspectiva, se percebe que a Secretária da Fazenda estava articulando, a partir de sua atuação, um ambiente favorável para a criação do banco. A questão teve espaço na imprensa, por meio da publicação da notícia "O Estado também organizará sua Caixa Econômica", presente na capa da edição de 5 de agosto de 1959, do *Diário de Notícias*. Na publicação, foi destacada uma

ordem de serviço do governador Leonel Brizola, que determinava a Secretária da Fazenda organizar-se a fim de instalar uma Caixa Econômica estadual no Rio Grande do Sul. A questão ainda foi reverberada na edição de 5 de dezembro de 1959, no mesmo periódico, sob o título "Caixa Econômica Estadual: Grande Passo para superar estrangulamento financeiro". No momento de publicação da reportagem, o projeto tramitava na Assembleia Legislativa. Segundo fala de Heuser, a criação da Caixa era de grande importância por parte do governo do estado. Conforme o pronunciamento de Heuser que consta na notícia:

> Entre as medidas julgadas indispensáveis pelo Poder Executivo no sentido de prover nosso sistema financeiro mais um instrumento que contribuísse para a retenção de meios de pagamento em nosso Estado, considerando o violento processo de descapitalização a que estamos submetidos como peça de uma armadura financeira que o Rio Grande forçosamente deve constituir, encontra-se a criação da Caixa Econômica Estadual. A ideia não é de hoje e por várias vezes houve tentativas de se concretizá-la. A sua necessidade é de consenso geral, entre nós, reconhecendo todos a utilidade de uma Caixa Econômica Estadual com as finalidades clássicas desse tipo de estabelecimento de crédito, recolhendo a pequena economia e nela fazendo as suas aplicações. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1959, p. 8).

Apesar da articulação para a criação começar em 1959, a Caixa Econômica Estadual foi formalmente criada em 1960. Através da lei 3.914, de 6 de fevereiro de 1960[43], o governo do estado autorizou a criação da instituição, que teve a sede física inaugurada no final do ano de 1960, em Porto Alegre.

[43] A íntegra da lei encontra-se em Finanças do Estado Gestão do Secretário da Fazenda Dr. Siegfried Emanuel Heuser 1960, p. 283-284. Disponível em: http://memoria.org.br/pub/meb000000512/relatfaz1959vol10rgsul/relatfaz1959vol10rgsul.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

Além da criação da Caixa Econômica Estadual, no início do ano de 1960, ainda como Secretário da Fazenda, uma das primeiras ações de Heuser foi a participação no lançamento do "Seu Talão Vale um Milhão"[44], programa de arrecadação indireta para aumentar a receita do imposto sobre vendas e consignações, que já vinha sendo discutido desde 1959. Se nota pelas notícias publicadas no periódico da capital analisado, que as primeiras medidas da Secretaria da Fazenda no início do ano estiveram concentradas em gerar renda aos cofres públicos, com ações que visavam aumentar a arrecadação como o concurso "Seu Talão Valeu um Milhão", ou ainda por um aumento no rigor das cobranças de sonegações fiscais. Destaca-se desse modo, as ações da Fazenda salientadas nas edições de 16 e 26 de janeiro no jornal *Diário de Notícias*, pontuando o esforço da Secretária da Fazenda em fiscalizar o contrabando de feijão que havia ocorrendo na região de fronteira com Santa Catarina. Segundo as publicações, a fim de intensificar as ações de inspeção, Heuser anunciou que seriam criados postos de fiscalização em regiões estratégicas, visando aumentar a arrecadação do estado com a apreensão dos produtos. Percebe-se que esta questão permaneceu como pauta da Secretária da Fazenda por algum período, juntamente com a necessidade do Estado em aumentar sua arrecadação e diminuir os gastos. Para isso, Heuser fez viagens ao Rio de Janeiro procurando negociar a dívida do Estado com o Banco do Brasil, além de iniciar conversações com o estado de São Paulo, visando um acordo de cooperação tributária.

Nota-se que a passagem de Siegfried Heuser pela Secretária da Fazenda esteve inserida em um processo de organização

[44] O programa funcionava como um sistema de fiscalização indireta, que tinha por objetivo aumentar a arrecadação do imposto sobre vendas e consignações. Sendo adaptada a partir de um modelo existente no Rio de Janeiro, as compras eram computadas e os consumidores concorriam a prêmios distribuídos em formato de sorteio. Informações retiradas de Diário de Notícias, 05/01/1960, p. 10. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/92. Acesso em 28/11/2018.

do governo do estado, que procurou soluções para o desenvolvimento, entendendo o quadro de crise financeira daquele período. Quanto a Heuser, no que se relaciona a ação política pessoal do mesmo, são percebidos dois pontos frequentes em suas ações. Primeiramente o político tinha como costume divulgar notícias relacionadas a situação da fazenda por meio de anúncios, onde convocava a imprensa até o Gabinete da Secretaria da Fazenda. Esta prática foi adotada para lidar com outros segmentos da sociedade rio-grandense. Outro elemento importante foi a disseminação da situação financeira do estado por meio de palestras em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, como Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, entre outros. Dentro desta perspectiva era possível ao político exercer sua função como Secretário da fazenda, utilizando seu saber profissional na divulgação das informações.

3.2. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1959 EM SANTA CRUZ DO SUL E A LIDERANÇA DE HEUSER

Uma questão interessante na conjuntura do ano de 1959, foram as eleições municipais em Santa Cruz do Sul, sobretudo o contexto de definição dos candidatos que constituíram a chapa petebista para prefeito e vice-prefeito.

Em julho de 1959, ocorreu a Convenção do PTB local para a definição do candidato que disputaria o pleito. A Convenção foi presidida por Siegfried Heuser que no momento era o Presidente da Executiva petebista santa-cruzense. A votação girava principalmente nos nomes de Ottomar Muench (líder da bancada petebista na Câmara de Vereadores) e Frederico G. Bartholomay, vice-prefeito do município. Segundo apontado em notícia vinculada na edição de 1° de julho de 1959, na *Gazeta*

do Sul, Bartholomay possuía maior recepção entre o diretório e Siegfried Heuser simpatizava com a candidatura do mesmo. Contudo, a questão que se destaca dentro desta conjuntura foi a definição do candidato a vice-prefeito. Conforme noticiado na edição da *Gazeta do Sul*, de 04 de agosto de 1959, Siegfried Heuser procurou Edmundo Hoppe do PL para compor a chapa com Frederico G. Bartholomay, o que se configurava como uma estratégia política pouco praticada pelo PTB do município que, em suma, disputava os pleitos sem coligações com os partidos mais conservadores. Outra questão pertinente, caso ocorresse a recusa por parte de Hoppe para a composição da chapa, foi o fato do nome de Heuser ser sondado para disputar o pleito como vice-prefeito. Conforme a notícia:

> De acordo com que a reportagem conseguiu apurar, o sr. Edmundo Hoppe, do PL, foi convidado pelo dr. Siegfried Heuser para concorrer como candidato a vice-prefeito na chapa com o sr. Frederico G. Bartholomay, candidato trabalhista a prefeito. Soubemos ainda que, caso PTB e PL não cheguem a um acordo para a composição da chapa Bartholomay-Hoppe, o candidato a vice-prefeito pelo PTB, em cogitação, seria o do dr. Siegfried Heuser. (GAZETA DO SUL, 04/08/1959, p. 1).

Embora Edmundo Hoppe não tenha entrado em acordo com o PTB para a disputa como vice-prefeito, o escolhido para compor a chapa do Bartholomay acabou não sendo Heuser e sim Orlando Oscar Baumhardt, que já havia sido eleito vereador no município nos pleitos de 1951 e 1955. Representando a oposição (neste momento o prefeito era o petebista Walter Kaempf), para prefeito a coligação PSD-PL-PDC apresentou o próprio Edmundo Hoppe, que havia sido sondado anteriormente por Heuser e Adolfo Caspary do PSD, como vice-prefeito.

Acerca dos resultados do pleito, o candidato petebista para a prefeitura, Frederico G. Bartholomay, o mesmo acabou perdendo a eleição computando 6.847 votos, 772 a menos que Edmundo Hoppe, candidato da coligação PSD-PL-PDC, que alcançou 7.619 votos. No que diz respeito à votação do vice-prefeito, o representante do PTB, Orlando Oscar Baumhardt, foi eleito com 8112 votos, sendo que o candidato pessedista Adolfo Caspary obteve 5.935 votos.[45]

A possível candidatura de Heuser como vice-prefeito gera reflexões acerca da atuação política do mesmo. Após atuar por dois pleitos como deputado estadual e iniciar 1959 em uma das secretárias mais importantes do governo, quais seriam as motivações para que o Secretário migrasse para a política local? Não há maiores subsídios para que se compreenda a candidatura de Heuser como um acontecimento provável neste momento. O jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*, abordou em suas páginas, em agosto de 1960, a possibilidade de Siegfried Heuser deixar a vida pública. Contudo, essa questão não parece, ao analisar as fontes dispostas, como um fator que influenciasse o político para a disputar do pleito em nível municipal.

Pontua-se ainda que, no final de 1959 voltou-se a especular a possível saída de Heuser da pasta da Fazenda, desta vez publicado no jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*, sob o título "Heuser nega que esteja Demissionário e pede que o Deixem Trabalhar em Paz". O jornal procurou o político para discorrer acerca das insinuações - que não se confirmavam - sobre uma possível saída de Heuser da Secretaria da Fazenda. Segundo o posicionamento do jornal na matéria:

> Interpretando as suas palavras podemos informar, salvo engano, que realmente não procede a infor-

[45] Estes dados foram obtidos a partir da Base de Dados Eleitorais da Unisc, Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/. Acesso em 25/11/2018.

> mação de que está demissionário, e, mais, que continuará a gerir os negócios financeiros do Estado, enquanto puder agir com a autonomia com que vem trabalhando e contar com o apoio do Governador. Para conhecimento do leitor consignamos que a origem do boato de demissão do Secretário da Fazenda residia no fato de sua posição dentro do trabalhismo gaúcho caracterizado como ferrarista. (GAZETA DO SUL, 12/11/1959, p.1).

Ainda no mesmo ano, em dezembro de 1959, Siegfried Heuser chegou a assumir provisoriamente o cargo de governador do estado na ausência de Leonel Brizola. Conforme publicado na capa da edição de 29 de dezembro de 1959, do *Diário de Notícias*, sob o título de "Heuser assumiu ontem o Governo do Estado"[46], o jornal discorreu acerca da breve atuação de Heuser como governador, estando a frente do cargo por 24 horas, devido a ausência de Leonel Brizola que havia viajado para Brasília. Conforme a notícia "o deputado Siegfried Heuser, Secretário da Fazenda, foi empossado ontem, no Governo do Estado, cargo que exercerá por 24 horas devido a ausência do seu titular o sr. Leonel Brizola que viaja hoje pela manhã rumo a Brasília." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/12/1959, p. 1). Apesar de governar por apenas um dia, houve um ato de passagem de governo para formalizar a atuação temporária do político. A reportagem suscitou que Heuser foi empossado provisoriamente tendo em vista as "ausências dos srs. Domingos Spolidoro e João Caruso, respectivamente da Assembleia Legislativa e Secretário do Interior e Justiça. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/12/1959, p.1)". O

[46] Em breve pesquisa, segundo o Capítulo VII, art. 66 da Constituição do Rio Grande do Sul, em caso de impedimento ou de vaga do governador, o presidente da Assembleia Legislativa deveria assumir provisoriamente o cargo. O Presidente da Assembleia Legislativa na data era Domingos Spolidoro, que viajaria juntamente com o governador Leonel Brizola. Então, em 29 de dezembro de 1959, foi organizada 3 sessões extraordinárias na Assembleia Legislativa para informar aos deputados que o estado seria governado interinamente pelo Secretário da Fazenda.

presidente da Assembleia Domingos Spolidoro estava na caravana que acompanhou o governador Leonel Brizola à Brasília. A explicação para a ação foi pontuada em sessão extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 1959 na Assembleia Legislativa, que informava:

> O sr. Presidente comunica à Comissão que devendo o sr. Governador do Estado viajar a Brasília, onde também estará o Presidente da Assembleia, deverá a Comissão Representativa chamar ao exercício do Governo o Secretário do Interior. Este entretanto, por antecipação, comunica estar impedido, razão pela qual de acordo com a Lei n° 191 de 1947, a Comissão Representativa deverá convocar a substituir o Governador do Estado o Secretário da Fazenda. (ANAIS ALRS, 29/12/1959).

3.3. A ATUAÇÃO NA SECRETARIA DE ECONOMIA (1960-1961)

Nos primeiros dias de maio de 1960, houve a primeira transferência de Siegfried Heuser entre pastas. Com a saída de Adalmiro Moura da Secretária de Economia, Heuser assumiu a pasta, sendo substituído na Fazenda pelo deputado federal Victor Issler. A notícia foi reverberada nas páginas do *Diário de Notícias*, sob o título "Reforma no Secretariado: Heuser na Economia e Issler na Fazenda", na capa da edição de 04 de abril. A troca também teve espaço na *Gazeta do Sul*, sendo publicado também em capa, na edição de 05 de maio, sob o título "Heuser Substituído por Issler na Secretaria da Fazenda". Percebe-se na escolha do título da reportagem uma diferença, em certa medida, entre as publicações dos jornais. Enquanto o periódico da capital dá maior ênfase à troca nas secretárias, o jornal santa-cruzense foca na saída de Siegfried da Fazenda, deixando em segundo plano o político ter assumido a Secretaria da Economia. Conforme cons-

ta em notícia publicada na *Gazeta do Sul*, o político pronunciou-se afirmando que:

> No esforço comum desenvolvido para a consecução dos objetivos do governo, recebi com toda a naturalidade a convocação do governo para prestar a minha colaboração em outro setor da administração, julgada necessária pelo Governador. Com a mesma dedicação servirei ao governo neste novo setor, que, aliás, não me é estranho também, por estudo e por vinculação ao meio ambiente. (GAZETA DO SUL, 05/05/1960, p.2).

Assim, se nota que a fala de Heuser procurou minimizar a troca de pastas, colocando em primeiro plano o desenvolvimento da administração do governo. Cabe destacar ainda que o político procurou salientar a proximidade com os assuntos levantados na pasta, dado sua formação profissional. Se pontua que apesar da mudança de Secretaria, Siegfried continuou a orientar e supervisionar a instalação da Caixa Econômica Estadual no Rio Grande do Sul, como foi informado capa da edição de 6 de maio de 1960, no *Diário de Notícias*, com o título "Cx. Econômica: Heuser continua a orientá-la." O político passou a direção dos trabalhos para o secretário Victor Issler apenas no início de junho, já próximo ao período de instalação da Caixa Estadual no Rio Grande do Sul.

Dentro da pasta da Economia, a primeira ação do político foi uma visita ao Paraguai, ainda em maio, visando criar oportunidades de comércios para empresas rio-grandenses no país. Se destaca que também em maio o político assumiu temporariamente a Secretária de Agricultura, conforme informou a edição de 31 de maio de 1960, da *Gazeta do Sul*. Na notícia, foi colocado que o político assumiria interinamente as funções da Secretária de Agricultura, devido ao então titular da pasta, o deputado Al-

berto Hoffman, estar fazendo uma viagem à Alemanha e outros países da Europa.

Como Secretario da Economia, se percebe que uma das questões mais pertinentes para o político foi o preço do litro do leite e posteriormente da carne e arroz no estado. A definição dos preços e aumentos foi um processo longo que atravessou vários meses até que a Secretaria de Economia se posicionasse formalmente frente às entidades produtoras e para a população de maneira geral. Outra questão pertinente no período que Siegfried esteve na Economia foi a criação do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Acerca da formação do BRDE, se pode afirmar que a criação de um banco para desenvolvimentos de médio a longo prazo era um desejo do governo do estado há algum tempo. Segundo corrobora Darcy Garcia (1990), o BRDE contribuiria para investimentos, sobretudo no setor industrial, visto que o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) não atendiam de maneira esperada, "chegou-se ao consenso de que a solução estaria na criação de um Banco de Desenvolvimento voltada ao financiamento de projetos na Região Sul" (GARCIA, 1990, p. 84). Assim, a partir do aval do Presidente Jânio Quadros em reunião que ocorreu em Florianópolis, no ano de 1960, o projeto foi desenvolvido. Em agosto de 1961 o projeto do BRDE foi aprovado na Assembleia Legislativa, firmando também a criação do Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul (CODESUL). Conforme cita Garcia, "finalmente aos 22.11.61, com a presença do presidente João Goulart e dos três governadores dos Estados Sulinos, foram instalados o CODESUL e o BRDE." (1990, p. 85).

Ainda atuando na pasta da Economia, em junho de 1960, o jornal *Diário de Notícias*, trouxe uma reportagem intitulada "Desmentido: Não Houve Incidentes com Heuser", feita com João Caruso, desmentindo um possível atrito entre Caruso e Heuser. Segundo depoimento de Caruso ao jornal:

> carecem de fundamentos as notícias sobre alguma briga entre eu e o ilustre companheiro e amigo sr. Siegfried Heuser. Nenhum incidente houve. Minha única conversação com ele nos últimos dias, versou sobre a atuação de alguns fiscais do imposto de Vendas e Consignações que teriam sido excessivamente rigorosos. Mas isso nem de leve foi tratado em termos de desentendimento. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/06/1960, p.15)

Embora a questão aparente ser pouco relevante, faz-se aqui uma breve reflexão acerca do contexto em que Siegfried Heuser estava inserido em 1960. Conforme já apontado no capítulo anterior, dentro das alas intrapartidárias do PTB, a partir da morte de Vargas, ficou cada vez mais latente dois grupos. Um capitaneado por João Goulart e Leonel Brizola e outro organizado a partir Fernando Ferrari e Loureiro da Silva. Paulatinamente ocorreu uma efetivação do primeiro grupo em relação ao segundo. A votação e consequente definição de Leonel Brizola como candidato para governador do estado nas eleições de 1958, evidenciou tal questão. Apesar de manter boa relação com ambos os grupos, nos primeiros anos de Heuser dentro do PTB, o político teve mais proximidade com Fernando Ferrari, ligação que fez com que os candidatos concorressem em "dobradinha" para deputado estadual e federal.

Dentro desse contexto, Loureiro da Silva candidatou-se pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e concorreu a prefeito de Porto Alegre com o apoio do Partido Libertador. Devido à ação, foi expulso do PTB pela executiva estadual do partido. No pleito, Loureiro foi eleito, enfrentando Wilson Vargas do PTB e Ary da Silva Delgado, representante pessedista. A saída de Fernando Ferrari do partido foi, em certa medida, mais desgastante. Conforme aponta Bombardelli (2016), a fim de barrar as intenções de Fernando Ferrari à disputa de vice-presidência, no pleito de

1960, o PTB rio-grandense ofereceu ao político a candidatura para prefeitura de Porto Alegre em 1959. Ferrari declinou a proposta e candidatou-se a vice-presidência pelo PDC, apoiado pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que posteriormente foi transformado em partido político. No pleito, o candidato perdeu para o líder nacional do PTB, João Goulart, e o atrito gerado ao longo de todo o processo até as eleições teve como consequência a saída de Ferrari do partido. Após a saída definitiva de Ferrari do PTB e a fundação do MTR, alguns políticos ferraristas migraram para a legenda. Dentro desse contexto, em diversos momentos foram lançadas indagações acerca do posicionamento de Siegfried Heuser, que segundo se pode analisar pelas fontes utilizadas nesta pesquisa, apesar da proximidade com Fernando Ferrari, preferiu manter-se no Partido Trabalhista Brasileiro.

Assim, os processos de cisão de Loureiro da Silva e principalmente Fernando Ferrari reverberam indiretamente em Heuser. Com maior ênfase na saída de Ferrari do partido, percebe-se que circulou na imprensa, em diversas ocasiões, rumores acerca da saída de Heuser da Secretaria em que atuava, atritos com petebistas, como apontado na notícia anterior, além de um possível desgaste de Heuser com o exercício político.

Dentro deste contexto, aponta-se que um dos elementos que justificam a publicação da notícia "Heuser vai Abandonar as Atividades Políticas", publicada na *Gazeta do Sul*, deve-se aos constantes questionamentos acerca do posicionamento do político, questionando sua permanência no PTB ou possível saída em apoio a Ferrari. Na notícia citada, foi pontuada uma homenagem feita pelo Gabinete da Secretaria da fazenda, na qual havia sido inaugurada uma fotografia do político no espaço, a fim de recordar a passagem de Heuser naquela secretária. Durante seu discurso de agradecimento, o político discorreu que:

> Não posso negar, entretanto que no momento não me sinta profundamente emocionado, principalmente porque estou cumprindo meu terceiro e último mandato representativo, pois pretendo retornar às minhas atividades particulares e dedicar-me mais à minha família. Uma expressiva e animadora homenagem como esta faz-nos sentir a impressão de termos cumprido com o dever. (GAZETA DO SUL, 18/08/1960, p. 1).

A notícia sinalizou um desgaste por parte de Siegfried Heuser no meio político, desgaste este sendo possível devido a conjuntura de cisão do PTB, já denotada, e a atuação em diferentes secretarias no governo. No ano seguinte o político saiu do Executivo e retornou para o Legislativo. Lança-se a hipótese de que essa mudança deu-se em razão do desgaste que Heuser teve paulatinamente ao longo do governo Brizola.

Em março de 1961, o político voltou a assumir a Secretaria da Fazenda, a partir da renúncia de Victor Issler do cargo. Enquanto o *Diário de Notícias* retratou o ocorrido na capa da edição de 14 de março, sob o título "Heuser substitui Issler na Fazenda", o periódico santa-cruzense *Gazeta do Sul*, publicou o ocorrido em capa de 16 de março, com o título "Heuser ressentido com o "Jogo de Empurra"". O jornal abordou a situação da seguinte maneira:

> Informa-se nos meios políticos que o dep. Siegfried Heuser estaria um tanto ressentido com o "jogo de empurra" por cima dele. O que fizeram com o homem público santa-cruzense foi o seguinte: depois de ter organizado a Secretária da Fazenda, foi ele de lá tirado subitamente e substituído por Issler, cuja gestão na pasta não seguiu o ritmo que lhe foi imprimido por Heuser; colocado à testa da Secretaria da Economia, Heuser conseguiu estruturar e dinamizar aquela pasta e imprimir-lhe a sua orientação; e justamente na hora de a pasta da Economia começar a render seus primeiros frutos

> positivos Heuser está sendo novamente desalojado daquela Secretária, para voltar à Fazenda, onde se vislumbram condições difíceis para a condução dos problemas financeiros do Estado. (GAZETA DO SUL, 16/03/1961, p. 1).

Ainda que a notícia esteja, em certa medida, carregada de ufanismo por parte dos santa-cruzenses, a informação denotou novamente o paulatino desgaste que o político vinha tendo atuando nas secretarias do governo. Apesar de assumir a Secretaria novamente, o mesmo não ficou por um longo período liderando a esta, voltando a assumir a Secretaria da Economia, onde permaneceu até junho de 1961. Conforme abordam ambos os periódicos analisados, o político deixou a pasta alegando questões pessoais. Na notícia "Heuser deixa a Economia por motivos particulares", quando perguntado sobre uma possível influência do MTR em sua saída, o político pronunciou:

> Politicamente tenho compromisso com o governo que auxiliei a eleger e ao qual defenderei em outra tribuna, que é a Assembleia Legislativa. Tenho servido e continuarei a servir. [...]
> Ficarei no posto aguardando que meu substituto assuma a Secretaria da Economia. Cuidarei mais ativamente dos problemas de minha região. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1°/06/1961, p. 1).

Já na informação divulgada pela *Gazeta do Sul*, intitulada "Heuser cansada da Política", a notícia focou na saída do mesmo do meio político, existindo a possibilidade da não candidatura no pleito de 1962. Conforme a notícia:

> Não são de hoje os comentários em torno da disposição do deputado Siegfried Heuser de abandonar a política. O próprio Secretário da Economia tem dado margem a tais cogitações em rodas de amigos, nas quais já manifestou o seu desencanto em

> face da atual situação reinante na política estadual. Na "Folha da Tarde" de terça-feira, o jornalista Roberto Eduardo Xavier, em sua apreciada seção "Mosaicos", escreveu literalmente sob o título "Um que se vai", o seguinte:
> "O sr. Siegfried Heuser deixará amanhã a Secretária da Economia e voltará para a Assembleia. Círculos chegados ao dito cujo comentam há dias seu desencanto com a política e, em especial, com os políticos. O "alemão", como é conhecido entre os servidores da pasta econômica, estaria disposto a não se candidatar à reeleição, deixando definitivamente a arena política. É uma pena, vai-se embora um dos melhores homens do atual governo. Um dos melhores senão o melhor deles..." (GAZETA DO SUL, 1°/06/1961, p. 1).

Dentro desta perspectiva, pode-se perceber o desgaste de Heuser atuando no executivo como um dos pontos que levaram o político a ocupar a cadeira para a qual havia sido eleito na Assembleia. Outra questão levantada, conforme corroboram as publicações, é a procura de Heuser em abordar questões que fossem mais pertinentes à sua região, ou seja, pautas ligadas à fumicultura e ao pequeno produtor. Além destas questões, é válido ressaltar os elementos pessoais, identificados pelas fontes como a família. Soma-se nesta conjuntura o processo de cisão de Fernando Ferrari com o PTB e a formação do MTR, no qual apesar da proximidade de Heuser com Ferrari, acabou optando por permanecer no Partido Trabalhista Brasileiro.

3.4. O RETORNO E A ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA (1961-1963)

Nas duas legislaturas anteriores, em que Siegfried Heuser atuou como deputado estadual, o mesmo foi bem mais ativo do que na terceira. Figurando na Assembleia a partir do segundo

semestre de 1961, o político manteve-se ativo até o final da legislatura. Contudo, aponta-se que a incidência de manifestações do mesmo foi menor, se comparado as legislaturas anteriores.

Das questões levadas a plenária a partir de julho de 1961, percebe-se que entre suas primeiras manifestações destaca-se a fala acerca das comemorações do Dia do Colono, questão pertinente a parte do eleitorado do político. No que tange ao cenário financeiro, percebe-se que político levou à Assembleia questões da crise financeira nacional, apontando as medidas que o governo federal estava tomando. Apesar de explanação do contexto nacional, se nota que o objetivo do político era abordar questões relacionadas as formas de arrecadação que o estado possuía. Um dos pontos abordados, na 63° sessão, de 24 de julho de 1961, onde Heuser debateu acerca do projeto de lei n° 101-61, que autorizava a abertura de um crédito suplementar para atender a taxa de transporte dos municípios. Percebe-se que no período em que o deputado esteve atuante no plenário, as abordagens referentes a projetos de leis foram frequentes.

A aprovação da redação final do projeto n° 101-61 foi confirmada na primeira sessão do mês de agosto, conforme consta nos anais da Assembleia. Na mesma sessão, Heuser questionou o projeto de lei n° 97-60, que tinha por objetivo doar um lote de terra à Legião Brasileira de Assistência e ao Banco de Olhos em São Leopoldo. Heuser apontou na sessão, que São Leopoldo era uma das cidades nas quais o Estado não possuía uma exatoria. Neste sentido, o deputado questionou, alegando que apesar de nobre o projeto, ele beneficiava um órgão federal, ao passo que o Estado ainda não possuía local para a instalação da exatoria na cidade, o que contribuiria para a fiscalização da Secretária da Fazenda no município.[47] A fala é ilustrativa no sentido de apon-

[47] As informações expressas acerca do projeto de lei foram retiradas do pronunciamento de Siegfried Heuser, Anais da Assembleia Legislativa, Agosto de 1961, Volu-

tar o alinhamento do deputado com a gestão petebista, questões que nas outras legislaturas eram colocadas em segundo plano. Também denota o uso da passagem do deputado pela Secretária da Fazenda, convertendo o capital político de sua atuação frente à pasta para legitimar sua fala. Outra questão pontuada no legislativo em agosto foi o decreto legislativo 21-61, que discorria sobre o acordo entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Em sessão extraordinária, realizada em 17 de agosto de 1961, Heuser procurou afirmar que o decreto legislativo havia sido recomendado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia, procurando abordar a importância do BRDE para as finanças do estado. Contudo, embora tais questões fossem de considerável pertinência para o estado, os acontecimentos em nível nacional, desencadeados a partir da renúncia do então presidente Jânio Quadros, alteraram o funcionamento da Assembleia Legislativa, merecendo breve reflexão, sobretudo pela importância do Rio Grande do Sul na conjuntura.

Em 25 de agosto de 1961 o então presidente Jânio Quadros renúncia ao cargo, deixando a presidência em vacância, dada a impossibilidade do vice-presidente João Goulart assumir o posto, visto que este encontrava-se em viagem na República Popular da China, juntamente com uma delegação comercial do Brasil. A partir do ocorrido, três possibilidades foram sustentadas nos meios políticos nacionais. A primeira era a posse de João Goulart prevista em Constituição, a segunda assegurava a posse de Jango, contudo dentro de um regime parlamentarista, e a terceira, composta por setores mais conservadores e parcela da cúpula militar brasileira, contrapunha-se à posse do vice-presidente.

---

me CXLIX, p. 13.

Conforme corrobora Carla Brandalise, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, assim que recebida a informação da suposta renúncia de Jânio Quadros, procurou colocar-se primeiramente em apoio ao mesmo, caso a renúncia houvesse sido consequência de pressões que o presidente vinha recebendo, aceitando a vacância do cargo apenas sob uma ação voluntária de Quadros. Neste sentido, a Assembleia colocava-se favorável à posse legal do vice-presidente João Goulart. Segundo apontado pela autora:

> Em um primeiro momento e tomando a maioria da casa, critica-se um possível golpe de força impetrado contra Quadros, qualquer ato de pressão obscuras que houvesse promovido sua renúncia não voluntária. Essa impressão domina os deputados no começo. Nessas circunstâncias, reivindica-se a legitimidade do presidente Quadros de continuar o seu mandato. Em um segundo momento, confirmada a renúncia tido como irreversível de Quadros, defende-se que o vice-presidente, João Goulart, tenha plenas garantias para assumir o cargo maior que lhe é de direito. As tendências golpistas, sejam militares ou civis, não parecem encontrar, neste estágio, eco entre a maior parte dos deputados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. (BRANDALISE, 2017, p. 176).

Segundo pontua a autora, "a intenção da casa legislativa parecer ter sido justamente a de passar uma imagem pública de unanimidade e de sintonia em torno do ideal da legalidade" (2017, p. 179). No Rio Grande do Sul as reações frente à renúncia de Jânio Quadros foram rápidas. Ainda em 25 de agosto, a Assembleia decidiu manter-se em sessão permanente, o deputado Paulo Brossard prestou uma declaração oficial em nome da Assembleia Legislativa em defesa da democracia e respeito à constituição (BRANDALISE, 2017), ao passo que o executivo articulava opções para viabilizar a posse de Jango.

Foi dentro deste contexto que o então governo do Rio Grande do Sul organizou a rede da legalidade, uma mobilização para garantir a posse do então vice-presidente João Goulart. Para isso, Brizola utilizou os materiais da Rádio Guaíba de Porto Alegre e criou a Cadeia Radiofônica da Legalidade. As transmissões foram feitas para o Brasil e outros países. Da organização da Legalidade, até o dia 1° de setembro, quando João Goulart chegou ao Brasil, o país viveu momentos tensos, chegando até mesmo a ser ordenado o bombardeamento do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, de onde estava sendo realizadas as transmissões da cadeia da legalidade.

Dentro desse contexto, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, da qual Heuser era deputado, posicionou-se a favor da posse de João Goulart. Considerando o posicionamento do governo Brizola e da maior parte da Assembleia, foi decidido em 29 de agosto o envio de uma comitiva para Brasília, a fim de esclarecer o posicionamento do estado em relação aos acontecimentos e também para rechaçar notícias que não corroborassem com as ações do governo rio-grandense. Dentro dos 16 deputados da Assembleia, designados para a viagem à Brasília, encontrava-se Siegfried Heuser. Conforme aponta Brandalise, esta viagem foi cercada de contrariedades. O voo inicialmente tinha como previsão paradas em São Paulo e Rio de Janeiro, antes de chegar na capital do país. O deputado estadual Hélio Carlomagno (PSD) teria recebido a informação de Brizola, que havia uma denúncia de que Carlos Lacerda ordenaria a prisão da comitiva assim que o voo fizesse escala no Rio de Janeiro. Assim, após pressão da comitiva, o piloto obstruiu a instrução recebida da Aeronáutica e rumou diretamente para Brasília (BRANDALISE, 2017). A notícia teve espaço na *Gazeta do Sul*, sob o título "Heuser e Kliemann entre os 16 deputados gaúchos detidos pela Aeronáutica em Brasília". Segundo noticiado:

> Os 16 deputados gaúchos viajaram a Brasília, a fim de fazerem ao Congresso Nacional um relatório da verdadeira situação no Rio Grande do Sul. A rota do Caravelle da Varig, em que viajavam, era P. Alegre - São Paulo - Rio - Brasília. Ao decolarem de São Paulo, os deputados obrigaram (de revólver, segundo a imprensa) o piloto do avião a rumar diretamente para Brasília, sem pousar no Galeão, por motivos óbvios. Então, ao chegarem no aeroporto de Brasília, os parlamentares foram detidos por algumas horas pelas tropas da Aeronáutica. O deputado federal Bocaiuva da Cunha, que acompanhava a missão parlamentar gaúcha desde P. Alegre, conseguiu safar-se, vestindo o uniforme de tripulante da Varig. Gestionando com as autoridades, o dep. Bocaiuva da Cunha conseguiu que os parlamentares gaúchos fossem liberados, horas depois.
> Após ter entrado em contato com os congressistas em Brasília, a missão rio-grandense retornou quinta-feira, tendo naquele dia visitado a Assembleia Legislativa paulista, a qual também está firme a favor da legalidade. (GAZETA DO SUL, 02/09/1961, p. 1).

Após o tenso período de indefinição acerca da posse do vice-presidente, João Goulart assumiu a presidência dentro do regime parlamentarista, tendo retornado mais tarde ao sistema presidencialista, no ano de 1963, após plebiscito. Salienta-se então, sob a abordagem de Cánepa, que "o fato de que a vitória das forças "legalistas", com a posse de João Goulart, foi parcial." (CÁNEPA, 2005, p. 279), visto que, apesar da posse, o político assumiu mediante a implantação do sistema parlamentarista.

Passado o agitado mês de setembro, Siegfried Heuser seguiu no início de outubro para a Alemanha, estando ausente da Assembleia Legislativa neste mês. Conforme notícia publicada na *Gazeta do Sul*, Heuser foi para Alemanha "a convite do governo daquele país, para uma viagem de estudos". (GAZETA DO SUL, 28/09/1961, p. 1). O retorno do deputado ao plenário se

deu nas sessões finais do mês de novembro, embora manifestações mais incisivas só tenham ocorrido no mês de dezembro. No que se refere a sua atuação no último mês de 1961, percebe-se que o mesmo procurou ser favorável as discussões que atravessavam sessões acerca do II Plano de Obras do estado.

Em 1962, cumpre destacar que Heuser, nos primeiros meses do ano, viajou a Áustria, conforme, notícia publicada na *Gazeta do Sul*, foi informado que "segundo comunicação aos seus companheiros do PTB local, o parlamentar conterrâneo visitará a Áustria." (GAZETA DO SUL, 10/04/1962, p. 1). Retornando à Assembleia, teceu fortes críticas ao governo federal, sobretudo ao período de governo de Juscelino Kubitschek,

> Por outro lado, Sr. Presidente, sob o ponto de vista dos técnicos, em função das conclusões a que chegam invariavelmente os técnicos brasileiros, sejam eles do Governo federal, sejam eles do Conselho Nacional de Economia, sejam eles dos altos escalões da Presidência da República, concluíram que o desenvolvimento econômico brasileiro constitui- se de uma forma anômala, concentrando em um ou dois Estados da Federação todos os favores, todos os benefícios, que a União concedeu naquele período chamado desenvolvimentista, especialmente, no governo do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, deixando as demais regiões deste País, o Norte, o Nordeste e o extremo sul, nas condições de meros consumidores. (ANAIS ALRS, 12/06/1962, p. 85).

Nota-se que as críticas eram voltadas, principalmente, pela disparidade no desenvolvimento das diferentes regiões do país onde, dentro do contexto, o Rio Grande do Sul fora relegado, conforme o termo utilizado pelo deputado como "meros consumidores".

No restante da legislatura, os pronunciamentos do deputado variaram entre manifestações de nível regional, como por

exemplo na 48° sessão, de 03 de julho de 1962, quando Heuser salientou a atuação da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP) e as realizações que a entidade estaria conseguindo.

Aponta-se, também, que apesar de um dos pontos salientados por Heuser em sua saída do Executivo e consequente volta ao legislativo, olhar com mais atenção para as necessidades da sua região, os pronunciamentos do político estiveram mais próximos de questões voltadas à arrecadação de receita por parte da Secretária da Fazenda e o controle de gastos. Tal questão pode ser percebida, por exemplo, na sessão de 06 de agosto de 1962, onde o discurso do político concentrou-se em denotar a relevância do projeto 40-62, que tinha por objetivo "estabelecer normas para o ordenamento administrativo e hierárquico dos órgãos de arrecadação da Secretaria da Fazenda e fixa o regime e tratamento pecuniário de seus servidores." (ANAIS ALRS, 06/08/1962, p. 56). Cabe assinalar que o deputado esteve pouco presente no plenário, no período que compreendeu a campanha para as eleições, onde novamente foi candidato para deputado estadual.

Após as eleições, nos meses de novembro e dezembro, pontua-se que Heuser esteve mais ativo no legislativo, mantendo o padrão que vinha tendo ao longo de sua atuação na referida legislatura. Por tratar-se dos meses finais de ano em um período de transição de governo, as pautas giravam em torno do orçamento e execução previstos para o ano de 1963, além de, como foi amplamente registrado ao longo de sua atuação na Assembleia, tecer apontamentos acerca da importância do imposto de vendas e consignações, uma das principais fontes de receita para o Rio Grande do Sul.

3.5. AS ELEIÇÕES DE 1962

Apesar de todo o contexto e pronunciamentos observados, pelo menos a partir de 1959, quando Heuser teve seu nome ventilado como possível candidato a vice-prefeito no município de Santa Cruz do Sul, o político acabou disputando o pleito de 1962 para deputado estadual. Seria plausível compreender que sua candidatura colocou-se como um revés em relação às declarações e notícias entre os anos 1960 e 1961, que colocavam Siegfried em passos de encerrar sua trajetória política.

Uma questão importante a ser pontuada, que vai na contramão das informações que haviam sido colocadas pela imprensa até o momento, refere-se à edição de 08 de agosto de 1961, do período *Diário de Notícias*, onde o jornal colocou por meio da reportagem "Heuser é o 6° candidato a governador do PTB", uma possível pré-candidatura do político para o governador do estado nas eleições de 1962. Segundo a notícia:

> Mais um candidato será lançado à sucessão do sr. Leonel Brizola. Candidato também pertencente ao PTB Siegfried Heuser, ex-secretário da Fazenda e da Economia que terá dentro dos próximos dias o seu nome lançado pelo PTB de Santa Cruz do Sul, Candelária, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz. Veio à tona essa "intriga" dos bastidores petebistas ao ser solicitado à deputada Suely Oliveira apoio a candidatura do sr. João Carlos Gastal. A representante de Pelotas, única mulher com assento na Assembleia revelou então, que não poderia apoiar o sr. João Carlos Gastal, pois havia firmado compromisso com a candidatura de Heuser, que deveria ser lançada dentro em breve. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/08/1961, p. 3).

Apesar de ser ventilada na imprensa esta possibilidade, a candidatura não foi concretizada. Contudo, a notícia pode ser entendida como um reflexo das disputas intrapartidárias do

PTB, onde diversos políticos procuravam colocar-se como lideranças do partido.

No que se refere à candidatura de Heuser, em fins de março de 1962 a mesma foi confirmada na Gazeta do Sul. Na notícia "Heuser novamente candidato a Deputado Estadual", o jornal colocou que o político foi a Santa Cruz do Sul, a fim de confirmar aos trabalhistas do município que concorreria novamente. Nesse sentido, o PTB local prontamente indicou o político como opção de voto para o legislativo estadual. A notícia igualmente informou que ainda não havia sido confirmado, mas possivelmente o PTB local apoiaria Floriceno Paixão para deputado federal. A eleição de 1962 marcou, pela primeira vez, uma campanha partidária de Siegfried Heuser sem a "dobradinha" com Fernando Ferrari. Destaca-se também neste pleito, diferentemente das outras três eleições, que questões voltadas à campanha do político tiveram amplo espaço no jornal santa-cruzense.[48] Uma das questões pontuadas foi a eleição para a executiva municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, onde Heuser foi novamente eleito presidente do PTB local.

No que tange à campanha política, nota-se que o candidato do PTB para governador, Egídio Michaelsen, visitou Santa Cruz do Sul acompanhado por Heuser, no início de agosto, visita esta que fazia parte do itinerário do candidato pelas "colônias alemãs", utilizando o termo destacado na coluna "Notícias Políticas", de 11 de agosto no *Diário de Notícias*. Segundo informado na edição de 22 de setembro da *Gazeta do Sul*, o candidato petebista visitou novamente Santa Cruz do Sul, na segunda ocasião acompanhado dos candidatos ao Senado, Mariano de Freitas

[48] No período da referida campanha para as eleições de 1962, o político Willy Carlos Froehlich não fazia mais parte dos diretores do jornal. Nas edições fora mencionado apenas o nome de Francisco J. Frantz, idealizador e diretor do periódico desde sua fundação como *Gazeta de Santa Cruz*. Assim, entende-se que a ausência do político vinculado ao PSD de Santa Cruz do Sul pode ter sido um dos fatores que contribuiu para o maior espaço de Heuser nas páginas do jornal.

Beck e Antônio Brochado da Rocha, os candidatos a deputado federal Floriceno Paixão, Paulo Mincarone, Matheus José Schmidt Filho e Zaire Nunes. Além de Heuser que foi o coordenador da campanha petebista na região.

Pontua-se que, nestes pleitos, os anúncios publicados acerca da candidatura de Siegfried no jornal santa-cruzense destacavam seus 12 anos de atuação política, salientando a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento, quando atuava na Assembleia Legislativa, além das passagens pelas Secretárias da Fazenda e Economia no governo Brizola. Chama atenção que, na última semana da campanha eleitoral, foi publicado nas edições de 29 de setembro e 2 de outubro, o a pedido, "Porque Vamos Reeleger o Dep. Siegfried Heuser", que havia sido mandado publicar pelo Movimento pró reeleição do deputado Siegfried Emanuel Heuser. No texto, o candidato era apresentado a partir de fatores já salientados nos anúncios do candidato no jornal, contemplando as ações em que o mesmo esteve envolvido durante seu período na Assembleia Legislativa. Cabe pontuar que no texto foram destacados quatro pontos acerca da atuação do político no Executivo, durante o governo Brizola. Os apontamentos feitos foram:

> I - Sabem, por exemplo, os ex-prefeitos municipais - e o sabem, também, os atuais - que o deputado Siegfried Emanuel Heuser, ao assumir a Secretária da fazenda, se empenhou, com seriedade, em normalizar o crônico e grave problema de entrega das quotas de retorno às prefeituras do interior do Estado. Agiu, no caso, como é do conhecimento de todos, com irrepreensível isenção. Não houve, durante sua gestão, odiosas discriminações políticas entre as prefeituras. Que, sobre isso, deponham os anteriores e os atuais governantes municipais do Rio Grande do Sul.
> Seus planos financeiros, firmemente delineados, de início, deram resultados altamente benéficos,

> sem embargo de haver permanecido apenas 15 meses à frente da Secretária da Fazenda.
> II - Emitiu as novas letras do Tesouro (brizoletas), sob modalidades diferentes, para desafogar o Tesouro do Estado do torturante problema de Caixa. A eficiente medida tem contribuído, de modo significativo, como é do conhecimento geral, para o atendimento normal de vultuosos compromissos financeiros do Estado.
> III - Ainda em sua notável gestão como Secretário da Fazenda, as apólices da dívida pública - emissão do II Plano de Obras - foram lançadas mediante condições novas, melhorando em consequência, sua aceitação. De fato, dando, como deu, poder liberatório aos títulos, após o vencimento, para pagamento de tributos e, de outra parte, majorando a taxa de juros, propiciou às apólices do II Plano de Obras excelentes cotações na Bolsa de Valores. Daí resultou, como é evidente, a própria restauração do crédito público. O fato tem relevante significação na vida do Estado.
> IV - Vencendo óbices de tônica ordem, criou a Caixa Econômica Estadual, hoje em fase de franca e animadora prosperidade. Vitoriosa, como está, a importante iniciativa, a novel entidade prestará incalculáveis serviços à economia do nosso Estado. (GAZETA DO SUL, 29/09/ 1962, p. 8).

Nota-se que há um empenho por parte do Movimento de pró-reeleição do candidato, a fim de salientar a atuação do político, no sentido de garantir os votos do eleitorado santa-cruzense. Sob esta perspectiva, faz-se necessário salientar alguns elementos próprios desta campanha em nível local. A organização para a reeleição de Heuser teve nesta eleição mais espaço no jornal *Gazeta do Sul* do que os outros três pleitos em que o deputado foi candidato. Como já apontado, parte deste aumento de visibilidade no periódico pode ter ocorrido devido à ausência da liderança pessedista da diretoria do jornal. Contudo, é pertinente analisar que na referida eleição o principal candidato local a pleitear

votos, além de Heuser, foi Euclydes Nicolau Kliemann, que foi eleito deputado estadual pelo PSD. Apesar de existirem outros candidatos santa-cruzenses concorrendo a Assembleia, somente Heuser e Kliemann tinham condições de atingirem o coeficiente eleitoral suficiente para serem eleitos, questão que se confirmou após os resultados eleitorais no município.

TABELA 4. RESULTADOS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL 1962: SANTA CRUZ DO SUL

Resultado Eleições 1962 – Santa Cruz do Sul			
Candidato	Partido	N° de votos	Porcentagem de votos no município (%)
Siegfried Emanuel Heuser	PTB	4.458	18,88%
Euclydes Nicolau Kliemann	PSD	4.103	17,38%
Guilherme Dorfey	PRP	2.054	8,70%
Sebaldo Kroth	PDC	1.502	6,36%
Ariosto de Brito Pereira	PSD	252	1,07%

Fonte: *Base de Dados Eleitoral (UNISC).*

Outro elemento à ser destacado se refere a cisão petebista que originou o MTR. Ainda que o partido não tenha obtido números expressivos no pleito em Santa Cruz do Sul, ao menos uma figura importante do PTB, que auxiliava a articulação da candidatura de Heuser em Santa Cruz do Sul, Emiliano Limberger, migrou para a legenda ferrarista. Nesse sentido, o empenho na campanha pode ser entendido como uma legitimação do PTB como força política no município.

Sobre os resultados eleitorais, em nível estadual o candidato pessedista Ildo Meneghetti foi eleito, derrotando Egídio Michaelsen do PTB. Para o Senado foram eleitos Mem de Sá do PL e Daniel Krieger da UDN. Para deputado federal, o candidato mais votado no estado foi Brito Velho do PL, seguido de Floriceno Paixão do PTB. Na Assembleia Legislativa o PTB alcançou 23

cadeiras, PSD 11, PL 6, MTR 4, PDC 4, PRP 3, UDN 3 e a Aliança Republicana Socialista (ARS) uma cadeira.

Em nível municipal, Siegfried Heuser alcançou neste pleito 12.690 votos, enquanto Kliemann conseguiu 7.052 votos. Aponta-se, verificando a votação dos candidatos na eleição, que a base eleitoral de Kliemann contou como fator decisivo para sua eleição, sendo responsável por mais da metade dos votos obtidos pelo deputado, garantindo assim sua reeleição. Nota-se também que houve um decréscimo em relação ao pleito de 1958, quando o candidato do PSD santa-cruzense conseguiu 5980 votos. No que diz respeito a Heuser, a queda no número de votos no município também ocorreu. Enquanto na eleição anterior o deputado havia recebido 6.430 votos, no pleito de 1962 foram 4.458, representando uma diminuição de 1.972 votos. O número mais baixo de votos em ambos candidatos pode ser entendido, em certa medida, ao maior número de votos obtidos pelos candidatos de outros partidos, como PRP e PDC. Outro elemento importante a ser pontuado foi a votação total de Heuser, também abaixo do número expressivo alcançado na eleição de 1958. Pela análise das publicações no decorrer da campanha eleitoral, percebe-se que era esperado ao menos 15 mil votos. Desse modo, observa-se que parte desta queda na votação pode ser atribuída ao fato de Heuser não ter feito a "dobradinha" com Fernando Ferrari, o que pode ter contribuído para uma votação não tão significativa em outros pontos do estado. Outro elemento que não deve ser ignorado é a ascensão de novos políticos, além de Heuser ter atuado por pouco mais de metade da legislatura no Executivo.

É pertinente salientar, ainda, que segundo informado na edição de 24 de novembro de 1962, sob o título "Heuser Convidado", a *Gazeta do Sul*, informou que o político havia sido convidado pelo presidente João Goulart para ocupar a função de Adi-

do Comercial na Embaixada do Brasil no Alemanha. Contudo, o mesmo declinou do convite, preferindo ficar no país e atuar como deputado estadual na legislatura que se iniciou em 1963.

CAPÍTULO 4

HEUSER, DO PTB AO MDB (1963-1969)

No quarto capítulo se pretende analisar, em um primeiro momento, a conjuntura política no Rio Grande do Sul, a fim de compreender os acontecimentos e elementos ocorridos, os quais tornaram possível que Siegfried Heuser ocupasse a presidência do PTB estadual. Para isso, será realizada uma análise da atuação do político como deputado estadual dentro da Assembleia Legislativa, concomitante com os desdobramentos internos do Partido Trabalhista Brasileiro, atentando para o contexto da primeira metade da década de 1960. Se pretende, ainda, apontar elementos que levaram o político a ser o primeiro presidente do MDB no Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até ter seus direitos políticos cassados em outubro de 1969.

Acerca da análise do MDB, o capítulo tecerá apontamentos sobre a estrutura interna do partido, sobretudo a organização para as eleições de 1966, onde Siegfried Heuser foi candidato para o Senado. Sobre sua candidatura, será desenvolvido, no capítulo, o contexto interno que levou o político a ser o único candidato do MDB contra três candidatos da ARENA. Para isso, serão problematizadas as ações de Heuser como líder do partido, atentando para as nuances internas do MDB. No quarto capítulo, se procura ainda discorrer sobre a atuação de Siegfried Heuser após a derrota no pleito, atentando para as disputas internas, a ascensão de novas lideranças, findando o capítulo com a cassação em 17 de outubro de 1969.

4.1. A Reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul após o golpe civil-militar de 1964

A década de 1960 trouxe vários elementos que movimentaram as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro. Em nível nacional, a figura de João Goulart como principal representante da agremiação sofreu uma tentativa de golpe ainda em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros no já explorado episódio da Legalidade. Em nível estadual, no final de década de 1950 e início da década de 1960, ocorreu a cisão de líderes trabalhistas como Loureiro da Silva e Fernando Ferrari, além da mudança de Leonel Brizola, importante liderança trabalhista para a Câmara Federal, visto que o mesmo havia sido eleito deputado federal pelo estado da Guanabara. Salienta-se também a orientação de alguns setores petebistas para as reformas de base no país.

No início de 1963 ocorreu a primeira mudança, ainda que temporária, que mostraria os movimentos internos na executiva do PTB no Rio Grande do Sul. Conforme consta na edição de 31 de janeiro de 1963, na área reservada para as Notas Políticas do *Diário de Notícias*, Siegfried Heuser passaria a ser 2° vice-presidente do PTB no Rio Grande do Sul. O jornal relatou que "o sr. Siegfried Heuser vai assumir a chefia do PTB gaúcho a partir do dia 11 de fevereiro na sua condição de segundo vice-presidente pois o sr. João Caruso vai residir em Brasília para dirigir a Superintendência da Reforma Agrária." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1963, p. 3). Essa mudança seguiu a estrutura da executiva estadual do partido, visto que Heuser era 3° vice-presidente da executiva eleita em 1962. Abaixo segue a Executiva petebista eleita em 1962:

TABELA 5. EXECUTIVA DO PTB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1962

Presidente	João Goulart
1° Vice-Presidente	João Caruso Scuderi
2° Vice-Presidente	Rui Vitorino Ramos
3° Vice-Presidente	Siegfried Emanuel Heuser
4° Vice-Presidente	Osmar da Rocha Grafulha
Secretário Geral	Leonel Brizola
1° Secretário	Raphael Martinez Risco
2° Secretário	Paulo Costa da Silva Couto
3° Secretário	Rubem Bento Alves
Tesoureiro Geral	Ayrton D´avila Barnasque
1° Tesoureiro	Norival Paranaguá de Andrade
2° Tesoureiro	Justino Costa Quintana
3° Tesoureiro	Sereno Chaise

Fonte: *Rodrigues, 2018.*

Percebe-se, com base na tabela, que a saída de João Caruso da Executiva e a elevação de Siegfried Heuser para 2° Vice-presidente seguiu um movimento natural, observada a estrutura da executiva petebista. Se aponta que a mudança de João Caruso para Brasília colocou Heuser como principal dirigente petebista no Rio Grande do Sul, visto que o presidente da Executiva, João Goulart, ocupava o cargo de Presidente da República e o 2° Vice-Presidente da Executiva eleita em 1962, Rui Vitorino Ramos, faleceu em setembro de 1962, em um acidente aéreo durante a campanha eleitoral do mesmo ano[49]. Dado o contexto, Heuser passou então a ser o principal dirigente petebista no Rio Grande do Sul, ainda que de maneira provisória.

Neste primeiro momento do deputado à frente da executiva do partido, procurou organizar os petebistas para as eleições

[49] As informações acerca de Rui Ramos foram obtidos no Verbete Biográfico do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-vitorino-ramos.

municipais. Em entrevista cedida ao *Diário de Notícias* no início de maio, Heuser mostrou-se otimista em relação às eleições no interior do Rio Grande do Sul. O entrevistado pontuou que admitia que "o PTB recupere as prefeituras municipais das principais cidade do interior do Estado, como Rio Grande, Santa Maria, Santa Cruz e outros municípios, nas próximas eleições municipais em todo o Estado." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/05/1963).

Em 1963, Siegfried Heuser chegou a ser cotado para assumir uma vaga no escritório comercial do Brasil na Alemanha, esperava-se até que a mudança para 2° vice-presidente petebista fosse passageira, contudo o político optou por ficar no Brasil como deputado estadual e dirigente petebista no Rio Grande do Sul. Na organização das eleições pelo interior do estado, se destaca o caso de Santa Cruz do Sul, onde novamente Siegfried Heuser foi colocado como candidato para o pleito municipal. Na edição de 8 de agosto de 1963, da *Gazeta do Sul*, foi divulgado em capa a possibilidade de Siegfried Heuser concorrer a vice-prefeito nas eleições municipais de Santa Cruz do Sul, representando uma coligação composta pelos partidos PTB, PL, PDC e MTR. Conforme a reportagem divulgada:

> O que está certo, definitivamente é que o PDC-MTR- PTB e PL marcharão juntos no próximo pleito municipal.
> O candidato a Prefeito poderá ser das fileiras de qualquer um dos partidos, ou evoluir a decisão para nomes sem vinculação com os mesmos.
> Desde terça-feira sabe-se que crescem as possibilidades de formação da dupla constituída pelos nomes de Elemar Gruendling para Prefeito e do deputado Siegfried Heuser para vice-prefeito.
> O deputado Heuser já concordou em concorrer sendo pacífica a aceitação de seu nome por todos os partidos.
> Quanto ao sr. Elemar Gruendling, cogitado para Prefeito, ainda está na dependência de sua aquiescência. (GAZETA DO SUL, 08/08/1963, p. 1).

Assim, chama atenção que dado o contexto que Siegfried Heuser se encontrava em nível estadual como articulador do PTB do Rio Grande do Sul, o mesmo tivesse interesse em assumir o cargo de vice-prefeito em Santa Cruz do Sul. A explicação para o possível aceite encontra-se presente na mesma edição da *Gazeta do Sul*. Na coluna "Bastidores da Política", destaca-se que:

> Heuser e Norberto estiveram reunidos, na residência do último, quando o dep. federal insistiu na formação da chapa Siegfried Heuser para prefeito e Carlos A. Hoppe, para vice.
> Entretanto, o sr. Heuser reluta, dado seus afazeres na Capital do Estado, mas aceitaria a candidatura de vice-prefeito. (GAZETA DO SUL, 08/08/1963, p. 1).

Por isso, se entende que Heuser aceitaria a candidatura como vice-prefeito, a fim de manter suas atividades como dirigente petebista no Rio Grande do Sul. Caso o deputado tivesse concorrido e sido eleito, o mesmo teria uma atuação semelhante a que tinha como presidente da executiva municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, intercalando visitas e delegando atribuições a outros correligionários. Contudo, o político não chegou a participar do pleito, que teve como candidatos para vice-prefeito Sady Pinto Guedes do PTB, José Alfredo Goettert do PDC e Silvérius Kist do PSD, o qual foi eleito. Para prefeito houve dois candidatos, o eleito Orlando Oscar Baumhardt, representante do PSD e Antônio Koehler do PDC.

No ano seguinte ocorreu o golpe civil-militar, que alterou a lógica da sociedade brasileira. O governo de João Goulart, após o breve período parlamentar, tendo as competências presidencialistas retomadas a partir de um plebiscito, vivia um período conturbado, alimentando por diversos agentes, que posteriormente apoiaram sua deposição. A maneira de governar de João Goulart,

> apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu. (DELGADO, 2010, p. 128).

Assim, como já salientado por parte da historiografia brasileira, as agitações relacionadas ao golpe tiveram em março de 1964 seu ápice com o Comício da Central do Brasil, do dia 13 do referido mês. As propostas de reforma de base foram um dos elementos levantados por parte dos golpistas para justificar a deposição de João Goulart. Em 31 de março de 1964, o líder petebista foi deposto por um golpe articulado com entre militares, sociedade civil, políticos e suporte dos Estados Unidos. Na data, João Goulart encontrava-se no Rio de Janeiro sendo informado do deslocamento de tropas de Juiz de Fora para a capital carioca, o presidente foi para Brasília e posteriormente para Porto Alegre, onde líderes trabalhistas o aguardavam no aeroporto.

Dentre este grupo de petebistas que aguardavam o presidente em Porto Alegre, encontrava-se Siegfried Heuser. Conforme depoimento de Pedro Simon, em sessão solene de devolução simbólica do mandato presidencial a João Goulart[50], Pedro Simon, Siegfried Heuser e outras lideranças aguardavam a chegada do presidente para que fossem organizadas as medidas para a crise. Segundo Simon:

[50] SIMON, Pedro; RODRIGUES, Randolfe. Congresso Nacional: devolução simbólica do mandato presidencial a João Goulart. **Estud. av**., São Paulo, v. 28, n. 80, p. 137-152, Abril. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Jun. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100013.

> O presidente João Goulart veio a Brasília. De Brasília, apanhou o avião e foi a Porto Alegre. Já tinha nomeado o novo comandante do III Exército. Esse mesmo general Ladário, quando chegou a Porto Alegre, ou antes mesmo, tinha sido nomeado ministro da Guerra. Nesse meio tempo, nós estávamos em Porto Alegre, no aeroporto. Membros do antigo PTB, eu, João Caruso, Siegfried Heuser, o então deputado Leonel Brizola, estávamos todos com o general-comandante do III Exército, ministro da Guerra, à espera do Sr. João Goulart, que tinha comunicado que chegaria a Porto Alegre. (SIMON; RODRIGUES, 2014, p.138).

É perceptível que Siegfried Heuser esteve próximo de João Goulart nos momentos de decisão acerca do golpe que estava sendo dado[51]. No processo de legitimação do golpe, diversas lideranças tiveram seus direitos políticos cassados, como foi o caso do presidente João Goulart e de Leonel Brizola. O Partido Trabalhista Brasileiro recebeu uma série de cassações que tornaram necessária uma reorganização partidária para a sobrevivência da agremiação.

A consequência direta do golpe, em nível de estrutura partidária, foi a reorganização definitiva da executiva estadual do PTB. Conforme pontuado na edição de 13 de maio de 1964, dentro do espaço "Notas Políticas", sob o título "Heuser assumiu o comando do PTB e realiza reunião com Deputados".

> Estiveram reunidos ontem pela manhã os deputados que integram a bancada estadual do PTB com exceção dos que tiveram os seus mandatos cassados.
> Tal reunião teve lugar na sede do Diretório Regional e foi presidida pelo sr. Siegfried Emanuel Heuser, que assumiu a presidência do partido no

[51] Conforme pontua Pedro Simon via depoimento na obra **João Goulart**: Perfil, discursos e depoimentos (1919-2013), Siegfried Heuser e João Goulart eram muito amigos, Heuser o chamava de Janguinho, apelido de criança de João Goulart.

> Rio Grande do Sul (o sr. João Goulart era o presidente e teve seus direitos políticos cassados, o mesmo acontecendo com o sr. João Caruso que era o 1° vice-presidente). (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/05/1964, p.5).

Apesar de Heuser atuar desde 1963 como presidente da executiva estadual do PTB, a presidência era paliativa, visto que, na composição da executiva, o deputado era o 3° vice-presidente. Assim, acometidas as cassações de João Goulart e João Caruso, somado ao falecimento de Rui Ramos, Heuser foi elevado à condição de presidente da executiva do partido, ainda que não houvesse sido feita eleição para tal. Sua confirmação decisiva também esteve presente no *Diário de Notícias* em 5 de agosto de 1964, no espaço reservado para as notas política sob o título "PTB confirma Heuser na presidência do partido".

Nos primeiros meses de rearticulação do PTB do Rio Grande do Sul, Heuser procurou estabelecer ligações entre lideranças trabalhistas atuantes e cassadas. Dentro desta conjuntura, manteve diálogo com diversas lideranças, como foi o caso de Doutel de Andrade, deputado federal e um dos líderes da bancada petebista na Câmara dos Deputados[52]. Doutel de Andrade chegou a visitar o Rio Grande do Sul, conforme pode ser confirmado por pronunciamento na Assembleia Legislativa e reverberação de sua visita no jornal *Diário de Notícias*, na edição de 8 de agosto de 1964.

Neste processo de reorganização do partido, Siegfried Heuser também manteve contato com o líder petebista e ex-presidente exilado João Goulart. A viagem de Siegfried Heuser ao Uruguai foi mencionada no espaço "Notas Políticas" da edição

[52] Para mais informações acerca de Armindo Marcílio Doutel de Andrade, sugere-se a leitura do verbete sobre o político. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armindo-marcilio-doutel-de-andrade. Acesso em: 01 jun. 2019.

de 30 de outubro de 1964, pelo *Diário de Notícias*. A notícia também teve espaço na *Gazeta do Sul*, sob o título "Deputado Heuser visitou João Goulart, no Uruguai", sendo publicada na edição de 29 de outubro de 1964. Utilizando informações divulgadas inicialmente no jornal *Correio do Povo*, a reportagem pontuava:

> O "Correio do Povo" em sua edição de 27 de outubro, na seção Programa Político, publica o seguinte:
> A bancada do PTB reuniu-se ontem, à tarde, na sede do partido, para ouvir do deputado Siegfried Heuser, uma exposição sobre seu contato com o sr. João Goulart, no Uruguai. Heuser, como se sabe, foi visitar o ex-presidente, que se encontra doente. Encontrou-o, segundo disse, bastante melhor, já em casa, mas ainda retido à cama.
> No seu relatório à bancada, o deputado Heuser informou que o sr. João Goulart encontra-se bastante tranquilo e ponderado, inclusive na sua versão quanto ao ocorrido no Brasil.
> Analisou, ainda na reunião, o anteprojeto de reformulação do PTB no RGS, que será introduzido por uma espécie de manifesto, em que a palavra de ordem será arregimentação partidária, a luta partidária dentro de um clima de ordem e pela volta, mais rápida possível, da plenitude da vida democrática no País. (GAZETA DO SUL,29/10/1964, p.1).

Além das articulações feitas no sentido de reestruturação partidária, Siegfried Heuser seguiu atuando como líder da bancada petebista na Assembleia Legislativa. A impressão inicial era de que Heuser passasse a liderança na Assembleia para outro deputado do PTB, como Aldo Fagundes ou Pedro Simon. No entanto a mudança, ainda que fosse uma pauta do partido, foi adiada em diversas oportunidades. Aliás, a acumulação de cargos e funções como líder foi amplamente divulgada pela imprensa de Porto Alegre. Mesmo que Siegfried Heuser não tenha se envolvido em algumas disputas, o nome do deputado foi pontuado

em diversos momentos. No final de 1964, o *Diário de Notícias* na coluna "Notas Políticas", apontou que havia a possibilidade de Heuser pleitear a presidência da Assembleia Legislativa no ano de 1965. Na notícia "Eleições na Assembleia irá agitar a Parlamento Gaúcho", destacou que:

> Na área da oposição, que reúne o PTB, MTR e ARS, o candidato ideal é o deputado Siegfried Heuser, do PTB, mas que não tem chances, pois possuem os trabalhistas, somados com os renovadores e republicanos 27 votos. Todavia numa composição "extra" havendo algum desentendimento entre os deputados do governo, a oposição tem chance de eleger o novo presidente. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/12/1964, p. 5).

Já no ano de 1965, Heuser foi apontado, ainda que não diretamente, como um dos possíveis candidatos à prefeitura de Porto Alegre. Na reportagem "PTB já tem candidato: Antônio Brochado da Rocha", publicada no *Diário de Notícias*, o presidente estadual do PTB fora cotado para concorrer ao pleito caso o nome de Antônio Brochado da Rocha fosse vetado:

> Acham os líderes do PTB que os militares não poderão vetar o nome do sr. Antônio Brochado da Rocha, cujo passado político atesta a sua idoneidade ideológica. Caso o Ministro Brochado da Rocha declinar - o que é tido como improvável - os trabalhistas se voltarão para o sr. Alberto Andre ou o deputado Siegfried Heuser, cotado também o sr. Egydio Michaelsen. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/03/1965, p. 7).

Apesar de ter o nome colocado na mesa pela reportagem do jornal, Heuser não era considerado a opção mais viável para concorrer ao pleito. Soma-se à questão, sua atuação e compromissos como líder do partido no Rio Grande do Sul. Algumas

edições depois, o *Diário de Notícias* destaca estes elementos em um trecho de notícia publicado na capa de 10 de abril de 1965. Conforme destaca o jornal, "dificilmente o sr. Siegfried Heuser será candidato pois, segundo observadores sua atuação tem sido no sentido de reformulação total do partido e nova linha de ação, baseada exclusivamente no programa partidário com o que não estão de acordo os "saudosistas"." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/04/1965, p.1).

Alguns dias depois, o *Correio do Povo*, em sua coluna "Panorama Político", abordou a possibilidade de formação das chapas para o pleito municipal. Conforme a reportagem:

> No PTB se apresenta a opção entre os srs. Mariano Beck e Siegfried Heuser, ainda hesitante em lançar-se candidato. Enquanto de um lado estrutura-se movimento para a formação de uma chapa Mariano Beck- José Vecchio, de outro cresce a ideia de uma composição Heuser- Alberto André. (CORREIO DO POVO, 13/04/1965, p.7).

O resultado da Convenção do partido teve espaço nas páginas tanto do *Diário de Notícias* como do *Correio Povo*. Na convenção, Mariano Beck recebeu 73 votos, enquanto Siegfried Heuser recebeu 43 votos. O resultado pode ser entendido em mais de um nível. Os convencionais poderiam entender que Mariano Beck teria maior recepção sobre o eleitorado porto-alegrense do que Heuser. Também poderiam entender que, como presidente da executiva estadual, o foco de Siegfried Heuser deveria ser a reorganização do partido. Além disso, também é necessário levar em conta o jogo político interno da agremiação e a proximidade dos convencionais com as lideranças. Enquanto Heuser era considerando o líder da linha mais branda petebista (GRILL, 2017), Mariano Beck tinha maior proximidade com lideranças como Leonel Brizola. O jornal *Diário de Notícias* colocou esta

possibilidade para a vitória de Mariano Beck na edição de 16 de abril de 1965:

> A vitória do sr. Mariano Beck sobre o sr. Siegfried Heuser é atribuída à influência de elementos que tiveram seus direitos políticos cassados. Como se recorda, o deputado Heuser nunca "opinou" com o sr. Leonel Brizola e pretendia conduzir o PTB para novos rumos. Mas os "saudosistas" não somente conseguiram derrotar a "nova linha", como também elegeram a maior dos membros do Diretório Municipal. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/04/1965, p. 5).

Passada a escolha do candidato para a prefeitura de Porto Alegre, Siegfried Heuser viajou para Brasília para a escolha do presidente do Diretório Nacional do PTB, sendo a preferência de Heuser o deputado federal Doutel de Andrade. Para a convenção viajaram "Siegfried Heuser (delegado), Rafael Risco (delegado), Maurício Loureiro, Aldo Fagundes e Ayrton Barnasque. Os três últimos, juntamente com Heuser, Risco, Floriceno Paixão, Zaire Nunes e Unírio Machado, serão eleitos membros do Diretório Nacional." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28/04/1965). Conforme notícia publicada no mesmo periódico, sob o título "Filho de Getúlio derrota candidato do PTB Gaúcho", nota-se que os objetivos da eleição de Doutel de Andrade não foram alcançados, "os trabalhistas gaúchos esperavam convencer partidários de outros estados a derrotarem o sr. Lutero Vargas, que entendem está na "linha bigorrilhos" do PTB, desprestigiando antigos líderes agora no exílios." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/08/1965, p. 5). Conforme já assinalado, na Convenção Siegfried Heuser fez parte da constituição do Diretório Nacional do partido.

Ainda no primeiro semestre de 1965 foi organizada a Convenção estadual para a definição da Executiva trabalhista no estado. Conforme a edição de 25 de maio de 1965 do *Correio do Povo*:

> Para a presidência do partido foi eleito, confirmando as perspectivas, e também por unanimidade, o deputado Siegfried Heuser, que vinha ocupando o posto desde a cassação dos ex-dirigentes trabalhistas. Falando aos convencionais, o presidente petebista fez uma completa análise do quadro político atual, defendendo a necessidade de uma intransigente oposição e fazendo críticas ao governo revolucionário. (CORREIO DO POVO, 25/05/1965, p. 7).

A Executiva do PTB do Rio Grande do Sul ficou assim composta:

TABELA 6. EXECUTIVA DO PTB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1965

Presidente	Siegfried Emanuel Heuser
1° Vice-Presidente	Ayrton D´avila Barnasque
2° Vice-Presidente	Norival Paranaguá de Andrade
3° Vice-Presidente	Henrique Henkin
4° Vice-Presidente	José Mariano de Freitas Beck
5° Vice-Presidente	Unírio Carrera Machado
6° Vice-Presidente	Álvaro Petracco da Cunha
Secretário Geral	Raphael Martinez Risco
1° Secretário	João Brusa Neto
2° Secretário	Mozart Bianchi Rocha
3° Secretário	Aldo Fagundes
4° Secretário	Anselmo Francisco do Amaral
Tesoureiro Geral	Marcírio Goulart Loureiro
1° Tesoureiro	Valdir Antonio Lopes
2° Tesoureiro	Pedro Jorge Simon
3° Tesoureiro	Wilmar Côrrea Taborda
4° Tesoureiro	Otávio Brochado Da Rocha

Fonte: *Rodrigues, 2018.*

Após a organização da executiva estadual petebista, o esforço da agremiação esteve direcionado para a co-

ordenação da estruturação de congressos e seminários regionais pelo interior do Rio Grande do Sul. Na edição de 16 de julho de 1965 do Correio Povo, a notícia "Heuser anuncia reformulação total do Partido Trabalhista" denota a conjuntura reestruturação partidária petebista:

> O partido, informou o deputado Siegfried Heuser, está estruturado dentro de cinco funções principais que são: a) doutrina e debates; b) articulação com a estrutura partidária; c) exame crítico e preparatório da atuação do partido; e d) estudos básicos.
> Haverá uma maior ramificação do partido, dentro da sociedade, para que esta influa de modo mais decisivo na conduta do PTB, que será dirigido pelo sistema colegiado, objetivando uma aproximação cada vez maior entre a cúpula e as bases. (CORREIO DO POVO, 16/07/1965, p. 7).

Conforme pontuado por Heuser, apesar do político ser presidente da Executiva estadual do partido, o PTB seria dirigido por um sistema de colegiado, descentralizando as decisões do partido apenas pela cúpula. Além da estrutura, Heuser também informou a organização de seminários do Partido Trabalhista Brasileiro pelo estado:

> Partirá a agremiação trabalhista para a realização de uma série de seminários em diversas regiões do Estado, em termos diferentes dos seminários convencionais. Estes seminários serão realizados de forma que todos os seus integrantes participem efetivamente dos temas a serem abordados. Diversas comissões serão constituídas de modo a que nenhum dos participantes de seminários deixe de se integrar no conclave.
> Dos seminários participarão vereadores, prefeitos, presidentes e membros dos diretórios municipais, membros de Diretório Regional, deputados federais e estaduais, além de líderes locais. (CORREIO DO POVO, 16/07/1965, p. 7).

Após estas definições, os trabalhistas já começaram a organizar reuniões, visando a decisão do candidato para concorrer às eleições para governador do estado em 1966. Conforme a coluna "Notas Políticas" do *Diário de Notícias*, Heuser colocava que um dos objetivos na escolha do candidato era a "necessidade de os trabalhistas começarem a pensar num candidato que além de unir bem o partido desperte simpatias no chamado eleitorado flutuante." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/08/1965, p. 5). Assim, vários nomes foram ventilados para a sucessão dentre eles o de Heuser.

Cabe pontuar que, em diversos momentos de 1965, foi noticiado que Siegfried Heuser, que acumulou as funções de líder da bancada petebista na Assembleia Legislativa e presidente da executiva do PTB, passaria a liderança da Assembleia para outros deputados, como Aldo Fagundes ou Pedro Simon. Apesar da ocorrência de diversas reuniões do partido, a transferência de liderança foi adiada em alguns momentos. Na edição de 30 de setembro de 1965 do *Correio do Povo*, dentro da coluna "Panorama Político", foi pontuado que "observadores políticos atribuem a decisão de permanência daquele parlamentar na liderança a uma astuciosa manobra do presidente da agremiação." (CORREIO DO POVO, 30/09/1965, p. 7).

Apesar da articulação política de Heuser para acumular maior poder interno dentro do partido, a promulgação do Ato Institucional n°2, em 27 de outubro de 1965, alterou a organização dos partidos políticos, visto que pelo, artigo 18 do ato institucional, os partidos políticos existentes foram extintos e os registros cancelados[53]. Siegfried Heuser chegou a fazer um

[53] O Ato Institucional n°2 publicado no DOU de 27.10.1965, entre outras definições estabelecia a extinção dos partidos políticos existentes. Conforme Maria Kinzo (1988), o Ato Institucional ainda dava ao presidente o poder se suspender o congresso, governar via decreto, se julgasse necessário decretar estado de sítio, cassar mandatos, facilitar aprovação de emendas e tornava indireta a eleição presidencial.

pronunciamento na Assembleia condenando a extinção dos partidos políticos. Contudo, o mesmo não esteve tão presente nos primeiros momentos após a extinção dos partidos políticos por um motivo pessoal. Sua esposa Hermengarda Bueno Heuser faleceu em 7 de novembro de 1965. Segundo informações fornecidas pelo *Diário de Notícias*, a mesma faleceu "após ter sido submetida a uma delicada intervenção cirúrgica" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09/11/1965, p. 12). A morte de Hermengarda Bueno Heuser também foi noticiada pelo *Diário de Notícias* e pelo *Correio do Povo* nas áreas designadas pelos jornais para ações políticas, visto que houve na Assembleia Legislativa a aprovação de um requerimento de pesar.

4.2. A atuação de Heuser na Legislatura (1963-1967)

Iniciada em 1963, a quarta legislatura estadual de Heuser dividiu a atuação do político entre os acontecimentos em nível nacional, acerca do contexto pré-golpe, estadual, sobre a reorganização das lideranças petebistas no Rio Grande do Sul, e regional, pensando nas eleições municipais de Santa Cruz do Sul.

No que discorre sobre a atuação do deputado na Assembleia Legislativa, o primeiro pronunciamento do político, ocorrido em na sessão de 28 de março 1963, o assunto abordado foi referente à demissão de professores em três bases eleitorais de Heuser, Agudo, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. No pronunciamento, o político procurou questionar a Secretaria de Educação do Estado acerca dos procedimentos que levaram as demissões de docentes nos municípios citados. Na 12° sessão, em 2 de abril de 1963, o deputado voltou a pontuar a questão. Heuser, em crítica ao governo, procurava denotar uma falta de organização das secretárias, que estaria prejudicando o funcionamento do sistema educacional no estado:

> Hoje, recebemos várias comissões de professores, muitas delas titulares em escolas rurais, algumas com mais de cinquenta alunos, únicas professoras cujas escolas estão fechadas. Isto previámos ao lado de outras deficiências. Tudo isto açodado por uma ordem de serviço do Secretário de Administração, ordem que tinham e tem as mais várias interpretações. (ANAIS ALRS,12° sessão, 02/04/1963, p. 7).

Ao analisar a resposta do governo na Assembleia, por meio do deputado santa-cruzense Euclydes Kliemann, Heuser pontuou:

> Esperava, sr. Presidente, uma palavra tranquilizadora de parte da bancada situacionista. Ocupou a tribuna o ilustre deputado Euclydes Kliemann, para trazer essas informações. Li e reli o seu discurso, sr. Presidente, e confesso que ele nada esclarece. É um amontoado de insultos. É um arrazoado que realmente se não recomenda para este Plenário.
> Nada esclarece, é um depoimento eminentemente político e que nós não devemos aceitar como uma palavra de esclarecimento. Limitava-se a investir contra a capacidade pessoal de outros, e desvenda, para gáudio dos técnicos em assuntos educacionais, aspectos curiosos. (ANAIS ALRS, 12° sessão, 02/04/1963, p. 7).

Ao final desta fala, o deputado encaminhou um pedido de informações a fim de compreender as alterações feitas nos bancos escolares citados. A situação chegou a ganhar espaço nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*, na edição de 4 de abril de 1963 do jornal, na coluna "Bastidores da Política", uma pequeno informativo destacou que "Em discurso, tratou da demissão de funcionários em Agudo, Vera Cruz e Santa Cruz o dep. Siegfried Heuser, contestando uma intervenção do dep. Euclydes Kliemann." (GAZETA DO SUL, 02/04/1963. p. 1).

No final do mesmo mês, na sessão de 29 de abril de 1963, Siegfried Heuser se manifestou por meio de um requerimento que solicitava uma Comissão Especial para análise dos ramais deficitários da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, do Rio Grande do Sul. O requerimento procurava compreender se haviam subsídios para a extinção de alguns ramais ferroviários no estado, questão que já era pontuada desde o período do governo de Jânio Quadros. Em seu pronunciamento, o deputado frisou os ramais e as regiões afetadas pela suspensão de tais linhas:

> 6° - Que intensamente atingidas se encontram as comunidades e regiões de Uruguaiana-Barra do Quaraí, de Uruguaiana a São Borja, Pelotas-Canguçu, Ramiz Galvão a Santa Cruz do Sul e, comentando incluímos o ramal Rio Grande-Casino, cuja importância, os que conhecem a zona sul sabem que é por demais relevante, dado que transporta para a indústria do Rio Grande, diariamente, centenas e, quem sabe, milhares de operários.
> 7° - Que inclusive persistem dúvidas quanto ao resultado efetivamente deficitário de alguns desses ramais, sem considerar-se outras implicações negativas dessas supressões, sobre o que já há levantamento feito. Quanto ao ramal Ramiz Galvão - Santa Cruz do Sul, acusa, evidentemente, contradições, através de pesquisas realizadas por usuários do serviço ferroviário, onde o transporte de adubos alcança 10.000 toneladas; o fumo produz mais de 3.000.000.000,00 de arrecadação do imposto de sumo; a semente de linhaça, etc, que até não encontram - e é um dado importante. (ANAIS ALRS, 29/04/1963, p. 547).

Com exceção de algumas manifestações na Assembleia, em defesa da gestão de Leonel Brizola no governo do estado, se nota que o deputado Siegfried Heuser esteve ausente de várias sessões, por motivos de viagens ou de organização das campanhas

municipais petebistas pelo estado. Retornando a se manifestar com ênfase na sessão de 11 de dezembro de 1963, o deputado se colocou contrário ao projeto de Lei 174/63, de autoria do deputado Aldo Fagundes[54], que visava conceder dispensa de juros de mora incidentes no imposto de transmissão "causa mortis". Segundo Heuser, a Comissão de Finanças e Orçamento manifestava-se contrária à aprovação do projeto, mas o mesmo seguia sendo aprovado anualmente. Para o deputado, que integrava a Comissão de Finanças e Orçamento, a aprovação caracterizava "um prêmio ao faltoso, ao relapso, ao que não atendeu aos seus compromissos para com o erário estadual." (ANAIS ALRS, 11/12/1963, p. 132). Apesar de sua manifestação, o projeto foi aprovado pela Assembleia. Na 170° sessão, de 13 de dezembro, última que Heuser participou no ano de 1963, o mesmo, juntamente com outros deputados, encaminhou um requerimento de voto de congratulações ao centenário da fundação da Bromberg Comercial S/A. e Bromberg S/A. Importador Comercial e Técnica.[55]

Em 1964 as manifestações de Siegfried Heuser ocorreram após o golpe de 31 de março de 1964. Apesar de manifestar-se em algumas sessões, o primeiro pronunciamento mais agudo do deputado ocorreu na 55° sessão de 8 de junho de 1964, onde Heuser procurou salientar que o PTB vinha paulatinamente recebendo ataques por meio de cassações e destituições de cargos. Em seu pronunciamento o deputado colocou:

> Quem se debruça sobre esse panorama, presencia essas violências, analisa a ação dos herdeiros da revolução, sob o aspecto da política-partidária, só

[54] O deputado Aldo Fagundes também representava o Partido Trabalhista Brasileiro. A oposição de Heuser ao projeto demonstra que nem sempre existia uma unanimidade entre a bancada petebista na Assembleia Legislativa.

[55] Cabe destacar que antes de ingressar na política Siegfried Heuser trabalhava na Bromberg S/A.

> pode chegar a uma conclusão, sr. Presidente: por mais que se queira desmenti-la até aqui, a ação post-revolucionária, se dirigiu única e exclusivamente contra o PTB. Veja, sr. Presidente, a relação de Prefeitos do estado que, por mero ofício de uma autoridade militar, foram destituídos do mandato popular. (ANAIS ALRS, 08/06/1964, p.57).

Ao destacar os ataques sofridos pelos petebistas, Heuser ainda salientou que não eram informados os motivo que levavam à cassação destes políticos, "apenas desejamos nos seja proporcionada, sr. Presidente, uma informação elementar a nós, colegas dos cassados e dos cassandos: quais as razões que determinaram esta cassação." (ANAIS ALRS, 08/06/1964, p. 57). Na 64° sessão, em 19 de junho de 1964, Siegfried Heuser, na posição de líder da bancada petebista, apresentou na Assembleia o posicionamento do PTB em face do golpe. Fazendo a leitura de sete pontos construídos a partir de uma reunião da bancada petebista no congresso nacional, Heuser procurou enfatizar que o Partido trabalhista Brasileiro manteria seu programa partidário e atuaria como oposição ao governo vigente. O posicionamento foi reverberado em entrevista cedida ao *Diário de Notícias*, em 20 de junho de 1964, quando Heuser afirmou que o PTB faria forte oposição ao governo de Ildo Meneghetti. Na notícia o político afirmou:

> Estamos seguramente informados de que o PTB fixará idêntica posição para todo o Estado, ou seja, determinará que em todas as comunas, onde a ADP mantenha a prefeitura, os seus vereadores atuem com o máximo de rigorismo, fiscalizando todos os atos oficiais e mantendo-se em oposição constante, sem contudo prejudicar os interesses dos trabalhadores e da população. É a volta da oposição sistemática, cujos reflexos maiores serão nos atos de caráter político e não nos administrativos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/06/1964, p. 5).

Novamente atuando como líder de bancada, Siegfried Heuser pontuou na 78° sessão, de 6 de agosto de 1964, a dificuldade dos trabalhistas em exercer a função política. Conforme pronunciamento do deputado:

> Desejo, ainda, trazer ao conhecimento da casa e do Rio Grande e, em particular aos diretórios municipais do Partido Trabalhista Brasileiro, que tem sido eles obstaculizados pela ação prepotente de autoridades de sua função partidária. Tem sido tanta interferência de vice-reis - este é o título que lhes cabe – na vida partidária, especialmente do Partido Trabalhista Brasileiro, que a Executiva Regional formulou uma consulta ao tribunal Regional Eleitoral a esse respeito e tivemos, esta tarde, a informação de que o Tribunal garante - e parece incrível que se necessite desse subsídio para o funcionamento normal de nosso partido - que os partidos políticos podem e devem realizar os seus trabalhos normais e ordinários, reuniões públicas, convenções, enfim, em nada se opõe a mais alta autoridade à regular atividade política dos partidos, no cumprimento dos seus objetivos, de seus estatutos. (ANAIS ALRS, 06/08/1964, p. 52).

Na 106° sessão, de 16 de setembro de 1964, Heuser se manifestou mais uma vez contrário às medidas do governo federal. Desta vez, seu pronunciamento foi condenando o expurgo dos professores Ernani Fiori e Cláudio Francisco Acurso. Conforme abordado na explanação, o líder da bancada trabalhista afirmou que "é o protesto que me senti no dever se fazer sr. Presidente, ao depara com tão dolorosa notícia como a do expurgo do nosso professor universitário, dos mais capazes que a nossa cultura universitária tem e deve ter e deve continuar a ter" (ANAIS ALRS, 16/09/1964, p. 140). Já no final de sua fala, salientou que "esta Assembleia não se deve omitir sr. Presidente." (ANAIS ALRS, 16/09/1964, p. 140)[56].

[56] Conforme este pronunciamento Heuser chegou a atuar como professor univer-

Em novembro de 1964, no pronunciamento feito na Assembleia, Heuser proferiu um discurso crítico ao governo vigente, questionando as ações do DOPS no estado, utilizando o caso de Armando Temperani Pereira como exemplo.[57]

> Para nós, que detemos parcela de responsabilidade, quem sabe até na conduta dos destinos políticos de uma coletividade; para nós que neste convívio parlamentar de quatorze anos, ouvimos, diuturnamente, manifestações que nos dizem do apreço da dignidade da pessoa humana, que nesta casa vibramos e sentimos que compartilhamos de discussões, pronunciamentos dos quais retemos coisas como esta: "Mais vale a pior democracia do que a melhor ditadura", para nós, sr. Presidente, o momento presente é uma decepção. Vivemos um momento da História da Nação brasileira, em que emergimos, de um movimento chamado revolucionário. Assistimos, sr. Presidente a título e sob o manto dos dispositivos, do ato institucional, centenas de brasileiros, serem despojados, pela força e pela violência militar, de direitos legitimamente conquistados através de um pronunciamento livre do povo. Para nós que vemos campear violências, vinditas arbitrariedades sob a capa do referido ato, por seu artigo 10; nós, sr. Presidente que fluídos aqueles prazos, esperávamos que a nação, tanto quanto possível, retornasse a um clima de tranquilidade, criando condições para que o povo pudesse, de certo modo, respirar livremente, somos possuídos da mais profunda decepção e mais do que isso, de uma patriótica e cívica preocupação dos destinos da Nação brasileira. (ANAIS ALRS, 04/11/1964, p. 31).

---

sitário, deixando a cátedra por não ser vitalícia. Segundo informações obtidas no jornal *Diário de Notícias* na edição de 10 de maio de 1964, Siegfried Heuser foi professor de Economia Política. Tal informação está disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/28456. Acesso em 20 abr. 2019.

[57] Armando Temperani Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, nos termos do artigo 10 do AI -I, de 9 de abril de 1964, publicado no DOU de 10 de abril de 1964.

Em seu pronunciamento, Heuser pontua que "antes, eram os artigos 7° e 10° do Ato Institucional; agora sr. Presidente, tudo se faz e tudo se pratica a título da Lei de Segurança Nacional." (ANAIS ALRS, 04/11/1964, p. 31). Tecendo tais críticas ao governo, Siegfried Heuser direcionou sua fala para Armando Temperani Pereira, que havia sido intimado a prestar esclarecimentos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Após prestar declarações ao DOPS, Temperani Pereira se retirou para sua casa de veraneio em Tramandaí, sendo novamente intimado pelo DOPS:

> e de lá foi arrancado, no último sábado, carregado para Porto Alegre, sem qualquer explicação ou esclarecimento e diretamente, posto num avião da FAB, entregue pela DOPS do Rio Grande à DOPS daquele sr. Carlos Lacerda que o jogou numa masmorra por 48 horas, sem alimento a uma temperatura de 40°C, numa tentativa de assassinato. (ANAIS ALRS, 04/11/1964, p. 31).

Em seu duro pronunciamento contra o regime e denunciando a condução das ações do DOPS com Temperani Pereira, Heuser, como líder da bancada petebista, procurou denotar as arbitrariedades ocorridas no governo e legitimadas por meio dos atos institucionais. No final do mesmo mês, Siegfried Heuser criticou novamente o uso dos Atos Institucionais, desta vez direcionando o pronunciamento para os ferroviários aposentados em função do ato institucional. Em sua fala na 153° sessão, de 24 de novembro de 1964, o deputado enfatizou o motivo de seu pronunciamento:

> Quero me referir hoje, sr. Presidente, numa manifestação de protesto, sobre o descaso com que a autoridade estadual está cuidando de problemas e de compromissos que assumiu ao expurgar dos quadros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul um

> sem número de servidores, dentro de processos conhecidos por todos nós, já criticados por todos nós. (ANAIS ALRS, 24/11/1964, p. 302).

Novamente, Heuser utilizou a Assembleia como espaço de protesto ao governo e ao uso indiscriminado dos atos institucionais, que foram utilizados para o expurgo de diversos servidores dos quadros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Em sua fala, o deputado advogou pelo pagamento dos servidores expurgados, que segundo informação fornecida pelo deputado, estavam desde maio de 1964 sem receber. Além disso, o deputado cobrou uma resposta acerca das aposentadorias de alguns destes servidores, visto que os motivos para as aposentadorias não ficaram claros.

Na 161° sessão, em 2 de dezembro de 1964, Heuser proferiu uma comunicação como líder da bancada petebista, que apontava a dificuldade de ação do PTB perante as arbitrariedades do governo com o partido:

> A Casa ouviu esta tarde mais um protesto da bancada do PTB contra violências e arbitrariedades cometidas por órgãos do Poder Executivo. A casa não tem ouvido outra coisa, sr. Presidente, desde o advento do movimento de 1° de abril. Se há um partido que sofreu os maiores rigores, as maiores injustiças, as maiores tropelias e violências, este é o PTB. Dentro do instrumental, dentro da conjuntura que estamos vivendo, não nos negamos a nenhuma gestão, a nenhum provimento, com altivez e dignidade, que possa contribuir para o fortalecimento do poder civil. Não deixaremos de tomar nenhuma atitude, para que a história não nos responsabilize como tendo contribuído para a implantação decidida e definitiva de uma ditadura militar neste país. (ANAIS ALRS, 02/12/1964, p.41).

O deputado ainda abordou a importância do diálogo com o governo, pontuando que apesar do líder do governo, deputado Ari Delgado, participar de uma reunião com a bancada do PTB, o partido ainda não havia recebido esclarecimento e informações que tranquilizassem os deputados para executar o pleno exercício da legislatura. A insegurança teve espaço nos pronunciamentos de Heuser na Assembleia novamente na 165°sessão, de 9 de dezembro de 1964. Em sua fala, o líder da bancada trabalhista procurou pontuar os excessos e arbitrariedades nas prisões de políticos no estado. Para isso, o deputado citou um vereador preso e destacou as condições e tratamento dado aos presos:

> A organização policial do Estado, através de seus vários Departamentos, em particular a Ordem Política e Social, praticou e continua praticando atos de extrema violência e atentatórios aos mais comezinhos princípios, atentatórios aos mais elementares provimentos que se dá a pessoas detidas, como suspeitas algumas, como indiciadas outras, e às quais se dispensa um tratamento que ultrapassa as raias do barbarismo. (ANAIS ALRS, 09/12/1964, p. 92).[58]

Como era comum ao final de ano, foi organizada na Assembleia uma Comissão Representativa que organizava as sessões no período de férias dos deputados. Como Heuser não se encontrava dentre os nomes da Representativa, o mesmo só foi atuar com maior ênfase em março de1965.

Em 1965, na 11° sessão, em 31 de março de 1965, Siegfried Heuser como líder da bancada petebista, fez um discurso alusivo ao primeiro ano de implantação do regime ditatorial. Antes de Heuser, deputados da União Democrática Nacional e do Partido

[58] As respostas as críticas e exposições de Siegfried Heuser eram feitas por deputados da bancada governista ou pelo líder do governo na assembleia no período, o deputado Ari Delgado do PSD.

Social Democrático, já haviam proferido discursos acerca do que consideravam o "movimento revolucionário de 1964". No discurso lido por Siegfried Heuser, o deputado assinalou a posição do Partido Trabalhista Brasileiro referente ao golpe de 1964:

> O Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Rio Grande do Sul, não quer fugir à oportunidade de um pronunciamento, no momento em que a chamada Revolução de 31 de março completa o seu primeiro aniversário.
> E, ao fazê-lo, o PTB gaúcho diz muito claramente que, embora repudiando a sempre alegada necessidade da eclosão de um movimento revolucionário nos primeiros meses de 1964 e, mesmo galvanizado hoje numa atitude de oposição frontal e legítima ao movimento - o PTB gaúcho, repetimos - como todo o país, por imposição, reconhece os poderes gerados pelo golpe armado, para enfrentá-los no campo limpo da dignidade democrática, no consenso das urnas, pelo voto secreto, livre e soberano do povo brasileiro. (ANAIS ALRS, 31/03/1965, p. 166).

Ao criticar o ato de 31 de março, o deputado procurou abordar os ataques que o PTB sofreu no decorrer do ano de 1964 e fez uso de dados da Fundação Getúlio Vargas para destacar o saldo econômico do golpe:

> A taxa de inflação, em 1962, era de 51,2% em 1964, não obstante declaração dos mentores da política econômica da Revolução de que a inflação está sob controle, atingiu nada menos de 91,7%.
> E a lavoura? A revolução guardou durante um ano a sua Reforma Agrária, simplesmente para regulamentá-la. Um ano. Enquanto isso, a produção agropecuária em 64 acusou substancial decréscimo, caindo o arroz (-3,2%), o milho (-8,9%), e o feijão em (-4,7%). A redução da safra cafeeira foi de 40%. A safra cacaueira teve um decréscimo de 12,2%.

> "Estimativas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas indicam uma queda global de 3% que traduzida em termos per-capita, acusa um decréscimo de mais de 6%." (ANAIS ALRS, 31/03/1965, p. 166-167).

Assim, o deputado fez uso de uma prática comum em sua atuação política, transformar dados econômicos e argumentos políticos. A fala de Siegfried Heuser foi reverberada no jornal *Correio do Povo*, na edição de 2 de abril de 1965, dentro da coluna "Panorama Político" sob o título "PTB gaúcho e o aniversário da revolução em nosso país".

Por estar atuando de maneira mais efetiva na reorganização partidária do Partido Trabalhista Brasileiro, Heuser não esteve com uma incidência tão grande quanto em 1964 na Assembleia Legislativa. Um ponto que denota esta articulação partidária interna, por meio de um pronunciamento na Assembleia Legislativa, foi a visita do senador petebista José Ermírio de Morais - no período da visita, presidente do Diretório Nacional do PTB - a Assembleia, em 10 de maio de 1965, onde foi recebido por uma breve fala de Heuser e fez um pequeno discurso. Após esta sessão, houve uma reunião no diretório metropolitano do PTB do Rio Grande do Sul, onde foram traçados pontos para a atuação do PTB, que foram levados à Assembleia por Siegfried Heuser:

> Programa Mínimo para o PTB, no momento atual
> 1) Imediata reorganização de seus quadros dirigentes em todo o país, tendo presente sua condição de Partido Nacional;
> 2) Consequentemente, imediata reorganização de todos os Diretórios e Comissões Executivas Regionais, convocando-se as competentes Convenções Regionais (Estatutos, arts. 35, 37 e 43);
> 3) Estruturação ou reorganização, também urgente, de Diretórios e Comissões Executivas Municipais, em todos os municípios brasileiros (Estatutos, art. 50);

> 4) Amplo trabalho de arregimentação partidária, com o ingresso no Partido de todos quantos comungam de seus ideais e de suas lutas;
> 5) Amplo trabalho de politização de nossa mocidade, através da Liga da Mocidade Trabalhista, prevista pelos Estatutos (Art. 58);
> 6) Idem, quanto à Liga Feminina Trabalhista (Art. 60);
> 7) Criação de uma assessoria técnica, para assuntos legislativos, jurídicos, econômicos e financeiros, perante a Presidência do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional;
> 8) Fortalecimento da disciplina partidária, através de compromisso formal, de todos os parlamentares que integram sua legenda (Estatuto, art. 13). (ANAIS ALRS, 12/05/1965, p. 130).

Como se pode observar, a maior parte das manifestações do deputado na Assembleia foram como líder da bancada trabalhista, criticando as arbitrariedades do governo. Contudo, no decorrer da legislatura, Heuser também se pronunciou acerca de questões de suas bases eleitorais, como fora comum ao longo das três primeiras legislaturas do político. Na 63° sessão, em 24 de junho de 1965, o mesmo abordou o fechamento da Escola Técnica de Comércio, no município de Sobradinho. Em seu pronunciamento, o político destacou a importância da instituição para a comunidade e teceu críticas ao governo do estado pela ação.

Outro exemplo ocorreu na 85° sessão, em 20 de agosto de 1965, quando Heuser explanou acerca da suspensão do ramal ferroviário Ramiz Galvão-Santa Cruz do Sul. Ao defender a manutenção do trecho da linha férrea, Siegfried Heuser procurou destacar a importância do mesmo para o estado e para as cidades afetadas. Assim, o deputado salientou a cidade de Santa Cruz do Sul como maior centro de fumo da América Latina, bem como toneladas de adubo para o plantio que tinha aquele ramal como rota. Nesse sentido, se nota que questões focadas nas bases elei-

torais do deputado também foram abordadas no decorrer da legislatura, apesar da maior parte de seus pronunciamentos estarem ligados à sua posição como líder da bancada petebista.

Em 1965 foi decretado o Ato Institucional n°2, na data de 27 de outubro, que entre outras deliberações alterou o sistema de organização partidária, terminando com o pluripartidarismo. Na 131° sessão, em 27 de outubro de 1965, mesmo dia do decreto, Heuser se manifestou como líder da bancada petebista na Assembleia. Segundo pronunciamento do deputado a promulgação do Ato Institucional "é o epílogo, sr. Presidente, de um período de cerca de dezoito meses, cheio de contradições, plenos de frustrações." (ANAIS ALRS, 27/10/1965, p. 382).

Ao abordar a questão da extinção dos partidos políticos, o deputado, além de "cutucar" os partidos que apoiaram o golpe, destacou que os trabalhistas se manteriam unidos e coesos em uma futura agremiação:

> Não importa que o Ato Institucional que hoje se promulgou o extinga partidos que se mantém vivos através de siglas apenas, Sr. Presidente, através de denominação, são partidos que realmente não são dignos de participar de um processo democrático.
> Sr. Presidente sob a mesma sigla ou com qualquer outra, os trabalhistas do Rio Grande do Sul e do Brasil, aqueles que falam a linguagem do povo e sentem seus os anseios e as suas reivindicações, aqueles que detêm e possuem esse patrimônio que nós possuímos sob qualquer denominação, se manterá firme e coeso. (ANAIS ALRS, 27/10/1965, p. 383).

É necessário salientar que devido ao falecimento de Hermengarda Mello Bueno, esposa de Siegfried Heuser, em novembro de 1965, o deputado passou por um período de luto. Somado a esta questão pessoal, as articulações para a criação de

um partido de oposição ao governo também tomaram tempo do deputado, que diminuiu sua incidência de manifestações na Assembleia.

Passado o período de atuação da Comissão Representativa nos primeiros meses de 1966, pode-se destacar acerca das manifestações mais significativas de Siegfried Heuser na Assembleia, o pronunciamento alusivo aos dois anos do golpe de 1964 que, como coloca o deputado "são dois anos de desastres políticos, com o povo colocado à margem dos processos eleitorais majoritários e os seus representantes sem mandato para tanto" (ANAIS ALRS, 31/03/1966, p. 166-167). Em seu longo discurso o deputado ainda enfatizou:

> E desde já - no limiar de nossa intervenção - ratificamos mais uma vez a nossa conduta com a nossa ação lúcida e brasileira. A oposição ao regime imposto pela chamada Revolução, quando ainda se chamava PTV, como agora que é MDB não cultivava nem cultiva o revanchismo e, por isso mesmo, não se presta ao papel da sedição para fazer hoje quanto condenamos no golpe de Estado que deu ao País esta democracia de fachada.
> Somos contrários, somos oposição e este é o nosso direito e mais do que isso, este é o nosso dever. Objetivamos a restauração democrática nos embates das urnas. (ANAIS ALRS, 31//03/1966, p. 167).

Além da fala condenando, o golpe de 1964 e o governo que se seguiu, se pontua o pronunciamento de Heuser na 15° sessão, em 4 de abril de 1966. Na questão, Heuser levantou uma questão de ordem acerca das comissões temporárias.[59]

[59] Na organização da Assembleia Legislativa, é prática comum a constituição de comissões permanentes pelos representantes das agremiações partidárias. Siegfried Heuser, por exemplo, participou diversas vezes, sendo até mesmo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia. Contudo, com a conjuntura gerada a partir do Ato Institucional n° 2, as comissões eram formadas de maneira temporária, até que se estruturassem os partidos Aliança Renovadora Nacional e

> Ora, sr. Presidente, ainda não estão constituídas as comissões permanentes e se têm constituído comissões temporárias e a constituição destas comissões não tem obedecido aos dispositivos do Regimento, porque é sabido sr. Presidente, que o MDB se constitui de 27 deputados e a ARENA de outros tantos 27 deputados. A mesa não pode participar das comissões.
> Sr. Presidente, o que tem se decidido por V. Exa., talvez por inadvertência ou por falta de formulação de uma questão de ordem, é que das comissões temporárias estão participando deputados em número maior da ARENA. (ANAIS ALRS, 04/04/1966, p. 20).

A falta de equidade de deputados, na formação das comissões temporárias, poderia ocasionar uma resistência menor dos projetos situacionistas na Assembleia. Neste sentido, Heuser procurou levantar a questão de ordem a fim de, dentro do jogo político, estruturar as comissões com um número de representantes iguais, podendo assim barrar propostas que não estivessem de acordo.

Com relação aos outros anos em que atuou como deputado estadual, 1966 pode ser considerado o ano em que Siegfried Heuser teve participação menos ativa na Assembleia, com base nas incidências de seus pronunciamentos. O fim do pluripartidarismo e consequentemente do Partido Trabalhista Brasileiro teve consequências diretas nas ações de Heuser, que direcionou sua atuação para a criação e regulamentação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assim, outros ex-trabalhistas levavam à Assembleia as reivindicações do extinto PTB, enquanto Heuser atuava na articulação de uma nova legenda, tendo participação pontual em algumas sessões da Assembleia.

Movimento Democrático Brasileiro.

4.3. Heuser, do PTB ao MDB

Retornando as atividades políticas após alguns dias de luto, Siegfried Heuser procurou articular a criação de um partido de oposição ainda em 1965. Na coluna "Panorama Político" do *Correio do Povo* de 28 de novembro de 1965, foi reverberada uma manifestação acerca da criação de um partido de oposição:

> O deputado Siegfried Heuser, líder da bancada do extinto PTB e presidente regional daquela antiga agremiação, manifestando-se sobre a criação do bloco de oposição, possibilitada por aquele ato, classificou-a de excelente.
> E frisou: "o bloco da oposição caracteriza a nossa situação de oposição: É muito importante a existência de uma força de oposição".
> Salientou, por outro lado, que dois blocos são suficientes, não havendo atualmente, necessidade de formação de mais partidos políticos. (CORREIO DO POVO, 28/11/1965, p. 7).

Na organização e direção da nova legenda, várias lideranças poderiam ter tomado a frente do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1965, no *Diário de Notícias*, sob o título "Michaelsen está em recesso e Heuser deverá dirigir MDB", a notícia colocava que uma das lideranças petebistas não cassadas, Egydio Michaelsen, não participaria incialmente da estruturação do partido. Conforme a notícia:

> Ao que tudo indica - e é o que informam alguns observadores, o MDB vai ser dirigido em nossa Estado, por elementos atualmente militantes na vida política, sendo o deputado Siegfried Heuser aquele que reúne as preferências de grande parte da oposição. "(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/12/1965, p. 5).

Na organização do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul, a ideia de unidade partidária parecia ter respaldo na maior parte dos políticos envolvidos com a criação da legenda, ao menos segundo as publicações dos periódicos do período. Na coluna "Notas Política" do *Diário de Notícias,* de 08 fevereiro de 1966, a publicação "MDB não quer sublegendas no RGS", contribui para essa análise. Na notícia também é possível verificar as articulações entre as correntes de oposição ao regime ditatorial para a formação da legenda, que teria uma reunião em Brasília para organizar melhor a estruturação do partido. Conforme a notícia:

> Ficou assentado que o sr. Siegfried Heuser, que viajou ontem à noite, representará o extinto PTB. Também participará da reunião representando os antigos pessedistas-ortodoxos o sr. Hermes Pereira de Souza. Na reunião de ontem ficou definitivamente assentado que para a constituição do MDB no Rio Grande do Sul o Diretório Nacional deverá fazer uma alteração nos Estatutos do partido, a fim de que seja permitida a inclusão de 100 nomes, o que resolverá o problema local, principalmente agora, que as forças do extinto MTR também se engajam no partido da oposição.
> Por outro lado ficou assentado que não haverá sublegenda no MDB gaúcho pois a opinião geral é que "sendo o MODEBRAS o embrião de um futuro partido popular, não pode, desde agora apresentar-se perante a opinião pública fracionado." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/02/1966, p. 5).

As organizações para a constituição do MDB no Rio Grande do Sul seguiram recebendo espaço nas publicações dos periódicos da Capital. Na edição de 16 de fevereiro de 1966 do *Correio do Povo*, foi exposto as articulações de Siegfried Heuser para a constituição da legenda de oposição no estado:

> Falando a respeito da organização do partido da oposição no estado, o sr. Siegfried Heuser disse que os entendimentos prosseguem normalmente. No contato mantido ontem pela manhã com representantes do extinto MTR, o sr. Heuser deixou praticamente acertada uma fórmula quanto ao número de membros do diretório estadual, atendendo reivindicações que foram apresentadas. (CORREIO DO POVO, 16/02/1966, p. 7).

Estabelecida as articulações e a negociação dos espaços dos partidos extintos dentro da nova legenda, e legalizado em 24 de março pelo Tribunal Superior Eleitoral, apesar de, como salienta Kinzo sobre a criação das agremiações, "seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4 que aludia à formação de 'organizações provisórias" para concorrer às eleições legislativas de 1966." (KINZO, 1988, p. 30), foi feita a eleição do diretório regional do MDB. Siegfried Heuser, que já era cotado entre os integrantes da nova legenda como o nome mais provável para a presidência do novo partido, foi confirmado na posição. Além de Heuser, a executiva empossada em 07 de maio de 1966[60] ficou assim organizada:

TABELA 7. EXECUTIVA DO PTB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1966

Presidente	Siegfried Emanuel Heuser
Vice-Presidente	Marcírio Goulart Loureiro
Vice-Presidente	Hermes Pereira De Souza
Vice-Presidente	Walter Von Muhlen
Secretário Geral	Aldo Fagundes
Tesoureiro	Valdir Lopes

[60] Esta informação foi obtida a partir da notícia "Heuser diz que MDB não participará de eleições", publicada na coluna "Notas Políticas" do jornal *Diário de Notícias* em 07 de maio de 1966.

Vogal	João Brusa Neto
Vogal	Leônidas Xausa
Vogal	José Mariano Beck
Vogal	Otávio Caruso da Rocha
Vogal	Osmar Lauchtenschleiger

Fonte: *Rodrigues, 2018.*

Acerca da composição da Executiva emedebista, Maria Kinzo salienta que "a principal característica dos dois partidos então criados era a confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido." (KINZO, 1988, p. 31). Assim, os nomes presentes na Executiva demonstram uma pluralidade de correntes dentro da agremiação, ainda que a mesma tivesse um presidente oriundo dos quadros do extinto Partido Trabalhista Brasileiro. Na formação estadual:

> Destaca-se que o Rio Grande do Sul, berço do trabalhismo brasileiro, se tornou, após o golpe de 1964, um dos estados mais atingidos por cassações e perseguições políticas. Desta forma, o constituído Diretório Regional do MDB, por ser inicialmente composto majoritariamente por trabalhistas que tinham proximidades com os dois principais líderes exilados, além de inúmeros potenciais "comunistas", tornou-se um foco privilegiado para os agentes repressivos do governo, tendo em vista a presença de iminentes figuras "subversivas" e indesejadas ao novo regime.
>
> Esta alteração na composição inicial da legenda, mudando consideravelmente a elite dirigente do sucedâneo PTB, bem como o permanente constrangimento do partido com a possibilidade de cassações durante o regime de exceção instaurado em 1964, irão conferir ao MDB gaúcho um desenvolvimento que o diferenciará, em muito, do antigo PTB. (RODRIGUES, 2018, p. 77).

Após a composição da executiva regional do MDB, as arti-

culações se voltaram a organização dos diretórios municipais do partido pelo estado. Segundo publicação feita no *Diário de Notícias* em 26 de maio de 1966, na coluna "Notas Políticas":

> Os deputados que integram as bancadas estadual e federal do MDB e seu Gabinete Executivo deverão reunir-se no próximo sábado, sob a presidência do deputado Siegfried Heuser, a fim de planejar o que classificam de "esforço concentrado", visando a organização dos diretórios municipais. Segundo o presidente do MDB essa atividade será desenvolvida de 29 do corrente a 4 de junho vindouro, distribuindo-se os deputados e dirigentes partidários por todo o Rio Grande. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/05/1966, p. 5).

Dentro desse contexto, Heuser visitou sua cidade natal e base eleitoral Santa Cruz do Sul, conforme a notícia em capa da *Gazeta do Sul* "Dep. Heuser na cidade", de 7 junho de 1966, o líder emedebista esteve na cidade para organizar o Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro.

No final de junho de 1966, o líder emedebista fez uma pausa nas viagens de organização dos diretórios municipais do MDB pelo interior do estado para participar de um congresso internacional. Conforme a reportagem de 18 de junho na capa da *Gazeta do Sul* "Heuser seguiu para a Europa", o deputado havia iniciado sua viagem no dia anterior a publicação do jornal, em 17 de junho. A notícia destacava que o mesmo havia sido um "convidado especial para o Conselho Ecumênico das Igrejas de confissão evangélica - luterana, a se realizar na Suíça." (GAZETA DO SUL, 18/06/1966, p. 1). A reportagem ainda pontuava que a reunião organizada em Genebra ocorreria de 12 a 26 de julho. A viagem de Heuser em uma conjuntura tão complexa para o MDB que, além da criação dos diretórios municipais, estava preocupado com cassações de direitos políticos de seus membros,

não foi bem recebida por parte da agremiação. Essa questão foi reverberada na edição de 25 de junho do *Diário de Notícias*, em uma publicação na capa do jornal com o título "MDB Queixoso com Heuser", na notícia foi colocado que:

> Os líderes nacionais do MDB na Câmara estão interpretando a viagem inesperada do deputado Siegfried Heuser presidente da Executiva estadual do MDB gaúcho, como uma omissão injustificada precisamente no momento em que pesara as ameaças de cassações sobre seus liderados na Assembleia do Rio Grande do Sul. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/06/1966, p. 1).

Por não estar no Brasil neste período, Siegfried Heuser esteve informado, apenas de maneira indireta, visto que não podia se fazer presente nas reuniões da executiva, dos acontecimentos, como a possibilidade da candidatura de Rui Cirne Lima para governador do estado pelo, Movimento Democrático Brasileiro e pelas cassações que acometeram alguns partidários emedebistas. Na sua ausência, o vice-presidente da executiva esteve à frente do MDB, que sofreu baixas significativas em sua representação. A cassação dos mandatos dos deputados Cândido Norberto, Seno Ludwig, Osmar Lauchtenschleiger e Wilmar Taborda foi publicada nas edições de 20 de julho de 1966, tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio do Povo*. Na edição seguinte do *Correio do Povo*, na seção Panorama Político, foi colocado que "a direção do MDB resolveu, ontem enviar telegrama urgente ao deputado Siegfried Heuser, que se encontra em Bruxelas, pedindo que retorne imediatamente a Porto Alegre, a fim de reassumir a presidência do partido." (CORREIO DO POVO, 21/07/1966, p. 7). Segundo informações do *Correio do Povo*, Heuser chegou da Europa em 22 de julho, reassumindo a presidência do diretório regional, procurando organizar uma reunião da agremiação:

> O deputado Heuser já retornou às suas atividades parlamentares e deverá reassumir a presidência da organização oposicionista no dia de hoje, após os contatos que fez ontem, com seus companheiros de bancada. Do sr. Marcírio Loureiro, que o substituiu interinamente na presidência do MDB, obteve informações sobre a realização da Convenção Regional, do lançamento da candidatura do prof. Rui Cirne Lima, apoiada por parlamentares de diversas correntes ideológicas, da cassação de mandatos e da realização, na próxima terça-feira, da reunião da Comissão Diretora Regional, ocasião em que será examinada a posição do MDB rio-grandense. (CORREIO DO POVO, 23/07/1966, p. 7).

É possível notar, a partir das notícias publicadas nas áreas voltadas ao espaço político, tanto no *Diário de Notícias*, quanto no *Correio do Povo*, que a semana final do mês de julho foi de intensa movimentação partidária. No que tange ao Movimento Democrático Brasileiro, houveram algumas reuniões para definir a situação do partido acerca do pleito de 1966. Nestas reuniões ficou decidido que os candidatos emedebistas seriam escolhidos após a organização do Diretório Nacional do MDB. Contudo, levando em consideração as publicações dos jornais, se nota que Siegfried Heuser era desde este período o nome mais cotado para concorrer ao senado. A notícia, "MDB e o Senado", publicada no espaço Panorama Político do *Correio do Povo* indica este movimento:

> O sr. Siegfried Heuser deverá, ao que tudo indica, ter o seu nome confirmado como candidato do Movimento Democrático Brasileiro a uma vaga no Senado Federal. Ainda ontem, dirigentes do MDB gaúcho manifestavam claramente essa preferência, ao mesmo tempo em que não confirmavam como provável e factível, a indicação do prof. Cirne Lima, mencionada pelo sr. Franco Montoro, em entrevista divulgada na Guanabara. (CORREIO DO POVO, 28/07/1966, p. 7).

Acerca da candidatura de Cirne Lima para governador do estado, pela legenda do MDB, a fala de Siegfried Heuser na Assembleia Legislativa, em 04 de agosto, reverberada no *Correio do Povo* em 5 de agosto, elucida o posicionamento do partido em viabilizar a candidatura:

> A candidatura de Ruy Cirne Lima não é nossa, partidariamente falando. O nome e a obra desse ilustre rio-grandense não se conformam em comportas políticas, pois ganharam, pelo exemplo fecundo da sabedoria e da honradez, os horizontes da própria coletividade gaúcha, com inequívocos reflexos nacionais. Não exigimos do nosso candidato compromisso sequer, nem mesmo aquele mais natural que seria o de inscrever-se nos nossos quadros, como penhor dos nossos sufrágios. É que desejávamos marcar - e marca bem - a origem e o sentido da candidatura Ruy Cirne Lima. Marcá-la em termos de serviço prestado ao Rio Grande e ao Brasil, naquilo que tinha e tem de renúncia às justas e legítimas reivindicações dos oposicionistas gaúchos, em favor de um congraçamento no mais alto nível democrático. (CORREIO DO POVO, 05/08/1966, p. 7).

Assim, o Movimento Democrático Brasileiro via na candidatura do professor Cirne Lima um caminho para o restabelecimento do estado democrático, ou ainda um governador que dialogasse com ambos partidos. Márcio Rodrigues, em sua dissertação acerca do Movimento Democrático Brasileiro assinala bem esta articulação, colocando que:

> A julgar que a oposição seria meramente protocolar na eleição a ser realizada pela Assembleia gaúcha, e embora Cirne Lima fosse um quadro da ARENA e tivesse apoiado o golpe de 1964, o MDB, ao invés de indicar um nome de seus quadros para disputar o pleito, oferece a legenda para que o pré-candidato da ARENA fosse o candidato do partido

> na eleição indireta. Tal ação visava, senão vencer o pleito, atrapalhar o *script* elaborado pelo regime e agudizar a luta interna no partido governista. Tal atitude, desde já, demonstra a rápida adaptação do MDB gaúcho ao novo contexto político, em que diante das limitações impostas estabelecerá a luta com as "armas disponíveis" buscando vencer o regime dentro das regras estabelecidas pelo mesmo. Da mesma forma, a ação demonstra que apesar de maior rigidez ideológica do MDB gaúcho frente ao MDB Nacional, o pragmatismo que se tornará regra na atuação do partido a nível nacional estará também presente na seção gaúcha desde os seus primórdios. (2018, p. 79).

Apesar do diálogo para possibilitar a candidatura, as ações do governo federal por meio dos atos complementares inviabilizaram a mesma. Ao promulgar o Ato Complementar n° 16, conhecido como Ato de Fidelidade Partidária, Castelo Branco "tornava ilegal para um legislador de um partido votar em candidatos a presidente, a vice-presidente e a governador de um outro partido" (CORTÉS, 2007, p. 310-311). Assim, deputados da Arena que não concordando com o nome de Peracchi Barcellos votariam em Cirne Lima, estavam proibidos via Ato Complementar. Somado a manobra do governo, a cassação dos 7 deputados emedebistas já citada tornou inviável a eleição do candidato do MDB. No que tange às articulações da ARENA, o MDB chegou a mover uma ação para impugnar a candidatura de Peracchi Barcellos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), contudo, a mesma foi arquivada.

Ainda sobre as articulações acerca das eleições de 1966, cabe destacar que o Movimento Democrático Brasileiro organizou uma sublegenda para dissidentes do antigo Partido Libertador. Conforme disposto no *Diário de Notícias*, no texto protocolo que cedia o espaço para os libertadores concorrerem dentro dos quadros do MDB contava:

> Entre o MDB, do Rio Grande do Sul, e os demais signatários deste documento, fica estipulado o seguinte: O MDB, do Rio Grande do Sul, acolherá a instituição de uma sublegenda, debaixo da qual poderão incluir-se todos quantos se proponham a realização dos objetivos seguintes: a) a restauração do regime democrático; b) o restabelecimento do princípio federativo; c) a criação de condições que possibilitem e favoreçam a segurança do mínimo de suficiência econômica indispensável ao bem-estar da população e às exigências da produção; d) a preservação das estruturas sociais segundo a tradição cristã do povo brasileiro.
> Os que se inscreverem no MDB do Rio Grande do Sul, para os fins do artigo 7° do Ato Complementar n° 7, em razão da instituição dessa sublegenda, não ficarão vinculados aos princípios programáticos específicos do mesmo MDB, conservando os próprios princípios ou o dos extintos partidos políticos a que teriam pertencido, ficando-lhes assegurada inteira independência na sua ação política e parlamentar. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/08/1966, p. 5).

A partir da publicação, se percebe que ocorreu uma movimentação para que os libertadores concorressem ao pleito de novembro de 1966. O documento também enfatizava que não havia uma obrigatoriedade dos signatários libertadores em seguir o programa do MDB, dando liberdade aos mesmos de seguir os preceitos do extinto PL, desde que trabalhassem para a volta do estado democrático no país.

No que se refere as movimentações do MDB para a eleição de forma indireta para governador do estado, percebe-se que o partido organizou algumas reuniões para definir a ação da agremiação. O partido discutiu nos dias que antecedia a eleição, a melhor forma de protestar contra as arbitrariedades que favoreceram a eleição do candidato arenista. Com base nas notícias publicadas nos jornais que *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*,

pode-se notar que a dúvida era acerca de como manifestar o protesto. Uma das ações ventiladas era comparecer a Assembleia e votar em branco, enquanto a segunda opção seria a ausência da bancada emedebista no momento da votação.

A opção escolhida foi a ausência dos deputados do Movimento Democrático Brasileiro na Assembleia Legislativa. Os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, reverberaram em suas respectivas páginas voltadas às questões políticas a seguinte nota do MDB acerca de sua ausência na votação:

> O Gabinete executivo regional e a bancada do MDB à Assembleia Legislativa do Estado, com a fidelidade que devem aos sentimentos e à consciência de gente gaúcha, declara ao Rio Grande e a Nação que deixaram de participar do processo de provimento do cargo de governador do Estado de não se submeterem ao arbítrio implantado no país e a atos de forças atentatórias à autonomia estadual como este que hoje chega ao constrangedor epílogo.
> Não bastou-se que tirassem do povo o direito de livre escolha dos seus governantes. Negou-se também, a manifestação da vontade da maioria absoluta de seus legítimos representantes na Assembleia Legislativa pela cassação de mandatos e antecipada anulação de votos.
> Verificará o povo rio-grandense que se vai constituir o governo de seu Estado pela decisão de uma minoria que expressa pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita. Um acontecimento destinado a ser histórico, ficará para o Rio Grande como um ato da mais triste frustração da opinião pública.
> A ausência do MDB do plenário da Assembleia, hoje, não significa que se omitirá na luta que se encontra empenhado pelo restabelecimento pleno dos princípios democráticos. Antes, haverá de nela prosseguir com redobrado vigor e empenho. (CORREIO DO POVO, 04/09/1966, p. 7).

A nota formalizou a posição do MDB frente aos diversos

dispositivos que impossibilitaram o partido de obter a maioria de votos na Assembleia. A mesma colocou que o partido seguiria na luta pelo restabelecimento dos princípios democrático. Para isso, a etapa seguinte foi o pleito de novembro de 1966, para os cargos de deputado estadual, federal e senador.

4.4. AS ELEIÇÕES DE 1966 E A CASSAÇÃO

A articulação para definição dos candidatos emedebistas foi marcada inicialmente para 09 de setembro, segundo informações presentes no *Diário de Notícias*. A informação foi confirmada pela edição de 09 de setembro do *Correio do Povo*, na coluna Panorama Político, sob o título "MDB Indicará hoje seus candidatos ao pleito parlamentar de Novembro". Um dos pontos interessantes na edição refere-se as indicações ao senado. Além de Heuser que já era um nome ventilado algum tempo entre os emedebistas, "o sr. Mariano Beck deverá ter o seu nome apontado na reunião de hoje da Comissão Diretora Regional do MDB, como candidato ao Senado por uma sublegenda." (CORREIO DO POVO, 09/09/1966, p. 7). Assim, nota-se uma disputa interna no partido para os cargos.

Diferente da definição para a prefeitura de Porto Alegre, vencida por Mariano Beck, o nome de Siegfried Heuser foi, como já era esperado, o escolhido para concorrer ao Senado. Conforme a notícia "MDB indicou candidatos ao Senado, Câmara e AL" do *Diário de Notícias*, "por unanimidade de votos, foi escolhido como candidato do MDB ao senado, o deputado Siegfried Heuser, que terá como seu suplente o sr. Hermes Pereira de Souza". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/09/1966, p. 5).

Pontua-se que alguns dias após a definição, ocorreu um movimento para a criação de uma sublegenda no MDB para que

Mariano Beck concorresse para o Senado. Este movimento pode ser analisado dentro das correntes internas no partido, tendo Mariano Beck como uma liderança política de oposição interna. Conforme discorrem as notícias nos periódicos analisados, o pedido foi organizado pelos emedebistas de Pelotas. A notícia "Heuser diz que sublegenda depende da decisão da CDR", de 21 de setembro de 1966, publicada no *Diário de Notícias*, afirmava que o deputado Enilton Grill, uma das lideranças do partido em Pelotas, entregaria o requerimento para Siegfried Heuser. Sobre o requerimento de criação da sublegenda Heuser falou para o *Diário de Notícias*:

> A manifestação de qualquer setor do partido é sempre objeto de apreciação e deliberações coletivas. Todas as tendências manifestadas seguirão os tramites regimentais. Sempre se fará o que for melhor para o partido. Na eventualidade da maioria da Comissão Diretora Regional manifestar-se contraria a instituição de uma sublegenda, caberá aos instituidores recorrer a decisão da Comissão Diretora Nacional, órgão que deliberará em última instância sobre a conveniência ou não da medida". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/09/1966, p. 5).

A decisão emedebista de lançar apenas um candidato para o senado evidencia, em certa medida, uma tentativa de reafirmação da liderança de Heuser dentro dos quadros do partido, visto que segundo a legislação vigente no período, concorrer com apenas um candidato não se apresentava como a melhor alternativa para captar vaga para o Senado, pois para a escolha de Senador:

> Cada partido podia indicar até três candidatos para uma mesma vaga no Senado e os votos dos candidatos seriam somados. A vitória iria para o partido com o maior total de votos; depois o candidato mais votado na chapa do partido vitorioso seria declarado vencedor. (CORTÉS, 2007, P. 306).

Sob estas condições, seria interessante para o MDB, como partido de oposição que aglutinou em seus quadros diferentes correntes, indicar mais de um candidato a fim de tirar proveito da constituição multifacetada do partido. Por um lado, entende-se que boa parte das lideranças políticas haviam sido cassados antes da constituição do MDB ou durante o processo, como foi o caso de Cândido Norberto, cassado no início de 1966. Contudo, haviam opções dentro do partido que contribuiriam em votos contra os três candidatos lançados pela ARENA[61]. Opções como ex-pessedista Hermes Pereira de Souza, Mariano Beck, poderiam ter sido analisadas na composição de candidatos que garantissem o coeficiente eleitoral para a vaga do Senado[62]. Contudo, a decisão de candidato único indicou uma disputa interna nos quadros da agremiação. Pensando sob a perspectiva de Bourdieu dentro do campo político "as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado." (BOURDIEU, 2011, p. 201). Logo, havia interesse por parte de Heuser em manter-se como líder da agremiação partidária, visto que, em certa medida, a candidatura de um segundo candidato poderia colocar em xeque sua liderança a depender dos resultados eleitorais.

Encaminhada a candidatura para o TRE em 14 de setembro de 1966[63] e aprovada cerca de uma semana depois, a organiza-

[61] Para as eleições de 1966, a ARENA lançou como candidatos ao Senado Guido Mondin, Mário Mondino e Synval Guazzeli.

[62] Cabe destacar que chegou a ser noticiado a possibilidade de César Prieto, deputado federal pelo antigo PTB que migrou para o MDB, sendo em março de 1966 vice-líder do MDB na Câmara. Apesar de ter sido ventilada a possibilidade de César Prieto concorrer ao senado por uma sublegenda do MDB, a edição de 22 de setembro de 1966 do *Correio do Povo*, confirmou que o MDB não criaria sublegendas para o senado. Além disso, o deputado federal teve seus direitos políticos cassados antes das eleições, pelo decreto de 13 de outubro de 1966, expedido no DOU de 14 de outubro de 1966.

[63] A informação baseia-se na notícia de 15 de setembro de 1966, dento da coluna "Notas Políticas" do Diário de Notícias, que colocava que o secretário geral do MDB

ção para a campanha ocorreu alguns dias após a definição das candidaturas emedebistas. Para escolha do início da campanha emedebista, foi escolhida a cidade de São Borja, conforme consta publicado na edição de 25 de setembro do Correio do Povo:

> O sr. Siegfried Heuser viaja amanhã para São Borja. Ainda que o Gabinete Executivo do MDB não tenha organizado o roteiro do seu candidato ao Senado, aquele parlamentar visitará São Borja, onde pretende dar início efetivo à sua campanha eleitoral. (CORREIO DO POVO, 25/09/1966, p. 7).

A escolha por São Borja, reduto das maiores lideranças trabalhistas foi simbólica, devido à ligação do trabalhismo, ainda presente nos quadros do MDB no Rio Grande do Sul e os grandes líderes como João Goulart, mas sobretudo, Getúlio Vargas.

A definição do roteiro da campanha eleitoral e plano de ação de Siegfried Heuser foi articulada entre os últimos dias do mês de setembro e o início de outubro. Em partes, essa demora deve ser entendida dentro da conjuntura relativa a posição de Heuser como presidente do MDB. Os momentos iniciais para a campanha eleitoral buscariam efetivar as candidaturas emedebistas, depois desse passo os candidatos poderiam percorrer o estado em suas respectivas campanhas.

Na edição de 05 de outubro do *Correio do Povo*, foi divulgado o primeiro roteiro da campanha eleitoral de Heuser. Além da divulgação das cidades que fariam parte deste roteiro, a notícia destacou que:

> O sr. Siegfried Heuser, candidato do MDB ao Senado Federal já tem pronto o seu roteiro de viagens ao interior do Estado. Esse roteiro, já apro-

Aldo Fagundes havia encaminhada ao TRE no dia anterior a publicação da notícia, a solicitação de registro dos candidatos ao Senado, Siegfried Heuser e Hermes Pereira de Souza.

> vado pelo gabinete executivo daquela organização, prevê visitas a um grande número de municípios gaúchos, sendo iniciado no próximo dia 9 e tendo encerrada a sua primeira etapa na noite do dia 17 do corrente. O sr. Siegfried Heuser viajará na companhia do sr. Hermes Pereira de Souza, candidato a suplente e diversos deputados estaduais e federais, candidatos à reeleição. (CORREIO DO POVO, 05/10/1966, p. 7).

Em 14 de outubro, o *Correio do Povo* dentro da coluna "Panorama Político", foi noticiado que houve uma articulação do MDB frente a cassação de políticos da oposição. Siegfried Heuser, atuando como presidente do Diretório emedebista, retornou para Porto Alegre a fim de participar de uma reunião extraordinária do Gabinete Executivo do partido, que procurava articular uma forma de lidar com as cassações sofridas. Em fala ao jornal:

> O sr. Siegfried Heuser disse que o roteiro dos candidatos das oposições não sofreu solução de continuidade, porque o candidato a suplente de senador, o sr. Hermes Pereira de Souza, continua na "caminhada pelo interior gaúcho, fazendo ouvir a voz do MDB". O sr. Siegfried Heuser salientou que os resultados alcançados na gira pelo interior rio-grandense, são altamente satisfatórios; acredita que poderá voltar ao interior no dia de amanhã, pois hoje estará acompanhando os trabalhos da sessão do Congresso Nacional, através do noticiário das emissoras de rádio. (CORREIO DO POVO, 14/10/1966, p. 7).

Passada a primeira etapa do roteiro que incluiu diversas cidades no estado[64], MDB organizou a segunda etapa em muni-

[64] Segundo as informações prestadas na edição do *Correio do Povo*, a primeira etapa de viagens contemplou as cidades de Torres, Osório, Tramandaí, Santo Antônio da Patrulha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano, Nova Araçá, Casca, Marau, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Três Passos, Santa Rosa, Santo Ângelo, Cruz Alta, Ibirubá, Selbach, Tapera, Espumoso,

cípios mais próximos de Porto Alegre. Nessa segunda etapa, iniciada após o dia 18 de outubro, os candidatos visitaram Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré, Camaquã, além dos municípios da região carbonífera, Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e São Jerônimo.

As informações referentes ao roteiro da última etapa da campanha eleitoral de Siegfried Heuser foram fornecidas na edição de 20 de outubro do *Diário de Notícias*, dentro da coluna "Notas Políticas", foi afirmado que:

> No dia 22 Heuser e Hermes visitarão Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. No domingo, dia 23, irão a Candelária, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Ivorá, Silveira Martins e Santa Maria.
> Por outro lado, no dia 24 os candidatos oposicionistas estarão em São Pedro do Sul, seguindo daí para General Vargas, Cacequi, Jaguari e Santiago. No dia imediato se deslocarão para São Francisco de Assis, Manoel Viana, Passo Novo e Alegrete, onde pernoitarão seguindo dia 26 para São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Desta cidade, no dia 27, a comitiva se deslocará para Quaraí, Livramento, Dom Pedrito e Bagé, onde pernoitarão. No dia seguinte viajarão para Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande. No dia 29 estão em São José do Norte e daí irão a Capão do Leão, e Pelotas de onde, no dia posterior seguirão para Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu e São Lourenço do Sul, de onde, finalmente, regressarão a capital, saindo no dia posterior para novo roteiro que irá até o dia 12 de novembro. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/10/1966, p. 5).

Destaca-se que na visita de Heuser à São Pedro do Sul, o político procurou enaltecer a obra e imagem de Fernando Ferrari, antiga "dobradinha" de Heuser para deputado federal, colocan-

Soledade, Barros Cassal e Venâncio Aires.

do-o lado a lado com grandes nomes do trabalhismo rio-grandense:

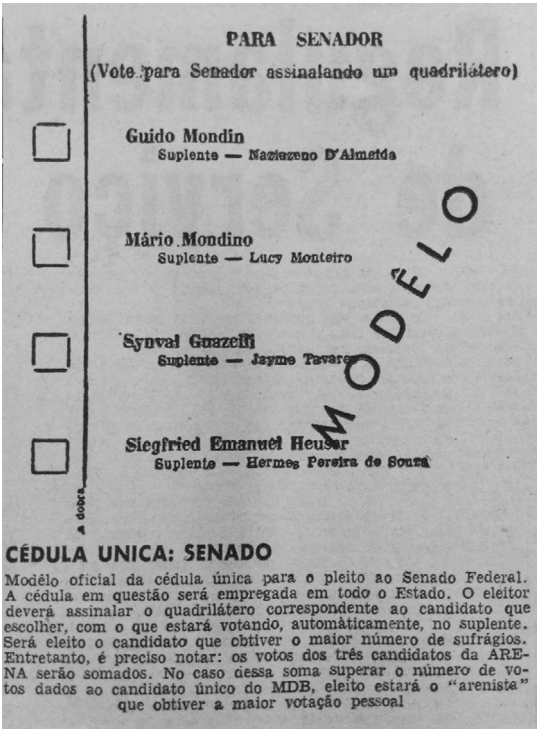
> O sr. Siegfried Heuser, candidato ao Senado da República, pelo MDB, disse, em São Pedro do Sul, que o candidato que postule os votos dos rio-grandenses não poderá deixar de visitar aquele município, terra natal de Fernando Ferrari, bem como São Borja e Ivorá, distrito de Júlio de Castilhos, cidades onde nasceram Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. (CORREIO DO POVO, 25/10/1966, p. 7).

No início do mês de novembro, na coluna "Notas Políticas" do *Diário de Notícias*, a reportagem "Heuser pensa o contrário: Essa vence fácil o MDB" mostrou o posicionamento do líder emedebista para o pleito de 15 de novembro. Crendo em um comparecimento massivo dos eleitores às urnas, para votar nos candidatos que representavam a oposição do regime, Heuser cortejou na fala feita à imprensa a classe média e baixa em seu pronunciamento:

> Vivemos todos - e ninguém melhor do que nossa classe média entende assim - uma situação anômala, antipovo, pois a conjuntura econômica reflete-se diretamente nos lares.
> O país está parado. Há falta de alimentos, seja pela produção que diminuiu como resultado do abandono dos campos, mas principalmente porque as famílias não tem como comprar mais em face dos custos em constante e opressiva ascensão, diante dos salários congelados.
> O que estamos verificando, nestas simples observações, é uma classe média que se pauperiza, momento a momento.
> Enquanto isso, as massas trabalhadores são esmagadas pelos mesmos elementos e ainda porque a paralisação do desenvolvimento tem determinado a também paulatina diminuição do mercado de trabalho.
> É a realidade de uma situação que o resultado elei-

toral vai alterar para os oposicionistas eleitos não pouparão esforços para modificar este quadro contristador. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/11/1966, p. 5).

Na mesma edição, foi ainda publicado um modelo para a votação em cédula única para senador. Para a votação ao cargo de senador, foi realizado anteriormente um sorteio pelo Tribunal Regional Eleitoral, a fim de organizar a ordem dos candidatos na cédula única que seria utilizada para a eleição. No sorteio "os nomes dos candidatos estarão na seguinte ordem: Guido Mondim, Mário Mondino, Synval Guazzelli e Siegfried Heuser, os três primeiros da ARENA, o último, do MDB." (CORREIO DO POVO, 28/10/1966, p. 7). Na edição de 2 de novembro de 1966, tanto do *Diário de Notícias*, como do jornal *Correio do Povo* chegou a publicar um modelo de cédula para senador.


PARA SENADOR

(Vote para Senador assinalando um quadrilátero)

Guido Mondin
Suplente — Naziazeno D'Almeida

Mário Mondino
Suplente — Lucy Monteiro

Synval Guazelli
Suplente — Jayme Tavares

Siegfried Emanuel Heuser
Suplente — Hermes Pereira de Souza

MODÊLO

A dobra

CÉDULA UNICA: SENADO

Modêlo oficial da cédula única para o pleito ao Senado Federal. A cédula em questão será empregada em todo o Estado. O eleitor deverá assinalar o quadrilátero correspondente ao candidato que escolher, com o que estará votando, automàticamente, no suplente. Será eleito o candidato que obtiver o maior número de sufrágios. Entretanto, é preciso notar: os votos dos três candidatos da ARENA serão somados. No caso dessa soma superar o número de votos dados ao candidato único do MDB, eleito estará o "arenista" que obtiver a maior votação pessoal

Figura 4. *Modelo de Cédula para Senador nas Eleições de 1966.*

Fonte: *Correio do Povo, 02 nov. 1966, p. 7.*

Em 04 de novembro, foi divulgado no *Diário de Notícias*, sob o título "Este é o roteiro de Heuser", o itinerário final da campanha eleitoral de Siegfried

Heuser. Além do roteiro, o jornal abordou o boato que circulou durante as semanas finais de campanha eleitoral de que Siegfried Heuser teria seus direitos políticos cassados. Sobre isso o jornal pontuou que "Heuser continua realizando sua campanha eleitoral tranquilamente pelo interior do Estado, não dando mais significação aos boatos sobre a cassação de seu mandato, pois sempre tempo afirmado: "quem não deve, não teme"." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/11/1966, p. 5). A campanha percorreria diversas cidades[65] e encerraria em 12 de novembro em Porto Alegre.

Segundos os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, cerca de 10 dias antes do pleito, existia a possibilidade de Siegfried Heuser ter seus direitos políticos cassados. Diante da possibilidade, o gabinete executivo do MDB frisou retiraria suas candidaturas para o pleito. No *Correio do Povo* a notícia foi reverberada com maior ênfase na edição de 05 de novembro, sob o título "MDB já pensa em afastar-se do pleito se cassações atingirem seus líderes", já na edição do mesmo dia do *Diário de Notícias*, foi publicada a reportagem "Todo o MDB renunciará se Heuser for mesmo cassado". A reportagem ainda enfatizava que havia sido preparado "o "Manifesto" do Movimento Democrático Brasileiro já está redigido e nele já figuram a assinatura de 65% dos nomes que integram as nominatas dos candidatos oposicionistas às eleições de 15 de novembro próximo." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/11/1966, p. 5). Neste documento, boa parte dos candidatos emedebistas retirariam suas candidaturas sob forma de protesto

[65] Dentre as cidades divulgadas na reportagem encontravam-se Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco do Paula, Taquara, Ivoti, Dois Irmãos, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Estância Velha, Erechim, Getúlio Vargas, Sananduva, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Alvorada, Marcelino Ramos, Viadutos, Gaurama, Paim Filho, Cacique Doble, São José do Ouro, Machadinho, Barracão, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Retiro, Glorinha, Teutônia, Estrela, Roca Sales, Muçum, Serafina Corrêa, Guaporé, Arvorezinha, Ilópolis, Encantado, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, Canoas, Feliz, Carlos Barbosa, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado e Caxias do Sul.

pelas ações do governo federal sobre as cassações e suspensão dos direitos políticos.

Na edição seguinte, de 06 de novembro o *Diário de Notícias* estampou em sua capa "Vão Cassar 9 do RGS". Na manchete do jornal foi colocado que estava sendo preparado uma lista de cassações que afetaria políticos gaúchos, dos 9 citados, 7 seriam do MDB e 2 políticos da ARENA. A notícia informava o nome dos políticos afetados:

> São os seguintes políticos gaúchos que deverão ser atingidos pelo ato cassatório: Siegfried Heuser, presidente do MDB e candidato ao Senado Federal; Matheus Schmidt Filho e Zaire Nunes Pereira, candidatos do MDB à deputação federal; Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Severo, da sublegenda do MDB; o prefeito de Venâncio Aires, Salvador Stein Goulart e o médico e professor de Santa Maria, Eduardo Rolim - os dois ligados à oposição - e, da ARENA, os deputados Nelson Marchezan e Alexandre Machado, candidatos à reeleição. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/11/1966, p. 1).

Na edição de 11 de novembro na coluna "Panorama Político" do *Correio do Povo*, a notícia "Oposição aguarda com preocupação as próximas 72 horas para definir-se", mostrava o clima de apreensão que o MDB vivia as vésperas do pleito. A notícia colocava que Heuser "tem dito a seus companheiros que não terá condições para prosseguir lutando (e convocando o povo a votar nos candidatos da oposição), no caso de ser desfechada nova ofensiva de cassações contra seus correligionários." (CORREIO DO POVO, 11/11/1966, p. 7). Assim, se nota que a agremiação não havia definido o posicionamento na ocorrência de novas cassações.

Apesar do clima de tensão, não foi publicado nenhum documento confirmando as cassações anunciadas na capa do *Diário de Notícias*. Então, chegado o pleito de 15 de novembro, os

políticos articularam-se para os resultados eleitorais. A edição do dia das eleições do *Diário de Notícias* publicou dentro da coluna "Notas Políticas" que "o deputado Siegfried Heuser presidente do MDB e candidato ao Senado, dizia ontem a propósito do pleito que hoje se desenrola, que seu partido já vive clima de vitória." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/11/1966, p. 5). Assim, o que se nota com base nas informações dispostas nos periódicos analisados, é que o Movimento Democrático Brasileiro acreditava na eleição da maior parte de seus candidatos inscritos no pleito.

No que se refere a Heuser, que concorreu sozinho contra três candidatos da ARENA, os resultados eleitorais não foram o suficiente para que o presidente do MDB fosse eleito para o Senado. A surpresa nos resultados eleitorais que apontavam a derrota de Siegfried Heuser foi objeto de análise na capa de 17 de novembro do *Diário de Notícias*. Na manchete, "ARENA surpreende no RGS" o jornal colocou durante a apuração dos votos que, "para a surpresa de muitos, a ARENA está apresentando maciça votação em todo o Rio Grande do Sul, e a tendência dos números, ontem, indicava que o sr. Siegfried Heuser poderá vir a amargar uma derrota, como candidato do MDB ao Senado da República." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/11/1966, p.1).

Apesar da diferença de votos ter sido relativamente pequena, os três candidatos da ARENA alcançaram um coeficiente maior que Heuser, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 8. EXECUTIVA DO PTB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1966

Resultado Eleições 1962 – Santa Cruz do Sul		
Candidato	Partido	N° de votos
Guido Mondin	ARENA	322901
Synval Guazzelli	ARENA	206917
Mário Mondino	ARENA	142662
Siegfried Heuser	MDB	638140

Fonte: *Tribunal Superior Eleitoral (TSE).*

Apesar do MDB ter feito a maioria dos votos em bases eleitorais do antigo PTB, como Porto Alegre, Santa Maria, ou bases de Heuser, como Candelária e Santa Cruz do Sul, o resultado não foi o suficiente para que Siegfried Heuser conseguisse vencer os três candidatos arenistas.

Na edição de 30 de novembro do *Correio do Povo*, dentro de seu espaço reservado às notícias políticas, a publicação "Primeiras Observações sobre os resultados do pleito no Estado", elaborou uma visão acerca da derrota de Heuser para o senado. Segundo a notícia:

> A votação obtida pelo sr. Siegfried Heuser - quase 640 mil sufrágios - deve ser considerada excelente. Dentro do partido oposicionista observam-se constantes críticas à atual direção, que preferiu candidato único ao Senado, para enfrentar os três candidatos oficiais; contudo, observadores políticos afirmam que o MDB, na atual circunstância, não obteria mais votos que os registrados em nome do sr. Siegfried Heuser, mesmo com dois ou três candidatos. (CORREIO DO POVO, 30/11/1966, p. 7).

Carlos Cortés (2007), ao analisar a articulação para o pleito de 1966, oferece outra visão. Para o autor, a decisão emedebista de concorrer para o senado com candidato único foi um grave erro tático na campanha. Segundo a análise do autor:

> O MDB indicou o presidente estadual do partido, Siegfried Heuser, que optou por fazer uma campanha moderada, como a de Michaelsen, o candidato petebista a governador, em 1962. Cortejou eleitores centristas, apresentando-se como candidato oposicionista moderado.
> Havia um movimento entre os brizolistas para indicar um segundo candidato ao senado pelo MDB, Mariano Beck, ex-secretário de Educação de Brizola e candidato petebista a senador derrota em 1962. Ao contrário de Heuser, um luterano moderado, Beck era um devotado católico e um populista no estilo Brizola. Heuser temia que Beck pudesse conseguir mais votos, derrotando-o e expulsando-o da liderança do partido. Devido à confiança numa vitória baseada no orgulho machucado dos gaúchos e no sentimento anti-revolucionário, Heuser impediu a indicação de Beck. (CORTÉS, 2007, p. 312-313).

O autor ainda coloca que "se Mariano Beck estivesse na chapa com Heuser, sem dúvida os dois teriam ganho do trio da ARENA" (CORTÉS, 2007, p. 313). Conforme expõe a análise feita pelo *Correio do Povo* acerca do pleito, é difícil analisar se o MDB ainda que inscrevendo dois candidatos poderia alcançar a vaga para o Senado. Soma-se à conjuntura do resultado eleitoral a informação colocada por Pedro Simon, em discurso feito no Senado Federal na data de 06 de dezembro de 2002. Em um pronunciamento que tinha como objetivo homenagear Siegfried Heuser, Pedro Simon destacou acerca das eleições de 15 de novembro de 1966 que:

> Naquela época, às vésperas da eleição, a imprensa local anunciou que Heuser havia sido cassado e que os seus direitos políticos tinham sido suspensos. E, apesar do nosso esforço dramático para demonstrar que isso era mentira, não conseguimos fazê-lo, e milhares de votos foram registrados em branco em sinal de protesto, imaginando-se que

> Heuser não poderia ser candidato. (ANAIS SENADO FEDERAL, 06/12/2002).

Márcio Rodrigues também oferece uma análise acerca das eleições de 1966 no Rio Grande do Sul, na qual considera que apesar das limitações por parte do governo ditatorial ao Movimento Democrático Brasileiro:

> O resultado foi surpreendentemente positivo para muitos emedebistas. Para o Senado Federal, naquele momento a única eleição de caráter majoritário que dispunha ao partido disputar pela via direta, apesar das derrotas, Heuser recebe cerca de 315 mil votos a mais que o segundo lugar, Guido Mondin, da Arena, sendo que o partido governista conquista a cadeira valendo-se da sublegenda, artifício criado pelo regime para acomodar a todas as correntes que ingressaram na legenda governista. Entretanto a somatória das votações dos candidatos naquele pleito demonstra, desde já, que a relativa estabilidade eleitoral observada nos pleitos gaúchos ocorrida desde 1945 também havia sido transposta para o regime bipartidário, onde o candidato do MDB recebe 638 mil votos, enquanto somados os votos obtidos pelos três candidatos da Arena totaliza cerca de 672 mil votos, uma diferença de apenas 34 mil votos em um total de 1.5 milhões de eleitores que foram as urnas (NOLL & TRINDADE, 1995, pág. 30), demonstrando assim que o MDB, apesar da ausência das principais lideranças trabalhistas, angariava uma votação semelhante ao padrão sufragado pelo antigo PTB, mesmo a seção gaúcha estando sob o comando de um novo grupo dirigente e adotando práticas que o diferenciavam principalmente do líder maior do trabalhismo gaúcho, o ex-governador Leonel Brizola. (RODRIGUES, 2018, p. 81).

Apesar da complexidade em analisar quais poderiam ter sidos os resultados e movimentos, caso os emedebistas optassem por inscrever mais de um candidato ao senado, as consequências

pela inscrição de Heuser como candidato único podem ser analisadas com maiores detalhes.

O primeiro movimento após as eleições foi uma reunião com o Gabinete Executivo Nacional do MDB, para dialogar sobre como proceder neste período pós eleição. Após o retorno, foi organizado uma circular do Gabinete executivo em nível estadual que foi enviada para os presidentes dos diretórios municipais do partido, para manifestar o posicionamento da agremiação em relação ao pleito. Conforme a circular que foi publicada no *Diário de Notícias*, na área destinada para política, o MDB considerou que:

> Nas circunstâncias em que as oposições gaúchas disputaram o pleito, sob pressões de toda ordem, sofrendo a coação intensamente exercida pelo governo federal, estadual e municipais, ameaças continuadas, cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e praticamente sem recursos materiais, consideramos altamente satisfatórios os resultados alcançados. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/12/1966, p. 5).

Apesar da circular denotar que foram satisfatórios os resultados obtidos na eleição, nem todos os membros da cúpula emedebista tiveram esta leitura, Marcírio Loureiro, por exemplo, pediu renúncia da vice-presidência do partido após não ser eleito deputado estadual, ficando como suplente do MDB. Apesar do pedido de afastamento de Marcírio Loureiro ter sido sentido entre os membros emedebistas, o final do ano de 1966 foi de a intensa articulação em vista de estruturar o MDB definitivamente em partido político[66].

[66] Até o momento, juridicamente, o Movimento Democrático Brasileiro era uma organização provisória formada para abrigar os políticos que tiveram suas legendas extintas pelo Ato Institucional n°2. Conforme a edição de 15 de março de 1967 do *Diário de Notícias*, o MDB foi registrado pelo Superior Tribunal Eleitoral como partido político a partir de 01 de março de 1967.

Em 22 de dezembro, na reportagem "Heuser diz como será o partido da oposição", o presidente do MDB "salientou que uma das principais preocupações das oposições gaúchas, ao examinar tão delicada questão é a de que o novo partido tenha uma doutrina que expresse a representação popular e se identifique com as aspirações das massas trabalhadoras." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/12/1966, p. 5).

Além das movimentações para a organização do partido, a derrota eleitoral de Heuser foi objeto de análise no final de 1966. Em 29 de dezembro de 1966, o *Diário de Notícias* publicou em "Aberta luta entre Heuser e emedebistas de Pelotas" a discordância de alguns membros do partido com as ações do Diretório Estadual do MDB presidido por Heuser. Vale lembrar que, entre os partidários de Pelotas havia um movimento para lançar Mariano Beck em uma sublegenda para concorrer ao senado. A reportagem abordava que havia ocorrido uma reunião do diretório municipal pelotense e a partir das conversas da reunião o vice-presidente do diretório municipal José Bachieri Duarte declarou ao *Diário de Notícias*:

> É possível que determinados elementos do nosso partido, em Pelotas, não aprovem todos os atos do deputado Heuser, na presidência do MDB gaúcho. É possível até que prefiram outro líder no comando da nossa agremiação. Mas a verdade autêntica é que a imensa maioria está solidária com Heuser e sem admitir que ele seja o único em condições de desempenhar a espinhosa missão de presidir, considera estar em ótimas mãos o timão da nossa nau. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/12/1966, p. 5).

A questão também teve espaço no *Correio do Povo*, com o título "MDB de Pelotas examina resultados do pleito e poder ser contra Heuser", com um título mais cauteloso, as informações prestadas no jornal pontuaram que:

> Quanto ao encontro de Pelotas cuja realização foi prevista para a noite de ontem, os mesmos informantes disseram que "não passa de fato isolado, sem maior repercussão e que a dissidência esboçada é exclusivamente um fruto de desentendimentos locais, em torno do pleito parlamentar de novembro". (CORREIO DO POVO, 29/12/1966, p. 7).

Assim, o que se percebe é que ainda que não houvesse um movimento concreto de oposição interna a liderança de Heuser no partido, também não havia consenso acerca de sua manutenção na liderança partidária. O que se aponta é que, nas articulações do campo político, as situações não são estáticas e acontecimentos como os resultados eleitorais podem alterar os arranjos internos do partido, afinal "as estratégias dos agentes, no interior do campo, dependem da distribuição do capital específico, distribuição ela mesma definidora da posição no mesmo campo." (FERNANDES, 2017, p. 60). Logo, as articulações no caso de um partido político não se reduzem à definições binárias, existindo interesses de grupos que complexificam as ações.

Apesar do nome de Heuser não ter concluído 1966 como unanimidade para liderar o partido, o mesmo começou o ano seguinte coordenando a delegação gaúcha para a convenção nacional do MDB. Na convenção, Heuser tinha como objetivo sugerir a "constituição de uma Comissão inter-regional destinada a redigir o programa do novo partido. "Será ele baseado no trabalhismo de Pasqualini e na Carta Testamento de Vargas"." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/01/1967, p. 5). Para a convenção nacional foram escolhidos como delegados Siegfried Heuser, Hermes Pereira de Souza e Mariano Beck. Além destes, ficaram de suplentes, Pedro Simon, Lauro Hagemann e Otávio Caruso da Rocha. Apesar de ter sido eleito delegado da convenção, Heuser

por motivos de saúde não pode comparecer a mesma. Assim, Pedro Simon o substituiu o líder do MDB em Brasília[67].

O que se percebe com base nas publicações dos jornais analisados, é que já sem mandato e sem eleições previstas, Siegfried Heuser atuou nos anos seguintes mais como porta voz oficial do partido – visto que era presidente da agremiação – do que em ações políticas com posicionamentos individuais. Quando perguntando sobre o governo Costa e Silva, por exemplo, o líder emedebista manifestou ao *Diário de Notícias* que "o presidente da República não tem formas de atrair a oposição, pois ela está perfeitamente conscientizada de sua missão no momento atual." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/04/1967, p. 5). Contudo, analisa-se que os anos posteriores a 1966 foram de intensa movimentação interna no partido. No final de maio de 1967, houve um debate entre duas alas emedebistas, acerca de uma possível renúncia coletiva. A notícia "Renúncia no Diretório divide oposicionistas", evidencia tal questão:

> As duas facções existentes do MDB do Rio Grande do Sul uma liderada pelo sr. Siegfried Heuser e a segunda pelo deputado Mariano Beck poderão divergir na reunião do Diretório Estadual do partido que estará sendo realizada no próximo domingo. O impasse que ainda está apenas nas discussões preliminares dos dois grupos, começou ontem a fermentar quando transpirou a notícia que haveria renúncia coletiva dos membros do DE a fim de que fosse feita a reorganização do organismo partidário. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/05/1967, p. 5).

A situação só foi amenizada a pedido do senador Oscar Passos – Presidente nacional do MDB - que, conforme publicação do *Diário de Notícias*, solicitou ao diretório estadual que aguar-

[67] Esta informação foi obtida na edição de 14 de janeiro de 1967, no *Diário de Notícias*.

dasse a convenção nacional do MDB de julho, visto que, segundo o senador "esta convenção nacional, estudará uma série de modificações nos estatutos da agremiação no que se relaciona a constituição dos seus órgãos nacionais e regionais." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/05/1967, p. 5).

Ainda que a questão da renúncia coletiva fosse examinada em outro momento, a imagem de Heuser como líder do MDB do Rio Grande do Sul foi posta em xeque ao longo de 1967. De maneira mais explícita, a reportagem "Rebelião contra Heuser vai se alastrando pelo interior", do *Diário de Notícias*, dimensionou o descontentamento de alguns diretórios pelo interior do estado que consideravam a liderança de Heuser "apática". Dentre os diversos pontos suscitados na notícia, colocava-se as poucas reuniões da Executiva Estadual do partido, a falta de diálogo e de movimentos para reestruturação de alguns diretórios pelo interior do estado, a falta de informações sobre as deliberações da convenção nacional do MDB, chegando a "ninguém esconder mais na capital ou no interior do estado a rebeldia que vai tomando conta de apreciável setor partidário contra a atuação do sr. Siegfried Heuser". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/07/1967, p. 5).

A partir das publicações percebe-se que o MDB esteve dividido neste momento. Enquanto existia um setor emedebista favorável à mudança de liderança na agremiação, outros membros trabalhavam pela manutenção de Heuser na presidência. Na reportagem "Osmany diz que Heuser fica" publicada nas "Notas Políticas" do *Diário de Notícias*, o deputado Osmany Veras se manifestou a favor de Siegfried Heuser, falando que:

> "Os que atacam agora o presidente do MDB gaúcho sr. Siegfried Heuser sãos os mesmo que o atacavam quando ele foi o presidente do PTB" - declarou ontem, o deputado Osmany Veras, que acrescentou: "Estes mesmos elementos, naquela época deseja-

> vam sua derrubada da presidência do partido mas não tiveram força para atingir o seu intento. Agora o mesmo fato se repetirá." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/07/1967, p. 5).

As alas dentro do MDB configuraram um arranjo que esteve em confronto em diversas decisões do partido. Quando discutida a possibilidade do MDB ingressar na Frente Ampla[68], Carlos Lacerda chegou a visitar Pelotas para dialogar com lideranças emedebistas da região. Conforme o *Diário de Notícias*, enquanto a ala liderada por Heuser era contrária ao ingresso do MDB do Rio Grande do Sul na Frente Ampla, o setor de oposição interna colocava-se a favor:

> Caberá, pois, ao sr. Mozart Rocha, em nome de uma ala da bancada chamada a dos "imaturos" defender a entrada do MDB na Frente Ampla.
> Esse ponto de vista deverá ser contraditado pelos seguidores do sr. Siegfried Heuser, que combatem a união, achando que "o MDB é a melhor Frente Ampla que existe". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/08, 1967, p. 5).[69]

Como coloca Pierre Bourdieu, "a política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização". (2011, p. 203). Desse modo, este momento da

[68] Utilizando a leitura fornecida por Maria Kinzo (1988), a Frente Ampla foi um movimento articulado por Carlos Lacerda que procurou construir uma aliança com o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o presidente deposto João Goulart.

[69] Segundo Maria Kinzo (1988), existia dentro do Movimento Democrático Brasileiro dois setores que divergiam sobre a atuação emedebista como oposição. O maior grupo dentro do partido considerava mais coerente uma atuação moderada, dentro desse grupo destacam-se o líder emedebista Oscar Passos em nível nacional e Siegfried Heuser em nível estadual. O outro grupo, que recebeu diversos nomes pela imprensa ao longo do período ditatorial, conhecidos como *imaturos* ou *autênticos*, defendiam uma atuação oposicionista mais agressiva. Conforme pode-se analisar pelas disputas internas dentro do MDB no Rio Grande do Sul, este era o grupo que Heuser enquanto presidente do MDB recebia maiores críticas.

trajetória de Siegfried Heuser a frente do MDB direcionou o político a trabalhar em dois níveis. Por um lado, foram necessárias constantes articulações a fim de fortalecer o setor do partido que apoiava sua permanência como líder da agremiação. Por outro, Heuser esteve mais ativo na reorganização do Movimento Democrático Brasileiro, participando de convenções emedebistas em diversas regiões do estado. Em 1967, cidades como Ijuí e Cruz Alta receberam convenções do partido. Nas convenções, a pauta da adesão ou não na Frente Ampla foi citada.

Cabe ressaltar que, apesar da falta de unanimidade dentro das fileiras do MDB, acerca da liderança de Heuser, o político mantinha uma boa relação com boa parte dos emedebistas. Aproximando-se do final de 1967, quando os partidos começaram a fazer sondagens internas sobre possíveis nomes para a sucessão estadual, "na área do MDB os candidatos preferenciais são os srs. Siegfried Heuser e Floriceno Paixão, mas com 80% de vantagem para o atual presidente da executiva estadual do partido." (DIÁRO DE NOTÍCIAS, 05/11/1967, p. 5). Assim, pode-se entender a inicial preferência por Heuser em dois níveis, primeiramente como uma resposta ao setor do partido que procurava alterar a liderança partidária, no sentido de passar a mensagem de um MDB unido. Em segundo nível como uma opção viável, dados os resultados eleitorais alcançados em 1966 e pela disponibilidade de Heuser para a campanha eleitoral, visto que este não estava vinculado a nenhum mandato.

Assim, os dois últimos anos de década de 1960 foram de intensa movimentação política para Siegfried Heuser. Sem mandato e com uma pressão interna oriunda de um setor de oposição no partido, Heuser procurou ser mais presente nas necessidades dos diretórios municipais. Parte dessa aproximação deve-se ao fato de que estava previsto para o ano de 1968 a realização de eleições municipais. Em um nível mais imediato de articulação,

os emedebistas se movimentaram para as eleições municipais de novembro de 1968. Além dessa questão, começaram a ser publicados na imprensa alguns nomes relativos ao processo sucessório para governador seguinte. No final de janeiro, o nome de Siegfried Heuser já era comentado nos jornais analisados como uma das possibilidades por parte do MDB. Conforme notícia publicada no *Diário de Notícias*:

> Os emedebistas não abrirão mão da candidatura do sr. Siegfried Heuser à sucessão do sr. Peracchi Barcellos em favor da candidatura do sr. Ruy Cirne Lima segundo algumas notícias divulgadas. A alegação dos líderes da oposição é que a candidatura do sr. Cirne Lima, nas eleições indiretas custou aos emedebistas a cassação de mandato de 7 deputados e que o candidato ignorou tal fato e não se integrou no partido. Vão mais longe: dizem que a simples promessa da Suprema Corte afastou o professor muito mais para o lado arenista. A posição dos antigos trabalhistas é de que o seu candidato deve ser integrado no partido, como o é o sr. Siegfried Heuser. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28/01/1968, p. 5).

O que se pode notar a partir da notícia, é que a movimentação de Heuser a fim de manter-se como líder emedebista, frente ao princípio de oposição interna com algumas lideranças no partido, foi organizada com êxito. A força de Heuser dentro dos quadros do partido foi novamente reafirmada na edição de 17 de abril do mesmo jornal, dizendo que "o sr. Siegfried Heuser, é de fato, o "dono do MDB gaúcho", pois mantém total domínio não somente sobre a executiva estadual como também com relação à bancada de deputados, tanto a federal como a estadual." (DIÁRIO NOTÍCIAS, 17/04/1968, p. 5). A possível indicação de Heuser pelo MDB chegou a ser comentada pelo governador Peracchi Barcellos, em 1968. Segundo notícia pulicada no *Di-*

ário de Notícias, em declarações feitas à imprensa, o governador falou, além de frisar nomes arenistas para a sucessão que "referindo-se à sua sucessão, considerou o sr. Siegfried Heuser o nome de maior expressão do MDB" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/06/1968, p. 3). Logo, é possível compreender com base nas notícias reverberadas, que a organização feita por Siegfried Heuser, como presidente emedebista transformou o deputado em uma importante liderança no estado, reconhecida tanto pelo governo quanto pela oposição.

À frente do partido e visando as eleições municipais, Heuser percorreu várias cidades para auxiliar na organização das diretórios municipais e candidaturas pelo interior do estado. Tal postura do político também teve espaço no *Diário de Notícias*, pontuando que:

> O sr. Siegfried Heuser, presidente do MDB do Rio Grande do Sul, passou da palavra à ação, no sentido de uma mobilização geral do partido visando as eleições municipais. O sr. Siegfried Heuser passou a viajar pelo interior, realizar concentrações regionais, a fim de conseguir eleger o maior número possível de prefeitos e vereadores. Os integrantes da oposição acreditam que o partido vencerá em toda a linha e não estão preocupados com pesquisas que estão sendo feitas e que apontam a ARENA como vencedora. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/05/1968, p. 5).

Neste processo de visita à várias cidades[70], quando Siegfried Heuser passou por sua cidade natal, Santa Cruz do Sul, procurou manifestar-se otimista em relação ao pleito de 15 de novembro,

[70] Conforme publicado em variadas edições do *Diário de Notícias*, Heuser passou por diversas cidades, como Bento Gonçalves, Veranópolis, Caxias do Sul (estas três acompanhando de Pedro Simon), Venâncio Aires, Montenegro, Portão, Estância Velha, Passo Fundo, São Gabriel, Cachoeira do Sul, Ijuí, Santo Agostinho, Ajuricaba, Catuípe, Humaitá, Campo Novo, Três Passos, Chiapeta e São Martinho, Erechim, Ibirubá, Cruz Alta, Santo Ângelo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, entre outras.

afirmando que o MDB como maior partido "vencerá as eleições do próximo dia 15, registrando a imensa maioria do eleitorado gaúcho a nosso favor, pois os gaúchos não se submetem e não aceitam a coação, pois somos o estado mais politizado do país." (GAZETA DO SUL, 06/11/1968, p. 1). Apesar da manifestação firme do político, em Santa Cruz do Sul a vitória foi da ARENA, que elegeu Edmundo Hoppe.[71] No estado, o MDB mostrou-se satisfeito com os resultados alcançados, levando em consideração a notícia publicada pelo *Diário de Notícias*, "Heuser diz que o MDB foi o vencedor destas eleições". Na extensa notícia publicada em 07 de dezembro, que reverberou a fala de Heuser na sessão de instalação do seminário de prefeito e vereadores do MDB, ocorrida no Palácio Farroupilha, assinalou que:

> O sr. Siegfried Heuser foi o primeiro orador e disse que o voto livre do povo do Rio Grande do Sul em sua absoluta maioria deferiu a vitória no último pleito ao Movimento Democrático Brasileiro. No seu discurso, depois de situar a posição do partido no cenário estadual e federal fez um retrospecto sobre as origens do MDB, partido formado nosso Estado, principalmente, baseado nos contingentes do antigo PTB. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/12/1968, p. 9).

Dentro do mesmo evento, conforme noticiado pela edição seguinte do *Diário de Notícias*, "os líderes da oposição, irão aproveitar para lançar a candidatura do sr. Siegfried Heuser ao governo do Estado." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/12/1968, p. 5).

Com a promulgação do Ato Institucional n° 5, publicado no DOU em 13 de dezembro de 1968, que "haveria de servir

[71] Conforme os dados presentes na Base da Dados Eleitorais da Unisc, foram candidatos pelo MDB para prefeitura Júlio de Oliveira Vianna e Maximiano Silveira. Pela ARENA os candidatos foram Edmundo Hoppe e Victor Frederico Baumhardt. Com 9.829 votos válidos, Edmundo Hoppe foi eleito prefeito. Para Câmara de Vereadores, dos três vereadores eleitos, 10 foram da ARENA e 3 do MDB.

como base doutrinária e como instrumento punitivo potencial a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado uma ameaça à Revolução e à ordem por ela estabelecida." (KINZO, 1988, p. 120), o Movimento Democrático Brasileiro teve que organizar suas ações em vistas ao poder de censura que o ato institucional poderia executar.

Exemplo dessa situação foi a cassação de 7 deputados estaduais[72] em março de 1969. Visto que o MDB possuía poucas opções de movimento para manifestar-se contrário a arbitrária cassação de mandatos, o partido decidiu não participar da escolha do presidente da Assembleia Legislativa. A ação teve espaço no *Diário de Notícias* na capa da edição de 14 de março, em "MDB protesta não votando e não ouvindo Peracchi", foi colocado que "o MDB gaúcho não vai participar do processo eleitoral para a escolha do futuro presidente da Assembleia Legislativa e tampouco do ato programado para a tarde de sábado, quando o governador Peracchi Barcellos vai ler sua mensagem oficial." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/12/1969, p. 1). O clima de tensão, gerado pelas cassações, causou divergência interna dentro da organização. Um setor dentro do partido era favorável a renúncia de todos os políticos com mandatos legislativos em exercício, como forma de protesto, enquanto outra parcela era favorável a manter a posição vigente, de lutar contra as arbitrariedades dentro do espaço político organizado.

Segundo as publicações do jornal *Diário de Notícias*, o MDB atravessou uma crise interna após as cassações. Na edição de 3 de maio, o partido informou ao jornal que "a bancada do MDB e a executiva estadual não vão mais fornecer Notas Oficiais, logo que sejam anunciadas novas cassações". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/05/1969, p. 5). Cerca de um mês depois, a notícia pu-

[72] Os deputados cassados foram Darcilo Giacomazzi, João Brusa Netto, Lauro Haggemann, Mozart Rocha, Pedro Nunes, Rubem Lang e Terezinha Chaise.

blicada em capa "Crise do MDB nacional pode ser o seu fim", colocava que o MDB do Rio Grande do Sul não havia participado de uma reunião do diretório nacional, visto que para Heuser considerou "que as razões para a reunião são frágeis não resistindo a qualquer análise, pois o encontro terá apenas caráter simbólico". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/06/1969, p. 1). A preocupação emedebista fazia-se necessária devido ao Ato Complementar n° 54[73], de 20 de maio de 1969, que regulava as convenções partidárias.

Contudo, apesar do aparente desânimo de Heuser, o mesmo continuou ativo na agremiação e passada a tensão provocada pelo curto espaço de tempo para a adequação ao Ato Complementar n° 54, o partido começou a organizar sua convenção para eleição da executiva estadual.

Acerca dos resultados da convenção do MDB, a divulgação dos integrantes do diretório estadual emedebista foi feita na edição de 29 de agosto no *Diário de Notícias*. Contudo, conforme Rodrigues (2018), a Convenção para definição da executiva ocorreu em 14 de setembro de 1969. Dos 30 integrantes do diretório, Siegfried Heuser foi naturalmente reeleito presidente da executiva emedebista. Além do político a Executiva possuía a seguinte composição:

TABELA 9. EXECUTIVA DO MDB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1969

Presidente	Siegfried Emanuel Heuser
1° Vice-Presidente	Marcírio Goulart Loureiro
2° Vice-Presidente	Ney Brito
1° Secretário	Lidovino Fanton
2° Secretário	Ivo Sprandel
Tesoureiro	Ayrton Barnasque

Fonte: *Rodrigues, 2018.*

[73] O Ato Complementar n°54 publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio de 1969 era composto de 23 artigos que expressavam regulações as convenções partidárias.

Embora Siegfried Heuser houvesse sido reeleito, sua ação como presidente foi abreviada pouco mais de um mês após a definição da Executiva pelo Diário Oficial da União, de 17 de outubro de 1969, que suspendeu direitos políticos de Heuser por dez anos. A notícia "Heuser e mais treze na lista de Cassados ontem" foi reverberada na capa do *Diário de Notícias* de 18 de outubro. No *Correio do Povo*, a notícia também teve espaço na capa de 18 de outubro com o título "Novas cassações assinadas atingiram Siegfried Heuser". O político foi informado da suspensão de seus direitos políticos pelo rádio. Segundo pronunciamento de Pedro Simon sobre o momento:

> Ele próprio soube da cassação, quando viajávamos, ele e eu, numa velha Kombi de sua propriedade, para a cidade de São Francisco de Paula, onde haveria um comício. Lembro-me bem de que a notícia saiu no rádio pela Voz do Brasil. Ele parou a velha Kombi à beira da estrada e começou a falar da beleza da paisagem: "Olha, Pedro, quantas cores há nessas montanhas! A gente pensa que só existe o verde, mas, quando se olha atentamente, vê-se que são dezenas de tonalidades". Fiquei emocionado, sem entender aquela reação à violência da cassação. Quando percebeu que eu estava com lágrimas nos olhos, ele me disse: "A vida continua, Pedro". E retornamos a Porto Alegre.
>
> A cassação de Siegfried Heuser - uma violência contra o líder mais importante da política brasileira, naquele momento, no sul do Brasil - foi uma grande surpresa para todos nós. Ninguém a esperava. Estou absolutamente certo de que Heuser teve seus direitos políticos suspensos pela Revolução, porque era o melhor quadro do nosso PMDB. Na certa, ele seria o nosso candidato a Governador e com grandes chances de ser eleito. Se havia algo contra ele, certamente seriam as visitas que fez ao Uruguai para conversar com Jango e Brizola, então exilados. Isso, naquela época, era crime. E o nosso amigo Heuser o fez várias vezes. Era uma fonte permanente de diálogo, inclusive de tenta-

> tiva de ligação entre Jango e Brizola, por 14 anos morando em Montevidéu, cunhados e rompidos politicamente. (ANAIS SENADO FEDERAL, 06/12/2002).[74]

A notícia mobilizou toda a agremiação, "os membros da Executiva eleita renunciam aos seus cargos no interior da agremiação em solidariedade ao líder trabalhista" (RODRIGUES, 2018, p. 120). Em Santa Cruz do Sul, cidade natal de Heuser, onde o político foi presidente do Diretório Municipal Petebista por longo período, os vereadores faltaram à sessão da Câmara municipal para deliberarem qual seria a posição do partido e também como forma de protesto. Conforme a edição de 22 de outubro da *Gazeta do Sul*:

> Apesar dos muitos assuntos que deveriam ser apreciados não chegou a ser realizada a reunião da Câmara de Vereadores segunda-feira, por terem comparecido apenas seis vereadores ao recinto da Casa, enquanto três membros da bancada do MDB estavam reunidos na secretaria da administração para decidir sobre qual a posição que o partido oposicionista adotaria em vista da cassação do sr. Siegfried Heuser, santa-cruzense que ocupava a presidência do partido no Rio Grande do Sul. (GAZETA DO SUL, 22/10/1969, p. 1).

Na Assembleia Legislativa o líder da bancada emedebista, Pedro Simon também demonstrou a insatisfação pela cassação de Siegfried Heuser. Em nome dos deputados do MDB, manifestando o pesar da oposição que sentia-se surpresa pelo ocorrido, Simon elogiou Heuser colocando que "Heuser pretendia imprimir uma moderna organização ao partido da oposição, com a criação, por exemplo, de assessorias jurídicas e econômicas.

[74] Heuser era filiado em 1969 ao MDB, apesar do pronunciamento de Pedro Simon mencionar PMDB.

Afirmou que o objetivo do MDB gaúcho não era outro senão o da normalização da vida democrática do país." (CORREIO DO POVO, 22/10/1969, p. 7).

Sem mandato e sem possibilidade legal de concorrer para governador, onde era apontado por considerável parcela de correligionários e da imprensa como a candidatura do MDB para o Piratini, Siegfried Heuser voltou-se à vida pessoal, retornando apenas após a Anistia Política em 1979.

CAPÍTULO 5

O RETORNO DE HEUSER E A SUA ATUAÇÃO POLÍTICA NO RETORNO DO PLURIPARTIDARISMO (1979-1986)

O capítulo procura observar o processo de estruturação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, dando ênfase ao retorno de Siegfried Heuser à política e suas escolhas pela legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Neste capítulo, se pretende explorar os elementos que levaram Heuser a escolher o PMDB, visto que o político possuía ao menos duas outras opções de agremiação partidária. Retornar ao PTB, partido criado por Getúlio Vargas, pois, quando da cisão de Fernando Ferrari com o PTB, no início da década de 1960, apesar da identificação ferrarista, Heuser manteve-se no partido, denotando a importância da agremiação para Heuser. Outra opção seria o PDT de Leonel Brizola, político com quem teve muita proximidade, dada a atuação no governo Brizola à frente da Secretária da Fazenda e posteriormente da Secretária da Economia. Contudo, Heuser optou pelo PMDB, que tinha no Rio Grande do Sul Pedro Simon como maior expoente. Ainda no capítulo, será problematizado a respeito da atuação do político dentro do PMDB, e a campanha eleitoral para o pleito de 1982. Por fim, o último momento dedica-se a analisar a atuação do político como deputado federal no período de 1983-1986, visto que Heuser não chegou a concluir o mandato devido seu falecimento.

Foram quase dez anos longe da esfera política. Heuser esteve com seus direitos políticos suspensos por praticamente todo o período decretado a partir de sua cassação, feita com base no

Ato Institucional n° 5. Nesse meio tempo, conforme citado por Pedro Simon[75], Siegfried Heuser "desenvolveu uma carreira profissional muito bem sucedida nas áreas de contabilidade e de informática, sendo, aliás, um dos pioneiros no uso de computadores no Rio Grande do Sul" (ANAIS SENADO, 06/12/2002)[76]. Em 1979, o processo de reorganização partidária já mostrava divergências internas dentro do partido de oposição, como destaca Kinzo, "1979 iniciava-se com o MDB dividido entre os que defendiam a abertura do leque partidário e os que estavam determinados a dar continuidade ao MDB como única frente oposicionista" (1988, 207). Dentro desse contexto:

> Em junho de 1979, o presidente João Batista Figueiredo enviou ao Congresso Nacional o seu projeto de anistia. Tal medida é passível de ser entendida como uma das estratégias governistas para garantir uma transição segura do Regime Militar para um governo civil, dando continuidade à política da distensão inaugurada no governo de Ernesto Geisel. O envio do projeto pode ser também encarado como uma resposta à intensa pressão de setores políticos e da sociedade civil para que fosse concedida a anistia. Essa pressão vinha sendo exercida desde 1975 pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e, a partir de 1978, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), em conjunto com outras entidades organizadas ou reorganizadas naqueles anos. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) também levantava a bandeira da anistia. (RODEGHERO, 2009, p. 132).

[75] Após o falecimento de sua esposa, Siegfried Heuser casou em segundas núpcias com Alice Simon, irmã de Pedro Simon. No período em que Heuser retorna a política estes já eram cunhados.

[76] Complementa-se a esta informação que, segundo a justificativa do Projeto de lei n°59/L/2000 do município de Santa Cruz do Sul, Siegfried Heuser montou uma empresa de informática em Porto Alegre. Infelizmente não foi possível identificar o nome da empresa. O projeto de lei encontra-se disponível em: http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/projeto-59-l-2000-23048. Acesso em: 30 jun. 2019.

Com a lei n° 6.683, de 28 agosto de agosto de 1979, conhecida como "lei da anistia"[77] Heuser teve a revogação da suspensão de seus direitos políticos, podendo assim retornar ao meio político.

5.1. A VOLTA PARA O MDB E A ESCOLHA PELO PMDB

Foi dentro desse contexto que Siegfried Heuser retornou ao cenário político, filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro. Conforme a notícia intitulada, "Siegfried Heuser pede união das oposições ao se filiar ao MDB", publicada na edição de 04 de setembro de 1979 do *Correio do Povo*, Heuser filiou-se ao MDB em 03 de setembro de 1979. Em seu primeiro pronunciamento na volta, o político adotou o posicionamento da unidade partidária do Movimento Democrático Brasileiro como partido de oposição ao regime:

> Ao recuperar seus direitos políticos com a anistia e ontem se filiar ao MDB, Siegfried Heuser, o último presidente regional do PTB e o primeiro dirigente do MDB gaúcho, disse que "Brizola faria melhor se entrasse para o MDB como fará Miguel Arraes", acrescentando achar "perigoso fracionarmos as oposições, pois é elementar que isso a enfraquece."
> Siegfried Heuser tem dúvidas de que hoje o PTB pudesse sensibilizar a opinião pública "como sensibilizou ao tempo de Vargas, João Goulart, e a presença dinâmica de inúmeros líderes políticos", entendendo que "o MDB comprovou em todos os sentidos que está à altura de sua missão". (CORREIO DO POVO, 04/09/1979, p. 16).

A solenidade de filiação de Heuser foi presidida por seu cunhado e uma das principais lideranças emedebistas no Rio

[77] A lei foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de agosto 1979.

Grande do Sul, o então senador Pedro Simon. Na ocasião, Simon enalteceu o trabalho desenvolvido por Heuser durante os anos em que esteve à frente da agremiação, dado o contexto de perseguições e arbitrariedades cometidas pelo regime. Na mesma notícia, nota-se que Heuser complementa sua fala inicial com a posição de unidade das oposições:

> Siegfried Heuser destacou em seu pronunciamento que sua filiação ao MDB tinha o sentido de homenagear aos que o sucederam, "enfrentando todas as perseguições e empecilhos com muito mais determinação, sabedoria e denodo. Mas representa, sobretudo, afirmou, "um apelo para que os oposicionistas, com a mesma tenacidade que os uniu no infortúnio, saibam nesta hora manter a grandeza descobrindo o caminho da unidade das oposições".
> "Que entendam, prosseguiu, que eventuais divergências se reduzem a quase nada, diante do que temos que buscar em comum. O que custa um pouco de transigência para que continuemos unidos na busca dos mesmos ideais, para que saibamos corresponder aos anseios da Nação, do reencontro do Brasil com seu destino democrático?" (CORREIO DO POVO, 04/09/1979, p. 16).

A volta de Siegfried Heuser também foi destacada no jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*. Na reportagem, alusiva ao retorno do político, faltando dois meses para completar os 10 anos de afastamento, a pauta de maior destaque foi a manutenção da unidade partidária e a visão de Heuser sobre a volta ao MDB. A reportagem pontuou que "apesar de ter seu nome cogitado para participar do próximo diretório regional do MDB, que será eleito em outubro, Siegfried Heuser garante que não pretende voltar à política ativa, dizendo que "cumpri o meu papel, e o meu tempo passou"." (GAZETA DO SUL, 06/09/1979, p. 16). Na reportagem, quando perguntado sobre o momento de volta de diversos

líderes e a possibilidade de reorganização dos partidos políticos, Heuser afirmou que:

> O MDB, na sua opinião, "cumpriu com sua missão, pelo menos a seção gaúcha". Concorda que o partido tem que se reformular para continuar existindo e aponta como modelo de atuação aos dirigentes nacionais o do diretório do Rio Grande do Sul. Embora reconheça o direito do PTB de ressurgir, acha que isso só deveria acontecer no caso de extinção do MDB, "para que o PTB nasça do MDB, como em 66 o MDB nasceu do PTB". (GAZETA DO SUL, 06/09/1979, p. 16).

Com base nos jornais do período, o que se percebe é que o MDB do Rio Grande do Sul procurou se articular rapidamente para a organização de um novo diretório, contando nessa situação com lideranças que retornaram aos quadros da agremiação após a anistia. Em 16 de setembro de 1979, conforme o *Correio do Povo*, menos de 15 dias após Heuser retornar ao MDB, já estava sendo articulado um novo diretório estadual do MDB, em face da convenção estadual do partido, que ocorreria no mês seguinte. Segundo a publicação:

> Foi registrada na sexta-feira a chapa única, que deverá ser eleita para o diretório regional do MDB em convenção estadual marcada para o dia 14 de outubro. O novo diretório tem algumas alterações, com a inclusão de todos os setores representativos, não faltando trabalhistas e ex-cassados, como Siegfried Heuser, primeiro presidente do partido que retorna possivelmente para integrar o último diretório. (CORREIO DO POVO, 16/09/1979, p. 7).

Apesar de Heuser integrar o último diretório do MDB no Rio Grande do Sul, o político não fez parte da executiva estadual da agremiação. A presidência do partido continuou nas mãos

de Pedro Simon, que já liderava os emedebistas rio-grandenses desde 1969, quando Heuser fora cassado. A última executiva ainda tinha como segundo vice-presidente Armando Temperani Pereira, amigo pessoal de Siegfried Heuser e um dos responsáveis pelo ingresso do político nos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro na década de 1950.

No que discorre sobre a reforma partidária, Kinzo coloca que:

> Embora legalmente dissolvidos, nem a ARENA nem o MDB desapareceram de fato após a reforma partidária. Ansiosa por se ver livre de sua sigla impopular, a ARENA mudou seu nome para Partido Democrático Social - PDS. Inversamente, a imagem popular de MDB, a "sigla mágica", determinava o simples acréscimo da palavra "partido" ao nome original, como exigia a nova lei. Surgiu, assim o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PDMB. O leque partidário rapidamente se ampliou com a criação de quatro outros partidos políticos em 1980: O Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da ARENA e moderados do MDB, sob a liderança de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, para representar as forças liberal-conservadoras; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado por sindicalistas sob a liderança de Luís Ignácio da Silva (Lula) que, juntamente com alguns setores de esquerda, pretendia organizar um autêntico partido da classe trabalhadora. A tentativa dos seguidores do antigo PTB de ressuscitar seu partido resultou em um racha dos trabalhistas e na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), montado por Ivete Vargas, que conseguiu herdar a velha sigla do PTB após uma longa disputa com o grupo de Brizola. (1988, p. 208-209).

Acerca da escolha de Heuser por permanecer no partido que deu continuidade ao Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, o político forneceu uma entrevista para a *Gazeta do Sul*,

em que discorreu sobre diversos pontos, dentre eles a escolha pelo PMDB. Quando perguntado sobre o motivo de ter escolhido, o político respondeu:

> Em verdade, não estou mudando. Continuo com os mesmos ideais libertários que inspiram as grandes conquistas sociais de Vargas e Pasqualini, e a obra dos maiores da nossa história antes de 1930. Tudo isso gerou as forças para a histórica resistência ao arbítrio que a chamada revolução de 1964 implantou no país. Sem medos nem receios, mas também sem revanchismo, o MDB forçou a atual abertura, juntamente com os grandes valores da nacionalidade, trabalhadores das cidades e dos campos, clero, profissionais liberais, sindicatos e entidades de toda a ordem, a mulher, os jovens, mostrando-se à altura de suas grandes possibilidades. Pois esse mesmo MDB, a mesma estrutura humana, principalmente dos primeiros tempos de arbítrio, essa mesma estrutura continua intacta, com a mesma responsabilidade, sem medos nem receios, sem revanchismos. Devo continuar no MDB, com o PMDB. Sua estrutura tem do povo uma extrema confiança, uma extrema confiabilidade, pois foi forjada na resistência e na boa luta do dia a dia, em pleno campo de batalha. (GAZETA DO SUL, 08/03/1980, p. 14).

Quando perguntado sobre a tentativa de reorganização do PTB, liderada por Leonel Brizola, Siegfried Heuser procurou dar um tom mais político a sua resposta:

> o ex-governador Brizola parece guardar as mesmas características de 15 anos atrás, quando procurou o exílio. Somente a história julga com serenidade a atuação dos homens públicos. A história dirá se foram certos os caminhos que tomou o sucedâneo do PTB de 1964. (GAZETA DO SUL, 08/03/1980, p. 14).

Apesar de não gerar nenhum atrito em sua resposta, pode-se perceber que Heuser não estava de acordo com a organização de um novo partido ou a reorganização da legenda petebista, onde participou juntamente com Brizola. Destaca-se que, apesar de improvável, quando perguntado sobre uma possível união entre Leonel Brizola e Pedro Simon, Heuser colocou que:

> O Rio Grande tem dado exemplos históricos de unidade quando os seus filhos põem em plano superior os grandes interesses da nação. Os nossos maiores, depois de confrontos armados, em 1893 e 1923, por exemplo, uniram-se em 1930, para a grande arrancada libertária. Por que, em 1980 ou depois, os mesmos grandes exemplos não poderão ser repetidos? (GAZETA DO SUL, 08/03/1980, p. 14).

Dentro dessa conjuntura de reorganização partidária foi formada a primeira executiva do diretório peemedebista no Rio Grande do Sul. Na formação da executiva, Pedro Simon, que fora o principal líder do MDB ativo na política durante a década de 1970, tornou-se presidente da agremiação. Siegfried Heuser ainda que passados quase dez anos com seus direitos políticos cassados – visto que a Lei da Anistia ocorreu faltando dois meses para completar dez anos de afastamento do político – compôs a executiva como 1° Vice-Presidente do partido, mostrando que, apesar do longo período afastado, o mesmo possuía considerável prestígio com seus correligionários. Tal posição foi muito relevante para Heuser como um dos elementos que auxiliou na estruturação do partido no estado, visto que sua posição permitia que o mesmo articulasse diversas relações a fim de organizar o partido, já que, como discorre Bourdieu "o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de

seu partido" (2011, p. 204). Ademais, a executiva do PMDB no estado ficou assim constituída:

TABELA 10. EXECUTIVA DO PMDB DO RIO GRANDE DO SUL ELEITA EM 1980

Presidente	Pedro Simon
1° Vice-Presidente	Siegfried Emanuel Heuser
2° Vice-Presidente	Cesar Schirmer
Secretário Geral	Rospide Neto
1° Secretário	Paulo Ziulkoski
Tesoureiro	Alcides Saldanha
Vogal	Nivaldo Soares
Vogal	Tereza Noronha

Fonte: *Rodrigues, 2018.*

No processo de estruturação dos diretórios do PMDB pelo estado, Heuser deu maior ênfase à formação dos diretórios em suas bases eleitorais, sobretudo em Santa Cruz do Sul, procurando unir o maior número possível de líderes regionais nos quadros peemedebistas. A estruturação do partido começou nos primeiros meses de fevereiro e teve um longo período de entendimento com diversos políticos da região. Destacada na *Gazeta do Sul*, Siegfried Heuser fez diversas viagens procurando a filiação de lideranças ao partido:

> No último fim de semana, esteve em Santa Cruz do Sul o ex-deputado estadual Siegfried Heuser, último presidente do PTB gaúcho e, atualmente, militando nas fileiras do PMDB sucedâneo do MDB, oportunidade em que o mesmo manteve diversos contatos com políticos locais objetivando a estruturação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro nesta cidade e região.
> Dos encontros, que contou com a presença do deputado Ivo Mainardi, resultou a formação de uma Comissão Provisória do Partido, integrada por Elemar Gruendling, Rubem Kaempf, Paulo Rauber e

> Roberto Kuenzel, que terá como objetivo principal organizar o PMDB em Santa Cruz do Sul. Além dos políticos acima, o PMDB já conta, nesta cidade com a adesão dos vereadores Lauro Froemming e Glória Jacobus, além de vários outros líderes, tanto na cidade como do interior. (GAZETA DO SUL, 28/02/1980, p.12).

Em 1980 a prioridade de Siegfried Heuser foi a criação e organização dos diretórios do partido no estado. A rápida estruturação seria um fator considerável para a principal pauta de 1981, a organização das candidaturas em vista das eleições de 1982. Pode-se afirmar que, ao menos desde o primeiro trimestre de 1981, as articulações para as eleições do ano seguinte estavam sendo feitas. Falando para a imprensa de sua região sobre o possível candidato ao governo do estado pelo PMDB, o político pontuou:

> Para Heuser, não há outra candidatura viável ao Governo do Estado, em 1982, que não seja a do senador Pedro Simon, que reúne o consenso unânime do povo do Rio Grande do Sul. "Simon, que é meu discípulo e que foi a pessoa escolhida para liderar o ex-MDB, quando de minha cassação em 1969, mostrou-se a altura dos companheiros e hoje é o presidente do PMDB e o secretário nacional do partido." (GAZETA DO SUL, 12/03/1981, p. 1).

Tal fala é importante em mais de um nível. Se por um lado Heuser coloca Pedro Simon como uma das principais lideranças de oposição no estado, com reconhecimento em nível nacional, por outro, o político utiliza a palavra "discípulo" para descrever Simon. Igor Grill, quando discorre sobre a rede de parentescos nas lideranças trabalhistas, coloca que Simon "inseriu-se na rede de lideranças próximas a Pasqualini, contou com o "parentesco por aliança" com Siegfried Heuser (seu cunhado), consolidou-se

como liderança partidária estadual e tornou-se um dos principais quadros do MDB e do PMDB em âmbito estadual e nacional." (2004, p. 230).

Logo, a fala de Heuser, além de auxiliar para a compreensão dos motivos que faziam o mesmo apoiar Pedro Simon para governador, também reforça sua motivação pelo PMDB e reverbera, em certa medida, na configuração da executiva do partido, com Pedro Simon de presidente e Siegfried Heuser como 1° Vice-presidente. Ainda na mesma exposição feita ao jornal santa-cruzense, o político pontuou a visão que tinha sobre sua atuação nas eleições do ano seguinte:

> A minha missão, agora, é ajudar aqueles que contribuíram para redemocratização. Minha aspiração é que o Rio Grande do Sul seja entregue a mãos hábeis, capazes e honestas, que não exponham o Estado a vexames e fracassos, mas que restituam ao Rio Grande a posição de liderança que sempre teve na Federação. Se o momento exigir, serei candidato a vice-governador ou a qualquer outra função, menos a deputado, pois esta é uma etapa que já deixei para trás. (GAZETA DO SUL, 12/03/1981, p. 1).

Com base nestas análises, Heuser esteve ligado no ano de 1981 em ações internas do partido, visando a escolha dos candidatos para as eleições de 1982. Foi dentro desse contexto que coordenou o plano do candidato peemedebista para governador do estado e foi candidato para deputado federal.

5.2. AS ELEIÇÕES DE 1982

A eleição de 1982 foi o último pleito em que Siegfried Heuser concorreu. Ela também se constituiu de maneira singular,

visto que, nesta eleição o deputado esteve mais focado na elaboração do plano de governo do candidato a governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Pedro Simon, do que em sua própria campanha eleitoral para a Câmara Federal.

Cabe pontuar que, em 1981 houve um apelo de lideranças regionais do Vale do Rio Pardo para que Heuser concorresse com Pedro Simon para o governo do estado, como vice-governador. A possibilidade, que já havia sido aventada em março de 1981, foi oficializada por parte dos diretórios do Vale do Rio Pardo, de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires. Na convenção que ocorreu em julho de 1981, tendo como principal objetivo lançar a candidatura de Pedro Simon para governador do estado, o diretório santa-cruzense manifestou da seguinte maneira:

> O PMDB de Santa Cruz do Sul, na Convenção Extraordinária do partido, realizada domingo em Porto Alegre, lançou o nome do santa-cruzense Siegfried Heuser para ser o candidato a vice-governador nas próximas eleições. A agremiação local esteve representada na Convenção por seu presidente Rubem Kaempf, vice Paulo Rauber, secretário Adail Gonzaga Fernandes e ainda por Avelino Mainardi, que é membro do Diretório. A moção foi apresentada em conjunto com o PMDB de Venâncio Aires. (GAZETA DO SUL, 07/07/1981, p. 1).

Apesar da indicação por parte dos diretórios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, a articulação não chegou a ser efetivada, visto que Siegfried Heuser concorreu para deputado federal no pleito. O nome indicado para vice-governador pelo PMDB foi uma das lideranças do partido, o político Odacir Klein.

Sobre a desistência de Heuser, esta foi noticiada no início de 1982 na *Gazeta do Sul*. Na reportagem, os integrantes do PMDB de Santa Cruz do Sul se colocaram como surpresos com

a desistência, posto que, pensando na política santa-cruzense, seria uma oportunidade de ter um conterrâneo nos espaços de decisão do governo estadual. O jornal também colocou que:

> As notícias da desistência de Heuser transpiraram em Porto Alegre, mas ainda não foram confirmadas pela direção do partido. Ele teria desistido de disputar as eleições de 82 em razão da preferência que dá a outras atividades dentro do partido onde, inclusive, será o principal estruturador do Governo Simon, não apenas na campanha como também no caso do candidato peemedebista ser vitorioso em 15 de novembro.
> Apesar de não representar nenhum problema interno que a tenha determinado, a decisão de Heuser vai gerar impasse no PMDB, pois a sua candidatura era a chave peemedebista para atrair os votos trabalhistas, necessários a Pedro Simon na disputa direta com Alceu Collares, do PDT. (GAZETA DO SUL, 23/01/1982, p. 5).

Apesar da reportagem colocar a importância da candidatura de Heuser como vice-governador para pleitear os votos trabalhistas, não é possível mensurar o impacto dos números na votação. Ainda que Siegfried Heuser fosse, no período anterior ao golpe de 1964, uma das lideranças trabalhistas no estado, os votos recebidos nas eleições que disputou eram oriundos na maior parte de zonas de colonização germânica no estado, como as cidades de Santa Cruz do Sul e Sobradinho ou de produção agrícola, como Cachoeira do Sul. Nos anos finais do PTB, o grupo que Heuser liderava, denominado por Igor Grill (2017) como "linha mais branda do PTB", divergia de outro grupo interno do partido com maior ligação a Leonel Brizola. Essas divergências estiveram presentes durante a organização e anos iniciais do MDB, sendo considerado um dos motivos para a não eleição de Heuser para o Senado em 1966. No período de rearticulação dos partidos políticos, esses grupos se organizaram entre PMDB e

PDT. Logo, pensando na perspectiva de transferências de votos, a ideia de que Heuser poderia capitanear votos trabalhistas só se aplicaria para os votos trabalhistas no interior do estado, com maior ênfase nas zonas agrícolas e de colonização.

Assim, Siegfried Heuser aceitou concorrer para o cargo de deputado federal, de acordo com entrevista cedida à *Gazeta do Sul*, "não era minha intenção concorrer nestas eleições, mas como não surgiu nenhum outro nome que unisse tanto como o meu, não puder negar-me e vou disputar o pleito." (GAZETA DO SUL, 17/04/1982, p. 5). Sobre os números que poderia alcançar no pleito, o candidato afirmou que "Acho que tenho condições de repetir as votações que consegui no tempo do PTB - pois abraço uma sigla que representa a verdadeira oposição." (GAZETA DO SUL, 17/04/1982, p. 5).

Analisando a campanha, em nível estadual, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro procurou alinhar as campanhas eleitorais de seus candidatos nos diversos níveis. Conforme a notícia "Estratégia peemedebista" do *Correio do Povo* de 08 de agosto de 1982:

> Ao finalizar ontem o processo das convenções municipais, com a realização de 10 convenções, o PMDB gaúcho inicia esta semana uma nova etapa na campanha política às eleições de novembro. Amanhã, a executiva regional do partido se reúne e definirá as datas dos três seminários que o PMDB fará com todos os seus candidatos. Os seminários serão realizados, separadamente, com os candidatos a vereador, prefeito e deputado. (CORREIO DO POVO, 08/08/1982, p. 8).

A proposta dos seminários era alinhar o discurso de campanha dos candidatos, visto que, nesta eleição para governador do estado, o PMDB utilizou a estratégia do voto útil[78], e ajustar

[78] O voto útil dava destaque a força oposicionista, que estaria aglutinada em torno

os últimos pontos referentes ao processo de registro dos candidatos que se encerrava em 17 de agosto de 1982. Sobre as candidaturas, o PMDB sorteou o número dos candidatos em 16 de agosto de 1982, conforme publicado no *Correio do Povo*, "o sorteio aconteceu ontem, em reunião do diretório regional peemedebista no plenarinho da Assembleia Legislativa." (CORREIO DO POVO, 17/08/1982, p. 8). Segundo informação obtida na notícia, Siegfried Heuser concorreu para deputado federal com o número 523.

Sobre o plano de governo de Pedro Simon, coordenado por Siegfried Heuser, nota-se que uma versão preliminar foi elaborada ainda em agosto, primeiro mês da campanha eleitoral, sendo o PMDB o primeiro partido a apresentar a proposta para o eleitorado naquela campanha. Segundo o *Correio do Povo*, o documento de 144 páginas, elaborado por cerca de 50 técnicos coordenados por Heuser, procurou analisar a situação do Brasil e do Rio Grande do Sul no período, apontando 14 pontos que careciam de correções no estado:

> a redução acentuada do ritmo de crescimento da economia gaúcha nos últimos cinco anos; o crescimento constante do déficit orçamentário e do endividamento público do Estado, derivado do êxodo rural para outros Estados, com as consequentes transferências de capital e capacidade produtiva; a subordinação das atividades produtivas do Rio Grande do Sul à hegemonia das regiões dinâmicas da economia brasileira, do que derivou o menor crescimento relativo da economia gaúcha; o esvaziamento político do estado por força da concentração de poderes no executivo federal da inevitável falta de representatividade e de legitimidade

do maior partido de oposição (PMDB). Em linhas gerais, essa tática procurava colocar o PMDB como o partido com maiores chances de vitória no pleito. Sob esta lógica, votar em outro candidato oposicionista (como do PDT, no caso do Rio Grande do Sul) não contribuiria para a vitória da oposição, logo votar no PMDB era considerado um "voto útil".

> dos governadores nomeados.
> A subordinação da produção agrícola à política de exportação definida a nível federal com a consequente tendência à transformação do "celeiro do Brasil" em base territorial de uma monocultura de exportação; o enfraquecimento financeiro do estado em decorrência da concentração tributária a nível federal; a persistência de um elevado número de pequenas propriedades (até 10 hectares) inviáveis dentro da atual estrutura de produção e da tecnologia atualmente utilizada no Estado; a persistência de grandes propriedades subaproveitadas e, consequentemente, de baixíssima produtividade econômica; o atraso tecnológico das indústrias tradicionais do Estado e, consequentemente, perda de competitividade de seus produtos, não apenas no mercado nacional, mas no próprio mercado estadual; as expressivas perdas do controle acionário de empresas privadas rio-grandenses, seja para grandes empresas multinacionais, seja para grandes grupos econômicos do centro do país; o retrocesso aberto no desempenho do setor educacional caracterizado pela diminuição de matrículas, de prédios escolares, de merenda e pela má remuneração dos professores; a omissão do poder público no desenvolvimento da vida cultural do Estado; e a mediocridade administrativa na gestão pública. (CORREIO DO POVO, 27/08/1982, p. 8).

Para lidar com a vastidão de problemas salientados no Plano de governo peemedebista, a plataforma do PMDB trazia 20 pontos de "programas prioritários" que deveriam nortear o trabalho de Pedro Simon, caso eleito. Segundo a notícia, os pontos salientados eram:

> agilização e moralidade do setor público, revitalização das finanças do Estado, valorização do funcionalismo público estadual, reativação do emprego e elevação do poder aquisitivo da população, escolarização e assistência alimentar à infância, amparo ao menor abandonado e ao idoso, extensão do serviço de prevenção da doença e de aten-

> dimento médico, melhoria das condições habitacionais da periferia urbana, estímulo à difusão da cultura, defesa dos direitos e da segurança do cidadão, valorização do trabalho e fortalecimento dos sindicatos, acesso à terra aos agricultores, aumento da produtividade e diversificação agrícola, intensificação do processo de industrialização do estado, aproveitamento do potencial energético do carvão mineral e da biomassa, racionalização do transporte, armazenagem e abastecimento, defesa do ambiente natural e combate à poluição, desenvolvimento tecnológico e científico, fortalecimento do cooperativismo e apoio e sustentação do poder municipal. (CORREIO DO POVO, 27/08/1982, p. 8).

Apesar da construção, seria um desafio muito grande alcançar os trechos destacados do plano de governo de maneira prática. A produção do documento, aliás, foi motivo de discordância interna no partido. A mesma notícia publicada no *Correio do povo*, salientou que o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do PMDB, afirmou em nota que havia se retirado do seminário sobre o plano de governo, alegando uma desconsideração com que foram recebidos os apontamentos feitos pelos membros do IEPES. Logo, se percebe que o documento não era uma unanimidade dentro da agremiação.

As divergências acerca da estruturação do plano de governo ainda reverberaram no *Correio do Povo*, na edição de 08 de setembro de 1982. Na oportunidade, as notícias voltadas ao plano de governo forneceram mais informações sobre a diferença nos pensamentos do grupo de técnicos, coordenado por Siegfried Heuser e dos membros do IEPES, visto que:

> A divergência entre estes dois setores do partido refere-se, principalmente, às prioridades definidas na plataforma de governo. O grupo liderado por Siegfried Heuser, vice-presidente do partido, elegeu 20 prioridades, enquanto o IEPES entende que

> devam ser adotadas 14 prioridades de governo. O IEPES critica também algumas das propostas específicas do projeto e queixa-se de não ter visto suas posições debatidas amplamente. (CORREIO DO POVO, 08/09/1982, p. 8).

A fim de encontrar uma solução para o empasse o candidato peemedebista, Pedro Simon afirmou que o documento ficaria permanentemente aberto, sendo possível modificá-lo no decorrer do mandato. Sobre o assunto, a manifestação de Heuser também teve espaço nas páginas da mesma edição do periódico, sob o título "Heuser analisa as vinte prioridades". A publicação salientou que:

> Para o vice-presidente regional do PMDB, Siegfried Heuser, coordenador do grupo de trabalho que elaborou o plano de governo, "é irrelevante o número de prioridades da nossa plataforma. Todas as prioridades serão atacadas na proporção direta dos recurso de que poderemos dispor para governar."
> Mesmo que nestas 20 prioridades exista um coeficiente utópico, explicou, as metas poderão ser todas atingidas na medida em que for devolvida ao Estado a sua autonomia federativa.
> Heuser revelou que a elaboração do documento preliminar do plano peemedebista partiu da tabulação das respostas que foram dadas aos dez mil questionários que o partido distribuiu aos mais diferentes setores da sociedade. "Nós buscamos um consenso entre todas as propostas que recebemos", afirmou. (CORREIO DO POVO, 08/09/1982, p. 8).

Definida a questão da plataforma de governo, se percebe que Siegfried Heuser fez viagens pelo interior do estado em campanha eleitoral, acompanhado do candidato a governador e cunhado Pedro Simon. Diferentemente da última eleição que havia participado em 1966, quando Heuser concentrava um capital

político de maior recepção que Pedro Simon, em 1982, o senador e candidato peemedebista ao governo possuía um prestígio maior que Siegfried Heuser, construído, em certa medida, com o auxílio da imagem de Heuser, visto que Simon assumiu a liderança do MDB após sua cassação em outubro de 1969. Assim, a campanha para deputado federal foi construída em caravanas junto com os candidatos peemedebistas. No jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*, foi publicado um extenso anúncio de campanha, colocando trechos da trajetória política de Heuser até o período. No anúncio publicado "O Vale do Rio Pardo na Câmara dos Deputados com Siegfried Emanuel Heuser", foi descrito:

> Natural de Santa Cruz do Sul, onde completou o curso secundário no Colégio Mauá.
> Graduado em Ciências Contábeis e Atuarias pela PUC e em Ciências Econômicas e em Administração de Empresas pela UFRGS, onde exerceu magistério.
> Ainda acadêmico, fundador da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, da qual foi Presidente.
> Conselheiro do Conselho Regional de Economistas Profissionais por 7 anos.
> POLÍTICO, exerceu mandato parlamentar por 4 legislaturas, na Assembleia Legislativa do Estado, com atividade intensa de Plenário e em Comissões Técnicas. Presidiu as Comissões de Finanças e Orçamento, de Desenvolvimento Econômico, de Educação e Saúde e de Organização do Código de Contabilidade Pública do Estado. LÍDER de Bancada PTB e MDB.
> Último Presidente do PTB e o primeiro Presidente do MDB, condição na qual foi cassado em outubro de 1969, pelo AI 5.
> SECRETÁRIO DE ESTADO dos Negócios da Fazenda e dos Negócios da Economia. Entre outras medidas de profundo avanço nas estruturas administrativas e de integração com usuários, em sua gestão foram criadas a Caixa Econômica Estadual e o BRDE.

> Cumprida a suspensão de seus direitos políticos, retornou em 1979 à vida pública, como Vice-Presidente do PMDB e Coordenador do Plano de Governo do Senador Pedro Simon.
> Concorre a DEPUTADO FEDERAL, oferecendo esse passado de efetivas realizações e seriedade.
> Na Câmara Federal, além da pregação prioritária da Constituinte, dará atenção imediata à Reforma Tributária que restabeleça aos Estados Membros da Federação e aos Municípios sua autonomia política, administrativa e financeira.
> O Desenvolvimento Econômico, com sua geração de novos empregos, deve significar bem estar social e respeito ao equilíbrio ecológico, cuidado que exige legislação adequada e efetivamente protetora.
> DEPUTADO FEDERAL HEUSER N° 523. (GAZETA DO SUL, 11/11/1982, p. 11).

O único anúncio publicado no jornal destacou elementos presentes no decorrer da trajetória de Heuser, procurando legitimar o voto do eleitorado e até mesmo apresentar o político novamente, visto que o mesmo esteve afastado por dez anos de vida pública. Além disso, colocou os elementos que o candidato procuraria explorar enquanto deputado federal. Destes, foram salientados a luta pela Constituinte, uma reforma tributária que viabilizasse maior autonomia aos estados e municípios e o desenvolvimento sustentável, respeitando o equilíbrio ecológico. Esta última, uma pauta diferente das que marcaram a trajetória do político até então.

Acerca dos resultados eleitorais para governador do estado, o candidato eleito foi o representante do PDS Jair Soares, que teve como Vice-Governador Cláudio Strassburger. Por uma pequena margem, os candidatos peemedebistas Pedro Simon e Odacir Klein não chegaram ao Piratini. Os candidatos do PDS alcançaram 1.294.962 votos, superando os 1.272.319 votos dos peemedebistas, sendo eleitos por uma diferença de 22.643 votos.

Sobre os resultados de Siegfried Heuser no pleito, os números alcançados mostram que, apesar dos anos afastados da vida política, Heuser continuou a ter força em suas principais bases eleitorais, sobretudo nas cidades que se dedicavam à fumicultura. Essa questão fica mais evidente conforme analisamos a proporção dos votos, recebidos em alguns municípios que trabalham com o cultivo do fumo no estado.

Siegfried Heuser foi eleito deputado federal pelo PMDB com 46.572 votos[79]. Das 10 cidades que mais contribuíram com votos para a eleição de Heuser, apenas Porto Alegre e Rio Pardo não são de colonização germânica, contudo, a cidade de Rio Pardo também possui a fumicultura como atividade agrícola. Nestas cidades, ainda que o número de eleitores não fosse tão alto, Heuser recebeu uma votação proporcionalmente razoável. Em sua cidade natal, Santa Cruz do Sul, o político obteve 14.234 votos (30,34%), em Porto Alegre 5.099 votos (0,89%), em Sobradinho 4.066 votos (32,64%), Venâncio Aires 2.486 votos (9,59%), em Arroio do Tigre 2.450 votos (34, 36%), em Candelária 2.152 votos (16,74%), em Rio Pardo 2.149 votos (9,02%), em Agudo 2.131 votos (28,43%), em Vera Cruz 1.996 votos (28,77%) e em Feliz 982 votos (11,96%).[80]

De acordo com os dados, se nota que, apesar de quase uma década afastado do espaço político, Siegfried Heuser ainda possuía um capital político considerável, concentrado sobretudo em suas bases eleitorais, nos municípios de colonização germânica e com a cultura do fumo. Essa força eleitoral foi essencial para sua eleição como deputado federal pelo PMDB. Considerando a renovação política no período em que o mesmo esteve afastado e a

[79] Resultados obtidos em consulta feita no site do Tribunal Superior Eleitoral.

[80] Dados obtidos no Banco de Dados Eleitorais do Nupergs. A porcentagem em parênteses refere-se ao percentual que a votação de Heuser alcançou com base nos votos totais válidos no município. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, Heuser alcançou 30,34% dos 100% de votos válidos para deputado federal no município.

campanha articulada, concomitante à elaboração da plataforma de governo de Pedro Simon, se pode afirmar que os números alcançados no pleito foram satisfatórios. Heuser, em fala cedida à *Gazeta do Sul,* considerou que sua votação foi "uma homenagem de sua região" (GAZETA DO SUL, 24/11/1982, p. 10).

5.3. OS ANOS NA CÂMARA FEDERAL

A legislatura que se iniciou em 1983 foi a primeira de Siegfried Heuser em esfera federal. Entre 1951 e 1967, respectivamente o início e o fim das legislaturas em que Heuser fora eleito deputado estadual, o político legislou no Rio Grande do Sul. Nas eleições de 1966 houve a possibilidade de atuar no Senado, porém, como único candidato emedebista, não alcançou o maior número de votos, sendo derrotado pelo trio de candidatos arenistas no pleito.

Antes mesmo de tomar posse na Câmara Federal, Heuser lançou alguns apontamentos sobre o governo, conforme a edição de 04 de janeiro de 1983 do *Correio do Povo*. Em entrevista cedida ao jornal, foi pontuado que, segundo a visão de Heuser:

> A falta de confiança no governo e o descrédito nos homens responsáveis pela política econômico-financeira são aspectos mais graves na busca de uma solução para a crise que o Brasil enfrentará neste ano, na opinião do deputado Siegfried Heuser (PMDB). O ex-secretário da Fazenda e da Economia observa que inclusive a chamada classe conservadora perdeu a confiança, o que ele constata nos violentos pronunciamentos dos representantes da indústria e do comércio. (CORREIO DO POVO, 04/01/1983, p. 8).

Na entrevista, Heuser fornece uma importante informação para o estudo e análise de sua trajetória política neste momento. Uma das questões feitas pelo jornal se referia às ações que Siegfried Heuser poderia fazer retornando a esfera política, agora como deputado federal. Em resposta, Heuser, advogando pela representatividade do legislativo, afirmou que:

> Eu creio que nós devemos fazer um retorno criterioso ao período em que o Congresso efetivamente dispunha de força de representatividade no destino das coisas. Por exemplo, o que se retirou de poderes do Congresso passando ao Executivo que começou a legislar através de resoluções de decretos-leis, de decisões que ficaram ao exclusivo critério, hoje, de quatro pessoas - Delfim Netto, Carlos Langoni, Ernane Galvêas e Osvaldo Collin. Eles decidem sobre alíquotas, isenções, cargas tributárias, imposto de renda. E as decisões tem sido invariavelmente no sentido de onerar o contribuinte, vale dizer, onerar também o consumidor. (CORREIO DO POVO, 04/01/1983, p. 8).

Logo, é possível verificar pela entrevista que Heuser procurou falar que sua atuação seria no sentido de lutar para que a Câmara voltasse a ter os poderes que a ela cabiam antes do regime. Além disso, se nota que o deputado procurou colocar questões técnicas e financeiras, assinalando indiretamente que sua atuação seria dentro deste campo, como já havia feito em outras legislaturas como deputado estadual.

Após a posse dos deputados para a legislatura que se iniciou em 1983, a Câmara se organizou para definir as ações dos deputados nas comissões. Em sua passagem pela Câmara Federal, Siegfried Heuser foi titular da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, sendo por determinado período presidente da comissão. O deputado também fez parte da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, onde foi suplente.

O primeiro pronunciamento de Siegfried Heuser na Câmara, feito em 09 de março de 1983, discorreu sobre a máxima desvalorização do cruzeiro na agricultura do Rio Grande do Sul, conforme informação fornecida nos anais da sessão. Na fala, o deputado destacou que na primeira reunião da bancada gaúcha do PMDB, orientada pelo senador e cunhado de Heuser, Pedro Simon, foi levantada a questão da desvalorização do setor primário de produção do Rio Grande do Sul, como se observa no trecho abaixo:

> E já hoje queremos referir-nos apenas ao último golpe que o Poder Central desfechou contra o Rio Grande do Sul, particularmente ao seu setor primário, sujeitando-o aos desastrosos gravemos da recente maxidesvalorização, subtraiu-lhe praticamente, as vantagens que a medida poderia trazer. Instituiu, dentro do seu estilo unilateral, o imposto de 20% incidindo sobre a soja exportada. E mais, subordinou a esdrúxulo controle de preços todos os subprodutos dessa mesma soja, em que pese ao maiúsculo aumento dos custos em função precisamente dessa maxidesvalorização. (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 09/03/1983, p. 327).

Assim, a primeira fala de Heuser denota a preocupação da bancada com os impostos neste setor primário da produção do estado. A fala está inserida dentro do espaço de atuação, visto que trata de um tema de caráter econômico, que tem reverberação nas produções agrícolas do estado, onde se concentram a maior parte de seu eleitorado.

Em uma breve análise da atuação de Heuser na legislatura, se percebe que o ano de 1983 foi o mais ativo do mesmo como deputado federal[81]. É pertinente salientar que todos os resulta-

[81] Esta análise leva em consideração os resultados de pesquisa obtidos no site da Câmara dos Deputados. Ao buscar o nome do deputado no espaço designado para pesquisar projetos de lei e outras proposições, foram encontrados 19 resultados de

dos de busca, acerca dos projetos de leis e outras proposições, foram arquivados.

Acerca dos projetos de lei e proposições, a primeira proposição do deputado foi o projeto de resolução PRC 65/1983, apresentada em 20 de maio de 1983. A proposta visava permitir a opção de funcionário requisitado, pelo cargo ou função de efetivo exercício. A resolução permitia funcionários federais ou estaduais requisitados pela Câmara com mais de cinco anos, efetivos de exercício do cargo a solicitarem, caso desejassem seu aproveitamento no quadro permanente. Logo, a ação tinha reverberação interna, não dialogando diretamente com o eleitorado do deputado. No que dialoga diretamente com os grupos representados por Heuser, pode-se citar o projeto de lei apresentado em 13 de setembro de 1983. A PL 2034/1983, tinha como ementa a reorganização dos conselhos federal e regionais de contabilidade, além de dispor sobre as prerrogativas dos profissionais e dar outras providências. O projeto de lei, organizado em sete capítulos, contemplava a estruturação do Conselho de Contabilidade, desde sua formação, atuação e organização como autarquia. Em sua extensa justificativa para aprovação da PL, o deputado colocou que a mesma era necessária, visto que:

> Os Conselhos de Contabilidade, ainda hoje regidos por normas implantadas em 1946 pelo Decreto-Lei n° 9295, estão gigantescamente defasados em termos de disciplina legal.
> De há muito os líderes da classe equacionaram a fórmula de atualização, apresentando-a ao governo. Pelos menos nos últimos dez anos tem sido dramática a luta dos que, por viverem os Conselhos, deles entendem, contra os que sentados no

autoria de Siegfried Heuser. Destes, 16 configuram-se como projetos de lei, 2 relatórios da receita e um projeto de resolução. Dos 19 resultados de busca, 10 são referentes ao ano de 1983, 2 de 1984, 6 para 1985, e um para 1986. É possível no site da Câmara ler o material dos 19 resultados obtidos e verificar o andamento dos mesmos até o arquivamento.

> trono da autoridade, deles não entendem. Entre os que sabem e não podem e os que podem e não sabem a tentativa do diálogo para comunicação do saber acaba no monólogo de imposição do poder. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14/09/1983, p. 8984).

Cabe pontuar que, apesar do projeto de lei ter uma estrutura rica em detalhes, o mesmo não foi aprovado, sendo arquivado em 01 de fevereiro de 1987. Na imprensa santa-cruzense foi reverberada a insatisfação de Heuser enquanto deputado federal com as atitudes do governo. Sob o título "Governo que legisla através de decretos-leis não quer dialogar", Heuser cedeu uma entrevista discorrendo acerca da dificuldade de dialogar com o governo. Em tom de crítica, afirmando que já era um hábito do governo a utilização de decretos-lei, o deputado colocou: "nestes últimos anos pós-Revolução já foram emitidos mais de 2 mil e 70 decretos-lei e as consequências estão aí: desemprego, inflação, recessão, aumento da dívida externa. É o fim de todas as margens que a sociedade poderia ter antes de seu desmoronamento final." (GAZETA DO SUL, 25/10/1983, p. 3).

Ainda em 1983 o deputado foi autor de outro projeto de lei que beneficiaria diretamente sua principal base eleitoral, o vale do Rio Pardo, sobretudo o município de Santa Cruz do Sul. Apresentada em 08 de novembro de 1983, a PL 2622/1983, visava a autorização do poder executivo para instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul. Em sua justificativa para aprovação do projeto, o deputado procurou destacar a tradição dos educandários da referida região:

> Notícias veiculadas pela imprensa da cidade de Santa Cruz do Sul nos dão conta da próxima instituição da Fundação do Vale do Jacuí, com sede na cidade de Cachoeira do Sul. Trata-se de iniciativa das mais louváveis, pois que a cidade de Cachoei-

> ra do Sul é efetivamente cidade polo cultural de considerável área do Estado do Rio Grande do Sul. A presente proposição visa assegurar idêntica concessão à comunidade do Vale do Rio Pardo, que tem como centro cultural a cidade de Santa Cruz do Sul, e com condições mais do que plenas para a instituição de sua fundação universitária.
> É notável sua rede de educandários, tanto pública quanto privada. Inscrevem-se entre as clássicas entidades do Estado do Rio Grande do Sul, o renomado Colégio Mauá, antigo "Evangelische Realschule", o Colégio São Luiz, de tão ricas tradições e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, dando destaque ao município dentro e fora do Estado.
> É evidente que o empenho não apenas de município referido, como de toda a região do Vale do Rio Pardo, forçaria caminho natural e tranquilo ao surgimento de entidade do ensino superior.
> Foi o que efetivamente ocorreu, graças à dedicação e ao esforço de toda a Região do Vale do Rio Pardo. (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22/11/1983, p. 13002).

Acerca da recepção do projeto de lei na região, chama atenção a notícia publicada na *Gazeta do Sul*, "FISC pede que Heuser retire projeto que cria a Universidade". Na notícia sobre as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC), o presidente da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (APESC), professor Ervino Hoelz, e o diretor geral Ingo Voese das Faculdades Integradas se manifestaram explicando a situação:

> Sobre os reflexos oriundos da intenção de Siegfried Heuser, Ingo Voese disse que o Conselho Federal de Educação "poderá deduzir que a Instituição teria receio de submeter um projeto a uma apreciação técnica". Além disso, continua o Diretor das Faculdades Integradas, "tal iniciativa pode gerar um mal estar junto às Universidades do Estado". Ele afirmou que há um acordo entre as Universidades que visa pressionar o MEC para criar Universidades somente quando as instituições tiverem as

> condições mínimas exigidas. (GAZETA DO SUL, 19/11/1983, p. 8).

Na reportagem, foi destacado que havia sido formulado, anteriormente ao projeto de lei, um convite para Heuser visitar a instituição, sendo possível assim colocar ao deputado a situação. Dentro do mesmo jornal, foi publicada a resposta de Siegfried Heuser. Para o deputado retirar o projeto de pauta "significaria renúncia à Universidade Regional, depois de tão bem recebida" (GAZETA DO SUL, 26/11/1983, p. 6). Sobre o convite, o deputado afirmou que "foi manifestado o desejo, para uma data a ser previamente fixada. E, se fixada essa data, peço a tornarem pública, para que possa censurar minha assessoria por omiti-la na agenda dos meus compromissos." (GAZETA DO SUL, 26/11/1983, p. 6). Passada a divergência entre as partes, o projeto tramitou na Câmara Federal e chegou a avançar para o Senado. No Senado, apesar do parecer favorável do relator da Comissão de Educação e Cultura, o projeto acabou sendo arquivado, na data de 17 de dezembro de 1990.

Em nível nacional, o país vivia um momento de ativa participação popular nos grandes centros urbanos, desencadeado por diversos atores sociais, organizados a partir da campanha das Diretas Já, de acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva:

> A proposta de *Diretas Já!* Representava um rompimento radical com a *abertura limitada e pactuada* que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direito, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país. (2003, p. 273).

Nos primeiros meses de 1984, Heuser passou a ser o coordenador da bancada rio-grandense do PMDB na Câmara, além

de ser eleito 1° vice-presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara. Porém, o principal ponto do primeiro semestre na Câmara dos Deputados foi a votação da Emenda Dante de Oliveira, que discorria sobre as eleições presidenciais diretas.

Poucos dias antes da votação da emenda - na qual Siegfried Heuser votou favorável às eleições diretas - em extensa notícia publicada na *Gazeta do Sul*, Heuser pontuava a necessidade de eleições diretas e da Assembleia Constituinte, tema que já era pauta de sua campanha. Conforme a notícia:

> Heuser sustentou que tão importante quanto as eleições diretas é a necessidade simultânea de uma Assembleia Nacional Constituinte, sob pena de que falte, ao futuro governante da Nação o necessário instrumental democrático para o exercício de sua alta investidura. "De nada ser, em termos de governo, essa eleição direta sem a concomitante reforma constitucional, pois devem ser eliminados da Carta Magna instrumentos como o decreto-lei e o decurso de prazo." (GAZETA DO SUL, 14/04/1984, p. 4).

No final da reportagem ainda foi colocado que Heuser estudava até mesmo a implementação do parlamentarismo para assegurar a governabilidade ao futuro presidente.

> Siegfried Heuser disse que, mesmo que haja uma nova Constituição e um presidente legitimamente eleito pela vontade do povo, ainda é de se estudar seriamente a adoção do parlamentarismo, como necessidade complementar ao prestígio do parlamento, oferecendo a este a faculdade de um voto de confiança e permitindo ao Poder Executivo a dissolução do Parlamento, condições que fariam crescer sobretudo a responsabilidade dos poderes Legislativo e Executivo perante à Nação brasileira. (GAZETA DO SUL, 14/04/1984, p. 4).

De acordo com Maria Helena Versiani "a derrota das Diretas Já acabou por ser também, e paradoxalmente um exercício de aprendizagem e um evento impulsionar do movimento pela Constituinte Já" (2014, p. 214), fato que corrobora com o posicionamento de Heuser anterior à votação da emenda. Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, Siegfried Heuser afirmou em fala reverberada no periódico santa-cruzense que em Brasília "entre deputados oposicionistas, funcionários e populares é de grande frustração, por que as aspirações populares foram sufocadas" (GAZETA DO SUL, 28/04/1984, p. 9). Segundo a mesma notícia, o deputado ainda acreditava em uma saída para a situação a partir do parlamentarismo:

> Mas ele acredita que não param aí as esperanças de votação para a Presidência da República, falando com entusiasmo da nova proposta apresentada no Congresso, o parlamentarismo, para substituir o regime de governo. "Através do parlamentarismo, que já recebeu parecer favor de mais de 200 deputados, este grande movimento nacional pelas diretas não vai esmorecer e favorecerá um clima de entendimentos no Congresso". (GAZETA DO SUL, 28/04/1984, p. 9).

Aparentemente a temática parlamentarista ganhou importância dentro das pautas levantadas por Heuser, no ano de 1984. Além da exposição feita no período que antecedeu a votação da Emenda Dante de Oliveira, bem como o período posterior, a *Gazeta do Sul* fez menção a pronunciamentos de Heuser ao menos em mais duas oportunidades, sobre o sistema parlamentarista. A primeira ocorrência foi durante um evento promovido pela Faculdade de Direito de Santa Cruz do Sul, onde Heuser palestrou. Conforme informado pelo jornal:

> Durante toda esta semana vem sendo realizado o III Ciclo de Estudos Políticos, Econômicos e So-

> ciais, tendo por local o Campus Universitário. Dentre os destaques até o momento captados, ficam as afirmações do deputado federal Siegfried Heuser, que prega a adoção do parlamentarismo como saída para o país. (GAZETA DO SUL, 24/05/1984, p. 4).

Na mesma edição foi noticiado que, em fala durante reunião de peemedebistas na cidade de Barros Cassal, o político afirmou que "o modelo parlamentarista é a única solução, pois tanto o governo como as oposições necessitam um do outro para a aprovação de qualquer emenda constitucional." (GAZETA DO SUL, 24/05/1984, p. 11). Na mesma reunião, Heuser apontou que não seria candidato a deputado federal na próxima eleição, endossando a candidatura do então deputado estadual Ivo Mainardi para a Câmara. A posição de Heuser em não concorrer para reeleição corrobora com o posicionamento do político anterior às eleições de 1982, quando o mesmo não tinha pretensão de disputar cargos eletivos.

Ainda que o político não tivesse interesse na reeleição, o mesmo tinha como objetivo concluir o mandato. No início de 1985, Heuser cedeu entrevista à *Gazeta do Sul* falando sobre o possível governo de Tancredo Neves. Durante a análise, o político discorreu "sobre as possibilidades de vir a ocupar cargo nos altos escalões do governo, Heuser disse que "já foi cogitado o cargo de presidente do Banco do Brasil ou Banco Central". Todavia, confessou o seu desejo de não renunciar ao cargo de deputado federal (GAZETA DO SUL, 08/01/1985, p. 3). Como justificativa para a permanência no cargo, mesmo com as possíveis indicações, o deputado afirmou que "acredito que estou representando milhares de eleitores e não poderia deixar de representá-los como parlamentar" (GAZETA DO SUL, 08/01/1985, p. 3). No que se refere ao processo de votação para a sucessão presidencial:

> Em 15 de janeiro de 1985, reunido no Congresso Nacional, o Colégio Eleitoral elegeu o sucessor do General Figueiredo: Tancredo Neves, candidato da oposição, saiu vencedor, recebendo 480 votos num total de 636. Com este acontecimento, a experiência militar-autoritária havia, finalmente, chegado ao fim. O acaso não permitiria, no entanto, que a vitória da oposição fosse consumada da forma esperada. Tancredo Neves que, em 15 de março de 1985, iria se tornar o primeiro Presidente civil após quase vinte e um anos de governo militar, não chegaria a tomar posse, sendo substituído pelo Vice-Presidente José Sarney, em razão de grave enfermidade. E o (P)MDB, que havia esperado tanto tempo para chegar à Presidência, acabou tendo não apenas que compartilhar o primeiro governo civil com seus antigos adversários, mas também aceitar que José Sarney, um antigo colaborador dos governos militares, como o novo chefe de governo, em consequência da morte de Tancredo Neves. (KINZO, 1988, p. 216).

Falando sobre Tancredo Neves, no incidente de seu falecimento Heuser se manifestou da seguinte maneira:

> Aqui em Brasília tudo está sem vida, na expectativa de prestarem-se as últimas homenagens ao Presidente.
> Há um clima de frustração, de prostração, mas é preciso retomar o trabalho, porque os homens passam e as ideias ficam, dizia ontem, desolado, o deputado federal Siegfried Heuser (PMDB) falando diretamente de Brasília, por telefone. Não existe - garante o parlamentar gaúcho - qualquer esboço de perturbação institucional "graças ao ímpeto que tomou conta do país desde que Tancredo Neves ascendeu à Presidência". (GAZETA DO SUL, 23/04/1985, p. 4).

Seguindo a rotina parlamentar, na metade do ano de 1985, Heuser novamente recebeu um convite para se afastar da Câma-

ra. Na ocasião, o convite foi para assumir a presidência do Banco Meridional, como forma de retribuição pelas articulações feitas pelo político na Câmara, para viabilizar a criação da instituição. De acordo com Darcy Garcia:

> Em função da pressão do quadro funcional, da participação do corpo político e da clientela, o Ministro da Fazenda (Francisco Dornelles) encaminhou projeto que, aprovado em 31 de maio de 1985, criou o "Banco Meridional do Brasil S.A.", com participação majoritária da União. (1990, p. 241-242).

O convite feito a Heuser foi reverberado na capa da *Gazeta do Sul*, com o título "Heuser poderá presidir o novo Banco Meridional" a notícia pautou que:

> O deputado Siegfried Heuser vem sendo apontado como um dos nomes mais prováveis para ocupar a presidência da Banco Meridional. O próprio presidente regional do PMDB Odacir Klein, que vinha sendo apontado como um dos prováveis indicados, afirmou ontem que "Heuser só não será o presidente se não quiser". Ontem à noite, participando da festiva inauguração da sede local do PMDB, mais de 50 partidários e funcionários dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul alvejaram Siegfried Heuser com cerrados apelos para que aceitasse o cargo, depois que ele declarou a sua intenção de permanecer exercendo o mandato de deputado federal por não ter o direito de abandonar ao meio de uma missão que lhe fora atribuída pelo povo do Vale do Rio Pardo. (GAZETA DO SUL, 27/06/1985, p. 1).

Apesar do desejo de parte dos integrantes das instituições bancárias, Heuser, como já afirmado anteriormente, continuou na Câmara Federal, tendo seu companheiro de partido Synval Guazzelli como primeiro presidente do Banco Meridional.

Dentro da lógica de homenagens, que tiveram maior inci-

dência no ano de 1985, no último mês do ano, Heuser recebeu a Ordem de Mérito Naval entregue pela Marinha Brasileira. No dia anterior à solenidade de condecoração, a *Gazeta do Sul* salientou a homenagem que o deputado estava para receber:

> Esta condecoração será concedida a Siegfried Heuser, em grande parte, por ter feito durante o segundo ano consecutivo, o orçamento da Marinha. Neste ano, o deputado esteve com o ministro da Marinha Alm. Henrique Sabóia, no Rio, visitando escolas navais e inteirando-se da realidade da Marinha Brasileira. Por sua ligação com a Marinha, o Conselho de Ordem de Mérito Naval sugeriu a condecoração do deputado gaúcho, que juntamente com dois outros deputados receberá este título. Para o deputado esta condecoração representa muito "porque abre um novo relacionamento entre os civis e militares no Brasil". (GAZETA DO SUL, 12/12/1985, p. 5).

Iniciado o ano de 1986, o deputado teve participação pouco ativa na Câmara, visto que as atividades retornaram no mês de março, quando o político foi participar de um campeonato de pesca no Chile, onde faleceu em 29 de março de 1986. O último projeto de lei apresentado pelo deputado, em 06 de março de 1986, previa a permissão para abater da renda bruta as doações feitas a hospitais e casas de saúde, para efeito do Imposto de Renda. Na justificativa da PL 7175/1986, Heuser declarou:

> A medida proporcionará aos hospitais e às casas de saúde em geral novas oportunidades de expansão de seus serviços médicos, já que passarão a contar com doações externas, que não exigem nenhum retorno financeiro. Expandindo assim seus serviços, os nosocômios poderão melhorar sua qualidade, propiciando melhor atendimento à população. Ora, o incentivo proposto é uma forma de estender à atividade de saúde o que, entre nós, já se faz em relação aos clubes desportivos que tenham mais de

> duas atividades olímpicas. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21/03/1986, p. 951).

O projeto de lei acabou sendo arquivado em 1° de fevereiro de 1987, já após o falecimento do deputado federal. Acerca de projetos de lei, este foi o último apresentado por Heuser.

5.4. AS HOMENAGENS EM 1986

Em março de 1986, Siegfried Heuser, que havia passado nos anos anteriores por uma cirurgia onde foi colocada uma válvula no coração para corrigir problemas circulatórios, aceitou o convite para participar do Campeonato Internacional de pesca de Trutas no Rio Serrano, em Punta Arenas, no Chile, onde seria o capitão da representação brasileira na competição. Isso, pois ele nutriu ao longo de sua trajetória forte paixão pela pesca[82]. Durante o campeonato, o político que estava com sua saúde debilitada não se sentiu bem e, devido a seu estado de saúde, foi levado ao hospital da região. No meio do trajeto sofreu um infarto, falecendo em 29 de março de 1986, aos 66 anos de idade. Em depoimento no senado, Pedro Simon forneceu mais detalhes sobre o falecimento:

> Tenho comigo a transcrição de uma reportagem feita na época pela Rádio Nacional do Chile. Depois de dizer que, no afã de dar a notícia, alguns veículos de comunicação tinham se equivocado sobre as condições da morte de Heuser, afirma o locutor: "Siegfried Heuser em momento algum se molhou, nem mesmo caiu na água. Testemu-

[82] Heuser participava do Clube Anzol de Ouro, de Porto Alegre. Ao longo de suas participações em campeonatos de pesca Siegfried Heuser acumulou diversas premiações, chegando a alcançar títulos expressivos na modalidade, sendo campeão brasileira de pesca, campeão sul-americano e vice-campeão mundial.

> nhas que assistiram desde o primeiro momento afirmam que ele se encontrava pescando no rio e que quando se sentiu mal logo saiu da água sem a ajuda de ninguém. Em seguida, tomou umas pastilhas que tinha consigo e foi levado de imediato ao acampamento. Eram 10h30min".
> Atendido por médicos chilenos, Heuser se sentiu melhor e, às 14 horas, já estava de pé. Acabou falecendo no dia 29 de março de 1986, quando era levado de helicóptero de Punta Arenas para o hospital, dali distante. Pessoas que estavam com ele no helicóptero disseram que ele faleceu serenamente, depois de ter feito um longo comentário sobre a beleza do mar, das ondas e da natureza. Analisou belezas de que as pessoas até não tinham se dado conta. À medida que ele ia falando, as pessoas iam olhando, sentindo. De repente, parou de falar e santamente faleceu, nos deixando a todos. Estava morto o grande Siegfried Heuser, deixando cinco filhos: Daniel, Adalberto, Jorge Emanuel, Renato e Carla. (ANAIS SENADO FEDERAL, 06/12/2002).

Ocorrida a fatalidade, diversas homenagens póstumas de nível regional e nacional foram feitas. Em nível regional, começando pela edição de 01 de abril de 1986, a *Gazeta do Sul* reverberou o falecimento de Heuser e pronunciamentos de lideranças municipais e regionais. Em sua capa, o jornal trouxe estampado "Luto na região pelo falecimento do deputado Siegfried E. Heuser", com uma imagem de Heuser e Tancredo Neves sentados em um sofá dialogando. A imagem escolhida fazia menção à atuação do deputado federal nas articulações que levaram a eleição de Tancredo Neves para presidência da República. Nas páginas destinadas às homenagens, foi destacada em nota pelas executivas municipais do PMDB, nos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz[83], o pesar pelo falecimento do político. O informativo

[83] Em Vera Cruz, o município concedeu a Heuser o título de Cidadão Honorário, contudo o político não chegou a formalmente recebê-lo. A homenagem foi justificada pela articulação de Heuser para a emenda constitucional que possibilitou a

da executiva santa-cruzense também convidava os leitores do jornal para participar do velório que ocorreu no salão nobre da Assembleia Legislativa, e do sepultamento no Cemitério Evangélico de Porto Alegre. Além disso, a prefeitura de Santa Cruz do Sul também decretou luto de três dias pelo falecimento de Heuser e a Câmara de Vereadores suspendeu reunião para demonstrar o pesar pelo falecimento de Heuser.

Na homenagem feita na coluna "Canto de Página" do mesmo jornal, chama atenção as qualidades que foram suscitadas para descrever Heuser, conforme o texto "seu forte era o estudo técnico nas comissões, de grande substância, mas de menor repercussão na imprensa. (GAZETA DO SUL, 01/04/1986, p. 2). A afirmação corrobora com uma das características de Siegfried Heuser, - sobretudo nos anos que atuou como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul -, descaracterizar a pauta política do debate e enfatizar o caráter técnico da matéria. Considerando a colocação do referido texto, se percebe que Heuser logrou êxito na questão.

No que se refere às lideranças regionais Doríbio Grunevald, vereador membro do Partido dos Trabalhadores (PT) em Santa Cruz do Sul, classificou Heuser como "um grande conciliador e na minha concepção tinha como uma das suas características principais a de ser um aglutinador de interesses." (GAZETA DO SUL, 01/04/1986, p. 4). O líder peemedebista em Santa Cruz do Sul e amigo pessoal de Heuser, Rubem Kaempf, ponderou que "ficam órfãos os peemedebistas de todo o Estado e também todos os outros partidos sentirão a sua falta, pois a sua larga experiência fazia-o ser ouvido e respeitado em ambos os lados." (GAZETA DO SUL, 01/04/1986, p. 4). O deputado estadual peemedebista no período, Ivo Mainardi, o classificou como o maior nome da região e "destacou a sua capacidade de conciliação, às

criação da cidade.

vezes perfilando interesses divergentes em torno de um objetivo comum, quando o momento político nacional fazia crer que isto seria impossível." (GAZETA DO SUL, 01/04/1986, p. 4). Para outra liderança municipal, o líder da bancada do PMDB na Câmara dos Vereadores Paulo Rauber, Heuser foi a maior expressão política de Santa Cruz do Sul, destacando que o político foi "idealizador da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, que acabou servindo de modelo para os demais Estados brasileiros." (GAZETA DO SUL, 01/04/1986, p. 4).

Na edição de 03 de abril da *Gazeta do Sul*, dentro da coluna Retalhos do Passado, o político Norberto H. Schmidt que ingressou na política na mesma legislatura que Siegfried Heuser, como deputado estadual em 1951[84], pronunciou-se sobre o falecimento e salientou a atuação de ambos no início de suas trajetórias políticas.

> Tomamos posse juntos, repito, ele pelo PTB e eu pelo Partido Libertador. Éramos adversários políticos, com opiniões divergentes, mas sempre os mesmos amigos de infância que nem mesmo os 7 anos de idade que nos separavam conseguiram refrear. Combatíamos o bom combate pelos interesses do Rio Grande e particularmente dos da nossa querida cidade natal. (GAZETA DO SUL, 03/04/1986).

Em nível estadual, o deputado Silverius Kist do PDS, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período da fatalidade, apresentou um requerimento para manifestar seu pesar acerca do falecimento. Kist era natural de Santa Cruz do Sul, sendo conterrâneo de Siegfried Heuser. O voto de pesar apresentado procurou colocar que, apesar dos posicionamentos políticos divergentes, havia respeito entre os mesmos, como pode ser observado no trecho abaixo:

[84] Na oportunidade o político foi eleito deputado estadual pelo Partido Libertador.

> Oriundo do mesmo município, Santa Cruz do Sul, e atuando na mesma área do parlamentar falecido, embora com posições políticas antagônicas, foi possível ao requerente sentir de perto aquelas qualidades, continuamente presentes nesse político admirável e figura humana exemplar.
> Realmente, a sua carreira pública deixou profundas marcas na vida do Estado, tanto na área político-partidária, como dirigente de realce; na área legislativa, onde se salientou a sua ação em diversas legislaturas nesta Casa e agora também na Câmara Federal, e, ainda, na área executiva, onde fez valer especialmente seus conhecimentos econômicos, com o destacado Secretário de Estado. (ANAIS ALRS, 26° sessão, 02/04/1986, p. 14).

Ivo Mainardi, que havia se pronunciado na *Gazeta do Sul*, também se manifestou na Assembleia Legislativa. Além de destacar toda a trajetória política de Siegfried Heuser, o deputado pontuou sua perda para a política nacional, e com maior ênfase rio-grandense, visto que Heuser era:

> Reconhecido por todas as legendas com o de grande capacidade, onde sempre mereceu o respeito por suas posições, pois sempre tomava atitudes prudentes e firmes.
> Tenho certeza de que, com a perda deste grande parlamentar, todo o Brasil perde, pois representava o trabalho e a honestidade. O Rio Grande perde muito mais ainda, pois, além do representante perde um filho, perde um amigo, perde aquele que sempre dispunha de um tempinho para nos ouvir.
> O PMDB gaúcho está de luto, pois perdeu um grande alicerce, que simbolizava a resistência democrática, tendo deixado registrado, nos Anais do Rio Grande, todo seu trabalho em prol de seu povo. (ANAIS ALRS, 28° sessão, 03/04/1986, p. 13).

Na Câmara dos Deputados, Siegfried Heuser também recebeu volumosas homenagens póstumas. Em requerimento entre-

gue ao presidente da Câmara, os deputados João Gilberto (PMDB-RS), César Cals Neto (PDS-CE), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Marcelo Linhares (PDS-CE), Celso Peçanha (PTB-RJ), Clarck Platon (PDS-AP), João Batista Fagundes (PDS-RR), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Israel Pinheiro (PFL-MG), Adail Vettorazzo (PDS-SP), Flávio Marcílio (PDS-CE), Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Leorne Belém (PDS-CE), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), Octacílio Queiroz (PMDB-PB) e Cristina Tavares (PMDB-PE) salientaram a trajetória política de Siegfried Heuser:

> Os Deputados abaixo assinados vêm respeitosamente requerer o levantamento da sessão ordinária da Câmara dos Deputados deste dia 31 de março de 1986, com base no art. 89, inciso H, do Regimento Interno, em decorrência do falecimento do Sr. Deputado Siegfried Heuser, da representação do Rio Grande do Sul nesta Casa.
> Siegfried Emanuel Heuser foi uma figura marcante na política e na administração do Rio Grande do Sul. Foi Secretário da Fazenda do Governo do Estado. Foi Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro naquele Estado. Foi o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul.
> Teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado.
> Em 1982 retoma à vida eleitoral, candidatando-se e sendo eleito deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul.
> Nesta legislatura destacou-se como membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio desta Casa, também pela sua atividade legislativa e como coordenador da Bancada do PMDB do Rio Grande do Sul.
> O levantamento da presente sessão constitui-se em homenagem dos seus pares, todos atingidos pelo infausto acontecimento da morte do Deputado Siegfried Heuser. (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18°SESSÃO, 31/03/1986, p. 1319).

Nos pronunciamentos, para encaminhar a votação do requerimento, vários deputados fizeram uso da palavra e suscitaram diferentes pontos acerca da trajetória de Siegfried Heuser. João Gilberto, deputado federal do PMDB pelo Rio Grande do Sul, destacou toda a trajetória de Heuser na política, salientando o período como deputado estadual, secretário do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, presidente do PTB e MDB. O político destacou também a atuação de Heuser na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal. Lúcio Alcântara, do Partido da Frente Liberal do Ceará, manifestou-se com pesar ao falecimento de Heuser e destacou que conviveu com o político, visto que ambos faziam parte do Grupo Parlamentar Cristão. Cristina Tavares do PMDB de Pernambuco, destacou a atuação na Comissão de Economia "que durante muitos meses, o Deputado Siegfried Heuser presidiu. A sua rigidez de alemão - ele gostava de ser chamado de alemão - transformou a fisionomia daquela Comissão." (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18°SESSÃO, 31/03/1986, p. 1320). O deputado Israel Pinheiro, do PFL de Minas Gerais, salientou o posicionamento conciliador de Heuser, pontuando que, no início de 1984, políticos com diversas opiniões políticas procuravam o diálogo entre governo e oposição para consolidar o processo de transição. Nesse sentido, o deputado colocou que "a presença de Siegfried Heuser nesse grupo foi constante." (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18°SESSÃO, 31/03/1986, p. 1320). Ulysses Guimarães presidente da Câmara também teceu comentários acerca de Heuser, denotando que:

> A Mesa se associa às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Siegfried Heuser, parlamentar experimentado, homem público consagrado, Deputado Estadual por várias legislaturas, Secretário de Estado e Deputado Federal. Eu o conheci desde quando primeiro presidente do então

> MDB, numa época difícil, numa época perigosa, em que ele exerceu, como nos demais atos de sua vida pública, um exercício de liderança, de coragem e de bravura cívica. Como consequência disso foi banido da vida pública e, temporariamente, deste País. Teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. Nesta Casa, na presente legislatura, os depoimentos foram sobre o homem, sobre o parlamentar. Eu tive o privilégio de conhecê-lo. Lamento, como brasileiro, a sua morte, mas também tenho profundo sentimento de pesar pelo desaparecimento do amigo sincero e leal. (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18°SESSÃO, 31/03/1986, p. 1321).

A partir do relato dos colegas de Câmara, é possível perceber que existia entre os pares a visão de Siegfried Heuser como um deputado que trabalhava pela volta da democracia plena e também por uma maior eficiência nas comissões da Câmara que fazia parte, sobretudo a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que presidiu por determinado período. Assim, a memória do político como articulador de projetos por meio das comissões foi reforçada, salientando o caráter técnico profissional de Heuser.

Um ano mais tarde, no Rio Grande do Sul, já com seu cunhado e presidente do PMDB rio-grandense Pedro Simon como governador do estado, essa visão ganhou mais força com a alteração do nome da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. O decreto n° 32.706, de 23 de dezembro de 1987, alterou o nome da Fundação de Economia e Estatística para Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Assim, com seu falecimento em 1986, recebendo homenagens póstumas em nível regional, pelas prefeituras de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Sobradinho, a primeira por ser conterrâneo, as outras como cidadão honorário do município, Heuser tam-

bém recebeu homenagens em nível nacional de seus pares na Câmara Federal e em 1987 teve seu nome marcado na história da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Além das já citadas, recebeu outras homenagens, como nome de espaços públicos, sendo o caso da Praça Siegfried Heuser, no centro de Santa Cruz do Sul e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Siegfried Heuser, em Salto da Jacuí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Siegfried Heuser esteve ativo politicamente por um longo período, passando por diversas momentos da política rio-grandense e nacional. Luterano e natural de Santa Cruz do Sul, o político demonstrou durante toda sua atuação política atenção especial para os segmentos que se destacam no município, apesar de ter vivido a maior parte de sua vida em Porto Alegre, onde residiu a partir do período em que foi cursar o ensino superior.

Dentro do espaço acadêmico, Heuser teve diversos contatos que contribuíram para sua inserção na política. Dentre estes contatos, o político aceitou o convite de Armando Temperani Pereira para ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro que, por sua vez, atendia a um pedido de Getúlio Vargas em ter na zona de colonização germânica um candidato petebista. Assim, o ingresso de Heuser esteve ligado à ampliação dos espaços de atuação do PTB no Rio Grande do Sul.

No primeiro pleito disputado, em 1950, o político foi eleito deputado estadual iniciando seu mandato no ano de 1951. Na campanha eleitoral, Heuser fez "dobradinha" com Fernando Ferrari, com quem teve proximidade, fazendo novamente dobradinha nas eleições de 1954 e 1958. Na Assembleia Legislativa, as principais intervenções do político estavam voltadas aos pequenos agricultores, sobretudo fumicultores, principal produto da cidade de Santa Cruz do Sul. Outra questão pertinente, que esteve presente nas primeiras legislaturas do político, foi a prática de descaracterizar o debate político e abordá-lo como pauta técnica.

Nesse sentido, Heuser procurava usar sua formação profissional para legitimar suas ações ou pensamentos. É necessário pontuar que existem outras formas de atuação política como deputado estadual que não tiveram tanto espaço nessa pesquisa. Se destaca a importância de ações como moções e requerimentos, que contribuem para identificar o posicionamento do agente político em determinado tipo de situação. Essas foram, na medida do possível, objeto de análise para compreender as ações de Heuser dentro do recorte cronológico estudado.

No início da legislatura seguinte, em 1959, o mesmo aceitou convite para atuar na Secretaria dos Negócios da Fazenda da gestão de Leonel Brizola. Na pasta, o político esteve diretamente envolvido nos processos de encampações das empresas estrangeiras e foi o responsável para elaboração das Letras do Tesouro, medida do governo para contornar a crise financeira do período. Além da pasta da Fazenda, ainda atuou como Secretário de Economia, onde foi organizador do processo que levou à criação da Caixa Econômica Estadual e do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul. Heuser retornou para a Assembleia Legislativa em 1961, onde permaneceu exercendo mandato até o final da legislatura. Eleito para o quarto e último mandato como deputado estadual nas eleições de 1962, as pautas defendidas por Heuser na Assembleia, foram mudando a partir da conjuntura política brasileira do início da década de 1960.

As mudanças internas no partido na década de 1960 colocaram Heuser como uma das lideranças petebistas no Rio Grande do Sul. O político, que já era presidente da Executiva Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, fez parte da composição da Executiva estadual do partido em 1962, no cargo de 3° Vice-Presidente. Devido à conjuntura que levou João Goulart à presidência, após a renúncia de Jânio Quadros e a campanha da Legalidade, a migração de João Caruso para Brasília e o falecimento de Rui

Ramos na campanha eleitoral de 1962, Heuser foi alçado a presidência do PTB do Rio Grande do Sul. Esse fato foi confirmado novamente em 1965, desta vez eleito. A partir desse momento, onde o partido já se reorganizava frente ao golpe civil-militar, se percebe que o político procurou aglutinar posições dentro do partido, visto que se manteve como líder de bancada petebista na Assembleia ao mesmo tempo em que atuava como Presidente da Executiva estadual. Se nota que, em sua última legislatura, o político teve menor presença na Assembleia Legislativa, se comparado com os mandatos anteriores, devido à posição interna que ocupava na agremiação petebista.

Sobre a agremiação, neste período final antes da extinção dos partidos políticos, havia ao menos duas correntes que disputavam a liderança petebista. Enquanto tinha maior proximidade com Leonel Brizola, tendo como maior expoente ativo politicamente Mariano Beck, a outra considerada mais branda em relação aos pronunciamentos e ações políticas era liderada por Siegfried Heuser, tendo outros políticos de apoio como Brusa Neto e Pedro Simon. As correntes chegaram em 1965 a disputar a candidatura petebista para a Prefeitura de Porto Alegre. Na ocasião, Siegfried Heuser enfrentou Mariano Beck, na disputa interna. Mariano Beck venceu a votação, não chegando a concorrer à Prefeitura da capital visto que não ocorreram as eleições.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional n°2 em 1965, e posteriormente criação das organizações com atribuições de partidos políticos, conforme previsto no Ato Complementar n°4, Siegfried Heuser atuou como um dos principais organizadores do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul. Também, se destaca que no processo de formação das organizações políticas, Heuser procurou aglutinar os políticos de oposição dentro da legenda emedebista, visto que o mesmo não fora favorável à criação de um segundo partido de

oposição ao regime. Devido a "udenização precoce do PSD" no Rio Grande do Sul, a escolha dos políticos foi, de certo modo, mais fácil do que em outros estados do país. Na formação da primeira executiva estadual do MDB, no ano de 1966, Heuser foi eleito Presidente, tendo permanecido na posição até sua cassação em 1969. O político também foi membro do diretório nacional emedebista. Ainda em 1966, na definição dos candidatos para o pleito de 1966, Siegfried Heuser foi candidato único pelo MDB para Senador. Conforme analisado a partir das fontes e exposições colocadas no quarto capítulo deste livro, havia uma corrente interna no partido favorável à candidatura de Mariano Beck como candidato ao Senado por uma sublegenda. Porém, Heuser construiu a candidatura única emedebista com o capital político que possuía internamente na agremiação. A vitória contra os três candidatos da ARENA, no maior cargo disputado diretamente no pleito de 1966, era vista como uma manifestação da inconformidade do eleitorado rio-grandense com o golpe civil-militar. Contudo, a estratégia não logrou êxito, sendo possível elencar ao menos dois elementos para o resultado. Parte do eleitorado votou nulo ou branco, como um sinal de protesto à campanha moderada feita pelo político e também a não candidatura de Mariano Beck por uma sub legenda. Apesar da expressiva votação, a derrota nas urnas de Heuser repercutiu internamente no partido, denotando uma divergência entre correntes do MDB que tinham raízes no Partido Trabalhista Brasileiro.

Sem mandato, o político procurou reorganizar o partido em nível estadual e se legitimar como liderança da agremiação. Com base nas fontes analisadas, se percebe que o mesmo teve sucesso nessa questão, visto que chegou a ser colocado como possível candidato emedebista para governador do estado na eleição seguinte. Reeleito Presidente da Executiva emedebista do Rio Grande do Sul em 1969, Heuser não teve um longo período após

a reeleição, tendo seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional n° 5, em 17 de outubro de 1969. Em solidariedade a sua cassação, a Executiva emedebista renunciou, sendo feita nova eleição em novembro de 1969 que colocou Pedro Simon como Presidente da Executiva estadual do MDB.

No período de 1969 até 1979, quando Siegfried Heuser esteve afastado do espaço político, não foi possível angariar um volume grande de informações. Contudo, se sabe que o mesmo voltou a trabalhar na área da Contabilidade e Economia, onde possuía formação e também abriu uma empresa de informática, sendo um dos pioneiros, conforme relato de Pedro Simon, no uso de computadores no Rio Grande do Sul.

O retorno ao meio político foi viabilizado em 1979, a partir da Lei da Anistia. Assim, o político voltou aos quadros do MDB faltando pouco menos de dois meses para completar os dez anos de suspensão. Em sua volta à esfera política, o principal ponto levantado pelo mesmo foi a unidade partidária, advogando a importância dos cassados e exilados políticos em retornar para o Movimento Democrático Brasileiro. No processo de reorganização partidária Heuser optou por se manter no partido sucedâneo do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. No Rio Grande do Sul, o partido teve como principal expoente Pedro Simon, que sucedeu Heuser como Presidente do MDB em 1969, quando o mesmo fora cassado. Além disso, neste período Heuser e Simon já estavam ligados com relação de parentesco, visto que, após o falecimento de sua esposa, Siegfried Heuser casou em segunda núpcias com Alice Simon, irmã de Pedro Simon. Além de Simon, o diretório do PMDB, formado em 1980, possuía outros nomes conhecidos de Heuser como Armando Temperani Pereira, um dos principais responsáveis pelo ingresso de Heuser no PTB em 1950, Brusa Neto, Leônidas Xausa, Elemar Gruendling, entre outros.

Na Executiva estadual do PMDB eleita em 1980, Pedro Simon foi eleito Presidente, tendo Siegfried Heuser como 1° Vice-Presidente. Neste momento, se destaca que Heuser esteve mais ligado à estruturação do partido em nível estadual, procurando consolidar os diretórios municipais, como foi o caso em Santa Cruz do Sul, onde fez diversas visitas a fim de organizar o partido com o maior número possível de lideranças do período de MDB. Colocado por um período como candidato a vice-governador, em chapa que teria Pedro Simon como candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Heuser acabou optando por concorrer para deputado federal. Eleito com números satisfatórios, dado o período em que esteve afastado da política, atuou na Câmara Federal como titular na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, também fazendo parte da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, onde foi suplente. A participação nas comissões pode ser vista como uma manutenção da característica do político em trabalhar com dados técnicos, ação feita desde o período de Assembleia Legislativa, onde também tinha acentuada participação nas Comissões.

Em breve análise de sua atuação como deputado federal, verificando os projetos de lei e proposições - que não chegaram a obter aprovação - se percebe que suas ações estavam voltadas a questões pertinentes às suas bases eleitorais, como a estruturação dos Conselhos de Contabilidade e a criação de uma Universidade no vale do Rio Pardo. Outro tema que adquiriu relevância em seus anos finais, sobretudo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, foi a instituição do parlamentarismo. Para Heuser, o Parlamentarismo se colocava como uma opção para garantir a estabilidade da democracia plena no país.

O político faleceu em março de 1986, enquanto participava de um campeonato de pesca - um de suas paixões – no Chile. O mesmo recebeu homenagens em diversos níveis, com reconhe-

cimentos e manifestações em nível nacional, estadual e municipal. Conforme analisado no subcapítulo final deste livro, a maior parte delas destacava Heuser como um político de profundo conhecimento técnico, imagem esta reconhecida quando Pedro Simon fora governador do estado do Rio Grande do Sul e alterou o nome da Fundação de Economia e Estatística, adicionando o nome de Siegfried Emanuel Heuser.

REFERÊNCIAS

AS ELEIÇÕES **no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Síntese, [19--]. 369 p.

ASTURIAN, Marcos Jovino. **Em Busca do convencimento**: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954). 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: desconstruindo mitos. Dissertação (Mestrado em História). 2007. 140f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. **A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB**: Da Formação do Partido ao "Trabalhismo Renovador" (1945-1960). 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES,

Marluza Marques. **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 87-114. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos - EHILA).

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, v. 3, n. 5, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311 p.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, p. 193-216, 2011.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 175-229. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos - EHILA)

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965. UFRGS Editora, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. Contexto, 1988.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; FLACH, Ângela. O Sistema Partidário: A Redemocratização (1945-64). IN: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas**: 1909-2009. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORTÉS, Carlos. **Política Gaúcha (1930-1964)**. EDIPUCRS, 2007.

CRUZ, João Batista Carvalho. **Da formação ao desafio das urnas**: O PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. São Leopoldo. Unisinos, 2010.

DA SILVA ROIZ, Diogo. A biografia na história, a história na biografia. **História da Educação**, v. 16, n. 36, p. 139-146, 2012.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica

da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Org.). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153..

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Tempo, v. 14, n. 28, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945-65. Editora FGV, 1996.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, v. 13, p. 19-29, 1995.

FEE. **Histórico da FEE**. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-fee/. Acesso em: 12 jun. 2018.

FERNANDES, António Teixeira. O campo político. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 16, 2017.

GARCIA, Darcy. **O Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul**: Da Criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos Bancos Múltiplos. 1990. 364 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GOMES, Ângela Maria Castro; D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GRILL, Igor. A "herança trabalhista" no Rio Grande do Sul: parentesco, carisma e partidos. **Sociedade e Cultura**, v. 7, n. 2, 2004.

GRILL, Igor Gastal. "Heranças Políticas" no Rio Grande do Sul. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 471-484, 2017.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena). 1a. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1. 301p

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul**: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias. Monografia (Graduação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível

em: http://hdl.handle.net/11624/1345.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias Trabalhistas para o Mundo Rural**: Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos - EHILA).

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

KINZO, Maria D.'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979**. Edições Vertice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LE GOFF, Jacques et al. **História e Memória**. Campinas: SP Editora da Unicamp, 1990. Tradução de: Bernardo Leitão.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, c1997.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no Discurso do Governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimento: Um Projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul**: 1823-2002. Porto Alegre: UFGRS, 2004.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 41, n. 162, p. 221-227, 1996.

PREDEBON, Gabriel Soares. Ironides Rodrigues: a trajetória de um negro atuante. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). **Pensar a História com e além de Bourdieu**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 201-215.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre a memória e o esquecimento**. História Unisinos, v. 13, n. 2, p. 131-139, 2009.

RODRIGUES, Márcio Soares. **Assimetrias na travessia**: a cisão do emedebismo gaúcho. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8335. Acesso em: 15 mar. 2019.

SCHMIDT, João Pedro. **Capital social e participação política em santa cruz do sul**: um aparente paradoxo. Santa Cruz do Sul, 2003. Disponível em: http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/eleicoes.pdf. Acesso em: 22 jun.2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A última revolução**: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963. 2015. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SIMON, Pedro; RODRIGUES, Randolfe. Congresso Nacional: devolução simbólica do mandato presidencial a João Goulart. **Estud. av**., São Paulo, v. 28, n. 80, p. 137-152, Abril. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Jun. 2019.

SKIDMORE, Thomas Elliot **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TRINDADE, Hélgio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (Coord.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VERSIANI, Maria Helena. A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de

Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 212-227.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. **História Política de Santa Cruz do Sul**. UNISC. Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 2, p. 49-92, 2001.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A HORA. Porto Alegre, 17 dez. 1957.

A PALAVRA. São Sepé, 20 mar. 1954.

A RAZÃO. Santa Maria, 19 mar. 1954

ANAIS. **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/. Acesso em 04/10/2018.

Banco de Dados Eleitorais. **NUPERGS**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php. Acesso em: 01/12/2018.

Base de Dados Eleitorais. **UNISC**. Disponível em: http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/. Acesso em: 01/12/2018.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1965 – 1986.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 1954 - 1964.

DOS DEPUTADOS, Anais da Câmara. Brasília: **Câmara dos Deputados**. Disponível em: http://www.camara.gov.br. Acesso em: jun, 2019.

GAZETA DE SANTA CRUZ. Santa Cruz do Sul, 1950-1957.

GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul, 1957-1986.

LIMBERGER, Emiliano. **Entrevista**. Entrevistadores: Carla Brandalise e Maura Bombardelli. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

Composto em Gandhi Serif e Bebas Neue

GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

É Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Possui licenciatura em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Tem experiência em temas relacionados a História do Brasil República, História Política do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir de 1945, concentrando entre 2017 e 2019 sua atenção na dissertação de mestrado publicada neste livro. Atualmente é professor de história da rede pública de ensino em Butiá-RS.

O historiador Gustavo Guimarães presta uma significativa contribuição à História Política do Rio Grande do Sul, ao abordar uma figura de grande importância, da qual não existem publicações a respeito. Dedicando mais de duas décadas de vida para a política, Siegfried Heuser marcou seu nome entre as lideranças políticas do estado, passando por três partidos: PTB, MDB e PMDB. Deputado estadual em quatro legislaturas consecutivas, último presidente da executiva do PTB e primeiro presidente da executiva do MDB no Rio Grande do Sul, Heuser foi a partir da década de 1960, um dos principais nomes do trabalhismo no estado. Cassado em 1969, retornou uma década depois, para ingressar novamente no MDB e posteriormente no PMDB, onde foi eleito deputado federal. Ao pensar a trajetória de Siegfried Heuser, se analisa as redes intrapartidárias nas agremiações em que o mesmo esteve ativo, suas ações no legislativo, campanhas, e a relação com suas bases eleitorais, além de sua presença em episódios da história política do Rio Grande do Sul.

ISBN 978-658600011-5